



PUCRS

OS FILHOS DA ESCRAVIDAO.
MEMORIAS DE DESCENDENTES DE ESCRAVOS DA REGIAO MERIDIONAL
DO RIO GRANDE DO
SUL

T
235

Prof. AGOSTINHO MARIO DALLA VECCHIA

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIATICOS
BIBLIOTECA

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Ipiranga, 6681 — Caixa Postal 1429
Fone: (051) 339-1511 - Telex: (51) 3349 - Fax: (051) 339-1564
CEP 90619-900 Porto Alegre - RS
Brasil

AGOSTINHO MARIO DALLA VECCHIA

T
983.0541
U397f
EX. 2



OS FILHOS DA ESCRAVIDAD.
MEMORIAS DE DESCENDENTES DE ESCRAVOS DA REGIAO MERIDIONAL
DO RIO GRANDE DO
SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr.
MARIO MAESTRI FILHO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIA HUMANAS
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

1992

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIATICOS
BIBLIOTECA



T
235



A mem6ria de minha av6, Rosa
Preto
A meus pais, Ant6nio e Dosolina
A meus irm6os, Florindo,
Faustino, S6rio, Ercules e
Vendelino

MEUS AGRADECIMENTOS

Ao professor Mário Maestri Filho, orientador da dissertação, por acreditar e investir em seu orientando e despertar o entusiasmo pela pesquisa

Aos entrevistados que com satisfação e alegria fizeram o relato de suas existências e colocaram gratuitamente o tesouro de sua memória e experiências à disposição da pesquisa histórica. A eles devolvemos a primeira elaboração sistematizada, com muita alegria

A todos aqueles que auxiliaram em transcrições, datilografia e digitação do material, atividades técnicas necessárias na elaboração deste trabalho: Colmar, Angela, Brandalise, Bordin, Claudionor

Aos meus filhos, Daniel e Eduardo, à Graça, por darem uma parte do 'nosso tempo' para que esse trabalho se concretizasse

A todos aqueles que me estimularam na realização deste trabalho com palavras de apoio, com discussões e debates

A FAPERGS pelo auxílio financeiro a esta pesquisa

RESUMO

Este trabalho é um estudo histórico da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul, envolvendo a área de dezoito municípios do extremo-sul do território brasileiro. Em segundo lugar, o trabalho é uma investigação da história dos descendentes de escravos da mesma região. Ambos os aspectos estão assentados fundamentalmente sobre o documento produzido a partir de trinta e dois depoimentos de descendentes de escravos da região.

O trabalho é desenvolvido em quatro capítulos considerando a história como um processo vivo de relações econômicas, políticas, educativas, familiares, recreativas e religiosas. Seis dimensões das relações sociais que se articulam dinamicamente. No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização histórico-geográfica da região, considerando especialmente os aspectos referentes ao escravismo vigente no século passado, sistema de produção instaurado e articulado pelo desenvolvimento da economia das charqueadas desde o início do século XIX. A economia das charqueadas, baseada na mão-de-obra escrava, tornou-se o pólo articulador da produção pecuária das fazendas da região. A produção agrícola, baseada também na mão-de-obra escrava, atendia às exigências de subsistência de cada estância e uma parte atendia às necessidades das vilas e cidades. Em torno deste universo econômico, desenvolveu-se uma política dirigida por charqueadores e fazendeiros e centralizada pelo governo imperial. A educação em seu crescente desenvolvimento institucional atendia fundamentalmente à elite e, um quase insignificante número de escravos alfabetizados. A família senhorial apresentava-se intitucionalmente constituída enquanto a família do escravo era desarticulada pelo modelo de produção vigente que reproduzia a mão-de-obra através da compra de novos escravos no mercado e não tinha interesse na reprodução natural dos escravos. As condições de trabalho era outro fator que interferia na desarticulação da família do escravo. O lazer era desfrutado principalmente pelas famílias senhoriais, enquanto o escravo tinha estreito espaço para rearticulação de sua vida. A nível religioso, os senhores aderiam formalmente à cristandade colonial. Na verdade, a prática religiosa era débil e muitas vezes inexistente pela pouca evangelização na região durante o século passado. Os escravos tendiam a manter as religiões de origem africana sob um processo

de proibição e perseguição por parte da elite.

O segundo capítulo desenvolve a visão da escravidão rural da região meridional do Estado a partir dos depoimentos de descendentes de escravos que viveram nas fazendas da região indicada. O documento básico permite penetrar a natureza do sistema com a mediação da experiência dos cativos passada aos filhos e netos através da tradição oral. O confronto do documento básico com a historiografia permite ressaltar as características do escravismo brasileiro em geral e conhecer a realidade do escravismo rural da região e suas peculiaridades. O estudo evidenciou que as condições de trabalho e tratamento a que eram submetidos os escravos rurais eram duras e muitas vezes brutais. Não havia brandura na escravidão rural da região. Rebeliões, fugas, suicídios, e uma estrutura legal e policial vigentes, atestam um regime de tratamento desumano e de coação permanente. Senzalas, troncos e instrumentos de açoite testemunham esta realidade em muitos recantos, na maioria das estâncias. Os depoimentos reiteram inúmeras vezes estas condições. A nível político, a classe senhorial detém o poder, ora vinculada ao poder imperial, ora contra ele. Os escravos articulam-se politicamente em relação ao sistema à medida que o confrontam com as variadas formas de resistência. Os depoimentos comprovam, com a historiografia, a desarticulação da família dos escravos e a vigência de um processo educativo onde é privilegiada a classe senhorial e os escravos são proibidos, legalmente, ou pelas condições de produção, de participar do processo escolar. O espaço do lazer na zona rural é forjado pelos escravos ou permitido pelos senhores. E um espaço estreito que serve para rearticulação das energias da força-de-trabalho. Em termos de religião, ressaltam-se o que foi apresentado no primeiro capítulo, com a contribuição dos depoimentos dos descendentes.

O terceiro capítulo apresenta uma primeira sistematização da história dos descendentes de escravos rurais da região. Iniciamos pela articulação dos ex-escravos e seus filhos a partir da experiência da libertação. As condições do novo regime ofereceram espaço de modo especial para o trabalho de pedo e agregado nas fazendas dos antigos senhores. As terras apropriadas e a falta de recursos para adquirir uma área fecharam a possibilidade de uma integração efetiva do ex-escravo e seus descendentes no mundo da produção. Aos poucos, os membros da comunidade negra foram assumindo profissões distintas no meio do mundo agrícola e pastoril e também nas cidades para onde muitos se dirigiram procurando espaço no mercado do trabalho. De modo geral, encontram-se descendentes de escravos trabalhando em atividades braçais e em ambientes onde se mantinha de outras formas a discriminação social. Da mesma forma que no tempo da escravidão, o negro esteve envolvido nas revoluções e disputas políticas da elite patronal. O descendente de escravos esteve presente nas revoluções de 1893, de 1923 ou foi afetado pelas consequências daquelas contadas tendo seus filhos levados à força para as frentes de luta ou seus bens saqueados. Na maioria das vezes, os descendentes de escravos estiveram sob a influência política dos fazendeiros que se intitulavam coronéis.

Formalmente aberta a possibilidade da comunidade negra ter acesso à escola, efetivamente as condições, de modo geral, não permitiam. Após longos anos de cativeiro, foi possível a constituição de famílias de ex-escravos e seus descendentes. Na hora de formalizar o casamento e fazer o registro de nascimento, a maioria foi atribuído o sobrenome dos antigos senhores ou dos patrões. Desde as primeiras décadas de liberdade, a comunidade negra teve dificuldade de criar os numerosos filhos por causa das condições de pobreza em que viviam. Muitas vezes, a solução foi entregar os próprios filhos para quem tivesse condição de criá-los. Em termos de lazer, os descendentes de escravos procuravam as diversões de carreiras de cavalos em cancha reta ou em bailes. Proibidos de entrar em salões de dança da classe dominante e da maioria branca, os negros criaram suas alternativas em bajles de ramada e edificaram seus próprios salões de dança. A divisão na recreação refletia a discriminação social no trabalho, política e na vida cultural. As perseguições policiais às manifestações religiosas dos descendentes de escravos continuaram até 1930, à semelhança dos tempos do escravismo. Ao que parece, a tendência básica da comunidade negra foi a integração em religiões de origem africana, como o Batuque ou religiões afro-brasileiras como a Umbanda. Hoje, é expressivo o número de templos destas religiões, principalmente nos núcleos urbanos.

Os depoimentos permitiram a elaboração de um capítulo especial sobre os filhos-de-criação uma vez que cerca de trinta por cento dos entrevistados viveu e narrou esta experiência. Ao que parece, é um assunto que não foi sistematicamente debatido. Caracterizamos a nova realidade vivida por numerosos descendentes de escravos como passagem do cativeiro à servidão. Ali, o filho-de-criação trabalha em todo serviço da casa e muitas vezes sozinho. Recebe casa, alimentação e algum vestuário mas não é assalariado porque é 'filho'. Não tem quarto porque dorme no corredor ou num canto da casa ou no galpão. Não tem cama porque dorme no chão sobre alguns trapos que não devem ficar no local durante o dia. Não vai à escola porque geralmente é negro e negro tem que trabalhar. Muitas vezes apanha, em nome da educação e porque é 'filho'. Alguns comiam os restos de comida dos pratos dos patrões. A maioria não recebeu herança porque os filhos legítimos eram os outros. A maioria se emancipou das famílias dos patrões por um ato de determinação e rebeldia contra aquele regime. Mas todos partiram para a nova situação social em estado de pobreza.

SUMMARY

This work is about the slavery in the meridional region of Rio Grande do Sul, involvin an area of eighteen towns on the south of the Brazilian territory. Secondly, this work mentions the history of de slaves' descendants of the region mentioned. The work is developed in four chapters considering history as a live process of economical, political, educative, familiar, recreative and religious relations. Six dimensions of social relations that are joined together dynamically. In the first chapter we present a historical-geographical contextualization of the region, considering specially the aspects that refer to slavery established in the past century totally initiated and joined by the development of the economy of the "charquadas" (farm where jerked beef is made) since the beginning of the 17th century.

The "charquadas" economy, based on slave manual work, became the joining pole of cattle raising production in the farms of the region the agriculturist production, also based on slave manual work, attended the requirements of subsistence of each ranch and another part attended the needs of suburbs and towns. Around this economical universe a political process led by "charquadas" owners and farmes developed and was centralized by the imperial government. The education, in its growing institutional development attended basically the elite and a very small number of literate slaves. The farmers' families presented institutionally constituted while the slaves' families were separated by the model of production established that reproduced de manual work through the buying of new slaves in the market and had no interest in the natural reproduction of the slaves. Work conditions was another factor that interfered in the disarticulation of the slave's family. Leisure was only enjoyed by the farmers' families while the slave had a narrow space to restant his life. On the religious level, the farmers formally took part in the colonial Christianity. Actually, the religions practice was weak and a lot of times did not even exist due to the few evangelization in the region during the past century. The slaves tried to maintain the religions of African origin under a process of prohibition and persecution by the elite.

The testimonies permitted an elaboration of a special chapter about the foster children as around thirty per cent of the interviewees lived and narrated this experience. As it seems, the subject has not been systematically discussed. This part describes the new reality lived by numerous descendants of slaves as a passage from slavery servitude. There the foster child works in the whole household and many times alone. He/she gets housing, food and same clothing but he/she is not paid because he/she is a "child". He/she has no bedroom and sleeps in the corridor, in a corner of the house or in a coach house. He/she has no bed and sleeps on the floor over some pieces of cloth that should not be left there during the day. He/She does not go to school because the slave is a black person and a black person has to work. Sometimes the slaves are beaten, because that is part of the education and because the slave is a "child". Some of the slaves had to eat the leftovers from their employers. Most of them did not get a heritage because the natural children were other children. Many of them emancipated from their employers' families by an act of determination and rebellion against that regime. But all of them slaves went to the new social situation in a state of poverty.

After long years of slavery it may be possible the constitution of families of ex-slaves and their descendants. When it came the movement for their formal a wedding or to register a newborn, to most of the slaves their old owners surname was given or even their current owners (employers). Since the first decades of freedom, the black community had difficulties to raise their children due to the life conditions they had. Many times the solution was to give their children to someone who could raise them. In terms of leisure, the slaves' descendants looked for fun at house races or balls (dance reunions). As the slaves' descendants were prohibited of getting in balls and created their own dancing places. The division in work, politics and cultural life. The police persecutions to the religions manifestations of the slaves' descendants continued until 1930, as in the slavery times. As it seems, the basic tendency of the black community was the integration in religion of African origin, such as the "batuque" or Afro-Brazilian religions such as the "umbanda". Nowadays, the amount of temples of these religions is quite large, specially in urban areas in big cities.

INDICE GERAL

LISTA DE FOTOGRAFIAS	XV
LISTA DE TABELAS	XVII
LISTA DE FIGURAS	XVIII
INTRODUÇÃO	1

CAPITULO I ASPECTOS GEOGRAFICOS E HISTORICOS DA REGIAO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

1.1 - Aspectos naturais e demográficos da região	6
1.1.1 - Panorama geomorfológico	6
1.1.2 - Hidrografia	9
1.1.3 - Vegetação	10
1.1.4 - Aproveitamento dos solos	11
1.1.5 - População	13
1.2 - Aspectos econômicos e políticos da região	18
1.2.1 - A estrutura fundiária	18
1.2.2 - As charqueadas na economia da Região Sul do Rio Grande do Sul	23
1.2.3 - A escravidão na Região Sul	24
1.2.4 - A abolição da escravatura em Pelotas e no Rio Grande do Sul	26
1.3 - Aspectos políticos e econômicos da Região Sul do Rio Grande do Sul. Séc. XIX e séc. XX	29
1.3.1 - A política e a economia de 1890 a 1930	29
1.4 - Aspectos da educação	31
1.5 - Aspectos da família	34
1.6 - Aspectos do lazer	37
1.7 - Aspectos da religião	40

CAPITULO II

MEMORIAS DA ESCRAVIDAO NA REGIAO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

2.1. A nível econômico

2.1.1 - O trabalho escravo	48
2.1.1.1 - O trabalho escravo na agricultura	48
2.1.1.2 - O trabalho escravo na pecuária	52
2.1.1.2.1 - Número de escravos	58
2.1.1.3 - Trabalho doméstico	59
2.1.1.3.1 - Nas residências	59

2.1.1.3.2 - Nos arredores das residências	65
2.1.2 - Condições de trabalho e de tratamento	67
2.1.2.1 - O tratamento em geral	67
2.1.2.2 - "De-sol-a-sol". Horas de trabalho diário	69
2.1.2.3 - Número de escravos	70
2.1.2.4 - Reprodução e comércio de escravos	71
2.1.2.4.1 - Reprodução	71
2.1.2.4.2 - Comércio	77
2.1.3. Vigilância e Castigo: O aparato da coação e da morte	78
2.1.3.1 - Vigilância	78
2.1.3.2 - Castigo	79
2.1.3.2.1 - O tronco e outros instrumentos de castigo	79
2.1.3.2.2 - A morte	87
2.1.4 - Resistência	89
2.1.4.1 - A revolta	91
2.1.4.2 - Crime e suicídio	92
2.1.4.3 - Fugas e quilombos	93
2.1.5 - A casa e a articulação da vida na estância	97
2.1.5.1 - A casa grande	97
2.1.5.2 - A sanzala	101
2.1.5.3 - Saúde	104
2.1.5.4 - Posses e objetos pessoais	104
2.1.5.5 - Vestuário e calçado	106
2.1.5.6 - Alimentação	109
2.1.5.7 - Descanso	111
2.1.5.8 - Despertar	112
2.1.5.9 - Transporte	112
2.1.6 - Abolição Libertação e festa	116
2.2 - A nível social	
2.2.1 - Aspectos políticos	119
2.2.1.1 - O Poder dos senhores	119
2.2.2 - Aspecto educativo	120
2.2.2.1 - Educação dos senhores	120
2.2.2.2 - Educação dos escravos	122
2.2.3 - Aspectos da família	126
2.2.3.1 - A família dos senhores	126
2.2.3.2 - A vida sexual e a família dos escravos	127
2.2.3.3 - A vida sexual na casa grande-sanzala	130
2.2.4 - Aspectos do lazer	
2.2.4.1 - Lazer dos senhores	132
2.2.4.2 - Lazer dos escravos	133
2.2.5 - Aspectos religiosos	
2.2.5.1 - A religião dos senhores	136
2.2.5.2 - A religião dos escravos	138

CAPITULO III

EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES: A HISTORIA DA COMUNIDADE
NEGRA NO RIO GRANDE MERIDIONAL

3.1 - A nível econômico

3.1.1 - Destino dos ex-escravos e seus descendentes imediatamente após a Abolição	144
3.1.1.1 - Continuou sendo escravo	145
3.1.1.2 - Permaneceram na estância	145
3.1.1.3 - O escravo herdeiro	146
3.1.1.4 - O êxodo de uma população	147
3.1.1.5 - Rumo à cidade	147
3.1.1.6 - Caminhando e trabalhando	148
3.1.1.7 - Rumo a outras estâncias: agregados e peões	150
3.1.1.8 - O estancieiro e seus filhos	150
3.1.2 - Tipos de profissão no campo	151
3.1.2.1 - O campeiro, o donador, o joquei de carreira	151
3.1.2.2 - O arrendatário	152
3.1.2.3 - O posteiro	152
3.1.2.4 - O alambrador	153
3.1.2.5 - O caseiro	153
3.1.2.6 - O capataz	154
3.1.2.7 - O peão	154
3.1.2.8 - O tropeiro	155
3.1.3 - Tipos de profissão na agricultura	158
3.1.3.1 - O agricultor	158
3.1.3.2 - O agregado	158
3.1.3.3 - Safrista do arroz	159
3.1.3.4 - O problema racial: "Era só nós moreno"	160
3.1.3.5 - Meeiro, empreiteiro	161
3.1.3.6 - O lenhador	161
3.1.3.6 - A 'casa-bailanta'	162
3.1.4 - Entre a cidade e o interior	
3.1.4.1 - O carroceiro, o quitandeiro	162
3.1.4.2 - O tambo de leite	162
3.1.5 - O trabalho do negro na cidade	
3.1.5.1 - O barbeiro, a lavadeira, o jardineiro	163
3.1.5.2 - O laboratorista, o comerciário, o vigia,	163
3.1.5.3 - O operário de fábrica	164
3.1.5.3 - O brigadiano, o ferroviário	164
3.1.5.4 - O oleiro, a manicure	164
3.1.5.5 - O joquei, o operário dos transportes	165
3.1.5.6 - A costureira	165
3.1.5.7 - O estafeta	165
3.1.5.8 - Alugado	166
3.1.5.9 - O cozinheiro, a cozinheira, a copeira, a confeitadeira	166
3.1.5.10 - A empregada doméstica e a faxineira	167
3.1.5.11 - A ama-de-leite	171
3.1.5.12 - O safrista do charque e a estrutura física da charqueada	171
3.1.6 - Tratamento, discriminação e resistência do negro	174
3.1.7 - A terra	178
3.1.8 - Moradia, alimentação, saúde	183

XIII

3.1.8.1 - Alimentação	181
3.1.8.2 - A moradia	183
3.1.8.3 - A saúde	185
3.1.9. Remuneração, aposentadoria e situação atual	
3.1.9.1 - Remuneração do negro	186
3.1.9.2 - Aposentadoria e situação atual	187
3.2 - A nível social	
3.2.1 - Aspectos políticos	188
3.2.1.1 - O poder na mão da elite	188
3.2.1.2 - O negro	190
3.2.1.3 - O voto e as eleições	191
3.2.1.4 - O negro e as revoluções	192
3.2.1.4.1 - A Revolução Farroupilha	192
3.2.1.4.2 - A Revolução Federalista. 1893	193
3.2.1.4.3 - A Revolução de 1923	197
3.2.1.4.4 - A Revolução de 1930	207
3.2.1.4.5 - A Revolta da Chibata	207
3.2.2 - Aspectos educativos	
3.2.2.1 - A educação em geral	208
3.2.2.2 - A educação escolar	
3.2.2.2.1 - Limites	210
3.2.2.3 - Resistência e articulação cultural nos clubes e entidades	215
3.2.3 - Aspectos da família	
3.2.3.1 - A família do branco	218
3.2.3.2 - A família do negro	
3.2.3.2.1 - Gênese e constituição	219
3.2.3.2.2 - Namoro e casamento	221
3.2.3.2.3 - Registro e sobrenome	224
3.2.4 - Aspectos do lazer	
3.2.4.1 - A festa	226
3.2.4.2 - O futebol e o baile	226
3.2.4.3 - Salões separados	227
3.2.4.4 - Entidades e clubes negros em Pelotas	238
3.2.4.5 - Casa bailanta e o baile de ramada	230
3.2.4.6 - As carreiras	231
3.2.4.7 - Marinheiros. Quebra de preconceitos	231
3.2.5 - Aspectos religiosos	234

CAPITULO IV

DO CATIVEIRO A SERVIDÃO: OS FILHOS-DE-CRIAÇÃO

4.1 - As filhas-de-criação	
4.1.1 - A nível económico	244
4.1.2 - A nível político	249
4.1.3 - A nível educativo	251
4.1.4 - A nível familiar	252
4.1.5 - A nível do lazer	253
4.1.6 - A nível religioso	254
4.2. Os filhos-de-criação	
4.2.1 - A nível económico	255

XIV

4.2.2 - A nivel político	257
4.2.3 - A nivel educativo	258
4.2.4 - A nivel familiar	259
4.2.5 - A nivel recreativo	259
4.2.6 - A nivel religioso	260

LISTA DAS FOTOGRAFIAS

As fotos relacionadas abaixo foram tiradas pelo autor durante o período julho de 1990 a novembro de 1992.

Foto 1 - Sede da charqueada que pertenceu a Antônio Gonçalves Chaves	22
Foto 2 - Cuba para cozinhar línguas dos bois abatidos nas charqueadas	22
Foto 3 - Livro de atas do Clube Abolicionista de Pelotas. 1884	28
Foto 4 - Bandeira do Club Abolicionista. Pelotas	47
Foto 5 - Igreja dos escravos. Catedral de São Pedro. Rio Grande	47
Foto 6,7 - Mangueiras de pedra. Fazenda do Combate. Município de Piratini	57
Fotos 8, 9, 10 - Pedras de moinho (atafona)	63
Foto 11 - Poço edificado por escravos. Pelotas	66
Fotos 12, 13, 14 - Pelorinhos. Tipos de tronco encontrados em Pelotas.	81
Foto 15 - Argolas de ferro presas aos ramos de figueira, segundo a tradição, para suspender e torturar escravos. Segundo Distrito de Pelotas.	82
Foto 16 - Tronco de ferro. Biblioteca Pública. Pelotas	83
Foto 17 e 18 - Tronco de ferro. Fazenda Santa Eulália. Correntes Encravadas no tronco da figueira. Segundo a tradição, servia para prender escravos. Margem direita do canal São Gonçalo. Pelotas	87
Foto 19, 20 - Casas de estancieiros escravistas do século XIX	98
Foto 21 - Ruínas da Estância dos Guerra	99
Foto 22, 23 - Estância do Serro da Buena. Município de Pelotas	100

XVI

Foto 24, 25 - Senzala. Estância do Serro da Buena	102
Foto 26, 27 - Senzala e pátio. Fazenda da Armada. Distrito de Canguçu	Quinto 103
Foto 28, 29 - Carreta, faiton, calecer	113
Foto 30 - Oratório	137
Foto 31, 32 - Aspectos da capela da estância Alves	143
Foto 33, 34 - Mangueira para tropas e alojamento de tropeiros	156
Foto 35 - Estância da Palma	168
Foto 36 - Fogão	169
Foto 37 - Pilão. Utilizado em toda a região para o preparo de canjica e outros alimentos	182
Foto 38, 39 - Rancho de torrão e capim	184
Foto 40 - Túnel. Servia para defesa contra inimigos, segundo a tradição	195
Foto 41 - Janela de vigia e defesa	196
Foto 42 - Casa onde foi assinado o acordo que encerrou o conflito de 1893. Pelotas	201
Foto 43 - Sinais de balas, resultado do cerco da casa onde estava entrincheirado o governador Borges de Medeiros. Estância do combate. Piratini	233
Foto 44 - Teatro Guarany. Pelotas. Na foto, neto dos construtores.	235

LISTA DAS TABELAS

	pág.
Tabela I - População do Rio Grande do Sul. Séculos XVIII-XIX	16
Tabela II - Tabela da população residente por localização, taxa de urbanização, em alguns municípios da região	17
Tabela III - Taxa de crescimento populacional por município da região do PRODERF	18
Tabela IV - Concessões de Sesmarias na Região Sul: 1720-1830	19
Tabela V - Estrutura Fundiária, por grupos de área total, por municípios da região	21
Tabela VI - Número de aulas públicas e particulares e número de alunos em Pelotas: 1832 - 1911	32
Tabela VII - Escolas da Região Sul. Séculos XIX e XX	33
Tabela VIII - Os Orixás. Quadro Sinótico	46

LISTA DAS FIGURAS

Pg.

Figura 1 - Mapa dos municípios abrangidos na pesquisa	7
Figura 2 - Mapa do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. Região Natural da Serra do Sudeste e Litoral	8
Figura 3 - Mapa da hidrografia de Pelotas	9
Figura 4 - Área de cultivo do arroz em torno da lagoa . Mirim	12
Figura 5 - Mangueira de pedra. Gravura de Acri Edison	55
Figura 6 - Chiripá Farroupilha	107
Figura 7 - Tamancos de origem portuguesa	108
Figura 8 - Sapato de lavrador	109
Figura 9 - Diligência da 1860	113
Figura 10- Carreta	114
Figura 11- Mapa da praça Coronel Pedro Osório	233

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação resultou da sistematização dos conteúdos de 32 entrevistas realizadas com descendentes de escravos de 16 municípios da região meridional do Rio Grande do Sul, território que forma o extremo-sul do Estado gaúcho e do Brasil. A pesquisa oral permitiu a formação do documento histórico, básico para a elaboração deste trabalho, e o confronto com a historiografia. O processo de elaboração da pesquisa oral constituiu-se numa trajetória trilhada passo a passo. O caminho se fez caminhando.

No Seminário de Estudo dos Movimentos Sociais no Brasil, do Curso de Mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, apresentamos os resultados de uma entrevista realizada com Celina Soares, filha de ex-escrava do município de Canguçu. O seu relato versou sobre os vários aspectos da escravidão na região e sobre a história do negro após a Abolição. O professor Mário Maestri sugeriu-nos a realização de mais algumas entrevistas para uma eventual publicação, devido ao alto valor daquele depoimento. A partir deste projeto, iniciamos a realização das entrevistas. Configurou-se a possibilidade de realização de uma sistematização dos conteúdos da memória dos entrevistados. A idéia amadureceu e tomamos a decisão de realizar esta dissertação.

Caminhamos pelos bairros da periferia de Rio Grande, Pelotas e outras cidades, para encontrar descendentes de escravos que pudéssemos entrevistar. Abordamos pessoas nas ruas, nos bares e nas residências. Não raro, os velhos estavam apoiados ao portão em frente de sua casa, observando as pessoas, apanhando um pouco de sol. Receptivos, permitiam o primeiro contato. Dois critérios foram básicos para o êxito da conversa e dos nossos objetivos: simplicidade e verdade. Com simplicidade e simpatia, faziam-se os primeiros contatos. O critério da verdade exigia que nos apresentássemos como professor da Universidade Federal de Pelotas e como pesquisador que estávamos aí para realizar uma pesquisa em História, baseado nos depoimentos daqueles que possuíam a memória da escravidão e da vida do negro após a Abolição.

No primeiro encontro com os depoentes, sondávamos a sua memória sobre a escravidão e sobre a história do negro após a libertação. Confirmado o fato de que possuíam significativa memória sobre essa realidade, preparávamos o depoente para a entrevista. Marcávamos o dia e a hora para a entrevista, retornávamos após alguns dias, não mais que 4 ou 5 dias. Com este tempo de preparação, o entrevistado apresentava um volume muito rico de depoimentos. Procurávamos ter o cuidado de registrar o contexto da entrevista com apontamentos e registro fotográfico, além do registro gravado. Em nossa experiência, percebemos que é importante que o gravador seja de qualidade e garanta uma gravação nítida e sem interferências. É preferível sentar em local aprazível e em condições para uma entrevista sem interrupções. A etapa de realização das entrevistas durou cerca de um ano e meio. Percorrer a periferia da cidade, as vilas do interior e a zona rural para descobrir onde viviam os velhos descendentes de escravos; realizar um primeiro contato, dar-se a conhecer, conquistar a confiança do velho, foram momentos importantes do trabalho. Retornar após alguns dias, no máximo uma semana, realizar a entrevista, eram os momentos mais ricos: escutar, ver e sentir os gestos, as palavras, a emotividade colocada na narração faziam os momentos mais ricos e marcantes do processo. Naquele momento tivemos o cuidado de fazer o registro visual do entrevistado e do contexto através de fotografia. Este fato tem uma importância básica para a valorização do documento produzido com o relato dos depoentes. Geralmente, o velho agradecia por termos escutado sua experiência e valorizado a sua vida.

Nenhum depoente teve dificuldade de oferecer seus depoimentos uma vez que compreenderam a importância da sua narrativa. O contato com os primeiros depoentes começou a descortinar a memória do cativo. Esta realidade, aparentemente apagada, está oculta como as brasas encobertas por uma leve camada de cinza branca. Surpresas e descobertas somaram-se à medida que cada depoimento revelava novos aspectos, novas realidades, novas experiências vividas particularmente pelos entrevistados. Somando-se a estes cuidados e técnicas, realizamos a entrevista guiados por um roteiro fundamental em vista de nossos objetivos e ao mesmo tempo permitíamos que o depoente falasse à vontade e o suficiente. Os relatos sugeriam novas questões que eram feitas oportunamente. O roteiro de perguntas seguia a ordem das dimensões sociais que procurávamos investigar.

Chegamos a dez entrevistas e uma riqueza de informações foi se acumulando em nossas mãos, apontando-nos uma responsabilidade cada vez maior. A vida e a história relatada pelos negros e negras mais idosos da região meridional do Estado, entregue com satisfação, alegria e gratuidade. Havia um serviço a prestar. Era necessário fazer a nossa parte: mostrar a face do escravismo da região transmitida pela memória dos descendentes de escravos presentes entre nós e esquecidos pelos filhos, ignorados pelos netos, desprezados pela sociedade, jogados a um canto dos casebres mais humildes da periferia de nossas cidades ou no interior. É difícil aquilatar o valor da simplicidade, da bondade, a sabedoria e a riqueza de nossos velhos, burilada ao longo de quase um século. Segundo os depoimentos, Honorina, Ildebrando,

Luzia, Maria Ercília, teriam cerca de cem anos. Estas fontes de informação, esta memória estão se perdendo, dia a dia, à medida que nossos velhos morrem. O depoente Ildebrando Garcia morreu uma semana após a sua entrevista. É urgente que se registre a memória da experiência dos idosos, antes que se perca.

Os depoimentos falam em tom vigoroso a respeito da realidade vivida pelos escravos rurais e pelos seus descendentes. Eles sugerem as conclusões mais fundamentais ao leitor. O conjunto dos depoimentos, organizados e sistematizados, oferece uma visão da totalidade escravista na zona rural da região em estudo, centralizada pelas charqueadas. O desgaste e a deturpação normais da tradição oral não comprometem esta visão à medida que se procura dimensioná-la através do confronto entre os distintos depoimentos e os dados da historiografia baseada em outras fontes do escravismo. Ao contrário, a maioria dos temas são confirmados na historiografia ou a consolidam. Aspectos novos são apontados para novos estudos. Do mesmo modo a historiografia é confirmada, corrigida e enriquecida pela análise e interpretação da memória oral.

Com bagagem tão valiosa em mão, a idéia de uma dissertação concretizou-se. Mãos à obra. Qual o caminho a fazer? O caminho foi feito caminhando. Intuição, leituras, sugestões, tudo serviu para seguir adiante. Partimos com a idéia que a história é feita das relações vivas do homem com a natureza, com os outros e com a divindade. Do jeito como o homem se relaciona com a natureza por mediação do trabalho, concretiza determinados modos de relação económica com os demais. Quando se trata de decisões entre os grupos da sociedade, o modo como se conduz a vida social determina as relações políticas no seu sentido mais amplo. O processo de transmissão da cultura de um povo às novas gerações estabelece as relações educativas. O modo como são encaradas e realizadas as relações homem-mulher permite o surgimento da família. Quando os homens se rearticulam no modelo originário de vida e sociedade, instituem a recreação. A organização das relações dos homens com a realidade que consideram sagrada, permite o surgimento das religiões. Com esta idéia genérica de sociedade e de relações sociais, elaboramos algumas questões através das quais podíamos mergulhar no mundo da memória da escravidão e na história dos descendentes de escravos após a Abolição.

As perguntas deviam ser entendidas pelos entrevistados e fornecer o máximo de informações sobre a realidade memorizada e vivida por eles. O critério devia ser a vida como foi vivida. O melhor acesso a ela era a narrativa dos fatos cotidianos, significativos ou não e em todos os níveis das relações. Esta articulação foi fundamental para a abordagem mais ampla da vida social da escravidão e da nova sociedade experienciada pelos depoentes. O roteiro de questões foi se enriquecendo à medida que os entrevistados apontavam novos aspectos e novas realidades que podiam ser narradas. Os depoimentos determinaram os conteúdos e as características deste trabalho. Eles revelaram e dimensionaram a face da história regional através de sua experiência.

Tudo evoluiu crescentemente, algumas falhas foram irreversíveis, mas fizeram parte da caminhada. Entre elas, podemos

citar a falta de registro escrito do contexto de algumas entrevistas, as questões muito incisivas feitas a alguns entrevistados, as interrupções das falas. A experiência de outras pesquisas baseadas em depoimentos orais auxiliou valiosamente no manejo dos dados gravados, anotados ou registrados em fotografias. Igualmente valiosas foram as indicações do professor orientador.

Uma das etapas mais árduas foi a transcrição dos conteúdos gravados em fitas. O auxílio dos companheiros Colmar Domingues, Angela Vitória Domingues, João Eordin, Maria das Graças Dalla Vecchia, nesta tarefa, foi valioso. Fidelidade às expressões, às palavras e aos gestos foram exigência para a elaboração do documento básico deste trabalho. A seguir, realizamos o fichamento temático dos conteúdos. Este processo configurou as características fundamentais do corpo do trabalho. Após a primeira organização e sistematização das informações, passamos a confrontá-las com as informações da historiografia da escravidão brasileira. A principal caracterização da sociedade escravista regional resultou dos depoimentos. Ao que parece, pela primeira vez, realizou-se a caracterização da história escravista regional através da memória dos descendentes de escravos. Os depoimentos revelaram um pouco mais da real face da escravidão rural, uma vez que, surpreendentemente, não encontramos descendentes dos escravos das charqueadas e das cidades da região.

A nossa ação sistematizadora é um esforço para devolver aos descendentes de escravos e à sociedade tão valiosa contribuição dos depoentes. O trabalho foi possível graças à disposição e à gratuidade dos depoentes. Quais as idéias fundamentais que os depoimentos apresentaram a respeito da escravidão rural da região e da história dos negros após a Abolição? Os aspectos do escravismo rural da região, abordados pela memória dos descendentes de escravos são os seguintes: o trabalho escravo na agricultura, na pecuária e nos serviços domésticos. As condições de trabalho e tratamento; a vigilância, o castigo e a resistência foram apresentados com riqueza de detalhes. Outro tema foi a casa e a articulação da vida na estância. A libertação e a festa foram os últimos temas referentes à questão econômica do escravismo rural.

As questões das relações políticas, educativas, familiares, recreativas e religiosas deram seqüência à caracterização do escravismo rural da região em estudo. Um segundo núcleo temático abordado nos depoimentos refere-se à história dos ex-escravos e seus descendentes, após a Abolição. Num primeiro momento, tematizou-se a questão do seu destino após a Abolição; os tipos de profissão exercidas por eles no campo, na agricultura e nas cidades. Não foi esquecido o tratamento e a discriminação do negro, a resistência. Somaram-se as questões da terra, moradia, saúde, remuneração e situação atual.

A nível político, foram abordados o tema do poder da elite e o negro; o voto e as eleições, o negro e as revoluções. A educação, a família, a recreação e a religião, foram tematizados em seqüência. Os depoimentos de aproximadamente 30% dos entrevistados referiram-se à questão dos filhos-de-criação em

todos os níveis da relações sociais.

O presente trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos. O inicial concretizou uma contextualização da história regional de modo particular no século XIX e no século XX, considerando-se os distintos níveis das relações sociais: econômicas, políticas, educativas, familiares, recreativas e religiosas. No segundo desenvolveu-se a visão da escravatura nos mesmos níveis, a partir da perspectiva dos depoimentos e em confronto com a historiografia da escravidão brasileira e do Rio Grande do Sul. No terceiro considerou-se os mesmos aspectos abordando os mesmos níveis de relação tendo os ex-escravos e seus descendentes como principais atores neste processo. O último, foi dedicado aos filhos-de-criação. Esta é a trajetória seguida neste trabalho.

Os depoimentos orais, em seu conjunto, constituem uma fonte documental para a pesquisa histórica. Da mesma forma que documentos escritos e materiais, esta fonte apresenta aspectos a ser relativizados. Com o passar dos anos, a memória sofre alterações, agregam-se novos fatos, acrescentam-se novas e atualizadas interpretações ao passado, experienciadas ou assumidas na tradição oral. A ordem cronológica sofre alterações por falta de referências. Ao que parece, para o estudo da história, é importante o confronto de variados depoimentos para poder alcançar maior configuração dos fatos e experiências. Ressalte-se que há uma revalorização da pesquisa oral em muitos países, especialmente do Primeiro Mundo.

Alertamos para a relatividade da idade atribuída a cada depoente, uma vez que a maioria não teve oportunidade de ser registrado em cartório, na data de seu nascimento. A grande maioria registrou-se ao casar. Naquele ato, era atribuída uma idade aproximada à pessoa. Muitos não lembravam com exatidão a data de nascimento. Alguns familiares tendem a atribuir ao velho uma idade que a pessoa ainda não atingiu. Outros apresentam dados de memória e aparência que parecem justificar a idade que lhe é atribuída ou que se atribuem. Luiza Dornelles lembrou fatos da Revolução de 1893, na qual esteve envolvida. Segundo estudiosos da mortalidade humana, problemas endógenos são os principais responsáveis pela morte de idosos. A medicina avançou no controle das causas externas da mortalidade e permitiu maior duração média da vida. De acordo com estes estudiosos, a duração extrema da existência humana parece próxima dos 100 anos.¹ E praticamente impossível uma pessoa viver 115 anos, como afirma um depoente. Parece ser uma maneira de reforçar a informação de que o antepassado teria vivido por muito tempo. A relatividade da idade atribuída ao entrevistado perde importância à medida que nem sempre os mais idosos apresentam os mais ricos e significativos depoimentos. Há casos de netos de escravos, cujas entrevistas forneceram ricas e coerentes informações sobre a história oral da escravidão rural e sobre a história do negro após a Abolição.

¹DELTRAD, Pedro Calderan. Demografia. Porto Alegre: Sulina, 1972.

CAPITULO I

ASPECTOS GEOGRAFICOS E HISTORICOS DA REGIAO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

1.1- Aspectos Naturais e Demográficos da Região

No período de julho de 1990 a abril de 1991, foram entrevistadas 32 pessoas descendentes de escravos rurais de municípios pertencentes à região mais meridional do Rio Grande do Sul, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Jaguarão, Arroio Grande, Pinheiro Machado, Erval, Bagé, Piratini, Pedro Osório, Capão do Leão, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada, Pelotas, São Lourenço do Sul, Camaquã e Morro Redondo. Destacadamente Rio Grande e Pelotas foram o cenário onde se constituiu o núcleo escravista mais importante do século XIX. E o mesmo cenário físico em que nasceu, viveu e trabalhou a totalidade dos entrevistados (Figura 1).

1.1.1- Panorama geomorfológico

O relevo da região¹ apresenta a Planície Costeira do Litoral e o Escudo Uruguaio Sul-Rio-Grandense. A Planície Costeira estende-se desde o oceano Atlântico até os primeiros testemunhos do Escudo Uruguaio-Rio-Grandense. A área abrange, de forma global, os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande e, de forma parcial, os municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Pelotas, São Lourenço e Camaquã.

¹Relatório promovido pela Universidade Federal de Pelotas, executado pelo Escritório de Extensão Rural e Transferência de Tecnologia da Pró-Reitoria de Extensão. Teve o apoio do PRODERF e de instituições educacionais da região. Pelotas, 1988.

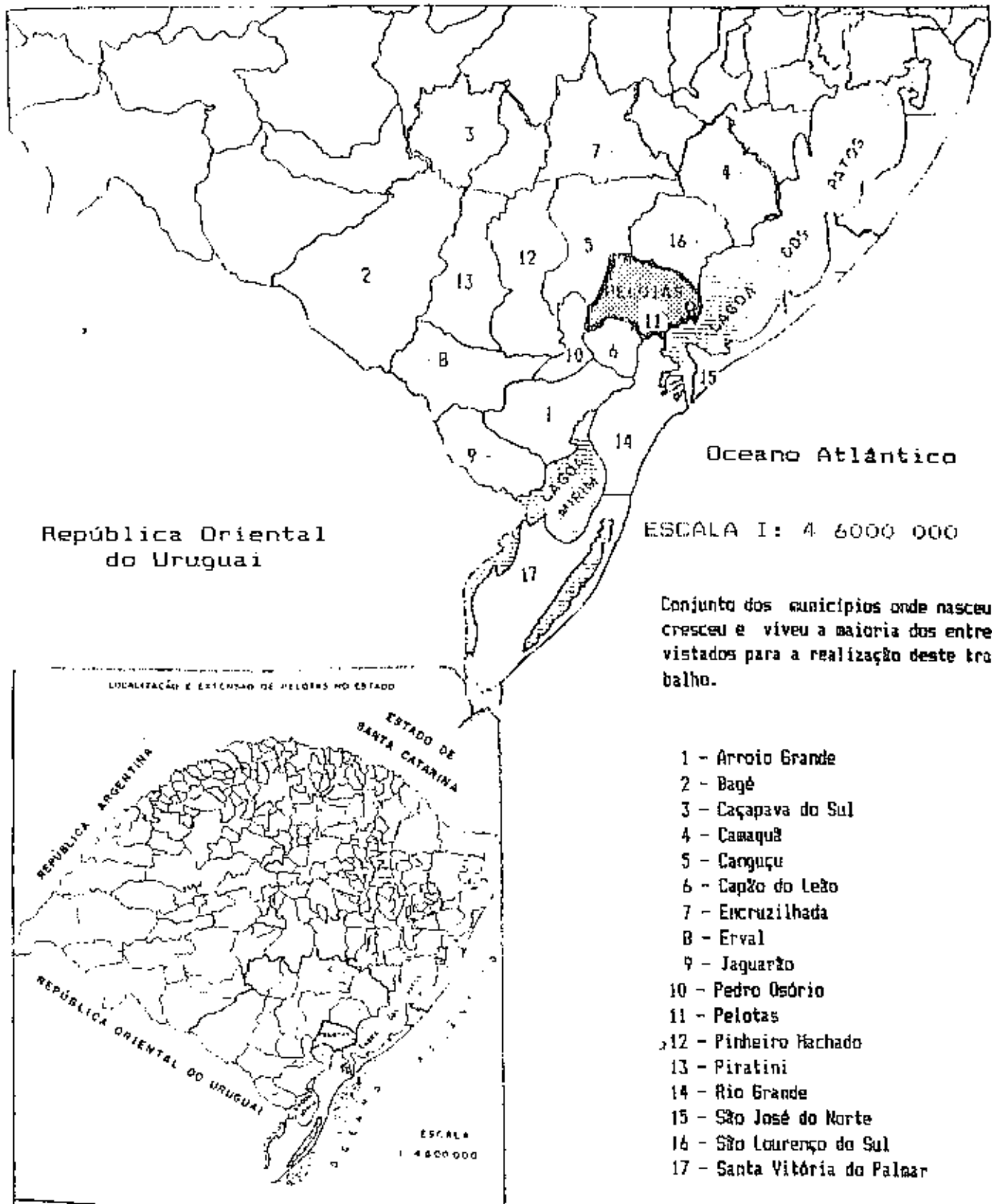


Figura 1

O Escudo Uruguaio Sul-Rio-Grandense ou Serra do Sudeste limita-se, a leste, pela Planície Costeira e, a oeste, pela Depressão Periférica. Abrange os municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Erval, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Capão do Leão, Pelotas e Bagé. São envolvidos parcialmente pela mesma serra os municípios de Camaquã, Encruzilhada e Caçapava do Sul. Geologicamente, o Escudo é uma massa cristalina que atinge 460 metros de altura e é entalhada pelos cursos dos rios Camaquã, Piratini e cabeceiras do Santa Maria.² Os municípios de Pelotas e São Lourenço situam-se na bacia da Lagoa dos Patos ou na sub-bacia do Camaquã como é o caso do município de Encruzilhada e Camaquã.

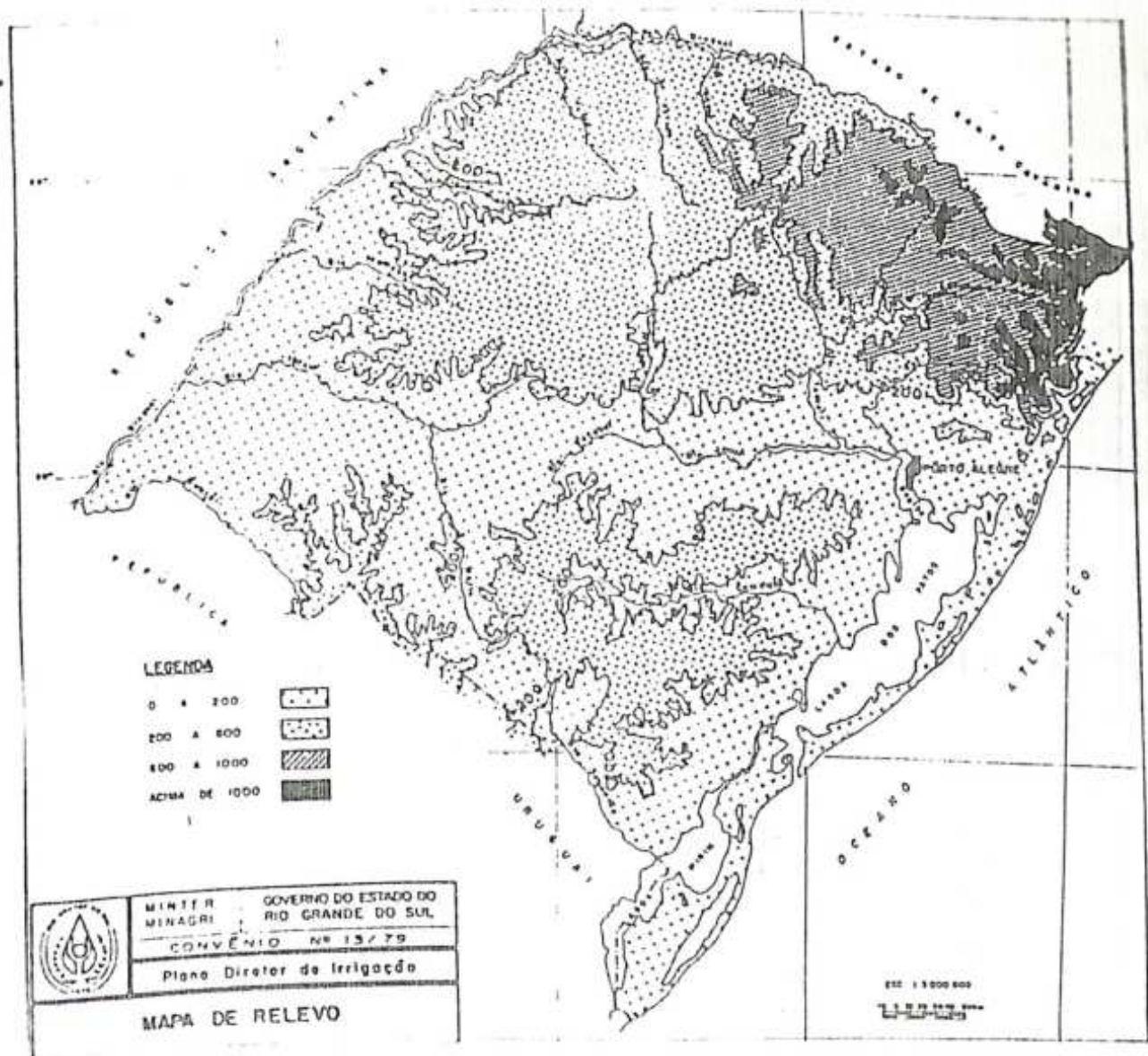


Figura 2. Mapa do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. Na região meridional do Estado evidencia-se a forma natural da Serra do Sudeste e do Litoral.

Fonte: SUDESUL. Escala 1: 3000 000

O canal de São Gonçalo, com 76 km de extensão, liga a lagoa Mirim à lagoa dos Patos. Atravessa região plana, de terrenos aluvionais. Nele deságua o rio Piratini, pela margem esquerda. A lagoa Mangueira, situada entre a lagoa Mirim e o oceano, tem cerca de 100 km de extensão por 10 km de largura. A exemplo da lagoa Mirim, serve para a irrigação dos arrozais da região. O rio Jaguarão tem suas vertentes no município de Bagé e deságua na lagoa Mirim após um percurso de 300 km. O rio Piratini tem suas cabeceiras junto à cidade de Pinheiro Machado; sua bacia drena parte do município de Erval, Pinheiro Machado, Piratini e Capão do Leão. O rio Camaquã tem suas nascentes nos municípios de Lavras do Sul, Caçapava do Sul e Bagé. Percorre cerca de 300 km até desaguar na lagoa dos Patos.⁴ As margens do canal São Gonçalo, juntamente com as do arroio Pelotas e do Jaguarão, compuseram parte do cenário da maior concentração de charqueadas gaúchas do século XIX. Em torno delas articulava-se o maior núcleo escravista do Rio Grande do Sul, que cobria especialmente a área que estamos caracterizando.

1.1.3- Vegetação

A vegetação litorânea é constituída por gramíneas de raízes longas e profundas, devido ao solo arenoso. As planícies distanciadas da praia formam uma pastagem seca e magra, composta por gramíneas e ciperáceas. Na orla dos lagos, encontram-se capões de vassouras sobrepujadas por jerivás e figueiras, alguns louros e cedros. No extremo Sul, entre os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, situa-se a Estação Ecológica do Taim que abrange uma área de 32.000 ha. Contém dunas, banhados, campos, lagos e lagoas. Vegetação hidrófila povoa as zonas inundáveis e banhados. Essa formação herbácea geralmente sustenta uma população densa e diversificada de aves e roedores nos arredores do Taim. Entre as corticeiras, encontram-se figueiras de grande porte. O banhado é um dos últimos remanescentes desse tipo de ecossistema. Em 1820, o cientista botânico Aguste de Saint-Hilaire, em sua viagem, observou em Pelotas: "Só na barra do rio Jaguarão, do arroio Piratini, os pantanais se avolumam, apresentando-se cobertos de juncais azul-cinzentos e por formações locais de mata paludosa."⁵

Os campos são limpos e estendidos sobre coxilhas suaves, com raros matacões de rocha exposta. Mais ao fundo, as coxilhas avolumam-se em serrotes de pouca altura com paupérrimo tapete vegetal. Nos arredores de Pelotas, as terras de campo misturam-se às areias do litoral e ao pedregulho da serra, abrigando vegetação de dimensões reduzidas e pobres. "Ao longo dos arroios desenvolvem-se formações de anteparos mais ricas e os ilhotes de espigões de granito, ora se acham revestidos de campo seco, como

⁴PRODERF, Programa para Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Região Sul do Rio Grande do Sul. 1988 p. 14-16.

⁵SIDESUL - ESTUDO DO DEPARTAMENTO DA LAGOA MIRIM p. 2-20.

os de Capão do Leão, ora ostentam matas de meia altura."⁶

A permanente alteração de aspectos secos, planos e magros, de areia e areião, cordões da galeria, pântanos com aguapés, juncais, mata palustre, serrotes de granito, maricás das cercas, os quadros de eucalipto e outras modificações provocadas pela ação do homem, fazem com que a paisagem de Pelotas seja a menos bem definida de toda a região. De modo geral, a fitofisionomia da região é formada por pastagens naturais de campos das zonas baixas e zonas altas, que constituem a paisagem dominante. As formações florestais têm mais de 30.000 ha de matas complexas nas cabeceiras dos vales.

1.1.4- Aproveitamento dos solos

Quanto ao aproveitamento das terras da região, temos as pastagens naturais das partes alta e baixa, os cultivos irrigados (arrozais) e não-irrigados e zonas inundáveis que são utilizadas como pastagem no verão. Os tipos de agricultura da região são: as pastagens naturais, para criação de gado bovino e ovino, nas terras altas, baixas e banhados; o plantio de cereais e leguminosas, no planalto; as culturas de pomares e hortaliças, nas zonas alta e baixa; a cultura intensiva de arroz irrigado, na zona baixa em rotação com pastagens.⁷

Viajantes e estudiosos do século passado referiram-se ao assunto em suas obras sobre nosso território. Saint-Hilaire, botânico francês que passou pela província em 1820, referiu-se à pobreza dos solos do litoral: "[...] terreno plano e arenoso, revestido de pastagens muito pobres." "Terreno sempre uniforme e arenoso. As pastagens inteiramente rasas e entremeadas, [...]. Uma orla de mata delimitada prolonga-se a leste, paralelamente ao caminho."⁸ Sobre a região de Pelotas e a Serra dos Tapes, afirmou:

As terras da paróquia apresentam uma mistura de areia e terra preta que se tornam próprias a toda sorte de culturas. Mas [...] são muito divididas e pertencem a charqueadores que não se dedicam à lavoura, contentando-se apenas em cultivar um pomar. Os víveres consumidos na região vêm em grande parte da Serra dos Tapes, situada a quatro léguas de São Francisco, onde o solo é fértil produzindo fartamente o milho, o feijão e mormente o trigo.⁹

Arsène Isabelle, outro naturalista francês que passou por esta região, em 1833-1834, em viagem de pesquisa, afirmou: "A posição de São Francisco de Paula é bastante aprazível, porque os campos que a cercam são muito férteis, bem cultivados, regados de

⁶FRODERF, Programa para Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Região Sul do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 19-20.

⁷Ideia, p. 4-7.

⁸SAINT-HILAIRE, August de. Viagem ao Rio Grande do Sul. São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1974, p. 49-50.

⁹Id., p. 69.

De 1605 a 1663, cronistas jesuítas deram informações a respeito do território e dos indígenas que viviam nesta região. As tentativas de colonização iniciaram, em 1678, com Manoel Jordão da Silva, mas, em 1703, o litoral gaúcho continuava despovoado. A história do povoamento do Sul brasileiro está vinculada ao ciclo da "fauna dos couros". O gado reproduzia-se naturalmente no Rio Grande do Sul e no Uruguai. Interessados na expansão dos territórios, na exploração do couro e no contrabando do Prata, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, em 1680.¹²

Até a fixação do homem neste território, o Rio Grande era habitado por indígenas aldeados ou não e era percorrido por comerciantes que, nas suas viagens para os portugueses da Colônia do Sacramento, caçavam o gado morto. O conhecimento do registro tornou-se cada vez mais exato porque as expedições foram cada vez mais frequentes. Em 1737, Silva Paes comandou a expedição decisiva para a fundação de Rio Grande, iniciando a ocupação do extremo Sul do Brasil. As demarcações de fronteiras decorrentes do Tratado de Madrid, em 1750, não foram completadas, tampouco, com o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777. Terminaram com a tomada da região dos Sete Povos pelos portugueses, em 1801.¹³

Em 1700, entraram no Rio Grande do Sul os primeiros escravos. Acompanharam os lusitanos desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680. Até 1780, a coligada colônia foi disputada entre Portugal e Espanha. Os perigos estimularam os lusitanos a ocuparem o território sul-brasileiro. O momento fundamental para isto foi a fundação de Rio Grande, em 1737. Ela nasceu mediante a possibilidade de venda do gado às províncias escravistas do Centro. Os primeiros tropeiros chegaram de São Paulo em 1730. Dois anos antes da fundação de Rio Grande, já existiam 27 estabelecimentos de criação de gado entre Laguna e o Rio Grande. Começava o ciclo das "trepadas" do qual, ao que parece, não participaram os escravos. Blinher Weimer sustenta a afirmativa de que o negro participou da formação da sociedade gaúcha desde o começo, apresentando o levantamento feito por João Machado Ferraz, autor da obra *Os Primeiros Gaúchos da América Portuguesa*, em 1980, através do primeiro livro de registros de batizados realizado em Rio Grande: das 977 crianças registradas, a quinta parte tinha sangue negro.¹⁴

Segundo o levantamento de 1780, realizado pelo tenente Córdoba, a freguesia de Rio Grande possuía 1.643 brancos, 182 índios, 596 pretos, um total de 2.421 habitantes. Na época, Rio Grande (São José do Norte) possuía uma população branca superior

¹² MESTRI FILHO, Mário José. O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charquada e a Bênese do Escravidão Gaúcho. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

¹³ CESAR, Guillermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. Estudo de Fontes Primárias da História Rio-grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: ESF-URRS, s.d. p. 167.

¹⁴ WEIMER, Günter. O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SABRA & Editora da UFRGS, 1991. p.9.

a Porto Alegre (Madre de Deus): 96 índios, 277 pretos, num total de 1.254 pessoas. A maior concentração numérica de escravos estava em Viamão (749) e Triunfo (1.277). O levantamento da população realizado em 1803, por ordem de Paulo da Gama (José da Silva), ao assumir o governo provincial, mostrou que a população havia crescido para 36.721 habitantes. Naquela época, enquanto Porto Alegre possuía 10% da população global (3.927 hab.), Rio Grande possuía cerca de 25%, mas englobava Pelotas e Piratini. Em 1808, o *Almanak da Vila de Porto Alegre*, escrito por Antônio Magalhães, avaliava a população da província em mais de 50 000 almas.¹⁵

O levantamento de Diogo de Souza, em 1811, mostrava que Rio Grande possuía 2.796 pretos, 7.162 brancos. Segundo Günter Weimer, a última estatística do período colonial é o *Quadro Estatístico e Geográfico*, realizado por Eleutério Camargo, em 1814. Segundo esse quadro, a população estadual era estimada em 70.653 habitantes, sendo 20.611 escravos. Na época, Pelotas, Piratini e Porto Alegre apresentavam uma população negra superior à população branca. Em Piratini, de 3.673 habitantes, 1.615 eram escravos e 352 libertos. Em Pelotas, de 2.419 habitantes, 247 eram libertos e 1.304 eram escravos. Os negros somavam 64,11%. Pelotas, juntamente com Rio Pardo, começava a se destacar como grande centro charqueador. Rio Grande, Pelotas e Piratini formavam o segundo maior contingente populacional da província.¹⁶

A população escravizada trabalhava nas fazendas que tinham produção agrícola de subsistência. Trabalhavam ao lado dos agricultores açorianos, nas residências, nos campos e nas cidades, em distintos serviços. Somente a partir de 1780, com a consolidação da indústria saladeril, o escravo passou a ser utilizado em grande escala. A partir de então, foi grande a participação dos escravos no contingente populacional das principais aglomerações urbanas da região. Em 1802, foram aqui introduzidos 990 escravos. De 1816 a 1822, a entrada de escravos foi crescente, mantendo um saldo positivo até 1850. Em 1814, em São Francisco de Paula, futura Pelotas, existia um número de escravos superior ao da população branca e indígena somadas. Em 1833, permanecia ainda superior, com 5.169 escravos frente 4.871 brasileiros livres, índios e libertos. No mesmo ano, Jaguarão tinha 2.541 escravos, enquanto os homens livres brancos eram em número de 2.856. Foi após a Revolução Farroupilha que a província tornou-se grande núcleo escravista, especialmente nos centros saladeiros. Em 1858, contavam-se 70.880 escravos (cerca de 25% da população); dois anos mais tarde, em 1860, esse número subiu para 76.109. A partir de 1850, o Rio Grande do Sul passou a exportar escravos para as províncias cafeeicultoras.¹⁷

No período imperial, Segundo Günter Weimer, somente em 1846 foi feita uma nova avaliação da população gaúcha, tendo por

¹⁵WEIMER, Günter. O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op., cit., p. 10-16.

¹⁶Idea, p. 11-13.

¹⁷MAESTRI, O Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 74 et seq.

base as listas paroquiais. Ela apresentou apenas o número de habitantes livres: 147.846 moradores. O levantamento de 1847 revelou números bem inferiores. O levantamento estatístico de 1848, baseado em casamentos, batizados e óbitos, somou uma população de 187.083 habitantes. Chama a atenção que apenas 4,37% dos casamentos foram de escravos. No levantamento estatístico de 1858 constatou um número de 208.044 pessoas livres e 71.911 escravos. Depois do recenseamento de 1872, o *Mapa Estatístico* da população mostrou que cerca de 80% das pessoas eram analfabetas. Naquele ano, havia 10.357 homens livres e 31.612 escravos.¹⁶

Segundo Robert Conrad, em *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, o censo de 1872 revelou que 71,89% dos escravos do Rio Grande do Sul (48.746) exerciam atividades agrícolas. Os criados e jornaleiros somavam 2.386 escravos e 16.669 exerciam outras atividades. Segundo Margareth Bakos, a população escrava, de 81.169, em 1881, diminuiu para 8.430, em 1887. Os 60.000 escravos, existentes em 1884, diminuíram para 22.709, em 1885.¹⁷

Os cativos legaram ao povo rio-grandense um contingente populacional significativo. O inglês Nicolau Dreys chegou à província em 1817 e, vivendo por duas décadas nas Missões e em Rio Grande, explorou grande parte do interior, dedicando-se ao seu estudo geográfico, demográfico e político. O autor destacou dois personagens típicos da população do século XVIII: os contrabandistas e os gaúchos. Segundo o estudioso, dos antigos indígenas, restavam alguns milhares, no início do século passado, confinados nas regiões das Missões. Em nossa região, os índios denominados *patos* teriam vivido em torno da lagoa que recebeu seu nome; os *charruas* habitavam as vizinhanças da lagoa Mirim; os *tapes* eram um grupo derivado dos guaranis que periodicamente chegavam à lagoa dos Patos.²⁰

Os primeiros habitantes de origem européia foram açorianos, paulistas e mineiros. Nicolau Dreys referiu-se às populações de São José do Norte, Capão do Meio, Mostardas, Viamão e Aldeia dos Anjos (atual Gravataí), afirmando que o início do povoamento da província deu-se naquela faixa litorânea. Em 1719, João Magalhães trouxe 30 homens para a futura freguesia de Viamão. Em 1735, os paulistas teriam tomado posse dos Campos de Vacaria.²¹ Em 1790, segundo Domingos Alves B. M. Barreto, a Vila de São Pedro era a principal povoação do Continente e as terras da Campanha eram habitadas por muitos fazendeiros com numeroso gado. De São José do Norte até Estreito, havia muitos estancieiros. Na região de Porto Alegre dos Casais, fundada em 1772, havia populações às margens do Rio Taquari, dos Sinos e do Gravataí. A Vila do Rio Pardo possuía muitas estâncias nos seus arredores.

¹⁶WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. *Op. cit.*, p. 24.

¹⁷Idem, WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. *Op. cit.*, p. 33.

²⁰DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva do Rio-Grande de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1927. p. 114 et seq.

²¹Idem

TABELA I
População do Rio Grande do Sul

ANO/LOCALIDADE	TOTAL	ESCRAVOS/PRETOS	%	FONTE
1780 Capitania	17 923	5.102 escravos	28,47%	Laytano (1957,p.35)
Porto Alegre	1 512	545 esc.	36,05%	Fund. De Econ. e Estatística
Rio Grande	2 421	596 pretos	13,51%	Laytano (1957,p.35)
Estreito	1 254	277 pretos	7,00%	"
1802 Capitania		990 esc. (entraram)		Maestri (1984, p. 74)
1803 Capitania	36 721			F.E.E. (1981, p.49-51)
1808 Capitania	50 000			Magalhães (1980, p.98)
1811 São Pedro	10 321	2.796 esc.		Laytano (1958, p.37)
S. Luiz de Mostardas	1 261	376 esc.		"
1814 Capitania	70 653	21.445 esc.	30,35%	F.E.E. (1981, p.50)
Porto Alegre	6 111	3.120 esc. + pretos	51,06%	"
Piratini	3 673	1.967 " "	53,55%	"
Rio Grande	3 590	1.364 " "	37,99%	"
Pelotas	2.419	1.551 " "	64,11%	"
S. Luiz de Mostardas	1 151	373 " "	32,41%	"
1830 R.Grande	6 000			Isabelle (1983, p.79)
1833 Pelotas		5 169 esc.		Maestri (1984, p.74ss)
Jaguarão		2 541 "		"
1846 Província	147 846(livre)			" (1981, p.60)
Porto Alegre	12 355(livre)			"
1846 Província		30 841 "		Bakos (1982, p.80)
1847 Província	119 882(livre)			F.E.E. (1981, p.61)
1848 Província	187 684(aval.)			" (" p.62)
Porto Alegre	16 900			Spalding(1940, p.62)
1858 Província	285 444	71 919 "	25,19%	F.E.E. (1981, p.66)
Porto Alegre	16 313	70 880 e	25,00%	Maestri (1984, p.74ss)
Porto Alegre	18 465	4 443 esc.	27,24%	"
1859 Província	282 547	70 880 "	25,09%	Spalding(1940, p.62)
Porto Alegre	19 945	8 417 "	42,20%	F.E.E. (1981, p.69)
1860 Província	309 476	76 109 "	24,59%	"
Porto Alegre		76 109 "		Cardoso (1977, p.81)
1861 Província	344 227	77 588 "	22,54%	Maestri (1984, p.74ss)
1862 Província	276 446	77 721 "	27,39%	"
1863 Província	392 725	77 419 "	19,71%	"
1864 Província		40 000 "		Conrad (1975, p.346)
1865 Rio Grande	14 000			Conde D'EU 9(1981, p.24)
1865 Pelotas	10 000			"
1872 Província	434 818	67 781 "	15,59%	Anuário(1984, p.78)
1874 Província	462 542	98 450 "	21,28%	Conrad (1975, p.345)
1881 Província		81 169 "		Bakos (1982, p.18)
1883 Província	700 000	62 138 "	8,88%	"
1884 Província		60 000 "		"
1884 Província		64 136 "		Conrad (1975 p.346)
1885 Província		22 709 "		Bakos (1982, p.18)
1887 Província		8 442 "		Conrad (1975, p.346)
1887 Província	944 616	8 430 "	0,89%	Bakos (1982, p.18)
1890 Província	897 455			Anuário (1984, p.78)
1900 Província	1 149 070			Anuário (1984, p.78)
Porto Alegre	73 674			F.E.E. (1981, p.109)

Entre Rio Pardo e Santa Tereza (Uruguai) havia "imensos campos".²² No começo do século XIX, o militar inglês Carl Seidler fez esta observação a respeito da população do interior: "Os vizinhos mais próximos às vezes moram a seis ou sete léguas."²³

Em 1830, o naturalista francês Arsène Isabelle previa que Pelotas suplanta a cidade de Rio Grande e em breve seria a segunda cidade da província. Segundo ele, São José do Norte e Rio Grande "unidas não têm mais que seis mil habitantes; a da margem direita, com quatro mil habitantes e da margem esquerda, com mil e quinhentos."²⁴ Ao passar por Rio Grande, em 1865, o Conde D'Eu calculou a sua população em 14.000 habitantes. Naquele ano, Pelotas contava com o mesmo número, aproximadamente. Pelas observações de viagem do Conde D'Eu, as vilas de Caçapava, Encruzilhada, Fogé e Jaguarão, descritas por Nicolau Dreys, anos antes, não haviam prosperado muito.

As mais populosas cidades da província, no século XIX, são as mesmas que apresentavam maior densidade demográfica no final do século XX. Na década de 1970, Pelotas e Rio Grande receberam intenso incremento populacional.

TABELA II

Tabela da população residente por localização, taxa de urbanização, em alguns municípios da região

MUNICÍPIOS	População Total		População Urbana		População Rural		Taxa de Urbanização	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Santa Vitória do Palmar	23.458	27.170	11.812	15.896	11.646	11.274	50,3	58,5
Rio Grande	116.468	146.115	103.921	137.093	12.567	9.022	89,2	93,8
Pelotas	207.869	259.950	154.827	204.803	53.042	55.147	74,4	78,8
Canguçu	62.451	55.825	5.195	8.878	57.256	46.947	8,3	15,8
Pedro Osório	16.261	15.016	8.167	9.411	8.994	5.605	50,2	62,7
Arroio Grande	18.210	16.649	9.112	10.777	9.098	5.872	50,0	64,6
Jaguarão	22.451	23.270	16.625	18.209	5.826	5.061	74,0	78,1
Ervál	7.954	7.281	2.181	2.759	5.773	4.522	27,4	37,9
Piratini	24.444	20.126	2.856	5.566	21.588	14.560	11,6	27,6
Pinheiro Machado	14.260	14.356	4.376	6.239	9.884	8.117	30,6	43,5

Fonte: PRODERF, 1988.

Fatores econômicos provocaram a diminuição da população rural e o crescimento das sedes dos municípios. Em 1980, 74,5% da população da região vivia no meio urbano. Naquela década, Arroio Grande, Canguçu, Ervál, Pedro Osório e Piratini apresentaram taxa anual de crescimento negativo.²⁵

²² ZSAR, Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. Op. cit., p.167.

²³ SEIDLER, Dez anos no Brasil. op. cit., p.91.

²⁴ D'EU, Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 24.

²⁵ PRODERF, Programa de Desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul. op. cit., p.29 et seq.

TABELA III

Taxa de crescimento por município da região do PRODERF

POPULAÇÃO TOTAL			
Municípios			Taxa de Crescimento Anual
	1970	1980	
S.V.PALMAR	23 458	27 170	1,5
RIO GRANDE	116 488	146 115	2,3
PELOTAS	207 869	259 950	2,3
CANGUÇU	62 451	55 825	-1,1
P. OSÓRIO	16 261	15 016	-0,8
A. GRANDE	18 210	16 649	-0,9
JAGUARÃO	22 451	23 270	0,4
ERVAL	7 954	7 281	-0,9
PIRATINI	24 444	20 126	-1,9
P. MACHADO	14 260	14 356	0,1
ESTADO	6 664 891	7 777 212	1,5

FONTE: PRODERF Levantamento das necessidades de formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional. Dados do Censo demográfico 1970 - 1980. IBGE.

1.2. Aspectos econômicos e políticos da região

1.2.1. A estrutura fundiária

Em 1620, Saint-Hilaire registrou mais de três dezenas de estâncias na sua trajetória entre Torres e Xui, região pontilhada de estâncias distantes entre si de três a seis léguas, ou seja, 18 a 30 km, em média.

Em 1723, João Magalhães estruturou as primeiras sesmarias às margens da lagoa dos Patos e estabeleceu os primeiros currais de criação. Desde 1730, foram concedidas datas e sesmarias a vilões e tropeiros por serviços prestados. Segundo os *Livros de Registros de Concessões de Terras*,²⁴ de 1738 a 1800, foram concedidas mais de uma centena de sesmarias na região em questão. Até 1800, foram distribuídas mais de 15 sesmarias. Em 1715, foram organizadas as primeiras estâncias no território do Rio Grande do Sul. O povoamento dos municípios apontados foi empreendido no

²⁴SINOPSE DAS CONCESSÕES DE SESMARIAS I- Livros de registros de de terras números 1,2,3 (1737 a 1761); II- Livros de registro geral, números 1 a 6 (1738 a 1792); e livro 5 do registro de expedientes. Porto Alegre: Arquivo Histórico, 1976.

final do século XVIII. Em 1816, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul passou a ser Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No período de 1814 a 1818, foram efetivadas cerca de 234 concessões de terras nas fronteiras da região administrada por Rio Grande. Foi o período do mais intenso processo de distribuição de sesmarias. Em 1822, estava praticamente encerrado aquele vertiginoso movimento. Ao que parece, o fenômeno está vinculado ao desenvolvimento da economia das charqueadas. A Tabela IV permite visualizar num quadro a intensidade do movimento de distribuição das terras da região.

O processo de concessões foi turbulento e baseado em critérios de favorecimentos políticos e pessoais. A mesma terra, não raro, era concedida a um ou mais requerentes ou várias vezes a um só proprietário. Moradores de outras capitânicas requeriam terras aqui para as venderem. Segundo Manoel Antônio de Magalhães, a apropriação de terras não respeitou a lei de sesmarias que limitava em três léguas a concessão. A posse de uma grande propriedade assegurava a posse do gado alçado que nela pastava. Em consequência: "[...] um homem que tinha a proteção, tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e da filha que ainda estavam no berço."²⁷

TABELA IV
CONCESSÕES DE SESMARIAS NA REGIÃO SUL: 1720 - 1830

LOCALIDADES	DECADAS			
	1730 a	1800 a	1810 a	1820 a
	1800	1810	1820	1830
Rio Grande	23		42	08
Pelotas	23	02	46	
Piratini	01		15	
P. Machado	17		15	
Arroio Grande	02		16	
Erval	01		08	01
S.V.Palmar			30	
Pedro Osório			07	01
Canguçu	01		23	02
Caçapava		02		
Camaquã	15		14	06
Encruzilhada			01	03
São Lourenço	01		03	
S. José do Norte	01			
Total	62	05	223	22
TOTAL GERAL				312

FONTE: Sinopse das concessões de sesmarias

²⁷Apud FREITAS, Décio. O Capitalismo Pastoral. Porto Alegre: EST, 1980. p. 15.

No começo do século XIX, dizia Francisco João Róscio:

Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra entendendo que todas lhe são precisas ainda que só se serve de uma insignificante parte junto à sua cabana e por isso ainda que toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio.²⁸

Ao passar pela região das Missões, Saint-Hilaire fez o seguinte registro a respeito das terras do marechal Chagas: " [...] possuía ele oito [...] calculando-se em 24 léguas a extensão dos terrenos que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém, a preços baixos e [...] foi o medo que muitas vezes obrigou os proprietários a vendê-las." ²⁹ O marechal Chagas era comandante da Província na época.

A defesa e a pecuária definiram a formação regional, a ocupação e o povoamento da terra, apropriada em regime de latifúndio. Antônio Gonçalves Chaves, charqueador no Rio Grande do Sul e no Uruguai, fez um verdadeiro balanço da administração e da sociedade rio-grandenses, ao tempo da Independência. Denunciou a situação de muita gente que não tinha onde morar:

- 1º - Nossa população é quase nada em comparação da imensidade de terreno que ocupamos a três séculos.
- 2º - As terras estão quase todas repartidas [...].
- 3º - Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mesmo quando consente é sobre temporariamente e nunca por ajuste que deixe fixar a família por alguns anos.
- 4º - Há muitas famílias pobres vagando de um lugar em lugar, segundo o favor e o capricho de proprietários das terras, e sempre faltas de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente.³⁰

A tentativa de organizar a concessão de sesmarias, em 1810, favoreceu as mesmas irregularidades nos anos seguintes. Em 1822, a introdução do sistema por ocupação não provocou alterações efetivas na estrutura fundiária do Rio Grande. Em 1850, com a Lei de Terras, a propriedade do solo passou a ser acessível a quem tivesse terras e recursos para adquiri-lo. A expropriação em massa continuou e a estrutura fundiária se consolidou. Em 1888, os ex-escravos e seus descendentes não tiveram, salvo raríssimas exceções, acesso à propriedade da terra. Em nossos dias, continua-se a manter a predominância da grande propriedade. Em Rio Grande, Bagé e Arroio Grande existem propriedades com mais de 20.000 ha.

Em 1980, cerca de 80% dos estabelecimentos da área dos municípios indicados eram constituídos de propriedades menores de 100 ha., com área média de 23 ha., abrangendo 14,8% do total. O município de Canguçu possuía 30,4% das propriedades de terra com menos de 100 ha. Em 1935, 34 estabelecimentos de Arroio Grande

²⁸Apud FREITAS, O Capitalismo Pastoral. Op. cit., p.132.

²⁹SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 138.

³⁰CHAVES, Antônio Gonçalves. Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre: ERUS, 1977. p. 93-94.

detinham 70.618 ha. Enquanto que 1.225 proprietários possuíam apenas 220.000 ha. Verifica-se nesta década o decréscimo do número de propriedades. De 1970 a 1975, em Canguçu desapareceram 1.237 pequenas propriedades. A nível estadual, verifica-se o fenómeno de modo particular nas pequenas propriedades.

TABELA V

Estrutura fundiária, por grupos de área total, por municípios da região - 1970

Municípios	Total		Menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 a menos de 10.000 ha		Mais de 10.000	
	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área
Santa Vitória	1.738	348.953	1.067	37.747	604	173.424	67	137.783	-	-
do Palmar	2.596	222.433	2.291	32.605	253	74.537	51	95.256	1	21.0321
Rio Grande	7.164	258.114	6.979	127.130	156	47.448	29	79.824	-	-
Pelotas	11.822	324.512	11.383	188.130	412	100.894	22	35.488	-	-
Canguçu	1.462	101.353	1.328	28.957	113	28.176	21	44.202	-	-
Pedro Osório	911	219.807	517	23.853	359	108.055	43	87.900	-	10.600
Arroio Grande	923	200.287	572	18.351	309	97.475	44	84.460	-	-
Jaguarão	1.014	276.672	549	24.165	399	127.120	66	125.309	-	-
Erval	3.652	277.464	3.040	90.048	582	136.959	30	50.469	-	-
Piratini	1.553	264.229	962	36.919	553	175.797	36	51.513	-	-
Pinheiro Machado										

Estrutura fundiária, por grupos de área total, por municípios da região - 1975

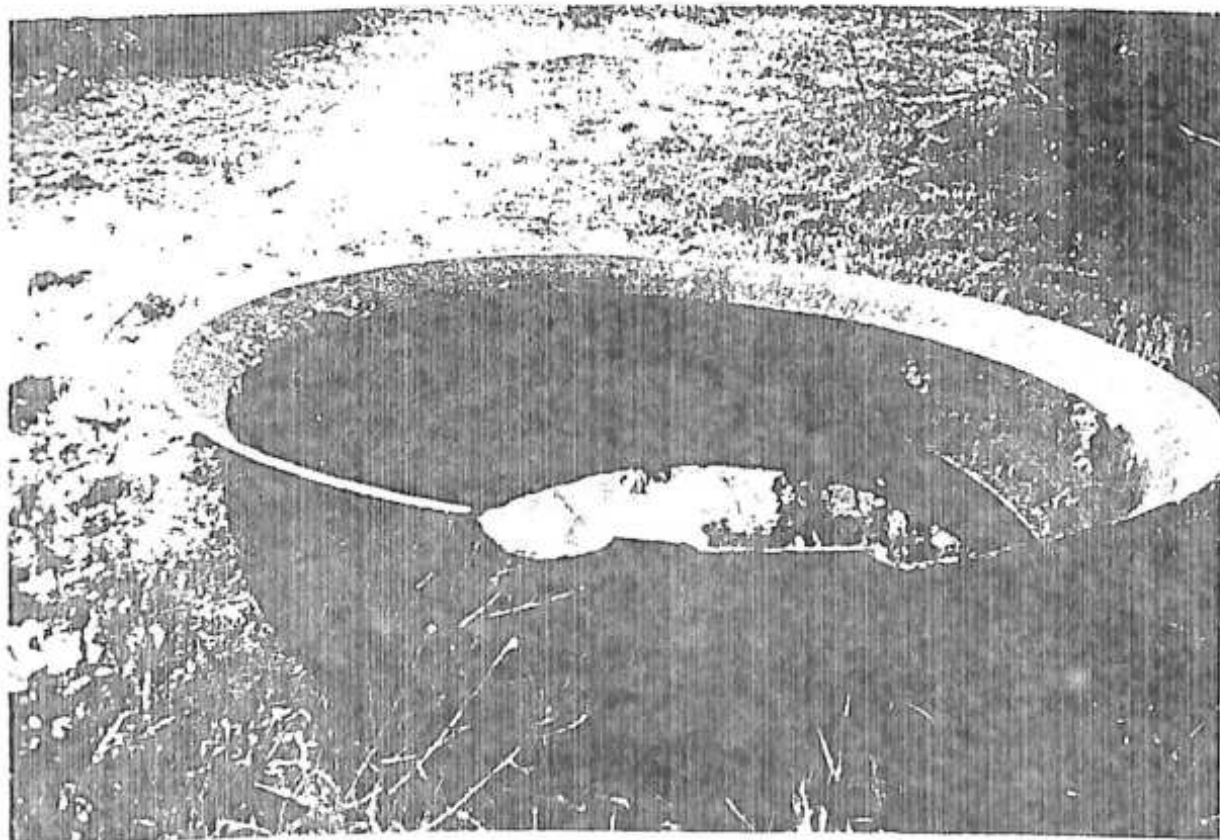
Santa Vitória	1.612	348.482	1.020	35.864	518	156.672	72	141.335	1	14.610
do Palmar	2.543	233.656	2.278	30.732	264	76.622	50	96.302	1	28.000
Rio Grande	6.977	253.875	6.798	121.609	148	44.605	31	86.861	-	-
Pelotas	10.575	309.042	10.146	186.493	415	99.521	14	23.028	-	-
Canguçu	1.532	113.257	1.398	29.661	127	35.157	23	48.439	-	-
Pedro Osório	1.225	220.732	807	29.175	382	110.369	34	70.618	1	10.600
Arroio Grande	866	193.462	582	16.332	266	98.143	38	78.967	-	-
Jaguarão	1.409	262.442	915	30.893	444	136.477	50	95.071	-	-
Erval	3.757	297.438	3.132	94.457	592	157.354	32	55.628	-	-
Piratini	1.612	255.415	1.043	37.175	523	161.457	41	56.783	-	-
Pinheiro Machado										

FONTE: Censo Agropecuário/RS, IBGE, - 1970 e Anuário Estatístico do RS, v. 10, 1977, in PRODERF, 1988.

O Censo Agropecuário de 1975, realizado pelo IBGE, revelou que 84% dos proprietários, responsáveis por 70% da alimentação regional, possuíam 24% das terras do Estado. Os 16% dos restantes, possuíam 76% das mesmas. Baseada no mesmo Censo, Luiza H. S. Kliemann afirma que 1.300.000 pessoas deixaram a zona rural do Estado entre os anos de 1970 e 1980. Segundo a FETAG-RS, 230.000 pessoas fizeram o mesmo entre 1980-82. "O êxodo rural estaria, dessa forma, em torno de 1,6 milhão de pessoas em 13 anos."²¹



1



2

Foto - 1 e 2
 Sede da charqueada São João. Espécie de cuba de ferro utilizada
 para cozinhar línguas dos bois abatidos nas charqueadas.
 Foto do autor.

1.2.2- As charqueadas na economia da Região Sul do Rio Grande do Sul

No final do século XVIII, a economia gaúcha reajustou-se a demanda do trigo e do charque, fato ocasionado pela baixa da demanda de animais para as Minas Gerais. E, com as charqueadas, desenvolveu-se a exploração definitiva do potencial pecuário gaúcho,²² enquanto o contrabando de gado da Banda Oriental permanecia como nunca. As charqueadas de Pelotas atraíam grandes recursos,²³ aquela indústria foi responsável pelo regime social escravista no Rio Grande do Sul. A arte de charquear era conhecida desde o século XVII, na América Meridional. Em 1603, o artigo era reportado de Buenos Aires. No séc. XVIII, era experimentada a produção de carne salgada na Colônia do Sacramento. No Rio Grande do Sul, charqueava-se antes da fundação de Rio Grande. Segundo o relato do marechal Kunck, Charqueada Velha teria sido a sede de primeira charqueada, operada por Cristóvão Pereira, por volta de 1732, à margem do caminho que ligava Laguna a Rio Grande.²⁴

Até 1780, o ato de charquear era artesanal. Um processo de caráter industrial ocorreu, pelo que consta, a partir daquela ano, com as atividades do primeiro grande charqueador, Pinto Martins, nas regiões do arroio Pelotas. As primeiras charqueadas eram toscas e de indústria acanhada. Após a retomada de Rio Grande aos espanhóis, a produção de carne-seca assumiu um caráter manufatureiro. Comercializava-se carne, couro, sebo, graxa, cabelo e cinza.²⁵ Numerosas charqueadas surgiram às margens do canal São Gonçalo, arroio Pelotas, lagoa dos Patos e do rio Jaguarão.

O charque impulsionou a economia gaúcha, tornando-se o principal produto da região. Em 1814, ele ocupava o terceiro lugar nas exportações da Capitania, antecedido pelo trigo e pelo couro. Sete anos depois, era o primeiro das exportações. Em 1861, 74,9% das exportações da província eram originárias de produtos das charqueadas, especialmente o charque e o couro. Em 1820, Pelotas era a cidade mais rica da Província.²⁶ Em 1822, funcionavam em Pelotas 22 charqueadas. A sua forte dinâmica era favorecida pela crise das charqueadas platinas, decorrente dos conflitos das independências. A mão-de-obra escrava, essencial para a produção do charque, estabeleceu-se em boa parte do território gaúcho, principalmente nas zonas das charqueadas. O charque provocou a criação e a proliferação de outras estações na região da fronteira. O melhor aproveitamento do animal nas charqueadas estimulou a racionalização das estações, que se expandiram até a Banda Oriental. Afirmou

²² MESTRI, O Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 54

²³ CESAR, Guilherme. O Contrabando no Sul do Brasil. Porto Alegre, EST; Caxias do Sul, UCS, 1978. p. 42.

²⁴ MESTRI, Op. cit., p. 54

²⁵ *Ibid.*, p. 54-58.

²⁶ ASSUMPTIO, Jorge Euzébio. Idade, sexo, ocupação e nacionalidade dos escravos. In ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Porto Alegre: EDIPUCRS, XVI (1,2), 1990, p. 29-30.

Saint-Hilaire: "Não é raro encontrar estâncias com 10 a 14 mil cruzados. Como quase não há despesas a fazer, tal fortuna tende a aumentar em rápida progressão."³⁷

Em 1821, o charque era o primeiro produto das exportações, contando com grande reserva de gado selvagem na zona setentrional da província. Berenice Corsetti afirmou que, de 1825 a 1827, somente, 24 milhões de cabeças de gado foram contrabandeadas para o Brasil. Em 1828, entre outros motivos, a política econômica do governo, favorecendo o charque platino, após a independência do Uruguai, levou os estancieiros do Rio Grande do Sul à Revolução Farroupilha. O acordo do Ponche Verde abriu um período de apogeu aos pecuaristas. O Tratado de Navegação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai favoreceu as charqueadas gaúchas.³⁸ Com a extinção do tráfico negreiro internacional, sobreveio a crise, agravada pela forte concorrência proporcionada pela modernização da indústria saladeril do Prata. Os charqueadores uruguaios ofereciam no Brasil um produto melhor e com preço mais acessível.

Louis Couty foi um médico e cientista francês que viveu e viajou pelo Brasil de 1879 a 1884. Ao estudar a economia das charqueadas encontrou numerosos elementos técnicos na indústria da carne-seca do Prata que permitiam uma visível superioridade na produção e no comércio em relação à indústria pelotense. A grande superioridade decorria da aplicação da mão-de-obra assalariada pelos saladeiros do Prata; da visível vantagem da produção e dos rendimentos do charqueador daquela região que não precisa onerar-se com a sustentação da mão-de-obra escrava, com a vigilância e com a necessária coação sobre o escravo.³⁹

1.2.3- A escravidão na Região Sul

Segundo Berenice Corsetti, a escravidão nas estâncias foi pouco estudada. Os mapas estatísticos expressam o papel relevante que os cativos devem ter exercido naquelas unidades produtivas. O escravo realizou tarefas urbanas significativas e sustentou a riqueza das charqueadas, por mais de um século. "Como em outras áreas brasileiras ao longo do século XIX, foi marcante a presença de 'casas-grandes' e senzalas, dos troncos e dos feitores, da violência e do enfrentamento entre o senhor e o escravo."⁴⁰ Para Margaret Bakos, a produção em escala permitiu que houvesse recursos para comprar escravos novos e robustos, tanto africanos como "ladinos", possuidores de uma profissão. Antes da indústria do charque, a utilização do escravo para a agricultura e pecuária era pequena.⁴¹

³⁷SAINTE-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio grande do Sul. Op. cit., p. 57.

³⁸CORSETTI, Berenice. Estudo da Charqueada Escravista no Século XIX. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1983, mimeografado, p. 49-50.

³⁹COUTY, Louis. Rapport sur le Maté et les Conserves de Viande. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1980.

⁴⁰CORSETTI, Berenice. Estudo da Charqueada Escravista no Século XIX., Op. cit., p. 65.

⁴¹BAKOS, Margaret. Escravidão & Abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p.65.

Após a Revolução Farroupilha, a província do Rio Grande reafirmou-se como centro escravista. Em 1858, os 70.000 escravos existentes no Rio Grande do Sul foram superados, em 1860, por mais 6.000. A quantidade de homens, em relação às mulheres escravizadas, era de dois por uma, em geral. A partir de 1850, Rio Grande do Sul passou a exportador de escravos. Em 1862, 27% da população da província era formada de escravos. De 276.446 habitantes, 75.721 eram escravos. Em termos proporcionais, foi o momento em que tivemos o maior número de cativos. Em 1874, havia 98.000 na província. A atividade na plantação, em certas áreas, foi popularizada e desenvolvida pela demanda das charqueadas.⁴² "Com o advento da charqueada, o escravismo gaúcho objetiva-se em atividade produtiva fundamental; a charqueada gaúcha funciona plenamente em marcos de uma organização social escravista de produção."⁴³

Foi a indústria do charque que tornou regular a entrada de mão-de-obra escrava na Província, generalizando-a. É o que afirma também Fernando Henrique Cardoso:

Com a utilização do escravo na produção gaúcha do trigo criaram-se inclusive estímulos para a articulação mercantil dos produtos da região. Quando as condições de mercado permitiram e suscitaram a organização da economia do gado em moldes 'mercantis', o emprego de mão-de-obra escrava generalizou-se no Rio Grande do Sul. [...] Nas estâncias a quantidade de negros usada não chegou a ser grande, tanto que houve a utilização concomitante do trabalho indígena e do trabalho de peões livres, porque a quantidade de mão-de-obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena.⁴⁴

Paralelamente, desenvolvia-se uma produção de subsistência, através da mão-de-obra escrava, cuja utilização era regular. Os recentes estudos sobre a escravidão brasileira centraram o eixo das discussões sobre o escravo de ganho e o escravo de aluguel. Jacob Gorender lembra que a instituição do escravo-de-ganho já existiu no mundo greco-romano e que não representou, por si, o surgimento de contradições no regime escravista. Os estudos atuais do escravismo no Rio Grande do Sul mostraram que o tráfico interno de escravos, após 1850, deslocou os escravos das cidades gaúchas para as províncias cafeeiras e possivelmente para as zonas charqueadoras.⁴⁵

O escravo-ganhador, a alforria e o pecúlio aparentemente representam a amenização das condições de vida do escravo mediante o caráter patriarcal de importantes esferas da sociedade escravista urbana. A vigilância social, as posturas municipais, o toque de queda, a presença de caçadores de fugidos, a obrigação do porte de bilhetes mostram que não existiam amenidades. Não havia elementos de contradição e superação uma vez que, aqueles fenômenos representavam novas estratégias de manutenção do sistema e expropriação do cativo. A canalização dos escravos urbanos para as zonas cafeeiras evidencia, mais uma vez, a predominância da

⁴²MAESTRI, O Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.96-97.

⁴³Idea., p.99.

⁴⁴CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: DIFEL, 1962. p. 79.

sociedade escravista rural, que efetivamente manteve a produção sob a coação dos castigos físicos.⁴⁶

Saint-Hilaire, em sua viagem de três meses pelo litoral do Rio Grande do Sul, registrou a vigência do regime escravista rural na região. Referiu-se em mais de 30 ocasiões a negros e, por algumas vezes, a senzalas. No percurso entre o Estreito (São José do Norte) e Santa Tereza (Uruguai), o viajante reportou-se, de forma explícita, 21 vezes, a escravos. O negro não foi descrito com particularidades mas apareceu sempre em cenas de trabalho. Sobre o escravismo rural, comentou: "Várias pastagens comportando uma imensidão de gado, não exigem dos estancieiros grandes despesas com escravos como acontece nas regiões de mineração ou de indústria açucareira." Algumas páginas antes, referiu-se ao pomar da estância de um senhor de nome Silvério, propriedade situada a cinco léguas de Rio Grande:

E de notar que para cuidar desse pomar ele emprega doze negros, certamente três jardineiros franceses cultivariam muito melhor um espaço de terreno semelhante. Os negros são naturalmente pouco ativos; quando livres só trabalham o suficiente para não morrerem de fome, quando acorrentados trabalham mal e com excessiva lentidão.⁴⁷

Seguindo sua viagem na direção do Xuí, Saint-Hilaire encontrou um escravo cuidando da estância do senhor ausente. Na estância de Francisco Correia, encontrou uma mulher a tecer o vestuário dos escravos. Essa mulher achava-se a fiar lã para fazer ponchos grosseiros para os negros e que empregam também à guisa de cheripá. Ao passar pela estância do Xuí, a dona da casa mostrou-lhe tecidos de linho, de algodão e lã, muito fortes, sendo os de lã mais grosseiros e destinados às roupas dos escravos.

1.2.4- A abolição da escravatura em Pelotas e no Rio Grande do Sul.

Nos anos de 1920, João Maia ressaltou a benevolência da escravidão no Rio Grande do Sul, deixando claro que ocorreu a libertação condicional, na maior parte dos casos. Em 1822, o naturalista e geólogo Herbert Smith, em suas impressões de viagem - *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* - escreveu a propósito da importação da carne-seca dos saladeros do Prata:

O escritor Dr. Couty mostrou que a gravidade real da concorrência resulta da qualidade diferente do trabalho empregando os escravos em Pelotas e os trabalhadores livres nos estados platinos. É um dos mais poderosos argumentos que eu tenho visto em favor da emancipação, tanto mais poderoso por tratar a questão debaixo do ponto de vista comercial sem o mínimo vislumbre de sentimentalismo e, aparentemente, sem saber que era um argumento aplicável a outras indústrias. [...] Para eles, a abolição é uma necessidade comercial que tem custado a perceber mas que nem por isso é menos certa.⁴⁸

⁴⁶SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 79 e 84.

⁴⁷SAINT-HILAIRE, A. Op. cit., p.87 e 95.

⁴⁸CUNRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 249.

Assim pensavam alguns abolicionistas. Certamente não eram charqueadores, que, na sua maioria, continuava escravista. Segundo Robert Conrad, a escravatura mantinha-se importante para as charqueadas mas a província estava vulnerável à onda abolicionista. Isso levou os rio-grandenses a entrarem num compromisso astuto com o abolicionismo: dar aos escravos o rótulo nominal de homens e mulheres 'livres', mas usando o trabalho dos escravos através da prestação temporária de serviços. Em dois meses, dois terços dos 60.000 escravos da província receberam a condição de livres. A maioria foi obrigada a continuar trabalhando, sem pagamento, aos seus antigos senhores, de um a sete anos. O movimento não tinha o caráter liberal e generoso que propalava. A Lei Rio Branco permitia esse artifício de forma explícita. A fórmula da libertação com a cláusula de serviços foi defendida por Silveira Martins: "Dai-lhe liberdade, recomendou o senador aos proprietários, com a condição de trabalhar ainda 3, 4, ou 5 anos (nunca mais) conforme o valor que julgais devido. Não desorganizeis, assim, vosso trabalho e tereis tempo de preparar a transição para o trabalho remunerado".⁴²

O presidente da província, por sua vez, sugeriu formas de forçar os escravos a aceitarem o sistema, o que o Ministro da Agricultura apoiou totalmente. Editores do jornal *O Conservador*, de Porto Alegre, enviaram cartas a todos os municípios da província, em outubro de 1884, aconselhando os senhores de escravos a conservá-los, uma vez que escravos eram propriedade legal de quem os comprara. O sistema de contratos de serviço despertou entusiasmo. Sobre ele se criou um 'idealismo' antiescravista no Rio Grande do Sul.

Em abril de 1884, o jornal *A Reforma*, da capital da Província, informava sobre as libertações em Pelotas e previa a rápida Abolição da escravatura na província. O Clube Abolicionista de Porto Alegre e a imprensa atuaram pela supressão do trabalho escravo naquela cidade. O fato foi 'festejado'. Em 7 de setembro de 1884, com grandes cerimônias, durante as quais os ex-escravos foram lançados à sombra da liberdade dos seus senhores, distintas organizações celebraram a extinção da escravatura na catedral e no palácio municipal e festejaram ao modo das classes mais abastadas. Nas semanas seguintes, cidade após cidade informava sobre o estabelecimento de clubes de emancipação, a libertação de centenas de escravos ou a erradicação completa da escravatura. No 13º aniversário da Lei Rio Branco, 11 cidades, 17 vilas e seis municípios do Rio Grande do Sul já haviam sido declarados inteiramente livres da escravidão.⁴³

Em 17 de outubro, Pelotas proclamou a liberdade do último de seus cinco mil escravos, com o presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros presente para verificar o 'sacrifício' que isso representava para os proprietários. A imprensa, o Clube e o Centro Abolicionistas empenharam-se em acelerar o processo da

⁴²CONRAD, Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. Op. cit., p.282.

⁴³OSORIO, Fernando Luiz. A Cidade de Pelotas. Corpo, coração e razão. 1822-1922. Pelotas: Diário Popular, 1922. p. 108-109.



Foto 3. José Facundo Mira expõe o livro de atas do Club Abolicionista. Seu avô foi sócio fundador do Clube. Foto do autor.

emancipação. Em 4 de setembro, o presidente Leopoldo Maciel insistia na emancipação por meio da locação de serviços e procurava fazer com que o Centro influísse sobre os municípios vizinhos. No dia da libertação em Pelotas, o Centro e o Clube Abolicionista promoveram festas e desfiles.²¹ Robert Conrad acrescenta:

Os mais afetados haviam sido os donos das charqueadas [...]. Dos 5.000 escravos que a cidade tivera, dois mil eram servidores domésticos ou trabalhadores do porto e 1.000 eram usados na agricultura. Os outros 2.000 [...] trabalhavam nas charqueadas. Em 1888 [...] ainda existiam um total de 8.442 escravos no Rio Grande do Sul, a maioria deles jovens e quase todos eles nas áreas rurais. Em 1897, os jornais pelotenses publicavam anúncios para aluquel de cozinheiras negras e até de uma 'ama-de-leite' sem 'cria'.²²

²¹CONRAD, Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil. Op. cit. p. 253.

²²Ideia

1.3- Aspectos políticos e econômicos do século XIX e do século XX

1.3.1- A política e a economia de 1890 a 1930

Segundo Günter Weimer, os senhores procuravam misturar africanos de diversas nações a fim de impedir a comunicação em idioma de origem e para despertar, entre eles, rivalidades nacionais. Os objetivos eram evidentes: dividir para enfraquecer. Os ladinos estavam a par dos costumes da terra e podiam produzir mais. Contudo, eram os mais temíveis e perigosos, por conhecerem melhor o ambiente, se comunicarem melhor com companheiros e por serem mais eficientes nas fugas. Esse é um exemplo do modo como era articulada a vida político-social no seio da sociedade escravista do século XIX.

Segundo Mario Maestri,²⁴ desde 1530, o escravismo foi forma hegemônica de produção no Brasil, determinando profundamente a vida social brasileira até a Abolição. O mundo rural dominava o mundo urbano. Em torno do latifúndio monocultor escravista articulou-se a vida econômica e social. Apesar da relativa autonomia econômica de cada região, o Senado da Câmara - sob o firme controle das elites locais - exerceu, durante o período colonial, uma ampla autoridade sobre os assuntos municipais. Com o desenvolvimento do capitalismo europeu, o pacto colonial caducou e as elites americanas lançaram-se na conquista do poder político. A atomização político-territorial do Brasil foi mantida na Independência. O unitarismo prevaleceu apesar do movimentos separatistas similares à Revolução Pernambucana de 1817.

As articulações políticas da Independência centraram-se na preocupação de mudar salvando o escravismo. Outros fatores de pressão ganharam um lugar secundário. "O Estado Monárquico, autoritário e centralizador" - diz Mario Maestri - "foi criatura da escravidão."²⁵ A pacífica coroação de D. Pedro I trouxe de arrasto uma série de problemas que o levaram à deposição. O comércio na mão dos lusitanos, senhores endividados com os comerciantes portugueses, D. Pedro comprometido com a supressão do tráfico negreiro, exigências autonomistas e separatistas foram, em parte, resolvidos pelo golpe de 7 de abril de 1831. O Ato Adicional de agosto de 1834 criou as Assembléias Provinciais fortalecidas e diminuiu o poder discricionário do governo central.

Muitos problemas se agravavam e sobrecarregavam as costas largas das classes subalternas enquanto os movimentos como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolução Farroupilha e outros foram frustrados em função da manutenção do sistema escravista. Os

²⁴MAESTRI, Mário. Da Abolição à República: A Agonia do Estado Escravista. Palestra pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Separata da Revista IHGRGS, n. 26, 1988.

²⁵Idem

principais inimigos da ordem vigente seriam os escravos e não os senhores separatistas. A Regência Una de 1837 começou a reação antiliberal e centralizadora, tendo a principal representação nos cafeicultores fluminenses. A cafeicultura cimentou o casamento monarquia e escravismo. O autoritarismo monárquico, a expansão da cafeicultura e a perfeita interpretação, pela Monarquia, das necessidades da ordem escravista, garantiram a estabilidade do segundo Reinado. A abolição do tráfico transatlântico, em 1850, iniciou a inexorável derrocada do sistema escravista brasileiro. Os escravos não se reproduziam devido às condições de vida; o preço médio do cativo subiu. A transferência de escravos do Norte, Nordeste e dos centros urbanos para o Centro-Sul garantiu o escravismo por mais alguns anos.

A Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América e as opiniões antiescravistas da Europa estimularam o movimento abolicionista a partir dos anos 40, fortalecendo, pela primeira vez, a luta secular dos escravos contra o escravismo. O governo tomou a si a questão servil, e, através da Lei do Ventre-Livre e a Lei dos Sexagenários, manteve a escravidão brasileira por mais alguns anos, inclusive nas regiões onde ela já perdera o sentido. A Guerra do Paraguai serviu para o mesmo objetivo. Segundo Mário Maestri, a Abolição efetivou-se com a insurreição escrava que ganhou expressão na evasão em massa de escravos das fazendas. Diante da irreversibilidade do movimento, o Exército afastou-se das perseguições a escravos e em poucos meses a produção escravista estava destruída. Dissolviam-se as condições que haviam sustentado o centralismo monárquico. São Paulo surgiu como o novo centro de poder em um momento em que os laços de nacionalidade haviam começado a crescer. Novas formas de produção e novas classes sociais exigiam novas e complexas formas de dominação.²⁴

Durante o período imperial, efetivou-se o sistema escravista no Rio Grande do Sul. Para o período republicano, Sandra Pasavento em *História do Rio Grande do Sul*, mostra o encadeamento dos fatos econômico-políticos no Rio Grande do Sul. Após a instauração da República, constituiu-se um mercado interno e começou a se desenvolver a indústria. O setor pecuarista, que governava o Rio Grande através do Partido Liberal, foi derrotado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que assumiu o poder e governou o Estado até 1928, apoiado na Constituição gaúcha e nas fraudes eleitorais. A União dos Criadores Gaúchos batalhou pela renovação da pecuária. O aumento do preço e a demanda da carne, durante a I Guerra Mundial, permitiram superar a crise e criar o frigorífico Rio-Grandense. Com apoio fiscal, as empresas norte-americanas Armour e Wilson instalaram-se em Santana do Livramento, e a Swift, em Rio Grande. O Frigorífico Rio-Grandense foi obrigado a instalar-se em Pelotas.

No mesmo período, foi superada a crise na agricultura com a expansão da fronteira agrícola, tempo em que começou a crescer a cultura do arroz. A arrancada para a industrialização, durante a I Guerra, atendeu o mercado regional de manufaturados, e a indústria

²⁴MAESTRI, Mario. *Da Abolição à República: A Agonia do Estado Escravista*. Op. cit.

concentrou-se em Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul, nas cidades do Vale dos Sinos e Porto Alegre. A agropecuária oferecia a matéria-prima, e a mão-de-obra migrante era considerada de melhor qualidade. O modelo autoritário do governo estadual teve sua maior contestação no período da Revolução Federalista, que assolou o estado de 1893 a 1895, registrando atos de extrema violência, de libos as partes, caracterizados especialmente pelas degolas.

As federalistas depuseram as armas, em 1895, mediante a promessa de revisão da Constituição, que não ocorreu. A I Guerra permitiu o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Foram crescendo as oposições políticas da classe dominante. Ondas de greve agitaram o Estado, culminando com a greve de 1917. O Estado procurava facilitar o acúmulo privado de capital. Foi conciliador entre patrões e operários, naquela greve geral. Apoiou a greve dos ferroviários, daquele mesmo ano, para encampar a Viação Férrea. Nos anos seguintes, reprimiu violentamente os movimentos sociais.

Com o fim da I Guerra, a retração do consumo europeu de carnes gerou a crise nos frigoríficos e charqueadas. O problema repercutiu sobre os criadores. Exemplo da crise foi a venda do frigorífico Rio-Grandense, efetuada quatro anos depois da sua inauguração, em 1917. A firma inglesa Westel Brothers comprou-o e deu-lhe o nome de Frigorífico Anglo. Parcela da classe dominante passou a exigir do governo Borges de Medeiros uma política exclusiva para a pecuária, que o governo não atendeu. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se na liderança de Assis Brasil e foi às armas em 1923. O presidente Bernardes enviou ao Rio Grande do Sul o general Setembrino de Carvalho para mediar a solução do impasse. Com sua presença, o movimento acabou no Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923. Ficou estabelecido que seria revivida a Constituição positivista e que Borges de Medeiros, completado seu quinto mandato, não mais se reelegeria.

1.4 - Aspectos da educação

O povoamento efetivo do Rio Grande do Sul foi tardio. Até 1850, os núcleos habitacionais formavam pequenas vilas. O primeiro colégio do Rio Grande do Sul surgiu, em 1814, na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. Em 1807, Rio Grande era uma Capitania Geral, cuja administração cuidava da instrução. Em 1815, o Marquês de Alegrete solicitava a criação de uma escola subvencionada para a freguesia de São Francisco de Paula, aberta em 1823. Em 1831, foi criada a primeira aula pública de meninas. Começou a funcionar em 1834.

Segundo o mesmo autor, temos a seguinte tabela, reunindo aulas públicas e aulas particulares, com o número de alunos e

ANEXO I - Aulas

27 PESAVENTO, Sandra. A República Velha Gaúcha. Porto Alegre: Movimento, 1980. P.85.
 28 OSORIO, F. Luiz. A Cidade de Pelotas. Op. cit., p.179.

alunas, durante algumas datas, de 1832 a 1911. No século passado, surgiram algumas aulas régias em Piratini, Canguçu e, aulas particulares, em São Lourenço, Morro Redondo e Pedro Osório.

TABELA VI

Número de aulas públicas e particulares e número de alunos em Pelotas: 1832 - 1911

Ano, aulas públicas e particulares,		número de alunos e alunas	
1832	05	244	35
1834	07	258	48
1847	11	523	164
1861	14	883	362
1873	28	1 380	623
1891	46	2 759	1.199
1899	66	3 375	1.327
1901	71	3 881	1.627
1911	143	5 613	2.329

FONTE: OSÓRIO, F. Luiz. A cidade de Pelotas. Pelotas, s. d. 1922.

Em 1832, os alunos do sexo feminino representavam apenas 18% do total; em 1911, atingiam 41% dos estudantes das escolas de Pelotas. Na tabela VII, podemos identificar o número de escolas na Região Sul, no final do século XIX e no século XX. Isso permite uma visão da educação institucionalizada. A Lei de 15 de outubro de 1827, sancionada por dom Pedro I, mostra pela primeira vez a preocupação do poder público pela educação no Brasil:

[...] manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. [...] Art. 11 - Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os presidentes em conselho julgarem necessário este estabelecimento. Art. 12 - [...] ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica.⁵⁹

Saint-Hilaire referiu-se à total ausência de escolas no interior do Brasil: "Em todas as partes do Brasil por mim percorridas até aqui, não existem escolas, nem colégios para meninas, criadas no meio de escravos e tendo sob suas vistas, [...] o exemplo de todos os vícios deles, adquirindo [...] o hábito do orgulho e da baixeza." Ao falar dos modos desdenhosos dos negociantes de Rio Grande, acrescenta:

São em parte constituídos de europeus nascidos em classe inferior e que não recebem educação alguma. Começam como caixeiros de lojas e passam depois a negociar por conta própria. Como os lucros do comércio são avultados neste país, eles não tardam em adquirir fortuna que jamais alcançariam em suas pátrias respectivas. Inflam-se de orgulho na progressão da riqueza e chegam ao cúmulo de comprar à Secretaria do Estado a Comenda da Ordem de Cristo, hoje tida como símbolo da riqueza e fruto da corrupção.⁶⁰

⁵⁹Lei do Ensino de 15 de outubro de 1827.

⁶⁰FLORES, Moacir. O Modelo Político do Farrapos. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 35.

TABELA VII
Escolas na Região Sul Séc. XIX e Séc. XX.

DECADA:	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990
PELOTAS										
Aulas	46	71	143	61						
Esc. Part.										33
Esc. Mun.			29			134		167		131
Esc. Est.					16					133
PIRATINI				01			01		104	19
CANGUÇU			01					20		203
C. LEAO					02			01		
HERVAL					01			01		+10
JAGUARAO	01	01	02				01			17
M. REDONDO	01				01					01
PEDRO OSORIO					02	01		02		
S. LOURENÇO			01		01					14

FONTE: Fernando L. Osório. *A cidade de Pelotas*. Pelotas, 1922; PRODERF. Pelotas, 1988. Nelson Abbot de Freitas. *Cinquentenário da 5ª D.E. Pelotas*, 1989,

Segundo Moacir Flores, na época a Revolução Farroupilha, a alfabetização realizava-se individualmente. O método Lancaster de alfabetização em grupo era aplicado mas fracassava devido ao despreparo dos professores.

Segundo o relatório do presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 1835, existiam na província uma aula de filosofia, três de Gramática Latina, uma de Francês, uma de Geometria, Aritmética e Princípios de Álgebra e quarenta e quatro de Primeiras Letras. A maioria dos professores, por ineptos ou por omissão, devido aos baixos salários, não cumpria suas obrigações. O indivíduo que desejava mais instrução deveria buscá-la fora da província ou ingressar em algum seminário.⁶¹

Para Saint-Hilaire, a mulher sem educação institucional não tem graça e atrativo.⁶² Ao passar por São Francisco de Paula, em 1833, Arsène Isabelle observou a existência do teatro e da imprensa. Em 1865, o Conde D'Eu registrou que os filhos das famílias mais abastadas de Rio Grande estudavam na Europa. Era um hábito difundido em todo o Brasil. Para as moças, tocar piano era sinal de cultura e projeção social. "Depois do jantar, a filha mais nova, que estudava com um mestre alemão [...], tocou ao piano trechos da *Favorita*."⁶³

Günter Weimer analisou anúncios de pequeno jornal, "O Povo", publicado em Piratini e, depois, em Caçapava do Sul,

⁶¹ SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 57 e 76.

⁶² Idem

⁶³ EU, Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 25.

durante a Revolução Farroupilha. Segundo este autor, o analfabetismo beirava os 80%, em 1872. Robert Conrad relaciona 35.423 escravos analfabetos e apenas 63 alfabetizados (0,18%). "O escravo analfabeto sentia-se impotente. A única exceção de todos os anúncios examinados foi o pardo Silvestre de Piratini, que sabia ler e escrever."⁶⁴

Na estância, a mulher permanecia envolvida nas lidas domésticas; o homem ausentava-se, com peões e escravos, a cavalo, nas atividades do campo. A família do estancieiro não tinha instrução escolar. A educação do jovem e da criança dava-se na convivência cotidiana, participando das atividades da casa. Nas cidades e vilas da região em estudo, o acesso à escola foi se tornando crescente às crianças e aos jovens. Os sacerdotes raramente atendiam a população nas longínquas freguesias. Nas ocasiões em que reuniam os fiéis da cristandade, além da evangelização, procuravam transmitir suas instruções sobre higiene, saúde e alguns elementos da cultura européia nos sermões.

A educação do escravo dava-se no cotidiano, de modo particular no trabalho. Poucos negros se especializavam no artesanato, em função da produção natural da estância. Os sofrimentos, o trabalho árduo, os maus-tratos permitiram ao cativo forjar suas próprias formas de reação à opressão. Nas cidades, as famílias apresentavam aspectos de instrução e hábitos próprios daquelas condições. As crianças, os jovens, as moças conviviam com os escravos domésticos. As moças e os jovens participavam dos bailes, saraus e da vida social. No século XIX, o surgimento de aulas públicas e particulares nas cidades de Pelotas e Rio Grande; nas vilas de Piratini, Canguçu, São Lourenço do Sul e outras, oportunizou a instrução institucional para meninos e meninas. Professores particulares passaram a dar aulas nas estâncias de alguns fazendeiros. Este recurso permaneceu até as primeiras décadas do século XX. Existia o hábito das famílias mais abastadas enviarem seus filhos a realizar seus estudos universitários na Europa, no Rio de Janeiro, em Salvador ou em Recife. O título de doutor permitia a elevação do *status* social e cultural do indivíduo e da família.

1.5- Aspectos da família

O modelo econômico adotado pelos militares, após 1964, contribuiu para acelerar de urbanização. O êxodo rural ocasionado pela falta de uma política agrícola que estimulasse os pequenos produtores, fez com que milhares de famílias se deslocassem do meio rural para a periferia das cidades. Pelotas recebeu mais de 50.000 migrantes na década de 1980. Entre eles está a maioria dos entrevistados, moradores da periferia de Pelotas e Rio Grande.

No século passado, diversos viajantes testemunharam os hábitos de alimentação, vestuário, habitação rural, composição das

⁶⁴WEINER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.45.

famílias, nas estâncias que descreviam. Saint-Hilaire referiu-se à habitação dos estancieiros geralmente como a uma palhoça, uma cabana, um casebre, um rancho onde, de costume, encontravam-se duas peças separadas por uma abertura sem porta e com uma cortina. O quarto era de modo geral pequeno e sem a abertura da janela, para livrar-se do vento e do frio. Alguma mobília improvisada, segundo o costume da região, compunha o quadro de simplicidade da residência gaúcha. A choupana não tinha mais que quatro paredes.

[...] entramos em uma casa, a única que encontramos em todo o caminho. Mulheres cercadas das crianças mais belas do mundo, costuravam acorodadas sobre um estrado, suspenso do chão cerca de um pé, forrado de peles de carneiro. Esses estrados são de uso geral; constituem móvel essencial em uma sala, onde além deles se vêem uma mesa, um par de cadeiras e às vezes uma cama de madeira, destinada aos hóspedes. Os donos da casa dormem em um pequeno quarto separado, as casas aqui nunca têm um teto ou um soalho.⁶⁷

Nos primeiros anos do século XIX, Francisco João Róscio, que foi presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por alguns anos, fizera semelhantes observações:

O modo como esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são pobres cabanas sem cômodos nem agasalhos. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi pendurado como cortina. Os mantimentos de que geralmente se servem são a carne de vaca e o leite [...].⁶⁸

Nas proximidades das freguesias ou das vilas, encontrava-se alguma casa de tijolo, caiada e de dimensões um pouco mais amplas. Pertenciam a pessoas de posses ou de certa e razoável cultura. Em cidades como Pelotas e Rio Grande, encontravam-se casas construídas sobre alicerces de pedras e de tijolos, ornamentadas com mobílias importadas. "Há muitas casas de azulejos, o que dá impressão de asseio e elegância"⁶⁹ - dizia o Conde D'Eu ao passar pela cidade de Rio Grande, em 1865. Existiam residências que ostentavam um piano entre os móveis. Salas amplas iluminavam dormitórios exigüos. Algumas casas apresentavam dois pavimentos. Nas residências de comerciantes e charqueadores, era comum o uso de pratarias, cristais, vinhos importados da Europa.

Nas cidades e nas estâncias, a base da alimentação era a carne assada e a carne cozida, sempre abundantes. O pão, o feijão e a farinha eram menos freqüentes. A escravaria comia geralmente carne-seca. "Ao entrar nesta capitania verifiquei logo os hábitos carnívoros de seus habitantes. Em todas as estâncias vêem-se muitos ossos de boi, espalhados por todos os cantos, e ao entrar nas casas das fazendas sente-se logo o cheiro de carne e de gordura."⁷⁰ Em relação à população de Rio Grande, Nicolau Dreys afirmava, em 1817: "Sua vida está segura com esse mesmo gado [...] e tão completamente está acostumado a tirar dele seu sustento que [...] até dispensa o alimento suplementar que poderiam

⁶⁷SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 90.

⁶⁸FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p. 132.

⁶⁹D'EU, Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 24.

⁷⁰SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 30.

fornecer-lhe as aves [...], a caça que frequenta seus bosques e o peixe que abunda em seus rios."⁶⁹ Na mesma obra, descreveu os hábitos carnívoros da alimentação, o modo de preparar a canjica. Em 1827, Carl Seidler afirmou que a carne de boi era alimento quase exclusivo: "Da própria vaca nada aproveitam, deixam a res morta para os corvos [...]." E prossegue depois: "Nas famílias que não são abastadas, vêem-se tanto os homens quanto as mulheres acomodados junto a uma dessas varas [...] e comerem com visível apetite, [...] sem jamais enjoarem do constante uso da carne."⁷⁰ Em Rio Grande, conheceu o uso regular de comidas européias.

As casas eram colocadas normalmente sobre colinas e locais menos úmidos. O vestuário era simples e grosseiro. Os negros escravos e os índios usavam ponchos tecidos de lã de ovelha pelas mulheres da fazenda. Saint-Hilaire, passando pelos estâncias de Mortarilas, assim a descreveu:

A principal indústria da região é a criação de carneiros, e com a lã as mulheres fabricam os tecidos dos ponchos, muito grosseiros que vendem à razão de seis patacas, enviando-os a Porto Alegre, Rio Grande e outras localidades. Tais ponchos são brancos com riscas pretas e pardas e apenas usados por índios e negros.⁷¹

Ao estudar o trabalho escravo no Rio Grande do Sul, Günter Weimer confrontou pequenos anúncios de alguns jornais da primeira metade do século passado. Percebeu a diferença no vestuário dos escravos de Piratini em relação aos escravos de Porto Alegre. Aqueles usavam, "em vez de barrete, um chapéu de palha ou um boné de pele. Nos quadris usavam uma calça de mescla (algodão de várias cores) ou uma 'sirola'. Porém o mais comum era o uso do chiripá, isto é, uma peça de fazenda quadrada de aproximadamente 1,5 m de lado, sem costura, que passava por entre as pernas e era presa à cintura por um cinto de couro (do quichua: xiri + pac = para o frio)".⁷²

Para cobrir o peito, usava-se uma camisa de algodão ou baeta ou, eventualmente, uma jaqueta com gola de pele. O mais comum era o poncho simples ou forrado (uma capa quadrada de lã grossa, forrada ou não, com uma abertura central por onde passa a cabeça; do espanhol poncho que a tirou do araucano, ponto). Aparentemente deveria haver ponchos mais leves, usados em lugar de camisas, posto que era vestimenta usada em pleno verão. Ao que tudo indica andavam descalços. Há poucos indicativos sobre a indumentária feminina. A única escrava, Maria Rosa, usava vestido de chita branco e chale da mesma cor.⁷³

Rumando para o Xuí, após ter passado por Rio Grande, o pesquisador francês Saint-Hilaire fez a seguinte descrição das residências daquela região, referindo-se também à mulher e ao vestuário:

⁶⁹DREYS, Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Op. cit., p. 70.

⁷⁰SAINT-HILAIRE, *Idea*, p. 49.

⁷¹WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 45-46.

⁷²Idem., p. 45.

As casas são pouco distanciadas umas das outras [...]. Excetuadas duas casas que são cobertas de telhas [...], todas as outras são cobertas de palha. São pequenas, mobiliadas de modo pobre e construídas de enchimento. Causa espanto o contraste entre estas casas e o trajar das mulheres que as habitam. Vi à janela de uma dessas palhoças uma encantadora moça cujos cabelos estavam penteados com gosto, trazendo um belo vestido de chita e um fichú de seda.⁷⁴

Choupana, senzalas, mobília e mulheres, também, compõem o cenário da residência da família naquelas paragens. O escritor afirma ter pousado numa minguada choupana, sem mobiliário e cercada de algumas senzalas. Ao entrar, deparou com a dona da casa a coser, agachada sobre tábuas, em cima de pedras e cobertas por uma pele de carneiro.

Outro aspecto a considerar a respeito da família é o casamento de escravos. Nas primeiras décadas do século XIX, afirmava Gonçalves Chaves:

O senhor não quer que o escravo case porque o incomoda com isso e acontece também não ter fundos para comprar-lhe mulher, ao mesmo tempo que inconciliável casá-lo fora de casa. Os senhores de grandes fazendas, como lhes é fácil obter escravos robustos por pouco dinheiro, não tratam da tardia procriação, que não vale (segundo a frase de muitos) a pena de cuidar de crianças; e se chegam a consentir alguns casais, não prestam às ditas crianças os necessários socorros, pelo que morrem à míngua.⁷⁵

O autor deixa um testemunho concreto que comprova o caráter da família de escravos e as condições que restringiam a constituição da família e sua reprodução natural. Segundo Günter Weimer, a partir de 1850, parece ter havido uma inversão nesse sentido, uma vez que a 'importação' de escravos estava proibida e, ficando difícil obter escravos robustos por pouco dinheiro, havia a necessidade de manter o plantel, o que poderia ser conseguido só através da reprodução natural. O autor vê indícios de que tenham sido estabelecidos criatórios de escravos para fins comerciais no período de 1850 até a eclosão dos movimentos abolicionistas.⁷⁶ Não apresenta qualquer prova concreta a respeito desta realidade.

1.6- Aspectos do lazer

Na historiografia, com pouca frequência abordou-se a questão da recreação. Outras dimensões da vida social ganharam sempre um significado histórico mais importante por desempenharem um papel determinante. É o caso da economia, particularmente no seu aspecto da produção. Nesse perspectiva, a recreação surge quando a produção o permite. Enquanto tratamos a história como o processo vivo das relações sociais em suas diversas dimensões,

⁷⁴SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio grande do Sul. Op. cit., p. 81.

⁷⁵CHAVES, Antônio Gonçalves. Memórias Econômico - Políticas. Sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre: ERUS, 1978.

⁷⁶WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 80-81.

entre elas situamos a recreação. Na sociedade capitalista, a instituição econômica desempenha o papel preponderante sobre a vida social e a história. Na região em estudo, o lazer é fundamentado em relações competitivas. Tudo é compreendido a partir da antropologia do vencedor. A competição é o fundamento de todas as relações sociais. Brinca-se de 'fazer de conta' que se faz a guerra, reproduzindo-se as relações reais do dia-a-dia de uma sociedade capitalista, mesmo que periférica e dependente.

A competição atinge quase que absolutamente todas as formas de lazer. Rearticula-se o modelo de homem europeu universalizado através da Revolução Industrial. Valores singulares de outra origem cultural são descaracterizados e absorvidos pela totalidade capitalista e comercializados. Ao passar pela região, Saint-Hilaire apontou alguns elementos da recreação na sociedade escravista. Por diversas ocasiões, referiu-se aos bailes em que participou em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Porto Alegre, 12 de Julho. Um francês, representante aqui de uma casa do Rio De Janeiro, veio convidar-me para passar a tarde em uma casa onde devia realizar-se um pequeno baile. Deparei então, com um salão bem mobiliado e forrado de papel francês, uma reunião de 30 a 40 pessoas, homens e mulheres. [...] Dançaram-se valsas, contradanças e bailados espanhóis, algumas senhoras tocaram piano, outras cantaram com muita arte, acompanhadas ao bandolim, a festa terminou entre pequenos jogos de salão.⁷⁷

Em 1827, Carl Seidler, o viajante inglês que acompanhou o 27º Batalhão de Caçadores ao Rio Grande do Sul, observou em Pelotas que era recomendável saber tocar algum instrumento, sobretudo piano, "pois o piano se encontra em todas as boas casas. As mulheres quase todas tocam, embora mais de ouvido e prática que por estudo regular, [...] como também na maioria dançam muito bem."⁷⁸ Saint-Hilaire percebeu que a vida social em Porto Alegre era mais intensa que em outros regiões do Brasil. Afirmou que eram frequentes as reuniões nas residências para saraus musicais, tocando algumas senhoras com maestria o bandolim, o piano, instrumentos desconhecidos no interior da província. Dos bailes em Rio Grande, descreveu vestuários e danças e censurou as atitudes 'voluptuosas'. Ao passar por Pelotas, o cientista registrou a observação mais crítica e incisiva:

Os habitantes dessa região são ricos e não ambicionam senão o aumento dessa riqueza. Tal fortuna entretanto pouco contribui para o conforto de suas existências; nutrem-se mal e não conhecem diversões. Os momentos de lazer são dedicados ao jogo ou às intriguinhas de aldeia. Na maior parte são ignorantes e sem educação [...].⁷⁹

Nicolau Dreys, viajante e estudioso inglês que chegou ao Rio Grande do Sul em 1817 e permaneceu por vinte anos no Brasil, referiu-se à diversão dos rio-grandenses em geral: "[...] gostam de reuniões e divertimentos coletivos e, seja qual for o

⁷⁷SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul Op. cit., p. 38.

⁷⁸SEIDLER, Dez Anos no Brasil. Op. cit., p. 94.

⁷⁹SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p.69.

objeto do ajuntamento, música, dança, espetáculos, jogos, neles se depara a mais escrupulosa decência no meio da mais franca alegria."¹⁰⁰ No dia 15 de setembro de 1821, Saint-Hilaire participou de outro baile em Rio Grande: "O uso de trocar brindes leva sempre os convivas a excessos e após a ceia a alegria exagera-se."¹⁰¹ Em nenhum momento referiu-se ao lazer dos peões e dos escravos, tampouco ao lazer da zona rural.

Naquela época, já estava generalizado o uso do chimarrão, costumeiramente oferecido ao visitante e ao viajante. A chaleira permanecia sempre com água na temperatura adequada para servi-lo, a qualquer hora do dia e da noite. Saint-Hilaire habituou-se a tomar algumas cuias da infusão em cada estância a que chegava. O chimarrão fazia parte e incrementava as horas de lazer, 'bate-papo' e descanso nas estâncias. Carreira em cancha-reta era uma das diversões mais frequentadas do século passado, até meados do século XX. A mesma diversão era cultivada nas cidades que geralmente possuíam suas canchas nos prados próximos.

Segundo Nicolau Dreys, a carreira era um dos esportes mais apreciados. Os habitantes juntavam-se, dando um caráter de festa local ao encontro. Anunciadas essas carreiras, às vezes reuniam gente de todos os recantos e até de outras províncias. No dia marcado, "todos se dirigem a uma planície escolhida de propósito e, dois a três mil cavalheiros espalham-se ao longo da liça, esperando o sinal." As senhoras também se faziam presentes como os mais apreciáveis ornamentos da festa. "[...] elas se apresentam a cavalo ou em carrinhos, distribuem-se e vão assentar-se sobre o declívio relvado de algum terreno relvado donde podem apreciar tudo sem serem incomodadas." Os escravos, um pouco mais distanciados, encarregavam-se de preparar uma cozinha campestre. O dinheiro das apostas era colocado sobre ponchos estendidos em cada lado da carreira "e não tardam a serem cobertos de moedas de ouro e prata depositados pelos apostadores; [...]." O autor presenciou uma dessas carreiras, nas imediações da cidade de Pelotas.¹⁰²

A riqueza das charqueadas trouxe para a região o fomento à arte e à cultura, imitando especialmente o modelo francês. Companhias européias foram aplaudidas nos teatros de Pelotas, no século XIX. Pelotas assistiu corridas de touros promovidas por grandes artistas espanhóis, no final do século passado, procedentes de Buenos Aires. A partir de meados deste século, os meios de comunicação divulgaram novas formas generalizadas de lazer. As indústrias de cultura de massas absorvem a atenção de milhares de pessoas atualmente.

O escravo tinha espaço reduzido para sua recreação. Se ele participasse de um baile, um sarau, numa roda de visitas, numa carreira, era para prestar serviços aos senhores e à sua família. Os senhores e a sociedade eram solidários no controle social dos escravos. Mantidos sob um regime de coação, eram ameaça permanente

¹⁰⁰DREYS, *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Op. cit., p. 163.

¹⁰¹SAINTHILAIRE, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 77.

¹⁰²DREYS, *Ideia*, p. 145-146.

aos seus donos. Esse regime de controle e o medo refletiram-se nas posturas policiais dos municípios da região. A legislação das câmaras dos municípios era considerada policial. O Código de Posturas da cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul, proibia os batuques e danças de escravos dentro das povoações, proibia a participação dos cativos em festas particulares, ajuntamentos em tabernas ou casas com venda de bebidas alcoólicas. Três escravos não deviam permanecer juntos além do tempo necessário para comprar ou vender, em qualquer casa de negócio. O proprietário não deveria permitir.⁸³

As Posturas Policiais da Vila de São Francisco de Paula, que entraram em vigor em 1834, determinavam que a polícia dos mercados, casa de negócios e comércio não permitisse escravos sentados, parados, comendo, conversando, tocando qualquer instrumento ou dançando:

Consentir em casas públicas de negócios, pessoas escravas sentadas, ou paradas, por mais tempo, do que for necessário para a compra dos gêneros, que forem buscar, ou comendo, conversando, tocando qualquer instrumento, bailando ou jogando. Penas. De dois mil réis pela primeira vez, e quatro pela segunda e mais vezes: se o jogo for a dinheiro, ou coisa que o valha, o duplo da multa.⁸⁴

Os artigos 22 das posturas, de 1829, e 84 das posturas do município de Pelotas, em 1834, não permitiam espetáculos públicos sem licença da câmara, na forma da lei. A lei de 1834 especificava que não seriam permitidos espetáculos em ruas, casas ou praças. As multas podiam chegar a vinte mil réis caso o espetáculo fosse realizado sem licença. O título oitavo das posturas municipais de 1834 especificava jogos proibidos e as multas e penas previsíveis.

1.7- Aspectos religiosos

A partir de 1720, surgiram as primeiras *estâncias* e fazendas nas sesmarias distribuídas no litoral gaúcho da região de Tramandaí. Aí foram construídos os primeiros oratórios e capelas sob a jurisdição eclesiástica da freguesia de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, então sujeita ao bispado do Rio de Janeiro. A primeira paróquia criada no Rio Grande do Sul, em agosto de 1736, foi a de São Pedro de Rio Grande. Onze anos depois, foram fundadas a de Viamão e a de Rio Pardo. Sucessivamente, foram sendo criadas outras freguesias: em 1763, a de Santo Antonio da Patrulha; em 1765, a do Estreito e a de Taquari. Em 1772, foi fundada a paróquia de São Francisco dos Casais, atual Porto Alegre. As paróquias de Piratini e Mostardas surgiram, no final do século XVIII, com a chegada dos colonos açorianos a essas regiões.

⁸³MAESTRI, Mário. O ganhador, o alforriado, o bacalhau. In VERITAS, Porto Alegre, v. 35, n. 140, dezembro, p. 699.

⁸⁴POSTURAS Policiais Aprovadas pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. 1934, Título 3º, Artigo 5º, p. 18.

Periodicamente, vinham Visitadores Gerais, representantes do bispo do Rio de Janeiro, para prestar assistência religiosa à Igreja do Rio Grande. De 1814 a 1853, foram nomeados Vigários Gerais, representando o bispo do Rio de Janeiro no Rio Grande de São Pedro. Em 1848, após a crise provocada na Igreja local pela Revolução Farroupilha, foi criado o primeiro bispado gaúcho em Porto Alegre - estratégia de dom Pedro II e do bispo do Rio de Janeiro para manter a ordem na Igreja gaúcha. A República do Pinatini nomeara o padre Francisco das Chagas Martins de Ávila e Souza como Vigário-Apostólico para o nascente Estado. A escassez de sacerdotes na província levou a Igreja local a preocupar-se com as vocações. Em 1888, foi inaugurado o primeiro seminário no RS. Em 1910, A diocese de Porto Alegre tornou-se arquidiocese. O bispado do Rio Grande do Sul foi dividido. Surgiram na mesma data os bispados de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. Em 1957, havia seis dioceses, uma arquidiocese e 400 casas paroquiais no Estado.⁸³

A Igreja católica esteve presente desde os primeiros momentos da história de Pelotas. A primeira paróquia surgiu em 1812. No final do século XIX e início do século XX, a cidade recebeu as várias congregações religiosas que vieram contribuir para a evangelização e especialmente para a educação. Em 1910, Pio X fundou a Diocese de Pelotas. Em 1845, surgiu a primeira loja maçônica de Pelotas. O primeiro grupo espírita organizou-se em 1897. Cinco anos antes, instalara-se em Pelotas a Igreja Episcopal Brasileira, e, em 1921, a Igreja Evangélica Presbiteriana.⁸⁴

Em 1801, a região das Missões foi incorporada pelos portugueses ao território da capitania. Poucas congregações religiosas estavam no Brasil naquele momento, mas somente padres diocesanos que estavam vinculados ao rei e, poucos anos mais tarde, estavam subordinados ao Imperador. Era forte a influência da Igreja na sociedade colonial. Poucos curas estavam presentes nas aldeias, freguesias e cidades. A maioria das localidades, nas vilas, fortes e mesmo estâncias foi originalmente batizada com o nome de um santo, uma santa, Nossa Senhora, a Trindade. O império português, alicerçado ainda em modelos medievais e escravista-coloniais, conjugava a expansão da Fé à expansão do Império. A religião era utilizada para expansão da fama e da glória do rei, que detinha a instituição do padroado em suas mãos.

O padroado era uma instituição jurídico-religiosa através do qual o papa atribuía aos reis de Portugal e Espanha a autoridade eclesiástica sobre a Igreja, nos seus domínios. No regime de cristandade era comum os curas serem donos de estâncias e participarem ativamente das atividades comerciais e políticas. Ressalve-se que os jesuítas das Missões realizaram uma feliz experiência, no seu tempo. Os dois impérios não suportaram a exterioridade de tal sistema social.

⁸³BALEM, Mons. João Maria. *O Desenvolvimento Religioso no Rio Grande do Sul. In Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre, 1957, p. 107-119.

⁸⁴OSORIO, A Cidade de Pelotas. *Op. cit.*, p. 49-51.

Saint-Hilaire demonstrou suas restrições aos padres e seu comportamento nessa região. O cura, sendo um homem mais instruído e detentor de boa parcela da autoridade local, estava sempre em cena, especialmente nos atos públicos de recepção de cientistas e dom José de Castelo Branco Corrêa e Cunha Vasconcelos e Souza, Conde de Figueira, que capitaniava o Rio Grande do Sul naquela ocasião: "O cura de Mostardas veio a nosso encontro a cerca de quatro léguas da povoação, tendo-nos preparado um excelente jantar. Mostrou-nos a sua igreja, cujo altar-mor, recentemente construído, é muito bonito." Na Freguesia do Estreito (São José do Norte): "O cura veio ao encontro do general e logo que nos aproximamos fizeram explodir vários foguetes." As paróquias geralmente envolviam grandes áreas sob a responsabilidade pastoral do padre. Socialmente, esse fato representava muito poder. A paróquia de Estreito estendia-se do limite da de Mostardas à extremidade do istmo. Dois terços de sua população era composta de escravos.⁸⁷

O cura, após ter sido recebido no cais do porto de Rio Grande pelos membros da Câmara, todos vestidos a rigor e de bengala à mão, foi conduzido à igreja sob um pálido. Estando o general sentado em poltrona da capela-mor da igreja, tomada pelo povo e ornada como em dia de gala:

Castavam o Te Deum, acompanhado por música, tendo sido oferecido aos principais espectadores, mormente aos oficiais, velas acesas. Após a cerimônia um pregador subiu ao púlpito e fez o elogio do Conde [...]. Repetiu uma centena de vezes que o vencedor de Itaquembó era senhor de todas as virtudes. Disse mesmo ser ele um original sem cópia; que o povo estava contente e satisfeito e mil outras adulações, igualmente grosseiras e mal expressadas.⁸⁸

É evidente o enjambramento do poder político e econômico com a Igreja da cristandade, no século passado. No dia seguinte, Saint-Hilaire visitou o cura de Rio Grande, que conhecia francês e história natural. E interpretando o que ouvia de modo geral dos padres, deu-nos importante informação histórica a respeito da Igreja de então:

[...] os padres não são aqui mais exemplares que alhures. Paga-se ao vigário meia pataca pela comunhão pascal, existindo alguns extremamente ricos. O de Rio Grande a quem fui recomendado, é um homem de 60 anos, bem instruído e muito dedicado ao estudo da história natural. Recebeu-me muito bem e prestou-me vários pequenos auxílios, mas confesso ter ficado confuso por ver em sua casa tão grande número de moças. Uma era sua afilhada, outra era sua sobrinha, a terceira - filha adotiva.⁸⁹

Antes de 1810, o português Manoel Antônio de Magalhães já citava em seu *Almanak da Villa de Porto Alegre*:

⁸⁷Saint-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p.49-51.

⁸⁸Ibidem, p. 51.

⁸⁹Ib. Idem, p. 62.

[...] e um vigário destas com semelhante renda cuida em levar uma vida regalada, entretanto
os seus parentes, entressurtos o que pode e muitas vezes esquecendo-se de suas obrigações,
sem se lembrar da pobreza de sua fraqueza, e de ser grato ao seu augusto soberano de quem
deve a vida, e de seguir sua viagem em direção ao Rio, Saint-Hilaire

de Saint-Hilaire, de quem se sabe pouco, e qual informo que grande
parte da família de José Correia, o qual informo que grande
parte da família de José Correia, o qual informo que grande
parte da família de José Correia, o qual informo que grande

A dona da casa convidou-me para a ceia e, pela primeira vez depois que estou nesta
capitania, vi fazer orações após as refeições e as crianças pedir benções à sua mãe. De Rio
Grande até aqui, esta casa é a do Silvério, são as únicas onde existem aqueles pequenos
cratórios, que se vêem em toda parte em Minas. Tiveram entretanto o cuidado de colocá-lo no
quarto de dormir dos proprietários onde o estranho nunca entra.⁹¹

Este interesseado em assuntos da religião e da igreja, o
autor não ficou sequer uma vez nas igrejas, credes e manifestações
religiosas dos índios e negros escravos. A catedral de Rio Grande
tem uma igreja contígua, nos fundos, que era destinada aos
escravos. O fato revela a separação entre senhores e escravos
inclusive nesse nível. Sabe-se que os escravos eram condicionados
a assumir o cristianismo e abandonar suas próprias
crenças originárias da África ou praticá-las às escondidas.
Isto é político, os ex-escravos e seus descendentes
continuam a ser discriminados na igreja, procissões e festas.

Os terreiros de umbanda e batucada constituíram-se em
lugares onde se forjou muita da resistência dos escravos ao
sistema escravista e ao regime social que o sucedeu. Desde os
anos do século XIX, sabemos de repressão sobre as manifestações
religiosas dos escravos, tanto da parte de muitos senhores, como
das Códigos de Posturas, que proibiam batucadas e danças. Havíamos
visto que o Código de Posturas da cidade de Alagoas, no Rio Grande
de São Paulo, de 1859, proibia batucadas e danças de escravos, dentro das
Códigos de Posturas, que proibiam batucadas e danças, dentro das

O Código comprova a existência histórica de centros de
batucada em meados do século passado e o caráter proibitivo da lei
de manifestações religiosas dos escravos. Esse posicionamento
político-social revela o medo da conspiração e da resistência. A
política era o espaço para a reatuação cultural
dos africanos e seus descendentes e o lugar de fuga e
resistência no período escravista e no período posterior.
Como pensamento de Norton F. Coura em *O Batucado no Rio Grande de*
*São Paulo, e de Thoz Sodré em *O Terreiro e a Cidade*.*

OPRELIAS, O Capitalismo Pastoral. Op.cit., p. 83.
SANT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 83.
SANT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 83.

Segundo Norton Corrêa, o Batuque mantém surpreendente fidelidade às raízes africanas originais e no Rio Grande do Sul representa um locus de resistência e sobrevivência física e cultural para as grandes massas urbanas de descendentes de africanos. Segundo Maniz Sodré, as concepções espaço-temporais incorporadas pela arquitetura urbana sempre se opuseram a outros princípios espaciais profundos das classes 'subalternas', em geral vinculadas às simbologias tradicionais, pertencentes a 'espaços subterráneos' onde se desenvolvem culturas de *Arché*. As comunidades negras, em suas cidades como terreiros de culto constituem exemplo válido de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor, aquele que pretende controlar o espaço da cidade. Para índios e negros vinculados às antigas cosmogonias africanas, a questão do espaço é crucial na sociedade brasileira: a redefinição da cidadania passa necessariamente pelo remanejamento do espaço territorial em todo o alcance dessa expressão.³³

Segundo o autor, a espacialidade enseja falar da *relação espacial*, indelével como um princípio de coexistência da diversidade, como um conjunto de virtualidades infinitas de coexistência ou de comunicação.

Do lado dos ex-escravos, o terreiro (de Candomblé) afigura-se como a forma social negro-brasileira por excelência, porque além da diversidade existencial e cultural que engendra, é um lugar originário de força ou potência social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais. Através do terreiro e de sua originalidade diante do espaço europeu, obtêm-se traços fortes da subjetividade histórica das classes subalternas no Brasil.³⁴

Norton F. Corrêa apresentou uma visão panorâmica da religião afro-brasileira, denominada batuque, no Rio Grande do Sul. Concentrou seus estudos em Porto Alegre, onde entrou em contato com os mais variados centros, buscando o sentido e o significado do que neles está sendo dito e praticado. As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul distinguem-se em três formas básicas nos seus rituais: a umbanda 'pura', a 'linha cruzada' e o batuque 'puro'. Segundo o autor, existiriam cerca de 100.000 templos no Estado. A umbanda chegou, da Bahia ao Rio Grande do Sul, no final da década de 1930.

A linha cruzada constitui-se da quimbanda, linha-negra, magia-negra, umbanda-cruzada. Soma 80% dos templos da religião afro-brasileira do Rio Grande do Sul. Cultua divindades de origem europeia. O batuque puro e do própria linha-cruzada no mesmo templo, a umbanda entidade tem lugar separado e homenagens em dias próprios. O batuque ou "nação" é identificado por alguns como linha-negra, magia-negra ou linha-cruzada. O batuque no Rio Grande

³³SODRÉ, Maniz. O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988. p.17-18;

CORRÊA, Norton. O Batuque no Rio Grande do Sul. In Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude. Uma visão panorâmica. Porto Alegre: Martins Livres, 1991. p. 152

³⁴SODRÉ, O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira. Op. cit., p. 19.

do Sul segue o modelo clássico das religiões jeje-nago, como o culto pernambucano ou candomblé da Bahia. Pela tradição oral, os primeiros templos de batuque teriam sido fundados em Rio Grande ou em Pelotas, pelos meados do século XIX, por africanos e seus descendentes.

O autor concentrou seu estudo sobre o batuque. Esta linha religiosa mantém a maior fidelidade à cultura africana original. O ritual do batuque se dá em torno de templos de culto chamados "casa-de-batuque", "casa-de-nagô" (africanos) ou "casa", seguido de um "pai-de-santo" ou "babalaô"; a "madrinha" é chamada "mãe-de-santo" ou "babalaô"; a "madrinha" é chamada "mãe-de-santo" ou "babalaô". Em 1973, dos 80 registrados no IBGE, 65% eram mulheres. O sacerdote é cercado de grande autoridade e responsabilidade. É o proprietário, residente, guardador físico e espiritual do templo. Realiza a iniciação dos iniciados pelo método adivinhatório dos búzios. Os seguidores são chamados filhos(as)-de-santo. Em torno aos templos, orbitam núcleos de vários graus, seus familiares e outros participantes. Os integrantes identificam-se "de-nagô" ou "batuqueiros" para os últimos. Segundo o autor, a clientela é composta de ricos e "brancos", e "negros", constituindo estes a maioria maior, de baixo poder aquisitivo, que residem nas vilas de periferia.²²

Os orixás são de sexo masculino ou feminino e formam uma sociedade que reflete a sociedade humana, com parentescos e todo tipo de relações e formas humanas. Essas relações inspiram respostas dos jogos de búzios. Hierarquizados dos mais jovens aos mais velhos, situam-se nesta ordem: Oxum, Iansã ou Iá, Yungô, Odé Oxim, Obá, Ossanha, Xapanã, Oxum, Iemanjá, Oxalá. Cada um tem o santo católico correspondente, sexo, símbolos (em cores, alimento, animais, plantas, acidentes geográficos, objetos) e saudágo próprio. Cada pessoa humana tem filiação mística com um casal de orixás. Um é dono da cabeça e transmite as características pessoais, o outro é dono do corpo.

O filiado passa por progressiva sucessão de iniciações nas quais é vertido sangue na cabeça do iniciado com o sacrifício de animais. Em relação ao ciclo litúrgico, Milton Correa afirma o seguinte:

O ciclo litúrgico desenvolve-se em uma sequência de eventos encadeados. Em função de ocorrer em certas épocas do ano, dá intensa expressividade que possuem, e às vezes se repetem. O ciclo litúrgico desenvolve-se em uma sequência de eventos encadeados. Em função de ocorrer em certas épocas do ano, dá intensa expressividade que possuem, e às vezes se repetem. O ciclo litúrgico desenvolve-se em uma sequência de eventos encadeados. Em função de ocorrer em certas épocas do ano, dá intensa expressividade que possuem, e às vezes se repetem.

Tomando como ponto de referência a festa, os eventos do ciclo litúrgico encadeados. Há uma sequência de acontecimentos que culminam na festa dedicada a Oxalá. Embora o autor

RODRIGA, D. Batuque no Rio Grande do Sul. In Rio Grande do Sul. Aspectos da Negritude. Uma visão panorâmica. Op. cit., p. 146.

idem, p. 159

Uma vez centrado os seus estudos nos terreiros da periferia da cidade de Porto Alegre, pode-se generalizar esses dados para as manifestações religiosas de muitos descendentes de escravos das cidades e do interior da Zona Sul. No dia 31 de julho de 1992, entrevistamos Mãe-Donga, dona da Casa de Oxalá com Iá Sã, localizada à União Rio-Grandina de Umbanda, desde 13 de maio de 1965. Trata-se de um templo de religião de linha cruzada incorporada Peino de Changô e Iasã.

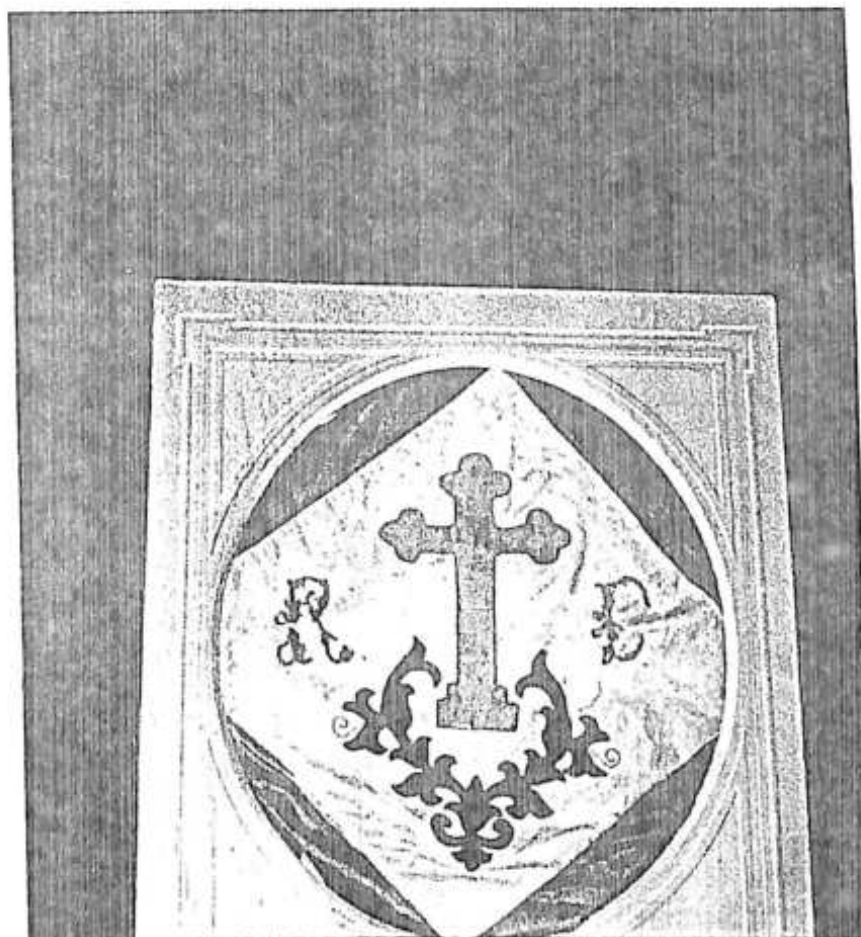
TABELA VIII
OS Orixás - Quadro Sinótico

Orixá	Santo Católico	Sexo	Cores	Saudação
Bará	Santo Antônio (jovem) São Pedro (Velho)	M	Vermelho	Alú-pô
Ogum	São Jorge	M	Vermelho e Verde	Ogú-nhê
Iansã ou Diá Xango	Santa Bárbara São Jerônimo (Velho) São Miguel (Jovem)	F M	Vermelho e Branco Vermelho e Branco	Epa-êio Cauô; Cauô- cabecile
Odé	São Sebastião	M	Branco e preto ou Azul marinho e Branco	Ô-qué
Otim	N. Sra. Do Mont' Serrat	F	Idem acima	Ô-qué
Obá	Santa Catarina	F	Rosa ou Marron	éxo; éxo- inho
Ossanha Xapanã	São José São Lázaro ou Cristo das Chagas	M M	Verde e amarelo Preto com Rosa ou Vermelho, Grena, Roxo	éu-éu Abáu
Oxum	N.Sra. Da Conceição	F	Amarelo e Branco	iê-iêu
Iemanjá	N.Sra. Dos Navegantes	F	Azul e Amarelo	omi-ô
Oxalá	Espírito Santo, Cristo Crucificado	M	Branco	épa-ô

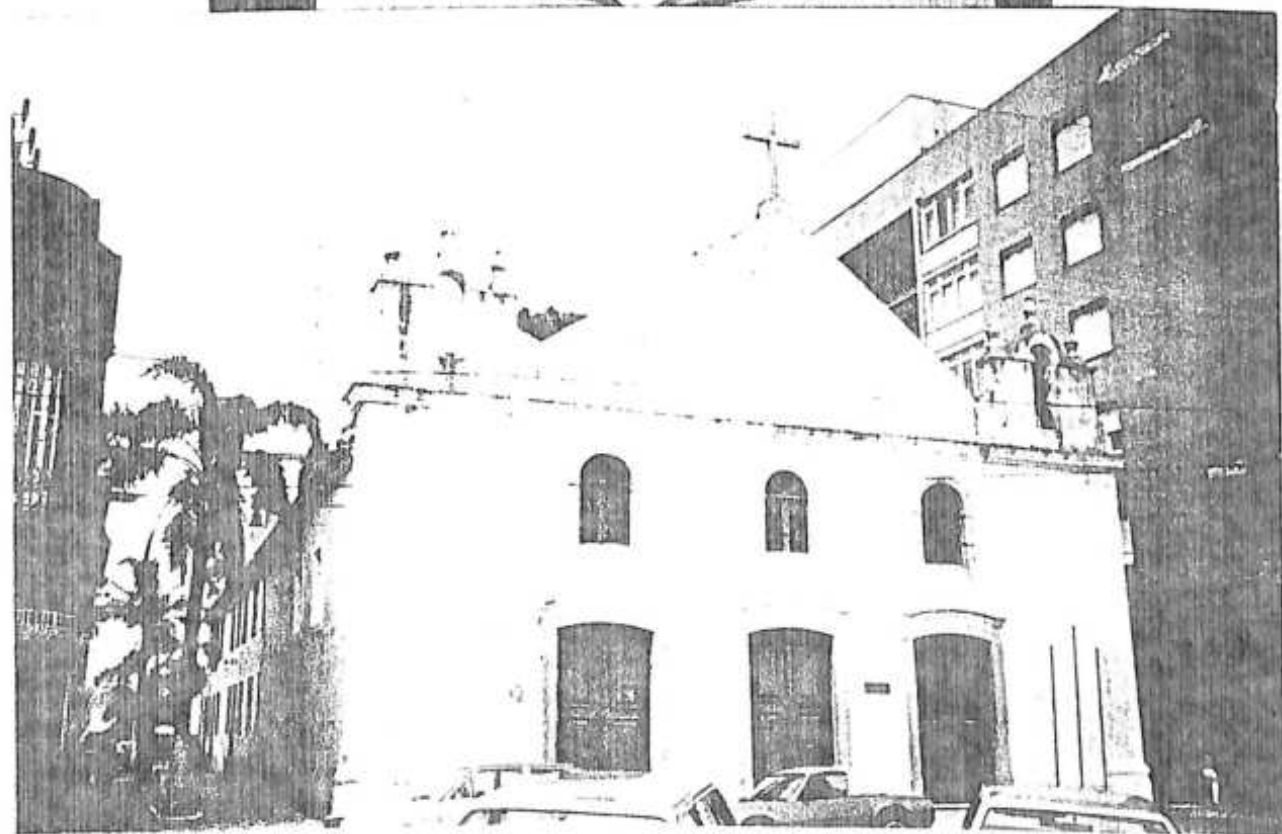
Fonte: Vera Triunfo *et alii*. Rio Grande do Sul. Aspectos da Negritude. 1991. p. 157

A entrevistada confirmou, em termos mais genéricos e resumidos, a maioria dos dados expostos por Norton em seu trabalho. Informou que, em Rio Grande, há mais de 4.000 casa de umbanda, quimbanda e batuque, registradas nas federações da cidade. A 'Federação Sul-riograndense de Umbanda' foi fundada em 8 de outubro de 1970, sucessora da 'União de Umbanda da Princesa do Sul', registrada em 3 de maio de 1965 e do 'Conselho da Umbanda de Pelotas', registrado em 15 de Janeiro de 1963. Existem cerca de dois mil centros de umbanda e batuque em Pelotas. Seiscentos são associados à federação. Os centros de batuque em Pelotas são menos numerosos que em Rio Grande. Somam cerca de 800 centros. 97

97Estatutos da "Federação Sul-Riograndense de Umbanda". Pelotas, 1966, p.1.



4



5

Foto 4 - Bandeira do Club Abolicionista de Pelotas. Foto 5 - Igreja dos escravos. Fundos da Catedral de São Pedro em Rio grande. Fotos do autor.

CAPITULO II

MEMORIAS DA ESCRAVIDAO NO RIO GRANDE MERIDIONAL

2.1 - A NIVEL ECONOMICO

2.1.1. O Trabalho Escravo

2.1.1.1. O trabalho escravo na agricultura da Região Sul

O primeiro capítulo deste trabalho teve por meta oferecer ao leitor uma contextualização histórico-geográfica, apresentando algumas características econômicas, políticas, educativas, familiares, recreativas, religiosas e geográficas da região em estudo. Este capítulo procura fornecer uma visão do escravismo rural da região indicada, utilizando-se da memória de descendentes de escravos expressa em 32 depoimentos que, gravados, transcritos e datilografados, constituem fonte documental para nosso trabalho.* Esta visão será enriquecida pelo confronto com a historiografia da escravidão brasileira.

Freqüentemente, os depoimentos revelam que os escravos trabalhavam em "tudo que era serviço". A depoente Osvaldina, cujo pai fora escravo na fazenda Santa Eulália, município de Felotas, revela que lá o escravo fazia:

Tudo quanto era serviço, desde tirar o leite, cortar lenha, trabalhar na lavoura, plantar milho, batata, feijão, abóbora, melancia, moganga, pepino [...]. Era mais agricultura porque esses primeiros estancieiros é que tinham esses escravos como meu pai [...], depois é que começaram a vir esses alemão [...] e foram vindo, e esses escravos ficaram mais para a agricultura.¹

*Em anexo encontra-se o documento resultante de 32 entrevistas realizadas com descendentes de escravos da região indicada na figura I.

¹Anexo, p.303

Os primeiros imigrantes da região de Pelotas e São Lourenço, provavelmente foram utilizados para atividades assalariadas. O entrevistado Paulino lembra ainda que os escravos eram enviados a outras fazendas para ajudar nos trabalhos quando era possível e necessário. (Anexo p. 335-336) Esta parece ser uma prática exercida no escravismo colonial, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. A propósito, Jacob Gorender, em sua obra *O Escravismo Colonial*, identifica a lei da rigidez da mão-de-obra no sistema de produção escravista, acentuada pelo caráter agrário daquela economia. A quantidade de braços do plantel permanecia inalterada apesar da variação da quantidade de trabalho exigida nos distintos momentos e conjunturas de produção. Uma das alternativas para enfrentar esta realidade era o aluguel de escravos. Os senhores de engenhos de açúcar "[...] alugavam uns aos outros escravos experientes em certos ofícios da fabricação do açúcar".²

O mesmo ocorreu nas fazendas de café quando começou a faltar mão-de-obra. Fazendeiros arrendavam escravos dos vizinhos ou ofereciam os seus para arrendamento. Esta modalidade, ao que parece, foi adotada pelos fazendeiros na região meridional do Rio Grande do Sul. No caso das charqueadas, "[...] a transferência das tarefas adiáveis para depois da safra proporcionava o melhor aproveitamento do plantel previamente dimensionado pelas exigências do pico de trabalho."³ Os escravos eram utilizados em atividades de serraria, carpintaria, marcenaria, forja de ferreiro, ferraria de animais, olaria, selaria, fiação e tecelagem de algodão e de lã. A construção e manutenção das estradas eram exercidas pelos escravos nos intervalos da produção. Alfaiataria, oficina de sapateiro, lavanderia, cozinha, coqueiras, enfermarias, pomares, hortas, currais, criação de animais domésticos. Estas eram atividades de suporte da produção agrícola e pecuária desta região, apontadas particularmente pelos depoimentos de Osvaldina e Maria Filomena.

O cuidado de abertura e manutenção de estradas cabia aos fazendeiros e o trabalho era realizado pelos escravos. Estradas interiores geralmente se estendiam ao longo das divisas, marcadas pela passagem de tropas de gado, assim também aquelas que conduziam as tropas para os centros charqueadores que originaram muitos caminhos do interior dos municípios de hoje. Frequentemente, pessoas referem-se à "estrada das tropas", "picada das tropas", "passo das tropas" nas travessias dos rios da região onde mais tarde surgiram pontes como a conhecida ponte do Império sobre o Rio Piratini. A abertura de estradas era uma oportunidade para os escravos verem alguma coisa diferente, como expressa o depoente Osvaldina: "Enxada, picareta, levavam machado, levavam foice pra cortá. [...] nesse meio tempo, eles até adoravam porque saíam pra apanhá um ar, enchergá alguma coisa diferente. Mas era os escravos que arrumavam as estrada. Isso o meu pai cansou de dizê [...]". (Anexo, p. 317)

²GORENDER, O Escravismo Colonial. 5ª ed. São Paulo: Atica, 1988. p.223.

³Idem, p. 230.

A centenária Luiza lembrou dos escravos trabalhando no mato:

Foice, picareta era no bruto que eles usavam. Derrubavam matos e matos com essas ferramentas. O senhor podia... Quando iam trabaiá nos mato que ficava nas lomba, o senhor parava numa coxilha pra olhá... Era triste! Aqueles home não podia...! Aquele calorão, não podiam limpá o suor, só faziam assim e assim! (sinal com os braços para secar o suor com a manga da camisa) e eles não podiam atendê o suor, sempre trabalhando.⁴

"Não podiam limpá o suor" - revela os níveis do caráter autoritário assumido no tratamento aos escravos nos trabalhos de produção agrícola das estâncias gaúchas. Escravas com filhos pequenos trabalhavam na roça o dia inteiro, sem condições de dar o atendimento necessário às crianças. O mesmo rigor levava a sérias punições quando o escravo cometia alguma infração. No depoimento da ex-escrava Maria Chatinha, entrevistada em 1981, numa favela do Rio de Janeiro, revelou que, quando menina, ao cuidar de espantar os pássaros que se abatiam sobre um arrozal em flor, brincando, esqueceu-se do serviço. Quando o feitor se aproximou, o bando de pássaros estava no arrozal. O resultado foi uma pedrada na cabeça daquela criança, o desenvolvimento de uma bicheira na ferida e uma paralisia parcial do braço e da perna porque o cérebro foi afetado.⁵ "Lá, as mãe prá trabaiá, sempre traziam preso num caixote. Naqueles caixote aí passavam as criança o dia itero, tudo mijado, tudo sujo. Mamadera não tinha, era guampa." (Anexo, p.228) As crianças também participavam dos trabalhos na estância, exercendo pequenas atividades de varrer pátios, fazer lenha, ou participavam da capina na roça. Luiza Dornelles acrescentou: "No que pudesse agarrá no... na enchada, [...] garrava na enchada, na vassora prá i varré, às vez pra batê machado, agarrá. Tinha que batê desde pequeno! Desde assim (aponta para Daniel da Silva Dalla Vecchia, de 7 anos de idade), já iam pros mato, pras lavora, pras roça." (Anexo, p.228)

Para Albertina Bandeira, descendente de escravos da região de Piratini, os escravos plantavam arroz, feijão, milho, inclusive para vender. (Anexo, p.18) Seguindo-se a sudeste, em direção a Pinheiro Machado e Bagé, percebe-se que, mesmo com uma produção agrícola razoável, predominava a atividade pecuária. Sobre as fazendas da região, Gentil afirmou que os escravos 'faziam tudo que era serviço', cuidavam do gado e às vezes capinavam. (Anexo, p.127). A maioria dos produtos de subsistência era encontrada na lavoura da própria fazenda: "Quer dizê então que só se comprava algum óleo." (Anexo, p.95)

Jacob Gorender refere-se à estrutura bissegmentada da plantagem escravista: de um lado produzia bens de exportação e de outro, bens de auto-subsistência, bipartindo-se em produção mercantil e natural. A economia natural abrangia somente a produção de bens de uso destinados ao consumo do pessoal do estabelecimento, desde o senhor e sua família à escravaria do eito

⁴Anexo, p.226.

⁵MAESTRI, Mário. Depoimentos de Escravos Brasileiros. São Paulo: Icone, 1988.

e da casa-grande. A principal atividade natural consistia na produção de mantimentos: cereais, tubérculos, legumes e frutas. Produziam-se também tecidos, mobílias, calçados, selas e arreios de animais e quase todo o material necessário para as edificações. Afirma Jacob Gorender que até o começo do século XVII: "Inexistia mercado na colônia e a norma de auto-abastecimento devia ser absoluta."⁶ A partir daquele início de século, se formou um mercado interno abastecendo alguns núcleos urbanos de gêneros alimentícios da própria colônia. As plantagens continuaram se apoiando o mais possível no auto-abastecimento.

Na região em estudo, de modo geral, mantinha-se uma produção de mantimentos derivados de lavouras, hortas e pomares cultivados pelos escravos. A criação de animais domésticos como porcos, galinhas, patos, perus, faziam parte deste tipo de produção de subsistência. As condições peculiares de determinadas regiões mais propícias à produção agrícola, pela qualidade dos solos e a proximidade com os centros urbanos como Pelotas, condicionavam uma produção de predominância agrícola voltada para o pequeno comércio regional. Sem estar desvinculado das atividades pecuárias destas estâncias, o universo de trabalho do escravo rural era a produção agrícola. Em todas as estâncias da região havia um espaço cercado de espinhos, geralmente gravatás, em que se cultivava o trigo, o feijão, o arroz, a mandioca, o milho, a abóbora, a hortaliça, as árvores frutíferas. Geralmente, na fazenda mista, o escravo trabalhava na agricultura. A medida do necessário, era utilizado nas atividades pecuárias, conforme afirmações dos depoentes. Isto demonstra que há preferência pela mão-de-obra livre na pecuária.

Em nossa região, a fazenda escravista tinha, como perspectiva fundamental de mercado, a produção pecuária, numa relação dinâmica com as charqueadas que beneficiavam o produto para o mercado nacional e internacional. Para as unidades de produção pecuária mercantil, utilizava-se o peço, mão-de-obra que trabalhava praticamente em função da subsistência. Não pesava sobre ele a exigência de se fixar na estância. Contudo, esta organização do trabalho na fazenda não excluía totalmente o trabalho escravo na pecuária. Escravos foram domadores, campeiros tropeiros.

Para Fernando Henrique Cardoso, mesmo na área predominantemente pastoril, ao lado da estância havia a chácara que abastecia as populações locais. E, sem que se denominassem chácaras, havia plantações para a subsistência em quase todas as fazendas do Rio Grande do Sul. Predominava a criação de gado mas produzia-se para o auto-consumo.⁷ Isto é confirmado pelos depoimentos da maioria dos entrevistados.

⁶GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit., p.239.

⁷CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., p. 62-63.

2.1.1.2. Trabalho escravo na pecuária

Os escravos trabalhavam na produção agrícola de subsistência e na criação de gado. A pecuária brasileira serviu de suporte à economia açucareira, mineradora e cafeeira, fornecendo animais de tração, carnes e couros para as plantagens e cidades. A pecuária encontrou espaço no interior do território nacional. Os pampas sulinos foram tomados pelas estâncias de criação por terem campos apropriados para esta atividade. A nossa região ficou dividida entre a produção pecuária e a agrícola devido à propriedade dos solos. No século passado, as charqueadas polarizaram a economia do Rio Grande do Sul e os fazendeiros voltaram-se com maior empenho à criação de gado.

O domínio da economia pecuária se concentrou nas mãos de um punhado de grandes criadores, titulares de sesmarias e possuidores de várias fazendas. Os charqueadores muitas vezes eram também grandes fazendeiros, como apontou Gonçalves Chaves. A principal produção econômica na região, durante o século passado, foi o charque - elaboração manufatureira do produto da pecuária. Apesar de alcançar uma articulação com o mercado internacional de carnes e de couros, estes mesmos produtos subsidiaram a economia açucareira, mineradora e cafeeira. As grandes fazendas não utilizavam mais que 15 ou 20 homens para o trabalho. A pecuária constituía, no sistema escravista, o alicerce de famílias poderosas, política e economicamente, e o elemento propulsor da integração do mercado interno por estar obrigada a manter vínculos consistentes com as cidades e as regiões plantacionistas.⁶

Saint-Hilaire, naturalista francês, em viagem pelo Brasil nos primeiros anos da década de 1820, observou que a pecuária do vale do Rio São Francisco era a mais rentável por estar na mão de proprietários que moravam na fazenda e utilizavam um nível técnico maior na divisão dos pastos e separação do gado. Aí deu-se a pecuária mais escravista do Brasil. As fazendas dos campos do Paraná eram tipicamente pecuaristas, mas não incompatíveis com a escravidão. Saint-Hilaire encontrou escravos em todas as fazendas, inclusive domadores. As vezes, em lugar do dono ausente, ficava administrando a fazenda um escravo feitor, como ele já vira no Rio de Janeiro e São Paulo e observou, depois, no Rio Grande do Sul. Octávio Ianni comprovou o escravismo da pecuária paranaense no século passado:

[...] o escravo estava presente em todos os setores de atividade das fazendas, desde a criação de animais ao culto de gêneros alimentícios e ao artesanato doméstico.⁷

Em 1854, o coeficiente escravista na população da província do Paraná era de 16%. Nas zonas de pecuária, variava de 25,8 a 44%. Fernando Henrique Cardoso encontrou índices

⁶ GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit. p. 426.

⁷ Apud. GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit., p. 436.

semelhantes em Lages, Santa Catarina.¹⁰

Em sua obra: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Fernando H. Cardoso afirma que a utilização do escravo negro não chegou a ser exclusiva ou predominante, mesmo nas zonas de povoamento mais antigas do litoral e do pampa gaúcho, onde a utilização daquela mão-de-obra tenha sido mais regular. A acentuada proporção de escravos na população gaúcha do início do século XIX explica-se pela sua participação na agricultura do trigo, em toda sorte de serviços domésticos e urbanos, na produção do charque e na estância. O surgimento da indústria do charque e o incremento da produção pecuária permite compreender a participação do escravo nas estâncias de criação de gado. Saint-Hilaire havia comprovado que a presença de escravos nas atividades criatórias era constante em nossa região. Nicolau Dreys, 35 anos depois, reafirmava a utilização regular de negros nas estâncias.

A estância era servida ordinariamente por um capataz e por *peões*, debaixo da direção daquele; [...] Sua ocupação consiste em velar sobre os animais, contê-los nos limites da estância, reuni-los quando é mister. [...] nas estâncias pouco tem que fazer o negro, exceto na ocasião rara dos rodeios; [...]¹¹

O mesmo ocorre em relação à participação dos escravos nas atividades acessórias de estância, testemunhadas por Saint-Hilaire. Segundo aquele autor, a estância de Piratini, "quase todas desse tipo" constituía "uma espécie de povoado perdido como um oásis na solidão dos campos, pois precisava de quase tudo". Os escravos eram empregados desde os trabalhos de ereção das divisas, até a agricultura, aos trabalhos de campeiro, às atividades artesanais de fiação, pedreiro, carpintaria, ferraria, alfaiataria.¹² Encontra-se confirmado na memória dos depoentes este fato abordado por quase todos eles. Jornais do Império e outras fontes comprovam a utilização de escravos em toda sorte de misteres.

Para Fernando Henrique Cardoso, a partir do momento em que a criação passou a ser faina rotineira, houve aproveitamento regular da mão-de-obra escrava nas zonas de povoamento mais antigo. Examinando o testamento de Bento Gonçalves, pareceu-lhe que por volta dos meados do século, a estância próspera do Sul contava com escravaria numerosa. O mesmo fato é indicado por Maria Filomena Nunes Garcia. E o autor finaliza:

[...] pode-se afirmar que, sem ter sido exclusiva ou predominante e variando de importância relativa conforme as diversas áreas e períodos de criação, houve a utilização do escravo na vida pastoril gaúcha desde quando a estância substituiu os currais.¹³

¹⁰GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit., p. 436-437.

¹¹DREYS, Nicolau. Notícia Descrptiva da Província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul. Op. cit., p. 142

¹²SAINT-HILAIRE, Louis. Viagem ao Rio Grande do Sul. Ib., p. 64.

¹³CARDOSO, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., p.66.

Atestado em "instruções", anúncios de fuga e no próprio Saint-Hilaire, em sua obra: *O Escravo no Rio Grande do Sul*, Mário Maestri reconhece a existência significativa do "escravo campeiro", ou a utilização do escravo de acordo com as necessidades, nas tarefas agrícolas e na prática pastoril. Em Saint-Hilaire, encontra a prova da maior utilização do escravo nas tarefas agrícolas da fazenda e a própria participação ativa do proprietário e seus filhos nas lides do campo.¹⁴

Para Jacob Gorender, durante o século XIX, a pecuária gaúcha evoluiu no sentido do emprego mais freqüente de peões sob formas rudimentares de salariado. O trabalho escravo na pecuária teve significado acentuado e mesmo básico em certas regiões e por muito tempo. De modo geral, a evolução indica o trabalho escravo como alternativa. E conclui: "O insofismável é que por toda parte, embora em grau variável no tempo e no espaço, as fontes históricas demonstram a incidência de características escravistas na pecuária brasileira."¹⁵ Mário Maestri avança em termos interpretativos a respeito do escravo na pecuária: "[...] com a opinião de que a utilização do escravo nas estâncias pecuaristas do Rio Grande do Sul foi irregular e acessória [...]."¹⁶ Ao analisar o assunto, apoiado em autores como Guilhermino Cesar, Nicolau Dreys, Décio Freitas, Fernando Henrique Cardoso e, através dele, Saint-Hilaire, à semelhança de Gorender, Maestri conclui que:

[...] a fazenda dedicada à criação conheceu, em maior ou menor número (de acordo com a região geográfica e a época) um maior ou menor número de escravos dedicados às lides campeiras, mas ela não estava assentada sobre um modo de produção escravista.¹⁷

Neste sentido, Décio Freitas sustenta que o boi era obtido através de um processo de produção quase exclusivamente natural, exigindo, em consequência, um mínimo de trabalho social. Disso decorria que não se extraísse trabalho excedente do peão. Não havia sentido aplicar o trabalho escravo a esse sistema produtivo, inclusive porque a rentabilidade da fazenda pastoril não permitiria. Ela podia funcionar sem o escravo.

Surge novamente a questão ao depararmos com inventários como o de Bento Gonçalves da Silva, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Entre os bens daquele líder político, estancieiro na fronteira, o documento acusa 33 escravos, em 1857.¹⁸ Sabe-se também que na época da Revolução Farroupilha o número de escravos era quase duas vezes superior à população de Piratini e do Estreito (tabela I). Diante desta realidade, como podemos afirmar que a escravidão na pecuária gaúcha não estava constituída num modo de produção escravista? Os depoimentos dos descendentes de escravos da região confirmam a utilização do escravo nas fazendas mistas dava-se tanto na

¹⁴MAESTRI, *O Escravo no Rio Grande do Sul*. op. cit., p. 50-53.

¹⁵GORENDER, *O Escravismo Colonial*. op. cit., p.437.

¹⁶Idea, p.437.

¹⁷MAESTRI, *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Op. cit., p.51.

¹⁸CARDOSO, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Op. cit., p. 64.

agricultura como na pecuária. Apoiado principalmente no trabalho de Décio Freitas, Maestri conclui o assunto numa frase: "[...] para a pecuária o escravo era um fator de produção fortuito."¹⁹

O escravo era utilizado nas fazendas de produção quase exclusivamente pecuária. Veja-se Albertina Bandeira, Maria Filomena e João Rodrigues. E, mesmo trabalhando na lavoura, o escravo exercia quase todas as atividades relacionadas à pecuária, não só na edificação de divisas, de valas e cercas de pedra e araçás. Dona Osvaldina é explícita quanto ao fato: "[...] tinha que cuidá toda a fazenda, né! Recorrê os animal no tempo de marcá. Em tempo de quimá, de queimá os campo por causa das peste, por causa das cobra venenosa, né, pra não mordê os animal... Tudo - assim ele contava. Quando era tempo de marcá, marcá as ovelha... as vaca, os boi, tudo!" (Anexo, p.298)

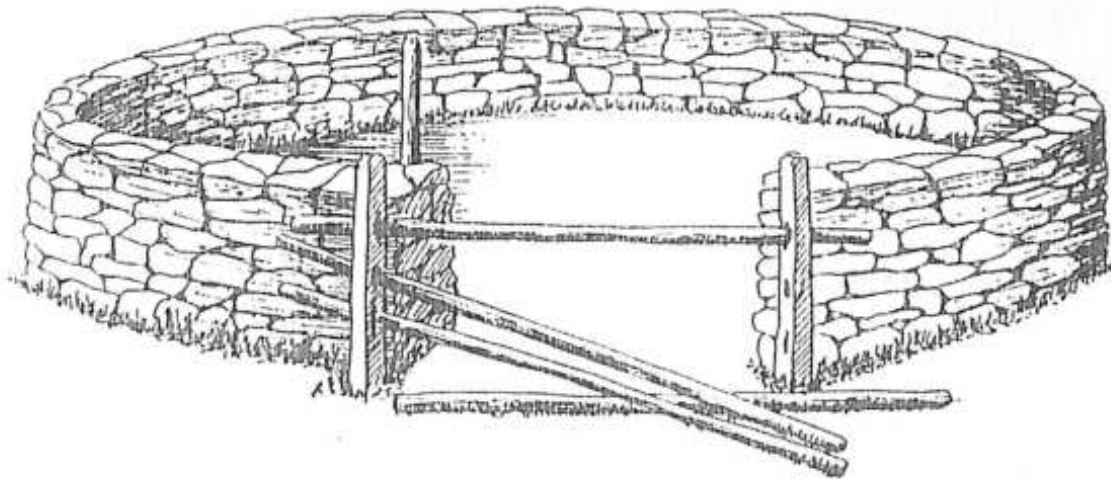


Figura - 5

Mangueira de pedra. Para sua construção era empregada mão-de-obra do negro escravo. Ainda se vêem muitas na Zona da Campanha. Gravura de Acri Edison.

Décio Freitas encontrou nas crônicas e sobretudo nos inventários, reiteradas alusões a negros ou escravos 'campeiros'. Na sua visão, os

¹⁹MAESTRI, O Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.53.

[...] que desempenham atividades propriamente pastoris, eram como regra negros forros.

Apenas havia emprego de escravos em trabalhos auxiliares do pastoreio, à condição de que sobre eles pudesse exercer a vigilância. Tal ocorria, por exemplo, nas arreadas e nos rodeios, em que havia participação de capatazes. 'Nas estâncias pouco tem que fazer o negro, exceto na ocasião rara dos rodeios', testemunha Dreys. Nas [...] instruções do Conde de Piratini, pode-se ver quais eram as tarefas atribuídas aos escravos da estância: ajudar o pastoreio; fazer lãna; limpar currais; queimar o campo; carregar madeiras para fazer mangueiras; tirar leite de vacas; cuidar dos porcos. No rodeio servia de auxiliar dos peões, não constando que se lhe confiasse um cavalo para andar sozinho pelo campo.²⁰

Segundo Décio Freitas, o cativo não era diretamente explorado no trabalho da pecuária. Existia uma massa de trabalhadores dotados de experiência e tradição pastoris.²¹ Ao que parece, nas zonas de imigração italiana e alemã, em parte da região em estudo, o escravo que trabalhava no pastoreio teria sido substituído por peões. O fato parece ser confirmado com a precisão dos depoimentos de Osvaldina, ao falar das atividades dos escravos na Fazenda Santa Eulália. "Era mais agricultura, porque esses primeiros estancieiros é que tinha esses escravos como o meu pai [...], depois é que começaram a vir esses alemão [...] e foram vindo, e esses escravo ficaram mais para a agricultura." (Anexo p. 185) Sabe-se, porém, que italianos e alemães não têm igualmente tradição pecuária extensiva. Para Jacob Gorender, o trabalho escravo na estância gaúcha foi sendo substituído gradativamente pelo trabalho de peões, no final do período da escravatura. Quando os escravos trabalhavam nas lides do gado, as tarefas da pecuária cabiam mais aos homens. Segundo Maria Filomena Nunes Garcia, descendente de escravos de grandes fazendas de Piratini: "Outros cuidavam da horta, enfim... faziam criação de galinha, outros de animais. Os home mais pro campo tratá de cavalo, do gado né, curá marcá, derrubá no chão, botá aquela marca! Botavam aquilo no fogo e marcavam os animais com o sobrenome do patrão." (Anexo p. 273) Do escravo campeiro, ela afirma: "[...] outros iam tratá de animais, né, espia na fazenda se tinha bicho, gado morto, enfim, era essa a vida deles." (Anexo, p. 273)

O entrevistado Dario da Silva também refere-se ao fato de que os escravos homens tinham que trabalhar no campo: "Ah, às vez tinha estância com mais de dez home. [...] tinha muito gado. Milhar, duas três mil...algum." Quando havia rodeios, o escravo levantavam cedo para realizar aquela atividade: "Ah! Era sete hora... e cinco hora tavam em pé. Em algum lugar cinco hora, duas hora, já tavam em pé pra pará o rodeio. Já tinha que sai antes de craria o dia. E quando ia clariando o dia, já ia chegando com a lopa. As veis paravo dois, treis rodeio numa manhã. Que aquilo tinha muito gado..." (Anexo, p. 109)

Nas regiões de Encruzilhada, os escravos cultivavam pequenas chácaras e dedicavam-se principalmente à criação de gado.

²⁰FREITAS, O Capitalismo Pastoral. Op. cit., p.36.

²¹Idea., p. 35.

Jogo Rodrigues lembra que não encontrou lavouras e sim "[...] chachubas que eu mesmo trabelei." (Anexo,p.177) O depoente Antenor, descendente de escravos dos Pedroso de Piratini, reafirma o que já dissemos: "Naquela época eles não tratavam de plantação. So tratavam de cria porco, cabrito, essas coisa assim." (Anexo, p.177) A pecuária não se restringia à criação de bovinos.

A pecuária exigia também outras atividades afins que eram realizadas pelos escravos. A construção de taipas (tapumes ou cercados) de pedra foi prática comum na serra dos Tapes. Alguns dos entrevistados referem-se ao assunto do qual existem inúmeros testemunhos na região: "[...] Outros fazendo cerca de pedra que lá ainda já não viajô ai por fora e não viu cerca de pedra que lá entrando chgo adentro? Aquilo é trabejado pela mão do escravo. Imagina se alguém, o sinhozinho ia se metê a fazê aquilo. Não..." (Anexo, p.2179) O senhor Adair acrescenta que os escravos: "[...] fazem cerca de pedras, faziam cada [...]. Mas agora, cerca de pedra sei que eles faziam, que existe muita ainda ai fora, cerca de pedra com um metro de largura de pé, com dois metros de altura, de acordo com o lugar [...]" (Anexo,p. 3) Jogo Rodrigues nascido

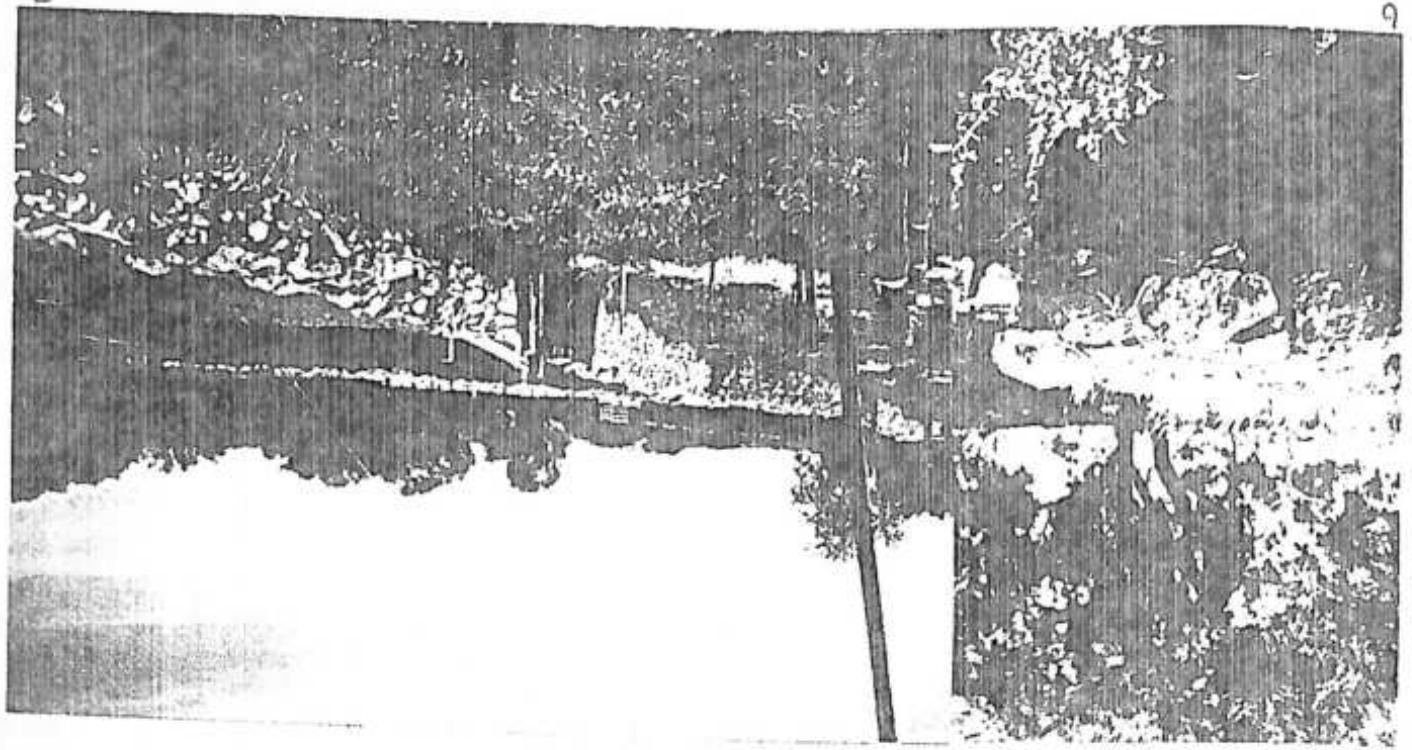


Foto - 6 e 7 - Mangueiras de pedra. Fazenda do Combate. Município de Piratini. Fotos do autor.

uma fazenda de Esmeralda do Sul e Antenor nascido numa fazenda em Piratini, referem-se ao mesmo tema confirmando esta realidade.

Um dos trabalhos mais árduos realizado pelos escravos foi a abertura de praias e extensas valas para manter o gado nos limites da propriedade do estancieiro. Era costume generalizado em toda a região. Os atuais viveiros deste fato perduram nas antigas divórcias onde cresceram arbustos e árvores de médio e até de

pande porte traçando linhas verdes pelos campos e coxilhas, onde naturalmente não teriam vingado. Certamente a presença de gravatás plantados na mesma faixa permitiu o seu crescimento. "Lá eles seriam enormes vala. Atravessá campo, atravessá esse campo, atravessá o de seu fulano [...] Acho que no lugar de uma cerca de grama faziam aquilo." (Anexo, p. 177)

2.1.1.2.1 - Número de escravos nas fazendas da região

"A agricultura extensiva sempre se prestou bem ao trabalho escravo. Daí que fosse 'apreciável' o número de escravos nas propriedades agrícolas."²² Segundo o autor, nos municípios agrícolas ou que combinavam agricultura e pecuária, a população escrava era muito superior à dos municípios exclusivamente pastoris. Saint-Hilaire chegou a conhecer uma propriedade onde eram utilizados 12 negros apenas na atividades de um pomar.²³ De acordo com Décio Freitas: "Registram-se por igual grande número de escravos nos municípios da campanha onde se conjugavam a pecuária e a charqueada."²⁴

O número de escravos utilizados nas estâncias variava entre uma e duas dezenas. Somente em fazendas de grande porte o número de escravos era maior. A fazenda de Bento Gonçalves possuía 33 escravos. Isto está confirmado em seu testamento. Dificilmente alguma delas terá chegado a uma centena, por maior que fosse o trabalho na agricultura, na pecuária, no artesanato e nas lidas domésticas. Décio Freitas afirma: "Os escravos sempre foram pouco numerosos nas estâncias de gado, onde tiveram sua maior ocupação nos serviços domésticos e na produção de subsistência."²⁵ Os depoimentos de descendentes de escravos confirmam esta realidade. Um dono de sesmaria, com várias fazendas, poderia possuir tal número de escravos. Comparando aos dados da historiografia, esta média é no máximo coerente, inclusive pela predominância da pecuária como principal produto, pelos campos propícios a esta atividade e pela produção agrícola de subsistência de cada estância. Maria Filomena indica que nas grandes fazendas de Piratini alguns fazendeiros teriam mais de cem escravos: "Num campo com uma largura enorme, eles tinham de t@ mais de cem pessoas, uns prum lado, outros pro otro. [...] desde dentro de casa até os fundo da fazenda." (Anexo, p.277). O problema era mais agudo nas charqueadas, onde o número de escravos atingia centenas de homens, aumentando a exigência de mecanismos disciplinares. Trabalhavam na restauração e manutenção da charqueada. Devido às oscilações no exercício destas atividades variadas, determinou-se a pouca especialização da mão-de-obra escrava.²⁶

²²FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p.34.

²³SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio grande do Sul. Op. cit., p.80.

²⁴FREITAS, Iden., p.36

²⁵Ib. Iden, p.36.

²⁶GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit., p. 210s.

Nas Antenor apresenta o número exato de escravos que trabalhava na Fazenda dos Pedrosos, onde seu pai teria sido escravo. "[...] era oito, era oito, porque eu me lembro dele falá no nome delas, era oito por causa do nome. [...] Tinha gente que tinha muito mais escravos. Tinha uma vez uma turma de cinco ou seis em casa e no campo, no mato tinha dez, quinze que era pra fazê serviço de mato, cortá lenha, amassá tijolo. Era feito com os pé, como esse aqui." (Anexo, p.64)

Antenor Silveira lembra que o número de escravos da casa onde reside atualmente, em Pelotas, era 14. "Aqui chegou a ter quatorze escravos. [...] Esta mulher que eu conto, esta índia que tá com 114 anos, ela era empregada daqui também." (Anexo, p. 57) Segundo os depoimentos de Dario, "[...] tinha estância aí com mais de dez homens" (Anexo, p.107) O mesmo número é indicado por Hébrando. "E, qué dizê, que eu me lembra, 10,12, mulié e home." (Anexo, p. 155) Nas estâncias de Encruzilhada, no vale do rio Canguçu, João Rodrigues supõe que existiam de 15 a 20 escravos em cada uma.

2.1.1.3 - Trabalho Doméstico

2.1.1.3.1 - Nas residências

Oswaldina Silveira mostra, com detalhes, que o escravo que trabalhava na lavoura ou no campo, quando necessário, era utilizado para as atividades domésticas. "Ah, ele fazia todo serviço [...], porque quando tinha que chegá as visita lá do sinhô, os outros sinhô que chegavam pra fazê visita, ele tinha que servi o 'mate corrido'. [...] aqueles pão com erva-doce, com aquele açúcar Pernambuco, que é o de pedra, [...]." (Anexo,p.305) Parece que isto devia-se ao número reduzido de escravos nas estâncias da região. Jacob Goreneder considera esta realidade é devida à falta de especialização da mão-de-obra escrava.

Os depoimentos permitem distinguir dentre os escravos domésticos, aqueles que trabalhavam somente no interior da residência e que ficavam alojados em uma repartição da casa, conforme eles mesmo indicam e aqueles que trabalham ao redor da residência, nas distintas atividades e que eram assenzalados. Estes não podiam introduzir-se no interior da casa. Maria Fates não podia introduzir-se no interior da casa. Carolina, descendente de escravos de Canguçu observou: "Só as que trabalhava lá dentro co'a, co'a Rainha Isabel! Só as escrava que trabalhava lá com ela podia entrá lá pra dentro [...]. Co'a sinhazinha! O mais não entrava lá dentro, não". Dentro das casas eram exercidas as atividades de cozinheira, lavadeira, passadeira, agomadeira, mucama, copeira e outras.

A mãe de Luiza Dornelles foi cozinheira e preparava alimento tanto para os brancos (senhores) como para os escravos e levava a comida para a senzala. O senhor Antenor refere-se desta forma às escravas que trabalhavam dentro de casa: "Tinha aquelas que eram lavadeiras, cozinheira, trabalhavam... Aquelas especial

gran pra trabalhava dentro de casa, aquelas que não era, era pra trabalhar na rua [...] E as mais bonitas, é, eles escolhiam, escolhiam aquelas mais lindas. Então, aquelas trabalhava lá dentro da casa porque elas... se serviam delas também." (Anexo, p. 59)

Sabe-se pela historiografia do permanentemente concubinato que existia entre senhores e escravas. Ao que parece, um dos critérios de seleção era a aparência física das escravas que faziam os serviços domésticos. Outro critério era a cor da pele. O senhor Joaquinho expressou-se assim: "Escolhiam [...] as escravas que não dava mesmo; aquelas gente mais direita. Aquelas negra mais bonita, mais clara; aquelas negra metida; aquelas negra lam pra lá. E a cozinheira podia ser bem preta, mas era umas negra limpa, né! Negras limpas, negras bonitas." (Anexo, p. 120)

A tradição de ter uma preta na cozinha continuou por muito tempo na região. O cozinheiro negro representava igualmente aspecto importante para os senhores e burgueses, antes e depois da Abolição. "Em lugar de uma cozinheira, havia senhores que preferiam cozinheiros [...] afirmam João Rodrigues." (Anexo, p. 185)

Em seu trabalho sobre *Cartas de Alfortia em Rio Grande (1874-79/1884-85)*, Rita Gattiboni identifica as profissões dos escravos libertados. Naquelas anos, em Rio Grande, foram libertados o duplo de negros. Cozinheiros de profissão em relação ao número de negros que tiveram a mesma sorte. Da mesma forma, são negros ocupados no serviço doméstico: ar

Albertina Bandeira enfatizou a não retribuição monetária a quem fazia comida, limpeza e cuidava dos senhores e, ao mesmo tempo, destacou: "Mas aquela era sempre melhor tratada." (Anexo, p. 18) Já foi ressaltado que a visão de que o escravo não ganhava nada e falava. Perpetuou-se na memória dos descendentes de cativos esta visão. Eles identificam o ganhar com a remuneração salarial. Outros depoimentos relatizam a ideia que as escravas domésticas tinham um tratamento distinto e melhor. "As escravas que trabalhavam dentro de casa [...] faziam o serviço das patroas. E eram cercada também, como os homens." (Anexo, p. 289) A maioria dos depoimentos confirma que o tratamento com os escravos obedecia praticamente o mesmo processo de coação, uma vez que era trabalho forçado. Castigos eram infligidos indistintamente. Havia uma tendência maior em distribuir as tarefas da casa para as escravas, embora não fossem excluídos os escravos. Diz Manoel Fernandes: " [...] dentro de casa tinha as escravas e tinha os escravos também, mas o escravo trabalhava mais na rua [...] " (Anexo, p. 289) O pai de Maria Francisca conduzia a "carretilha" que carregava a "linhazinha". (Anexo, p. 284) Os depoentes afirmam atividades domésticas. "Quando tinha que fazer dentro de casa eram só as escravas que faziam. Porque a tua filha (do senhor) não ia colocar a mão num panelão grande de ferro, tu não ia pagar uma panela de ferro com feijão [...] Tinha as escravas pra fazer [...] " (Anexo, p. 292) Veja-se que a depoente identifica o entrevistador

com a figura do senhor. Isto ocorreu em distintas entrevistas.

O "menino de parede" teve referência historicamente conhecida em Saint-Hilaire, o naturalista francês que viajou pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul na década de 20 no século passado. Ao passar pela residência do charqueador Antônio Gonçalves Chaves, em Pelotas, registrou em seu diário:

Há sempre na sala um pequeno negro de dez doze anos cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar serviços caseiros. Não conheço nenhuma criatura mais infeliz que essa criança, jamais sorri e em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. A noite chega-lhe o sono, quando não há ninguém na sala cai de joelhos para poder dormir. Não é esa a única casa que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras.²⁶⁸

Francisco Lucas abordou o tema ao referir-se à situação da chegada da visita de um senhor à fazenda:

O meu pai falava assim: '- guri não escutava'. [...] chegava esse cidadão, senhor, era só o senhor. Agora, tinha que (tê) um negrinho lá pro fogo. Pro cigarro! Chegava o senhor e tinha que ficá um por a porta. '-Fica por aqui. Na conversa dos mais velho, não mesmo!' Andava por lá mas tinha que tá ali por perto. [...] se ele quizesse, prá alcançá o tição, prá acendê o cigarro, o negrinho tava ali, [...] Alguém vem chegando: '- Oh, seu Leônido tá aí. Tá, sim sinhó!' '- Passe pra lá, vem até perto da porta - mas um sempre aí por perto pra quando se precisa - vai lá vê uma chalera ou vê o mate e traz pra cá.'²⁶⁹

O costume teria permanecido após o período escravista. Dona Luiza Dornelles relata como os senhores podiam tratar este serviço:

Os patrão pediam um toquinho pra acendê o cigarro. O nego vinha com o, com a brazinha assia na mão, passando de uma pra outra, passando [...]. Eles iam largá no pira-brasa... '-Não! Afirma a brasa aí!' Acendia o cigarro com a brasa acesa na palma do nego, pra eles aprendê a não trazê fogo na palma da mão. Queimava o nego toda a mão! [...] de teimoso que era o velhinho, aqui que acendesse o cigarro! Aquilo tava queimando, a dor... O nego se urinando até de... de dor.²⁷⁰

Esta história é uma tradição oral bastante difundida. É uma memória formada certamente a partir de um ou de diversos fatos. Devido ao seu caráter exemplar, foi transferida para o nível mítico, para representar a realidade do tratamento de forma medíocre. Este fato é um dos símbolos do modo como eram tratados os escravos na região. O "menino-de-parede" foi utilizado de modo bastante habitual na cidade de Pelotas. Os depoimentos indicam o seu uso nos meios rurais. Este era um serviço prestado no âmbito doméstico da residência dos estancieiros.

²⁶⁸ SAINT-HILAIRE, Viagem ao Rio Grande do Sul Op. cit., p.73

²⁶⁹ NEXO, p. 118-119

²⁷⁰ NEXO, p.229

A tarefa de amamentar era própria da escrava doméstica. O aluguel de amas-de-leite seria generalizado nas cidades e no interior. A escrava que gerava oportunamente um filho era 'reservada' para ser a ama do filho da senhora, nascido na ocasião. Osvaldina Silveira apresenta um fato concreto :

[...] e tinha a ama, a ama era só do nenê. Como é que ia fazê o serviço e dá o leite 'cansado' pro filho da senhora? A senhora era a dona da casa, rica, milionária, estancieira. Como é que eu louca de cansada, ia dá maminha pro teu filho? Não, aquela negra era mais reservada. Quê dizê que ela não cuidava do filho dela. Ela era dedicada pro teu filho, pro teu filho é que ela tinha que dá a maminha. [...] O filho dela botavam já lá pros escravo, lá pros quarto. Não sei quem é que tomava conta. Mas meu pai cansou de dizê... E era mesmo [...] só lembro uma que não me esqueci - agora já não existe mais - a dona Celina, a avó Celina [...]. Ela era negra mesmo. Era uma negra muito bonita, muito bacana! Ela era uma pessoa muito trabalhadora, muito caprichosa, mas ela era a 'bá'. [...] A que dá maminha pra filha da senhora. [...] Eu já alcançei a bá bem velha. [...] depois que ela ganhou o filho, que dava maminha, e a patroa ganhou o filho depois dela em seguida. E ela foi a 'bá'. [...] Era a 'ama' que chamavam. Ama... De leite. Então aquela não apanhava. Mas antes de ganhar o filho, ela apanhava. Depois que ela ganhou o filho, ela foi ama do filho da senhora. ³¹

Ressaltamos aqui a importância que possuía esta função a ponto de a escrava ser "reservada" e "não apanhava". Ao que parece, isto ocorria durante o período em que ela amamentava. É indicativo disto o fato que a mesma escrava apresentava muitos sinais de espancamento e morreu com perturbações mentais na velhice.

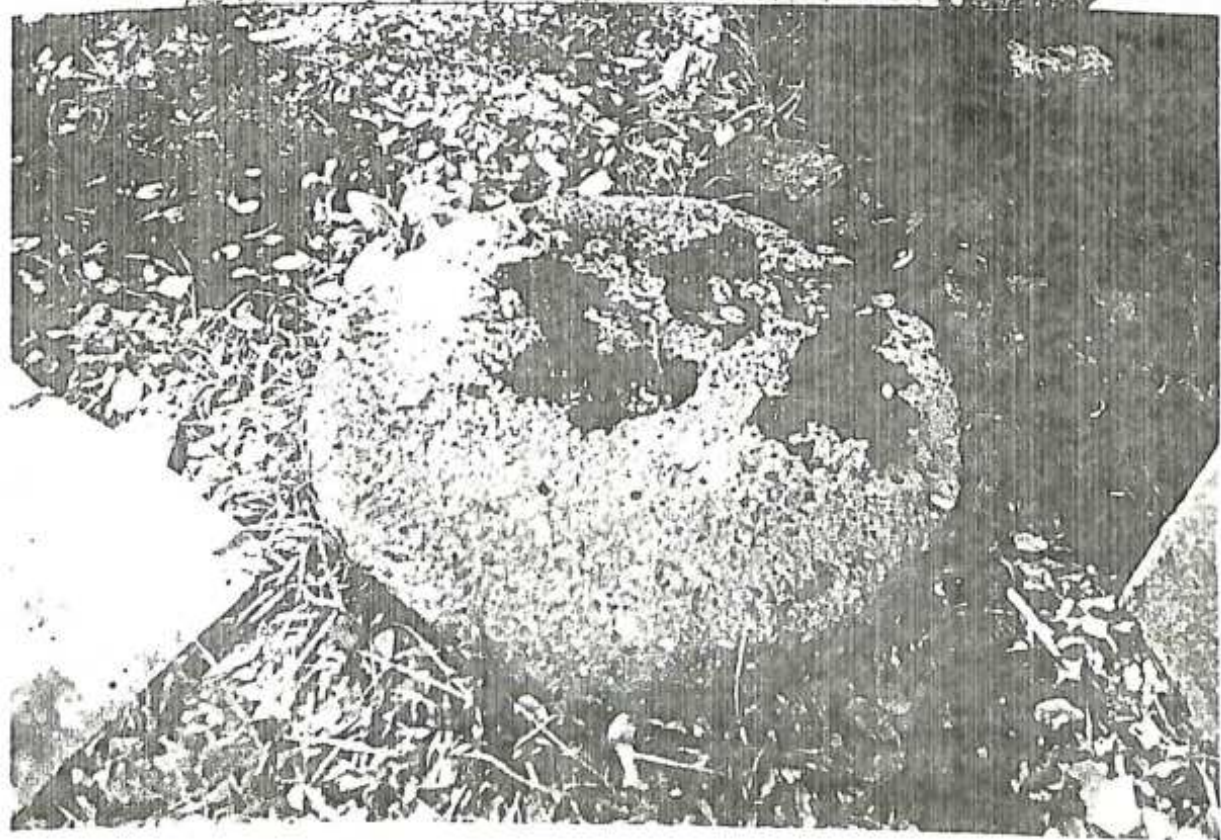
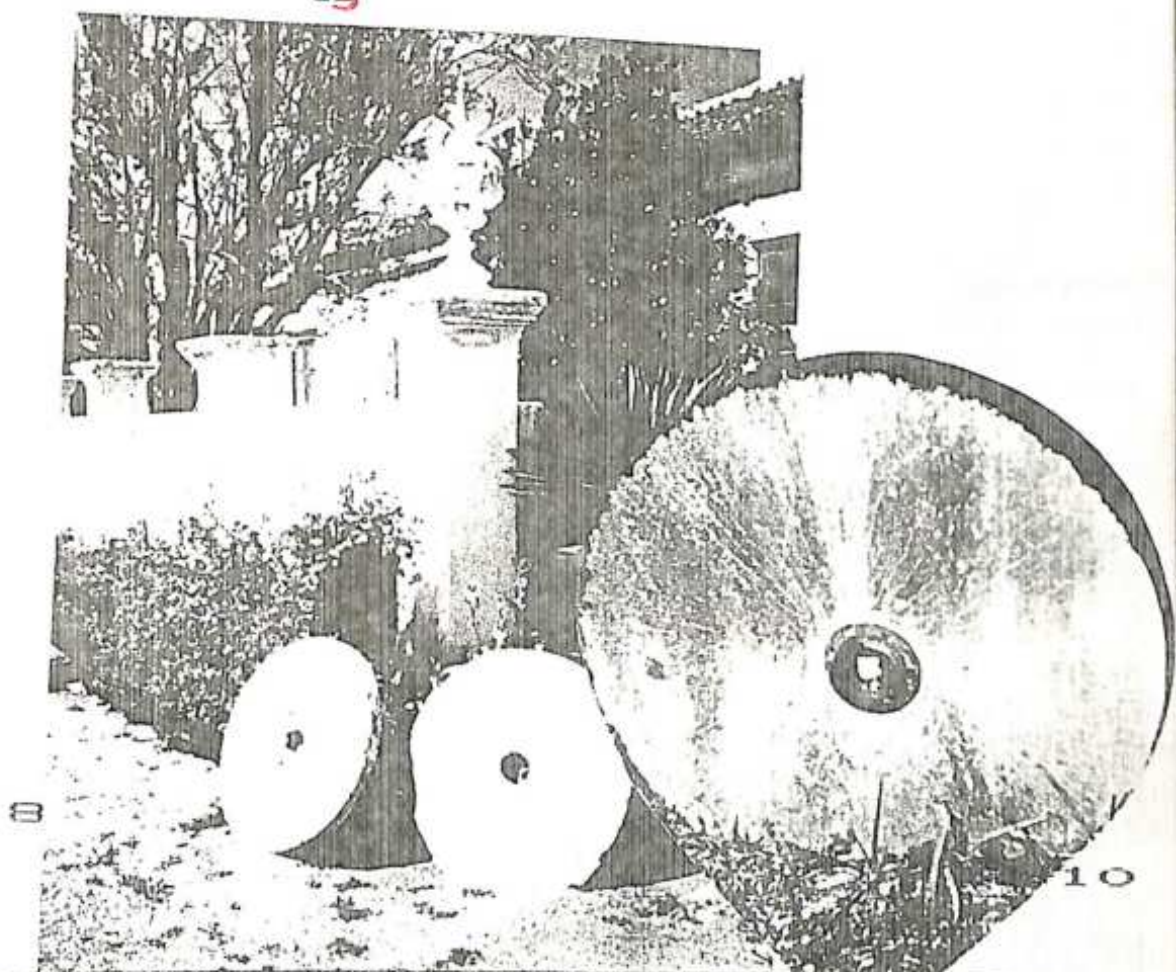
As Posturas Policiais da Villa de São Francisco de Paula, aprovadas em 1834, determinavam que os Fiscais deviam se encarregar dos 'expostos', sua criação, registro, manutenção, enterro, em caso de morte. Os recursos deveriam ser fornecidos pela Câmara e deveriam ser suficientes para contratar as amas-de-leite para essas crianças.³² Seguiu-se a mesma legislação de 1829, quando a Vila estava sob a jurisdição do município de Rio Grande. Em 1829, uma ama-de-leite deveria receber quatro mil e oitocentos réis por mês, condicionados às rendas do município.³³

Um dos trabalhos domésticos desempenhados pelos escravos, era fabricação de farinhas utilizadas na alimentação. A avó de Luiza Dornelles trabalhou nos moinhos de fabricação de farinha de milho, de mandioca, polvilho. (Anexo, p.219) O senhor Armando lembrou dos moinhos de pedra, movido à força humana. "Aquilo tinha um moinho de pedra, né. Com um buraco assim, no meio e tinha ali e, li iam cavando, largando trigo naquele buraco. E aquela pedra e os outros lá em cima assim, num cabo, moendo, moia, moendo a farinha. Depois botavam numa joerinha bem fina e peneiravam e faziam pão. [...] E eram eles que tocavam. (Anexo, p. 85-86)

³¹ ANEXO, p. 307-308

³² POSTURAS POLICIAIS DA VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. 1834: p. 29 (Xerocópia)

³³ LOPES NETO, João Simões. Posturas Policiais Adoptadas para o Regime do município da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul. In REVISTA DO 1º CENTENÁRIO DE PELotas. Pelotas: 1912, nº 718.



Fotos - 8,9,10 - Pedras de antigos moinhos denominados atafona: moinho manual ou movido por cavalgadas.

Fotos do autor.

O trabalho noturno, também chamado "serço", era caracterizado pelas atividades de fabricação de tecidos, calçados, etc. A matéria-prima utilizada era o algodão, principalmente a lã e o couro, provavelmente curtidos e preparados pelos próprios escravos. Reuniam-se num salão destinado a essas atividades.

Trabalhavam, trabalhavam de noite... Faziam umas estalagem assio, como se fosse um garpão, mas era uma coisa muito grande, né. E então, diz que tavam tudo ali, se reuniao tudo ali e trabalhavam em coisas de coro, uns trabalhava em tear... Ah, tinha tear pra fazê cobertor. Tudo era feito em casa ... das lã de ovelha, né. Então, eles tinham aqueles fuso né fazendo aquelas coisa feito lã...[...] Aqueles fio enrolado, e depois dali iam prumas adquina que ... eu cheguei a vê. Uma vez veio uma máquina aqui na cidade que trabalhava, diz que aquela era igual àquela que trabalhava os escravo. Umás quantas vara de madeira, bate aqui [sinal com as mãos], o senhor pensa que tão tocando piano. E ali eles botavam. Depois tingiam com uma tinta aquela lã, umas de uma cor [...] podia ser tanta cor que quisé e ali eles iam fazendo.²⁴

Ao abordar a questão das condições do trabalho escravo nas fazendas de café, Emilia Viotti da Costa afirma que, de volta do campo, os escravos se dedicavam às fainas no engenho, no paiol ou no engenho de mandioca. Preparavam o alimento para o dia seguinte: a farinha de mandioca, a farinha de milho, o fubá. Debulhavam o milho, pilavam e torravam o café, cortavam a lenha e, às vezes, na época da colheita, escolhiam o café apanhado. O serço durava invariavelmente até as dez horas, o que dava a média de trabalho de dezessete horas por dia.²⁵ Até certo ponto, o sistema escravista se identificou em suas características gerais em todo o Brasil. Nas estâncias da região, as atividades do serço estavam vinculadas às exigências de uma fazenda de criação de gado.

Nas fazendas do Rio Grande do Sul havia uma indústria gerida pela mulher do estancieiro, que produzia queijos, linguiças, conservas, charque, tecidos, rendas, artigos de couro, etc.²⁶ Os meios de subsistência, as matérias primas, o artesanato eram consumidos pela família do proprietário e os demais moradores. Dessa forma, satisfaziam suas necessidades fundamentais baseados unicamente na própria economia, independentemente do mercado. Os processos de trabalho dessa economia natural eram desempenhados por escravos. Os depoimentos de descendentes de escravos confirmam esta realidade.

Quando a atividade predominante era a produção agrícola, os mesmos escravos cuidavam do gado, da produção agrícola, das hortas, pomares e atividades ao redor da residência. Em momentos de necessidade, trabalhavam dentro das casas.

A depoente Maria Filomena revela que as necessidades da fazenda em termos vestuário, calçados, selas e outros objetos para a subsistência da casa eram atendidas nestas atividades. Trata-se

²⁴ANEXO, p. 273.

²⁵VIOTTI DA COSTA, Da Senzala à Colônia. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 268.

²⁶FREITAS, Capitalismo Pastoral. Op. cit., p. 37.

da outra dimensão da economia natural da fazenda. O couro podia ser curtido ou cru. Geralmente o escravo que usava calçado, usava de couro cru, duro e seco. Os escravos eram ensinados pelos senhores ou pelos escravos que já conheciam a profissão. "A indústria era eles mesmo que iam fazendo... ensinando os escravo a fazê tudo, porque eles [os brancos] sabiam né." (Anexo, p.273) As escravas trabalhavam nos teares e de sapateiras. As escravas mais idosas permaneciam nas atividades de sapateiras durante o dia e cuidavam das crianças.

O depoente Francisco Lucas confirma a mesma realidade ao afirmar que os escravos fabricavam tamancos de couro cru. Para as sinhás, eles fabricavam chinelos, sandalhas, sapatilhas de pano com sola de couro. O trabalho em couro não se restringia à fabricação do calçado. "[...] contava o finado papai [...] que no tempo dos escravo eles trabalhavo muito em corda - que quem ensinava eles trabaiá foi um escravo dos ruim. Ele trabalhava com 24 tento, meu pai: o buçal, cabresto, tudo sem argola. Ele fazia do mesmo coro." (Anexo, p.252)

Os trabalhos de carpintaria, marcenaria, ferraria eram realizados nas estâncias. O pai de Osvaldina fabricava móveis de estilo colonial. Visava-se sempre as necessidades daquela unidade de produção. O senhor saía com o escravo para escolher as madeiras de lei, no tempo certo conforme o movimento lua, para serem cortadas para o fabrico de móveis. (Anexo, p. 304)

2.1.1.3.2 -Trabalho nos arredores da residência.

Nos arredores da casa realizavam-se tarefas articuladas à vida doméstica. Na região, havia a função de *piqueteiro* que cortava lenha, ia à venda fazer compras. Andava de carro de boi. "Piquetero era do piquete, da volta da casa" - afirmou Osvaldina, cujo pai exercera também esta tarefa. O *bolieiro* era o condutor dos carros. "O que conduzia os cavalos chamava-se boliero. Então vinha lá na frente tocando e a sinhá lá atrás." (Anexo, p. 310)

O abastecimento de água também era feito pelos escravos. Os poços eram perfurados no solo propício e mais próximo da casa. As vezes, só era possível a algumas centenas de metros. "Tinha os poços que faziam, faziam um buraco de quinze, vinte metros e depois, debaixo, vinham calçando com tijolo toda volta, até em cima." (Anexo, p. 335) Paulino identificou um costume geral existente sempre que não havia uma fonte nas proximidades. Segundo Luiza Dornelles e Maria Filomena, escravos trabalhavam nos galpões, na *limpeza dos pátios*, no cultivo do *jardim*, no pomar. Armando Soares indica que havia uma certa permanência na atividade exercida nos arredores da casa. "Então, o que era de cortá lenha, era só de cortá lenha. O que era de varrê o terrero, era de varrê o terrero. O que era de trabaiá no campo, era no campo." (Anexo, p. 87)

Havia os encarregados de *carnear*, os do jardim, os da quinta. João Rodrigues, refere-se à horta e à existência de



Foto - 11 - Poço de antiga residência escravista na Rua dos Guararapes 155, Pelotas. Foto do autor.

pomares com abundância de produção e exigindo mão-de-obra específica para sua manutenção. "[...] e serviço de horta. Uma horta é muito arvoredo. Prantavam muito naquele tempo, prantavam [...] aquela quantidade de prantação, banana tinha muita, como uma quadra, uma quadra. Aquilo era sempre dois, três sujeito trabalhando." (Gomes, p. 184) Os dados apontam para a existência de pequenas e grandes fazendas na região. Nas de pequeno número de escravos, o mesmo cativo podia exercer diversas atividades, articulando-se de uma tarefa para outra conforme a necessidade. Nas fazendas de porte maior, como indicam Maria Filomena e Armando Soares, a tendência era fixar o escravo em determinada atividade específica.

2.1.2 - Condições de trabalho e tratamento

"[...] eles eram tratado mal, como bicho! Todo o escravo que era escravo era tratado mal, e ainda apanhavam. [...] era no rigori. (Manoel Fernandes, p.79)

2.1.2.1 - O tratamento em geral

A principal condição do trabalho escravo era a coação através de um tratamento rigoroso e cruel. Visava manter ativa e produtiva a força-de-trabalho. Situava-se na esfera física e espiritual do indivíduo e do grupo. Normalmente, era efetuada com o espancamento e maus-tratos do escravo no tronco, na estaca, no pau-de-arara e com os mais distintos instrumentos de açoite como a chibata, o chicote, a vara de marmelo. Por motivos dos mais simples aos mais graves, o sujeito era amarrado, imobilizado e espancado até a exaustão ou mesmo a morte. "Batiam por qualquer coisa que não se agradasse, já eles tavo, tavo dando, davu muito, [...]". (Anexo p.58) Deve, porém, ter existido o escravo que nunca apanhou.

Analisando os anúncios de escravos fugitivos no jornal farroupilha *O Povo*, Günter Weimer conclui:

Os qualificativos físicos destes escravos: magro, com cicatriz no beijo, falta de unha, mão arqueada, sinal de golpe na maçã do rosto, cicatriz no pé, feio de rosto e pernóstico, beijo pintado por cicatriz, ferimento na garganta por tentativa de suicídio, bicheira na orelha, cicatriz na cabeça, pouco de corpo, trapalhão e gago na fala, sem dentes, nariz quebrado, duas rodas salientes na testa, brecha no rosto, surrado há pouco tempo. Estes são defeitos apresentados por apenas 12 escravos já que dois, por serem crianças, ainda não tinham passado por tais torturas. Esta é a mais explícita documentação que atesta que o tratamento desumano também era aplicado na Campanha gaúcha.³⁷

Os maus tratos e a sevícia estão estampados no corpo dos escravos cujas fugas foram anunciadas. As torturas e espancamentos às vezes ultrapassavam dezenas ou até centenas de chicotadas. (Anexo, p.191), resultavam em ferimentos com sangramentos, hematomas, mutilações. "[...] cortavo... cortavo o cabelo com o coro e tudo. Pegava a faca e cortava o cabelo. [...] Ah, ele diz que era duro, era dureza. Senão ia pro palanque, ia pro palanque, ia pro pau-de-arara." (Anexo, p. 58) "Chegavam a cortá a lingua do..., assim óh...[indica a pele da parte inferior da língua] essa pelezinha pra ficá caído, o beijo grande. [Apanhando] morrero muitos." (Anexo, p.219) Na expressão dos entrevistados, os escravos eram tratados como animais. "[...] eles eram tratado mal, como bicho. Todo o escravo que era escravo era tratado mal [...] Era no rigori." (Anexo, p. 237) "[...] era horrivili! Era o mesmo que tratados como os boi." (Anexo, p. 239)

³⁷WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 45.

Jacob Gorender, em sua recente obra *O Escravismo Reabilitado*, apresenta uma síntese e uma crítica dos historiadores que, nos últimos anos, defendem a benignidade da escravidão. A reificação dos escravos, forjada pela ideologia dos escravocratas e incorporada pelos cativos, passou a ser negada. O escravo considerado como ator dentro do sistema escravista, faria a resistência na perspectiva de acomodação dentro de um novo sistema. Desta fórmula resulta a aprioridade do consenso sobre a violência, verdadeira ficção da escravatura consensual, aceita e preferida pelos escravos. A exaltação da acomodação e do ajustamento perpassa a obra de Kátia Mattoso. De um lado, o senhor sábio, generoso; do outro, o escravo dócil, embora malicioso e sutilmente resistente. A escravidão brasileira seria patriarcal e o senhor seria aquele que abrigava o escravo. A fuga revela a inadaptação num regime onde a coexistência pacífica supera o conflito. Enquanto Gilberto Freire elogiava a doçura das relações escravos-senhor, Kátia Mattoso reitera a ternura. Para João José Reis, os escravos não preferiam trocar a escravidão pura pela escravidão assalariada. Dentro do foco mais ativo das novas tendências, Silvia Lara nega a coisificação do escravo e rejeita que o escravismo se apoiasse na violência. Eduardo Silva encontra a anulação da resistência num *acordo sistêmico* entre o escravo-sujeito e o senhor, enquanto Ronaldo Vainfas pensa que o escravismo supunha um certo *pacto social*. Acordo precário, é claro, onde a violência era persuasiva e a tortura tinha função pedagógica. Vários autores, influenciados pelos pensamentos de Edward P. Thompson e Eugene Genovese, sustentam o legalismo na escravidão e rebatem os autores que mostraram o quanto era escassa a efetividade do sistema quando se tratava da proteção do escravo, numa época em que a própria lei nomeava os segmentos sociais privilegiados e os segmentos destituídos de privilégios. A própria igualdade e universalidade é uma ficção na lei burguesa. A atitude de acomodação do escravo ao sistema foi uma forma de resistir e sobreviver. Clóvis Moura entendeu que isto era demissão e passividade, que ajudaram a consolidar o sistema. A negação da opressão só teria ocorrido nos quilombos. Para Jacob Gorender, a resistência faz parte intrínseca da adaptação. Para a maioria esmagadora dos escravos nos domínios rurais, a realidade cotidiana não podia ser senão a do trabalho penoso.³⁹

O tratamento com os escravos podia atingir os níveis mais cruéis. "Tinha a finada Leopoldina e as nega dela. E elas tinha uma [...] desse tamanho. [...] a Leopoldina preta, mãe do finado Neresto. Ah, meas nega, meu Deus do céu!! Fazia bebê uma caneca de leite quente. ' - Bebe!!... ' E as nega bebiam. ' - O quê?!! ' Bom, bebiam. [...] Uma criança que bebia aquele [...]. Chegou a um ponto!" (Anexo, p. 153) Outras cenas de tortura e espancamento foram relatadas pelos depoentes. Iniciamos o assunto para mostrar com alguns dados as condições de coação às quais eram submetidos aos escravos para mantê-los, pela força e pelo medo, obrigados ao trabalho. Daremos continuidade ao assunto à medida que analisarmos os instrumentos de coação.

³⁹GORENDER, Jacob. Violência, Consenso e Contratualidade. In *O ESCRAVISMO REABILITADO*. São Paulo: Atica, 1990. p. 19-43.

Tratando-se de condicionamentos, não faltam aqueles que se referem aos bons senhores, ao bom tratamento, às diferenças no tratamento com o escravo. Albertina refere-se ao escravo doméstico que recebia um tratamento melhor. Dario afirma que seus antepassados foram bem tratados. Maria Ercília fornece o verdadeiro sentido dessas afirmações, evidenciando de imediato a contradição. "Ah, naquele tempo os escravos eram bem tratados. [...] mas os grandes comiam os pequenos. [...] Apanhavam. Aqueles brabos mais." (Anexo, p. 260-261)

Outros depoimentos indicam que havia pessoas que eram menos exigentes e rigorosas no tratamento com os escravos. Ocorre que muitos escravos se amedrontavam, se submetiam e havia aqueles que, numa atitude de resistência, eram considerados 'humildes', como diz Maria Filomena, a respeito de sua avó. Uma forma de resistir ao rigor do sistema era adaptar-se a ele para sobreviver e não ser atingido, pela sua violência. Estes escravos e escravas assemelham-se ao banhista que nada a favor da correnteza para, aos poucos, alcançar a margem.

As estratégias de manutenção do sistema podiam passar por atos que envolviam o escravo através de pequenas distinções, afetos, presente ou até dinheiro ou tarefa de confiança do senhor, como a do feitor. Contudo, qualquer deslize ou inconveniência podia ser punido. Não apanhar ou ter alguma regalia no tratamento já levava o escravo a considerar o senhor como bom. O escravo que trabalhava no serviço doméstico ou no artesanato estava sujeito a ser punido e mandado de volta à senzala e ao eito. "Aqueles eram cozinheiras. Tinha vida boa. [...] quando eles sentiam que aquelas escravas estavam fazendo alguma coisa errada, eles botavam ela pra trabalhá na lavora, botavam elas pra senzala." (Anexo, p.190)

Diante aos maus tratos dispensados aos seus escravos, na maioria das vezes, os senhores de estâncias permaneciam 'impunes'. Esta 'impunidade' real é lembrada pelos descendentes dos cativos. O escravo ferido era curado geralmente com salmora. Ao morrer em decorrência dos maus tratos, era enterrado como um animal. "Não tinha doutore. Não acontecia nada. Davo laço e ficava por isso." (Anexo, p. 108) Legalmente, não havia punibilidade nestes atos porque a lei permitia e exigia que o escravo fosse torturado. A coação através da tortura é da natureza do sistema escravista.

Quando necessário, o escravo que exercia as distintas atividades na agricultura, nos arredores de casa era deslocado para atividades domésticas. As condições de tratamento não mudavam.

O meu pai era obrigado a se lavá, se arrumá e botá uma gandola limpa, pra servi ali pros senhores, alcançá o pão pras pessoa se servi, pra tomare mate. [...] Não podia falá, deus nos livri...! [...] só servia: '-sim senhor, sim senhor!...' Alcançava o pão e ficava lá de braço cruzado ou sinão de mão pra trás, esperando que chamassem ele pra alcançar o mate. Então ele botava aquilo limpo...[...] então, ele entrava dentro da casa de pé descalço, soalho branco, que eram eles mesmo que lavavam [...] tinha que lavá aquele soalho com o joelho tudo cheio de sangue. Eles passavam muito trabalho. A vida foi dura. Hoje tá muito

2.1.2.2 - "De sol-a-sol". Horas de trabalho diário.

Um dos motivos da concentração dos escravos nos trabalhos agrícolas foi o tipo de trabalho mais pesado de cultivo da terra, semeadura, colheita, derrubada dos matos e capina. Quando o trabalho do campo exigia, o escravo era chamado. Quase sempre em condições de alimentação deficiente, o escravo era despertado de madrugada ou antes do amanhecer. O trabalho se prolongava de "sol-a-sol" até escurecer, com interrupções rápidas para a refeição. À noite os cativos eram encerrados na senzala.

"Não tinha hora prá trabalhá" - é uma expressão corrente entre os descendentes de escravos. "As vez não tinha hora pra trabalhá, trabalhavo o dia e muitas vez tinha a noite" - afirmou o senhor Antenor. "Era castigado, castigado, não tinha descanso. [...] Comiam com o prato na mão, era com o prato na mão. Tinham um minuto. Cuspiam no chão e enquanto se sumisse o... tinha que, enquanto tivesse o guspe aparecendo tinha que comê e já tava pronto pra trabalhá, arrancá pedra." (Anexo, p.56) Trata-se de outra afirmação mítica. A forma de serem despertados, de madrugada, correspondia ao próprio sistema: aos gritos, a chicotadas, e muitas vezes, com apitos e ginástica forçada. "De manhã os nego se alevantavam. Era no fundo das casa...viu, nos fundos da casa, vi aquela negrada! [...] Bom aí... de manhã levantava na janela e dava um apito. A véia Leopoldina [...] biiiii, bih...bih,bih, testava aqueles neguinhos e negas nuas, todo no pra virá cambota!!! No pé da Julia, virava nua. E que não virasse que dava-lhe laço!" (Anexo, p. 154)

O descanso durava poucas horas, de noite. Os negros deitavam sobre tapetes pelo chão, sobre peles de carneiros, sobre tarimbas, sem condições de higiene e saúde. Segundo o depoimento de Ildebrando Garcia, na ocasião em que o escravo tinha oportunidade de cultivar algum produto para si, o senhor lhe permitia que trabalhasse à noite para cultivar a terra e sua plantação.

2.1.2.3 - Reprodução e comércio de escravos

2.1.2.3.1 - Reprodução:

"Falecido meu pai era pastor pras miú, Botavan quatro ou miú cinco dentro de um quarto pra ele trepi"

Segundo Robert Conrad, o comércio de escravos africanos para o Brasil era motivada por dois fatores: "[...] a oportunidade econômica combinada com um devastador sistema de administração hegemônica que não permitia o crescimento natural da população escrava no Brasil."⁴⁰ Acrescenta: "Escravos baratos e abundantes resultaram em desperdício e descaso; e ambientes desgastantes, negligentes e duros trouxeram a morte e uma constante necessidade de africanos." Perdício Malheiro, historiador brasileiro do século XIX, apresenta quatro razões para explicar porque a população escrava brasileira não se auto-reproduzia na proporção da população livre: primeiro, porque se importava mais homens que mulheres; segundo, não se promovia o casamento de escravos; terceiro, pouco ou nada se cuidava dos filhos; quarto, porque as enfermidades, maus tratos, o serviço e trabalhos excessivos inutilizavam e matavam muitos escravos.⁴¹

Depois de 1650, a mão de obra passou a se tornar escassa. Foram sugeridas várias formas para uma eficiente reprodução de ordem natural. Lacerda Werneck, em sua obra *Idéias sobre colonização*, sugere a reprodução da mão de obra escrava, à semelhança da Virginia do Sul, na América do Norte. Para não ferir a moral e a religião, aconselhava melhor tratamento para os escravos trabalhadores e as crianças. Melhor alimento, vestuário, abrigo e melhores cuidados com a saúde, eram recomendados porque geralmente não se dava importância a esses elementos. Em 1821, João Severiano Maciel da Costa, típico político do Império, defendia a idéia da necessidade de continuar o tráfico para preparar a sua abolição, através da reprodução natural dos escravos estimulando os casamentos e dando assistência à infância e à maternidade.⁴²

Robert Conrad afirmou que:

"[...] não há qualquer prova que a reprodução de escravos, sistemática e eficiente, fosse comum nas províncias exportadoras ou mesmo de que os senhores de escravos dessem, geralmente, cuidados especiais às crianças que lhes fossem concedidas pela Providência. O que aconteceu foi o uso espontâneo de escravos disponíveis, incluindo filhos não planejados."⁴³

⁴⁰CONRAD, Robert. *Tumbeiros. O Tráfico Escravista para o Brasil*. Trad. de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 15-16.

⁴¹Apud, SORENER, O *Escravidão Colonial*. Op. cit., p.17

⁴²MOTTA DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. Op. cit., 158.

⁴³CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. p. 45.

Após a supressão do tráfico internacional de escravos, a população continuou nas mesmas condições e não se reproduzia. Segundo Emilia Viotti da Costa, após 1850, "os fazendeiros foram obrigados a enfrentar o problema da reprodução da força de-trabalho e passaram a dar maior atenção ao tratamento dos escravos."⁴⁴ Com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, em meados do século passado, e a crescente necessidade de mão-de-obra daquela lavoura, provocaram o desenvolvimento do tráfico inter-provincial de escravos para aquela região. Zonas rurais menos produtivas e zonas urbanas passaram a ser os fornecedores de escravos para suprir aquela demanda.

Jacob Gorender, em análise mais precisa do assunto, afirma que o interesse pela reprodução de escravos era secundário no período de tráfico mais intenso e nas fases ascensionais da economia plantacionista. Contudo, há um relativo interesse, quando senhores colocavam sob escravidão os próprios filhos, havidos com as escravas. Saint-Hilaire inferiu a mesma idéia mediante o crescimento do número de escravos mulatos. O fato é tão real que José Bonifácio chegou a propor a proibição taxativa desse tipo de escravidão pelo artigo IX do seu *Projeto de Reforma da Escravidão*.⁴⁵ A propósito, Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque escreveu em *Memória Analítica acerca do Comércio de Escravos e Acerca dos Males da Escravidão*, em 1837: "Um senhor de escravas quase nunca liberta os filhos que teve de suas escravas e exige delas todos os trabalhos e a submissão que requer dos outros; vende-os, troca-os ou transmite a seus herdeiros; [...] assim um irmão pode tornar-se proprietário de seus irmãos e irmãs; sobre eles exerce a mesma tirania e sacia os mesmos desejos."⁴⁶

A legislação escravista romana estabelecia a liberdade do filho nascido do senhor com a escrava. De acordo com Jacob Gorender, no Brasil, o interesse na procriação podia ir até o ponto das escravas serem castigadas por não fazerem aumentar o número de escravos do senhor. Não obstante, os interesses mais fortes do regime escravista se sobrepunham ao interesse na procriação, ao menos enquanto os navios negreiros continuassem a despejar milhares de africanos nos portos brasileiros. A desproporção entre o número de mulheres e de homens escravos, as condições de trabalho e as condições da plantagem, igualmente contrariavam este incremento. Nos momentos de intensa atividade na plantagem, não podia convir ao plantador admitir os cuidados especiais com a escrava grávida, com a parturiente ou com o bebê. Segundo Gorender, o desinteresse dos senhores na procriação deve ter induzido práticas abortivas e contraceptivas entre as escravas. Saint-Hilaire observou inclusive que as escravas eram obrigadas a trabalhar sob um sol abrasador logo depois do parto. O prolongado aleitamento usado no Brasil, de dois a três anos, pode

⁴⁴VIOTTI DA COSTA, *Da Senzala à Colônia*. Op. cit., p. 32.

⁴⁵GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. p. 343

⁴⁶BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Memória Analítica Acerca do Comércio de Escravos e Acerca dos Males da Escravidão Doméstica*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837. p.31. Apud Gorender, *op. cit.*, p. 343.

ter sido outro fator de baixa fecundidade da escrava brasileira. O sistema habitacional brasileiro, separando escravos e escravas, mesmo os casados, reduzindo a possibilidade dos contatos. Outro fator contrário à reprodução dos escravos era a alta taxa mortalidade infantil, deduzida de numerosas crianças de meses em contraste com as de seis a dez anos. Somente as ordens religiosas tinham a preocupação sistemática da reprodução vegetativa da escravaria (escolas, carmelitas, beneditinos, etc.) estimulavam casamentos, amenizavam o tratamento.⁴⁷

Décio Freitas, em *O Capitalismo Pastoral*, afirma que uma das leis do modo de produção escravista consistia em que a força de trabalho não se reproduzia pela natalidade. Os nascimentos eram largamente superados pelos óbitos, impondo a reprodução através da importação. A criação de um escravo até a idade produtiva, seria anti-econômica, dado o custo de sua manutenção durante um período de muitos anos. A solução adotada era a compra de outro escravo. O autor levanta a hipótese de ocorrência de reprodução natural da população escrava nas fazendas do Rio Grande do Sul. Vários viajantes deixaram claro o tratamento diferenciado do escravo das fazendas e das charqueadas. Havia a preocupação com alimentação e a saúde dos escravos que não davam lucro, como era o caso do escravo doméstico. O Conde de Piratini deixava instruções ao seu capataz para que fosse dispensado um bom tratamento e cuidados adequados de alimentação, higiene e saúde para os escravos. Fundamentado naqueles elementos, Décio Freitas procura cercar a hipótese de argumentos para sua comprovação. Identifica uma indústria indiana e planejada apresentada por Décio Freitas ao longo do trabalho ao fornecer dados que demonstram que 40% da população escrava no Rio Grande do Sul tinha menos de 15 anos de idade. Um contraste com a média de 6% do Nordeste. Clima e alimentação farta contribuíam para o crescimento demográfico da população gaúcha. Dêco Freitas recua e deixa a hipótese em aberto no momento em que procura a realidade da frequência resistente dos escravos gaúchos, as fugas, as formações de quilombos e insurreições. O fato é comprovado por dados oficiais à medida que a Câmara de Porto Alegre, já em 1798, nomeava capitães do mato para perseguir e apertar quilombolas.⁴⁸ Mais tarde, as Câmaras de Rio Grande, Pelotas e outras vilas e cidades, cumpriam estas exigências estabelecidas nas Posturas municipais.

Günther Weimer, em *O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul*, analisa o Levantamento Estatístico de 1848. A Província teria 167.083 habitantes. Em relação aos 1.270 casamentos de pessoas livres, houve somente 58 casamentos de escravos, 4,37%. Deduz que entre os escravos deve ter-se estabelecido ligações naturais. Muitas escravas eram concubinas de seus proprietários. O percentual de óbitos de escravos estava acima do esperado; 40% do total, ou seja 99%. A maior porcentagem de óbitos ocorreu em Porto Alegre onde chegou a 50%.⁴⁹

⁴⁷BORDENBERG, Jacob. *O Escravidão Colonial*, p. 349-350.
⁴⁸FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoral*, Op. cit., p. 40-43.
⁴⁹WEIMER, Günther. *O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul*, Op. cit., p. 33-36.

Analisando estatísticas populacionais do RS, Günther Weimer acredita que o repentino crescimento do número de crianças e jovens encontra sua explicação pela suspensão da importação recente de escravos, em vista da Lei Euzébio de Queiroz de 1850. O crescimento da base (0 a 10) deve ser conseqüente do incentivo à natalidade devido à proibição da importação de novos escravos.

No levantamento dos três últimos semestres da década de 1850, na província, o número de óbitos favorece os escravos. A perspectiva seria de um índice maior de óbitos devido ao baixo nível de vida e ao trabalho extenuante associado com castigos cruéis e más condições sanitárias. Isto foi alterado devido à proibição do tráfico negreiro, em 1850, o que teria provocado alguma melhoria nas condições de vida.²⁰ E conclui que havia necessidade de manter o plantel, o que só poderia ser conseguido através da reprodução natural. Vê indícios de que tenham sido estabelecidos criatórios de escravos para fins comerciais no período de 1850 até a eclosão dos movimentos abolicionistas. Isto parece estar escrito nas entrelinhas dos anúncios de dois fortes comerciantes de Porto Alegre: João Coelho de Souza e Jorge Maria Herédia.²¹

Os depoimentos dos descendentes de escravos da região em estudo apontam para esta preocupação nas estâncias. Um novo elemento para a investigação do assunto é o fato de que 20% dos depoentes refere-se explicitamente à prática da reprodução de escravos a partir da seleção daqueles que eram considerados de melhores condições físicas e temperamentais. João Rodrigues afirma que na fazenda onde foi criado, existiram negros escolhidos, de 'canela-fina', para reproduzir. "Pra arrumá filho pra fazê negócio! Isto eu arcancel certos exemplo deste. E aqueles véio que aquelas época contavam, passaram por aquilo! [...] Essa parte a finada véia...mia bisavó, sempre falava muito e eu me lembro disso em conversa...[...]" (Anexo, p.186)

A esposa de Armando lembra que os escravos, neste sentido, eram tratados como animais, mesmo que um cão. O fato do negro e a negra serem bons trabalhadores, era critério para selecioná-los como reprodutores. Possivelmente nasceriam filhos trabalhadores. Às vezes, o reprodutor era buscado em estância de outros fazendeiros. "Então ia aquele crioulo pra botá com aquela crioula pra sai nego bom! Era assim." (Anexo, p. 87) "Se eles queriam tirá um nego bom, um escravo bom, aqueles de canela-fina, então empustavam aquele reprodutor. Ele ia lá tantos dias, tirava lá, fazia a empregada e ia embora, ah, ah." (Anexo Antenor. p 57) Francisco Lucas afirma que os escravos não podiam estar colocados juntos com a finalidade de reproduzir. O casal era separado e colocado em cena novamente.

Falecido meu pai era pastor pras anti. Botavam quatro ou cinco dentro do m. ele trepi. Prá tirá filho. [...] eles agarravo e botavo ali, aquelas negs de canela-fina pra ele cubri. Aquilo era tipo animal. [...] botava cinco ou seis anti e daí era

²⁰WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.26.

²¹Ib., p. 80-81.

tirava. E se o escravo não era bom de palito eles cagava ele a lago! [...] Ah, naquele tempo diz que tinha os que sabiam quando ficavam grávida. Os escravos tinha os sabido que sabiam quando as nega tavam prenha.⁵²

Joaquim Simões afirma ter existido escravos com vinte ou trinta filhos. "Eles botava aquelas nega com os nego, né. [...] Ti que era assim. [...] Aquela era a mesma coisa que um animal de hoje em dia." (Anexo, p.191) E novamente é afirmada a escolha do negro de canela-fina pela crença de que era melhor trabalhador. "Quando nhonhô [...] que casá nada! Jáw busca na África. [...] Quando nhonhô [...] botava em cria." Isto era afirmado por Ildebrando (Anexo, p. 157) Emlio explicou que havia comércio de escravos entre os fazendeiros. "[...] encerravo os nego, as nega nos quarto com os nego que era pra sal cria, pra sal... " canela-fina. "E vendiam. Vavia uma nota. Diz que vavia uma nota um negro da pena-fina. Entgo encerrava negro. E a mesma coisa que quando se vai tied a cria de um cavalo, dum animal, encerra os bicho." (Anexo, p. 201-202)

Maria Filomena recorda que as escravas eram mandadas viajar-se para reproduzir. Pessoas livres, moradoras na região, podiam ser escravizadas. A depoente é descendente de índios e negros. Maria Filomena e Albertina Bandeira referiram-se à reprodução. E Luiza Dornelles ilustra outra modalidade comum de reprodução da família em Pelotas para ser criada como escrava uma vez que era filha de escrava com o filho do sinhô. Outros depoentes indicam o mesmo fenômeno.

Com a supressão do tráfico internacional de escravos a partir de 1850, o tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul inventu-se. Os escravos do Sul passaram a ser vendidos para São Paulo e Rio de Janeiro. Mario Maestri demonstra o fato no seu estudo sobre a entrada e saída de escravos no porto de Rio Grande, em 1849.⁵³ Este fato foi reduzindo o número de escravos da região. Mesmo que um estancieiro tivesse recursos para adquirir escravos jovens e robustos, estes eram raros e com um preço muito elevado. Portanto as fazendas mais afastadas encontravam ainda maior dificuldade de reposição da mão-de-obra necessária. Os relatos dos depoentes reafirmam os maus tratamentos dispensados aos escravos da região e a permanente reação dos escravos. Contudo, deve ter existido alguma preocupação no sentido de preservar a vida do escravo para sua utilização no trabalho.

A região recebeu os primeiros imigrantes europeus no final do período escravista. Somada a outras razões, este fato indicaria a existência de uma reprodução da mão-de-obra suficiente para comprovar esta característica. E um número significativo de dependentes que fala do assunto apontando as mesmas características. Provavelmente o assunto seria cercado de tabus

... e quase dominante com sua moral hipócrita. A verdade é que

As matrizes poderiam estar cercadas de uma certa validade para a respeito de pais reprodutores, porém todos os depoimentos tinham o aspecto de animalação, degradante e comercial desta sociedade. Apesar destes elementos de reflexo, somos levados a considerar que não se cria gente como se cria gado. Estes movimentos, em boa parte, originaram-se na consciência da população escravizada que era tratada como gado. Jesuítas, beneditinos e carmelitas possuíam criatórios de escravos em Olinda e no Estado do Rio de Janeiro. Utilizavam ou vendiam um número considerável de escravos no mercado brasileiro. Nestas circunstâncias, os padres ofereciam condições para a reprodução natural de escravos. Era permitido o casamento, a alimentação era substancial, a moradia e as condições de vida e trabalho eram melhores. Segundo Jacob Goreneder

[...] somente as ordens religiosas tinham a preocupação sistêmica com a reprodução vegetativa da escravidão. Silva escreve que os jesuítas deixaram seus engenhos e fazendas cheios de escravatura numerosa, onde era raro achar negro da Costa da África. Koster observou, em Pernambuco, que o plantel de 100 escravos de propriedade dos beneditinos já era totalmente crioulo, sucedendo quase o mesmo na propriedade dos carmelitas. Os frades incentivavam a procriação, a ponto de permitir casamentos de homens livres com escravas [...], obrigavam os mulatos muito claros a casar com escravas e até mesmo a criar um tratamento suave dispensado aos escravos dos monges significando menos calcuista do que o tratamento inverso por parte dos senhores de engenho.²⁴

No que parece, segundo Jacob Goreneder, os únicos exemplos de criatórios de libertação de escravos eram das ordens religiosas. Os beneditinos mantinham um criatório centralizado na Ilha do Governador no Rio de Janeiro. Dali os negros partiam para trabalhar nos estabelecimentos do interior do País. Os carmelitas, ainda segundo Eubank, possuíam na Fazenda de Macaú, no Rio de Janeiro, um criatório de escravos que dali eram enviados à cidade e empregados em algumas profissões, com o que rendia duas vezes mais do que no cultivo da terra.²⁵ Segundo o autor, os beneditinos, em suas numerosas fazendas conseguiram associar um rendimento razoável ao tratamento benevolento dos escravos, do que resultava uma taxa demográfica positiva.

A grande alta dos preços dos escravos e a cessação das importações de africanos difundiram entre os fazendeiros de café, em meados do século XIX, maior interesse na procriação dos escravos. Com o aumento da diferença entre o custo de criação de escravo e o seu preço quando adulto, tornava-se vantajoso estimular e proteger a procriação no meio dos plantéis.²⁶

²⁴GORENEDER, O Escravidão Colonial. Op. cit., p. 349-350
²⁵GORENEDER, O Escravidão Colonial. Op. cit., p. 350
²⁶idem, p. 351

2.1.2.3.2 - Comércio de escravos e instrumentos de trabalho.

"Diz que vale uma nota um nego da perna-fina." (Emílio p. 202)

Segundo os depoimentos, o transporte dos escravos negociados na região era realizado de barco, de navios. "Vinham de uma terra tão longe [da África] que tinha que vim numas caravela feita de cora, umas barcas, não sei o que mais". (Anexo, p. 277) Em Palotas e Rio Grande, eram vendidos em lotes ou individualmente, conforme as necessidades do comprador. Passados pela inspeção, para ver se eram portadores de moléstias, os escravos eram comprados em lotes. A preferência pelo negro de canela-fina teria surgido neste momento? Teriam sido os comerciantes que tentam articulado o comércio de escravos através da caracterização de seus aspectos físicos? Maria Filomena refere-se inclusive a leilões de escravos sem dizer se isso ocorria apenas na cidade ou também no interior. Os que eram comprados nas casas de leilão eram transportados em carroças para as estâncias. " [...] mas naquele tempo acho que vinham de carroças de carneiro, que existia naquele tempo. Os que tinham mais vendiam pros outros [...] compravam, escolhiam pela perna se era bem...". (Anexo p. 25)

Possivelmente, nos últimos anos da escravidão, a maioria dos escravos rurais era nascida na própria senzala. "Mas escravo nosso daqui, desse veio que mataram, tudo nasceram, não foram comprado. Os tronco veio, os pai, eram daquela família e nascendo no tempo da escravidão ficaram escravo ali." (Anexo, p. 346) Pessoas livres podiam ser escravizadas. Um fato narrado por Antenor Silveira revela as circunstâncias e a modalidade em que isso podia ocorrer.

Tinha uma das escravas, uma senhora que morreu com 99 anos, ela me contava, dizia: "Olha Antenor, era triste". Essa passou por um tempo sofrido. Ela trabalhava com a família dos Amaro de Freitas. Então ela dizia que sofreu muito, sofreu muito e o marido dela depois foi pra guerra e ela teve que ficar cativera. Al recolhero ela, levei, ela morava sozinha naquele tempo, aquelas casa de palha, feiz de torção. Al levei ela, recolhero pra lá, mas ela tomava muito pau, apanhava muito porque o marido dela tinha sido na revolução, foi contra eles. [...] então por isso ela sofreu, cortava o cabelo dela a faca, dava nela. Ela veio a morte vaiha."²⁷

O pai de Antenor nasceu e cresceu em Palotas e respeito do navio onde os escravos ficavam presos na viagem:

Este conta que naquela época ele fez por Porto Alegre. Ele fez tudo isso por água, ele veio desembarca em Palotas. [...] no Passo dos Negros, mas tudo por água, tudo por água. [...]

Foi vendido aqui. [...] Ah, se lembrava, contava tudo. [...] diz que chegaram aí, vieram a mesma coisa que uma tropa, vinha aí uma turma. Aí quando chegava cada um deles, já trazia uns papele, um escrito na perna ou num braço, que aquele já sabia, o que ia tirá o escravo era ansia. Quando chegavo aqui, os que tava esperando já sabia...[...] Quanto ele valia porque ele já tazia o nome na canela ou num braço, aquele papel. [...] Foro, foro examinado. [...] eles já vinham de lá com bacina, eles bacinavo eles lá pra viajá, era bacinado.⁵⁸

Este mesmo aspecto do comércio de escravos foi comentado por Paulino. "Os antigo sempre falavam que eles vinham assia por navio, traziam eles. E então, eles vinham lá embaixo do porão. As vezes ali as mulheres ganhavam crianças e tudo. Vinham tudo ali, amontoado moda bicho. Então, chegavo no lugar que paravo, eles desciam e depois leiloavo eles. Prá vendê. [...] Tinha que tá dentadura boa e canela fina." (Anexo, p. 336) Zezé resume o comércio de escravos numa frase: "Eles compravam, eles compravam escravos, trocavam o escravo, vendiam o escravo, compravam o escravo." (Anexo, p. 365)

Para a realização dos trabalhos na agricultura e na pecuária, os instrumentos de trabalho eram rudes e pesados. O número de instrumentos não atingia grande variedade porque ambas as atividades não tinham maiores especializações e incrementação técnica. Na agricultura, as principais ferramentas eram a enxada, a foice, o martelo, o machado, os serrotes, as serras, as picaretas, os picões, as marretas, as alavancas de ferro ou de madeira. A maioria destes objetos foi apontada pelos depoentes. "Um cavadera, [...] que tinha um cabo de pitanguera, bem grosso. Aquilo tudo era bem pesado. Uns máio, umas marreta, aquilo tudo era uma coisa muito estúpida e grande que era pra quebrá a pedra." (Anexo, p. 58)

2.1.3 - Vigilância e Castigo: O aparato da coação e da morte

2.1.3.1 - Vigilância

O escravismo manteve compulsoriamente a atividade dos cativos. "O castigo do chicote não era aplicado pelo senhor pessoalmente; este mandava o feitor castigar os escravos."⁵⁹ A assombrosa figura do feitor povoava a vida, o sono e a linguagem usual dos escravos. Este personagem, tão importante para a instituição escravista, recebia diversas denominações na região. O "feitor" era também chamado de "cacique" (Anexo p.19), "carrasco" (Anexo, p. 239), "ronda", "capitão" (Anexo, p.29), "cuidador" (Anexo, p. 248), "guarda" (Anexo, p. 359), "provedor" (Anexo, p. 365) "encarregado" (Anexo, p.449), "capataz" (Anexo,p.273). O

⁵⁸ANEXO, p. 64-65.

⁵⁹STEIN, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961. p.163-164.

fator escolhido era geralmente um escravo mulato que, com severidade, vigiava os cativos. O feitor era persuadido a tomar a posição do senhor na execução dos trabalhos. Devia vigiar e manter, pela coação, a produção exigida. Apesar de participar da autoridade do senhor neste posto, não estava livre da opressão. Às vezes, era ele mesmo que ameaçava ou assassinava o senhor. (Anexo, p. 379) Executava escravos por ordem do senhor ou por iniciativa própria, excedendo-se no autoritarismo. As denominações atribuídas ao feitor podem ter sofrido influência da linguagem usual, posterior ao período escravista.

A vigilância era permanente sobre os escravos e o feitor os acompanhava no trabalho, em casa e durante o sono. Quando os escravos dormiam nas senzalas, geralmente chaveados, permanecia a vigilância do guarda. (Anexo, p. 359) Na atividade pecuária, mesmo que o cativo se afastasse pelos locais mais distantes da fazenda, era vigiado. "Eles tavam tudo ali, trabalhando ali, não saíam. Mas ele tava sempre cuidando. Alguém ia fugi, que eles não pudessem pegá, tiravo e matavo [...]". (Anexo, p. 336) Quando os feitores não castigavam e espancavam o escravo, no local do trabalho, este era amarrado ao tronco e torturado com dezenas ou até centenas de chicotadas. "Às vezes o sinhô mandava dá aí 30, 40, 50 chicotada em cada nego daqueles." (Anexo, p. 189) O feitor emerge na memória dos depoentes como a figura do "carrasco", o encarregado de bater nos escravos. Ele tinha essa função. O pai de Antenor foi feitor.

2.1.3.2- Castigo

2.1.3.2.1- O tronco e outros instrumentos de castigo

As Posturas Municipais da Vila de São Francisco de Paula, em 1934, nas Disposições Gerais, autorizavam os fiscais a denunciar à Câmara os "[...] maus tratamentos e atos de crueldade que praticarem os Senhores com seus escravos, afim de pod. a Câmara providenciar"⁶⁹ a devida aplicação da lei. Perguntava-se, quantas vezes foi punido algum senhor pelotense por ter ultratado o seu escravo?

Os castigos geralmente eram aplicados aos escravos no tronco com o auxílio de outros instrumentos de tortura. Os motivos podiam ser variados. O tronco era utilizado para amarrar, imobilizar e açoitar os escravos. "O palanque era um pau que eles usava a pessoa assim dependurada, amarrada". (Anexo, p. 18) O tronco, na casa onde mora Antenor, ruína de uma antiga residência escravista de Pelotas, era uma aste de madeira encaixado de cimento, tinha [...] uns garfo, uns garfo do tronco [...]. Tinha argola, tinha argola, de levantá o cara pra

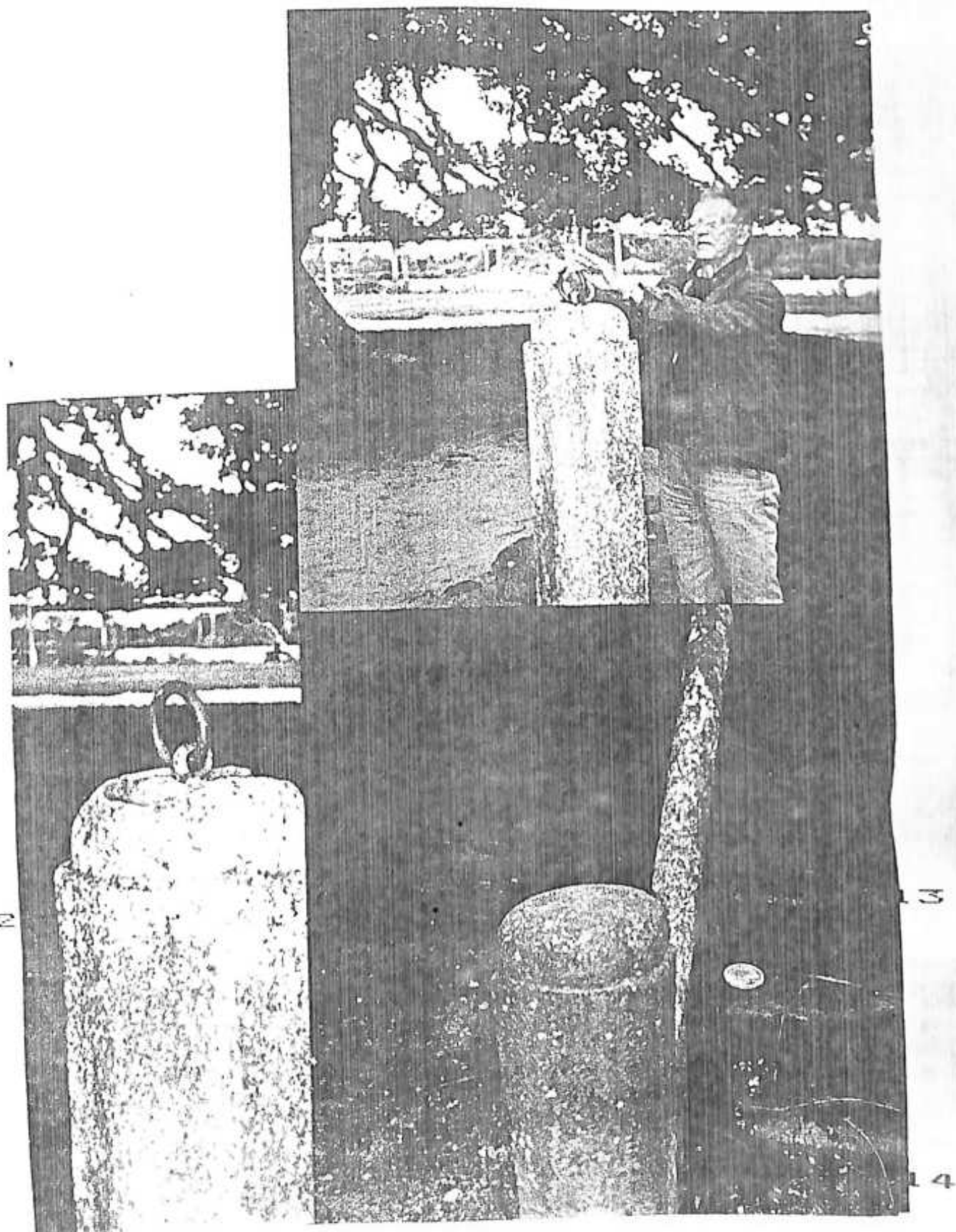
⁶⁹POSTURAS MUNICIPAIS DA VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, Pelotas: 1934. Artigo 128, p. 35.

cima e metia as mão dele nas argola. [...] no alto, em cima, lá em cima. Isso tudo eu conheço". (Anexo, p.61)

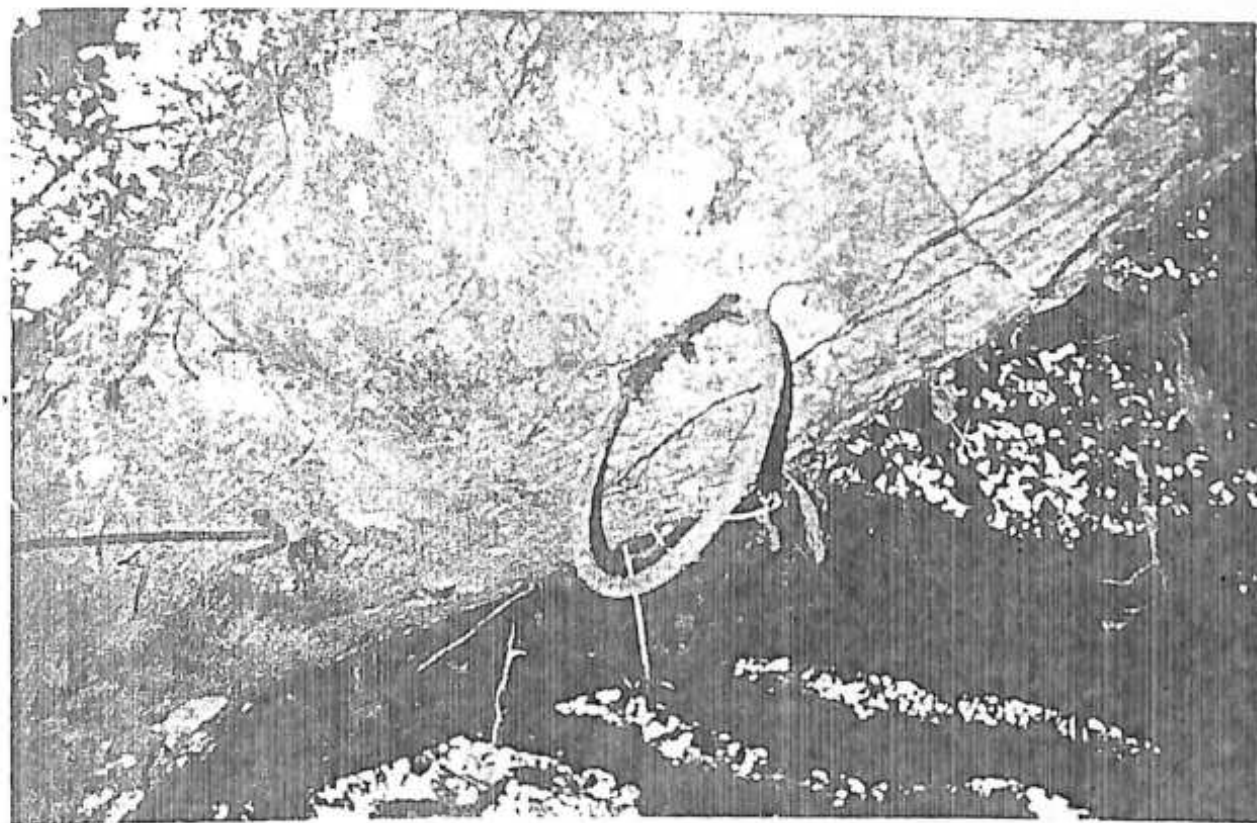
Outrais eram as horas passadas por escravos e escravas presos ao tronco, comum nas fazendas da região. Os braços eram amarrados junto às pernas, obrigando a vítima a ficar com as mãos e tornozelos presos, ou deitada de lado. Este era o tronco duplo. O tronco simples prendia somente as pernas. Outra variante era o tronco de pau comprido, ao qual prendiam-se os pés de quatro ou cinco cravos. Contra os culpados reincidentes, era usada uma argola de ferro em volta do pescoço. Ao que parece, estes castigos não eram utilizados em Pelotas e na região. A palmatória era usada para ofensas menores. Segundo Stanly Stein, o escravos que haviam fugido várias vezes eram acorrentados uns aos outros formando turmas nos cafezais, ou forçados a usar o peso de ferro preso a um dos pés.⁶¹

De acordo com as distintas modalidades de tronco, mudavam as denominações. O tronco era chamado também de "palanque", "estaca", "pau", "árvore", "algenas", "esteio", "pau-de-arara e outras. O "palanque" era conhecido em todo o Brasil Meridional e referia-se originariamente à estaca de madeira mais reforçada que sustentava os arames nas cantoneiras dos cercados. Em Pelotas, foi famoso o pelourinho, que testemunhou até o final do século passado, na Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório) o regime escravista das charqueadas. Era uma aste de pedra sestejada. Amarrado a ela, o escravo levava uma lição pública, que seria igualmente para impressionar os outros cativos. O pelourinho existia em todas as vilas e tinha essa função, sempre. Veja-se nas fotos, distintos tipos de troncos encontrados em Pelotas e na região.

O tronco podia ser uma árvore onde o escravo era amarrado. (Anexo, p. 360 e 368) Segundo Armando, às vezes, o escravo era pendurado de cabeça para baixo quando não tinha a estaca (Anexo, p.239). A estaca era outra modalidade de tronco, usado para imobilizar o escravo para castigá-lo. "O senão tinha uns pau assim [...] Dois pau fincado e um negócio leva assim amarrado. Arravam lá e sacodiam o nego. [...] Uma das minha vó [...] Justina [...] ela andava presa." (Anexo, p. 5) "E tinha as pau estaca, aquela também que estaqueavam pra dá. [...] O cara levava de praço pra cima e eles ali...ali era pra carrasquiá" (Anexo, p.239) Alice confirma a mesma realidade (Anexo, p.30) quanto Maria Carolina descreve a cena: "Diz que tinha umas estaca, assim, posta assim e um pau assim, no meio, tortinho, que eles botavo. E quando, qualquer coisa que eles fazia, diz que tiravam um braço pra cá, outro pra lá, perna aqui, outra ali. Estaqueava eles, deixavo assim estaqueado. E ficavo assim de pé, preso, atado, atado e davvo pau até não querê mais. Até ele ficá em força." (Anexo, p. 246)



Fotos - 12,13 - Pelorinho importado. Charqueada de Bernardino Rodrigues Barcelos. Foto -14 - Pelorinho utilizado atualmente para apoio de corrimão. Fundos do prédio onde funciona o Colégio Estadual Mosenhor Queiróz. Pelotas. Fotos do autor.

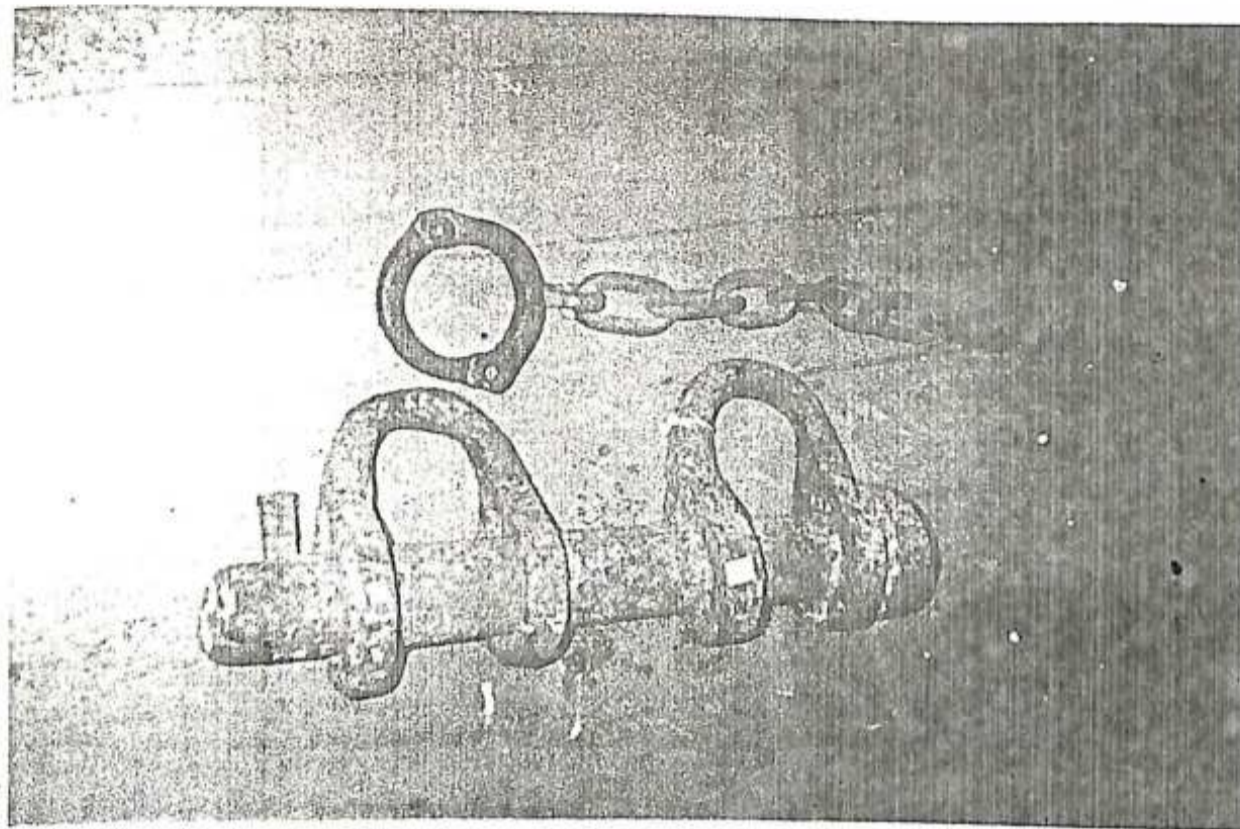


15

Foto - 15 - Argolas fixadas ao ramo da figueira. Segundo a tradição, serviam para imobilizar o escravo pelos pés e ser torturado. Estrada do Umbú. 5º Distrito de Pelotas. Foto do autor.

Um esteio de galpão podia ser utilizado para amarrar o escravo. "E, o tronco era um pau liso no meio do salão, um esteio [...]" (Anexo, p. 300) Outra modalidade de tronco era uma algema de ferro, com cerca de 20 kg ou mais, que era colocada nos tornozelos e presa com pino, com parafuso ou chaveada. Lembrando que sua vovó era algemada, Adair descreve este tipo de tronco:

Na época eles não usavam algema como usam hoje. [...] naquela época que usavam algema acho que eram uns ferro que eles atavam pelos pé. [...] eu me esqueci de dizê pro senhor, chamava-se tronco. [...] Era um ferro atado num cepo. [...] E era parafusado. Então diziam, o povo de hoje na ignorância, que os escravo eram muito burro, não sabiam distorcê parafuso. Ora, aperta um parafuso com uma chave, o senhor vai distorcê com a mão?! [...] Aquilo era uma argola assim! Aqui tinha um pino, né e aquela argola formava. E com aquele parafuso, eles botavo o parafuso aqui e botavo a porca e botavo e fechavo. E botavo eles pro pátio. Onde quizesse ir, não fugia. ⁴²



16

Foto - 16 - Tronco de ferro. Pesa aproximadamente 20 Kg.
Biblioteca Pública de Pelotas. Foto do autor.

O pau-de-arara foi mencionado pelo senhor Antenor. (Anexo, p.57) Os escravos mais rebeldes podiam ser acorrentados e amarrados a uma estaca como indica Alice. Dormiam ali mesmo, numa esteira. (Anexo, p.29) Quando o escravo era acorrentado, era manuseado pelos dois pés, sem poder caminhar. (Anexo, p.247)

A sala do tronco geralmente era uma repartição da senzala. "A sanzala, da ponta da sanzala, a segunda sanzala, era aonde eles botavam os negros escravos quando apanhavam. [...] Era uma sala especial, que era com essas gamela grande, comprida, de madeira que faziam salmoreira para botá o negro ali pra se curá. [...] O meu pai falava, né. [...] O tronco era um pau liso no meio do salão, um esteio [...]." (Anexo, p.301) Podia estar afastado da senzala e da residência. "Ficava ali arretirado, de longe da senzala" (Anexo, p.19) "[...] me contava que ali na quinta deles, o tempo do escravo, num pé de taquara de guiada - eu não vi - diz que ali tinha um palanque que ficou no meio daquelas taquara. Que ali matavam muita gente. Diz que atavo e davo!" (Anexo, p.118)

Os motivos para ir ao tronco podiam ser dos mais simples aos mais graves, mas para os senhores eram sempre motivos. Estaqueado, pendurado, de cabeça para baixo, podiam ser posições para melhor torturar os escravos. Maria Filomena refere-se à violência utilizada contra o escravo amarrado no tronco inclusive com correntes: "[...] botavam ali naquele palanque pra amarrá, pra dá até matá." O rigor das torturas expressava-se nas marcas corpo

do escravo após os castigos, "Ficava as costas, diz que feito pau" (Anexo, p. 275) Referindo-se ao mesmo ato, outros depoimentos reafirmam: "[...] largavam retalhado." (Anexo, p.178) "Pois, ali eles amarravam o nego e eles, eles davam-lhe pau. Se esqueciam batendo e só tiravam dali quando o nego tava nas últimas de sangue. [...] e não tinha força nem pra se levantá, nem pra gritá." (Anexo, p.300)

Após a tortura, o escravo era conduzido para a salmora. "[...] depois botavam sal na pessoa pra desagravo do senhor" (Anexo, p.275) "Então vinha outro escravo, pegava aquele escravo e socava e botava dentro daquela bacia de sal, salgado pro negro se curá" (Anexo, p. 300) O tronco foi o caminho para a morte de muitos escravos que não resistiam. "Quem aguentava vivê vivia, senão morria." (Anexo, p.275) "Senão, morria, enterrava. Enterravam o nego assim, a moda bicho. Como morria um cachorro enterrava-se". (Anexo, p. 300)

Os escravos ficavam marcados com hematomas, cicatrizes e outras seqüelas para a saúde.

E agora a minha mãe sempre contava que uma escrava - chamavam ela a Bá - a Bá era a escrava que deram tanto, tanto na escrava que ela, às vezes tava parada, sem apanhá e ela chorava. [...] A dor que ela sentia pobre bicho! (Anexo, p.182) [...] E acrescentou o seguinte a respeito do seu pai: Mas também vô te dizê: davam pra matá. Pra terminá. Era uma judiaria. Meu pai contava isso e chorava. [...] Ele foi escravo, era filho de escravo. E marcado também. Ele tinha aquele sinal no rosto e no ombro de tanto que ele apanhou, pobre bicho. [...] Já passou. Mas que a vida era braba, era! (Anexo, p.181) Mandavam só no lombo do cara. [...] Ih! Ficava lanhado, tudo o lombo...⁶³

Referindo-se ao pai que fora escravo, Antenor lembra das marcas que a tortura deixou no seu corpo: "Tinha, tinha marca no corpo. [...] Ah, aquilo era todo cortado de arame. [...] ele era todo furado a bala. [...] Nas costas, nas pernas. Ele tinha marcas por todos os lados. [...] De apanhá era todo cortado, [...] tinha a cara toda marcada de chicote. Naquele tempo era o rabo-de-tatu que tratavam. Ele me falava pra mim." (Anexo, p.60)

Referindo-se à mulher que fora submetida a um regime semelhante ao da escravidão, no tempo da revolução de 1893, Antenor assim a descreve: "Mostrava. Ah, tinha o corpo, ela mostrava, era cheio de vergão, de apanhá com duelas de ferro. Davo com ferro. Era toda, a cabeça dela era toda fundiada. Tinha buracos na cabeça, do porrete que ela levava. Esta eu vi!" (Anexo, p. 62) Osvaldina revelou que seu pai tinha o rosto e o corpo marcados de cicatrizes em consequência das surras que levou no tronco. Alice lembrou seu avô: "Amarravam no tronco, no tronco! Meu avô tinha marcas nas costas porque era muito rebelde. Ele era rebelde, ele nunca se calava, né. Então ele apanhava de ficá no tronco a noite inteirinha." (Anexo, p.27) Afirmou João Rodrigues: "E como dava 'índio' que aguentava. Recebia um chicotaço...[sinal de entonação], o cara tava aí amarrado, aqui e aqui! [sinal nos

⁶³Anexo, p. 337.

pulsos]. [...] Eu me lembro, a finada vó contava." (Anexo, p.177) Maria Ercília traz um exemplo concreto ao referir-se ao escravo Adão que conheceu: "[...] tinha um tal de Adão, esse eu conheci bem [...] era todo cheio de berrugas [...]. Esse o senhor dele palanqueava ele, dava-le laço e ele sempre chingando..." (Anexo, p.262)

Havia outros instrumentos de tortura utilizados pelos fazendeiros da região: "chibata", "chicote", "relho", "rebenque", "soiteira", "vara de marmelo", "porrete", "laço", "rabo-de-tatu". O rabo-de-tatu, recebia também a conhecida denominação de "bacalhau". Era o chicote propriamente dito, constituído de cinco correias com pontas metálicas. "Não apenas a perversidade, mas o desejo de obrigarem os escravos trabalharem mais tempo e mais depressa que motivava o uso exagerado do chicote. 'Muitos fazendeiros desumanos', escrevia Caetano da Fonseca [...], 'obrigam seus escravos, por via de chicote, a um trabalho desproporcionado às suas forças. Esses infelizes esgotando os últimos alentos, acabam sua existência em pouco tempo.' [...] O castigo do chicote não era aplicado pelo senhor pessoalmente; este mandava o feitor castigar os escravos."⁶⁴

João Rodrigues refere-se ao relho de couro que possuía um botão na ponta, também de couro. A cada golpe, o botão perfurava a pele da vítima. (Anexo, p.178) Dona Alice lembra que os escravos apunhavam "de chicote, de corda e de chibata" (Anexo, p.116) e também da palmatória. Manoel Fernandes e Osvaldina referiram-se à vara de marmelo: "[...] aquela vara de marmelo sapecada. [...] A vara de marmelo é horrivili." (Anexo, p. 237) Osvaldina refere-se também ao chicote, ao "[...] nó que davam na soiteira do relho. Davam um nó pro relho não se desmanchá. Então pegavam e davam-le pau." (Anexo, p.301) E Maria Carolina lembra o uso do rebenque trançado com argola na ponta ou o porrete: "Era! Aquilo cortava a criatura. A carne da criatura ficava correndo sangue." (Anexo, p.248) E Zezé falou do uso da chibata em Pelotas. (Anexo, p.363)

Os escravos ainda eram castigados com correntes nos pés, ferros no pescoço ou cincerro. Este instrumento é uma campainha grande pendente do pescoço da besta que serve de guia às outras. Segundo o depoimento, era uma campainha em proporções menores, presa ao pescoço do escravo para que, com o movimento, a campainha soa-se e sinaliza-se a localização do cativo.

Corrente pra não fugi. [...] Acorrentava no pé. Iam buscá água com aqueles balde na cabeça, as negra né, e os nego com um pau, assim, feito canga de boi. [...] Então eles botavam aquilo assim no pescoço do negro, o balde assim, e eles iam carregá água longe. [...] E pra não fugi, botavam a corrente na nega, embaixo assim e botavam um cincerrinho pra sabé que aquela nega ia longe [...]⁶⁵

⁶⁴STEIN, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. Op. cit., p. 163-164.

⁶⁵ANEXO, p. 301.

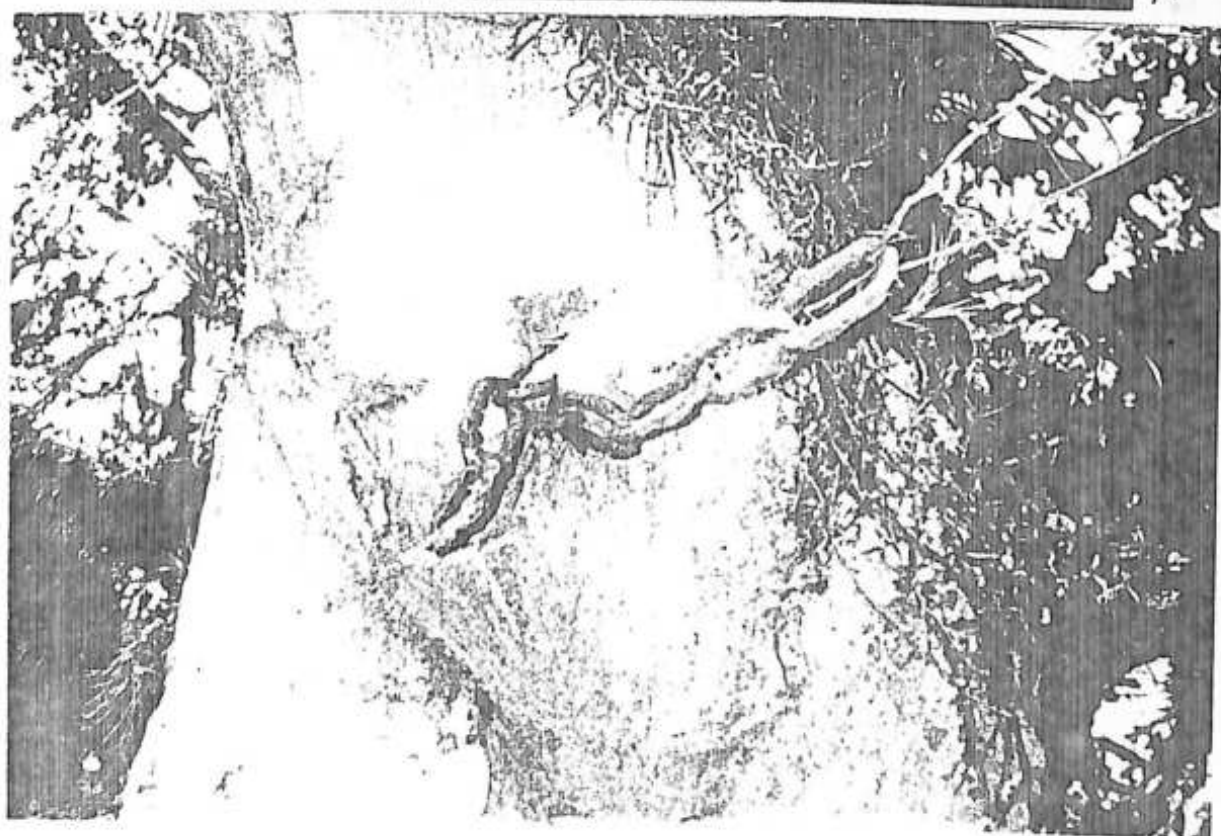
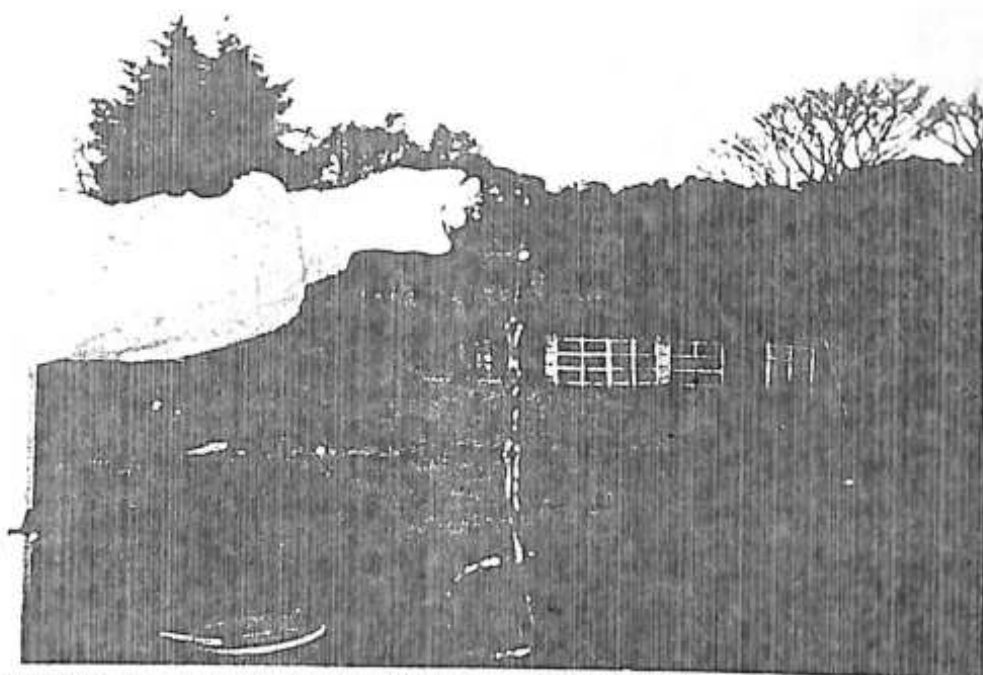


Foto - 17 - Tronco de ferro numa estância da Fazenda Santa Eulália. Foto - 18 - Corrente encravada ao tronco da figueira. Segundo a tradição, servia para amarrar o escravo e castigá-lo. Foto do autor.

O uso generalizado do tronco e de diversos instrumentos de tortura sugerem o rigor do escravismo rural da região. Os castigos, as marcas de tortura registradas inclusive em anúncios de jornais, as mortes de muitos escravos confirmam que os escravos rurais da região eram tratados brutalmente, à semelhança do tratamento dado aos escravos nas charqueadas. A análise da morte e da resistência desses escravos, a seguir, tornam a comprovar com maior consistência a afirmação. Percebe-se nos depoimentos a marca profunda na memória consciente e inconsciente dos depoentes a respeito do sofrimento dos seus antepassados e o aspecto dramático desta realidade. Em momento algum, este sentimento parece ser de auto-complacência.

2.1.3.2.2- Morte

"[...] mas o laço que aniquilava os escravos. Morreram muitos lá." (Albertina p. 18)

Segundo os depoimentos, os maus tratos eram um dos principais fatores de morte de escravos nas estâncias. As torturas no tronco muitas vezes levavam o escravo ao esgotamento e à morte. São frequentes as referências a este fato. "Tinha muitos que saiam dali, iam pro chão pra morrer. [...] Não aguentavam. A pessoa fraco, mal alimentado, tudo e laço!" (Anexo, p. 18) "O sujeito muitas vezes era arrebitado a pau." (Anexo, p. 178) Osvaldina lembrou um fato concreto de morte por espancamentos:

Ah, o Euzébio [...]. Foi de apanhá, de apanhá. Foi quando ele se meteu lá- dizia o papai, né - [...] com a escrava, aquela que ele ficou grávida. Então eles agarraram e bateram nele até que o mataram. [Foi ele que enterraram] debaixo de um hutizero. Meu pai que contava [...]. Da turma do meu pai. Meu pai, por sinal, gostava muito dela. [...] O senhor mandava dá até matá.⁶⁶

Alguns escravos eram levados ao suicídio devido aos maus tratos. "[...] segundo diz, tenho lembrança, parece que naquela época, eu não conheci dois fulano morrerem, se atiraram na água. [...] tinham sido muito espancado! Isso ela [avó] contava. [...] Era gente dela. Os irmão da nega véia. [Outros] Desapareciam... [...] Não sabiam se era vivo ou morto. Matavam." (Anexo, p. 183) Alguns eram degolados no mato: "Num caponete que tinha assim [...] Aquilo era o que eles degolava. Matava a pau." (Anexo, p. 118) "[...] prendia o cara, ficava tempos assim de dia... preso, atado nas árve e... depois, quando era noite, então eles era [levado] dali, levava pro mato e diz que matava... [...] Isso eu cheguei a vê... Ficava atado todo dia e de noite [...] levavam pra lá e matavam." (Anexo, p. 356) O depoimento sugere que, após a abolição, continuou, em algumas fazendas, um regime semi-servil.

⁶⁶ANEXO, p. 301.

Segundino revela a existência do fenômeno do "pega": "Eu vi eles atado. [...] Atavam porque pegavam assim... Diz que chegava... chegavam a pegá até a cachorro... de noite, de romper do dia...era ao romper do dia que faziam as pega dos cara. [...] que eles pegava nego até pra vendê. Pra vendê também eles pegavam..." (Anexo, p.356) Às vezes o sujeito era morto por pequenas infrações." (Anexo, p. 245) É o caso narrado por Maria Carolina a respeito de uma jovem escrava que havia fugido para o baile:

Então ele mandou o pai da negrinha ir chamá a negrinha. A negrinha coitadinha, veio que danço, danço ali à roda deles, dançou, dançou pra eles vê! Quando a negrinha, acho que não tinha mais força, né, caiu. Caiu a pobre da negrinha. Ele foi que chamou: ' - vea cá fulano, vem cá: tira essa negrinha e mata ela duma vez. Mata ela duma vez.' Ah e o pai teve que pegá a negrinha, levá dali pra lá e matá a negrinha. [...] E o próprio pai, era escravo, era obrigado a matá. [...] Se não matasse a negrinha, ele morria também. ⁴⁷

Esta narrativa pode ter fundido fatos distintos. Tentativas de homicídio também levavam à morte: "Ah, ai era a pior viagem, né: o meu avô contava ...aquele que fazia um trabalho desses riscavam. Quando era logo [à noite] iam fazê uma 'jornada'. E dessa jornada o senhor não voltava! [...] Matavam! [...] mandava o carrasco dele pegá ele e atirá num banhado." (Anexo, p. 178) Assim também os maus cuidados com os escravos doentes levavam muitos à morte. Castigos a escravas levavam a abortos ou infanticídio. Às vezes, a criança devia morrer porque a escrava engravidara do senhor ou de um dos seus filhos. Outras, a escrava amedrontada tomava a decisão de abortar. O pai de Antenor ensinou uma escrava como praticar o aborto: "Ele, ele se lembra que tinha uma escrava, a escrava não podia embarrigá dos próprios escravos. Ela embarrigô, [...] ela foi pra mangueira e tinha uns ternero muito brabo e ela fez que se enredô na sogá do barbante na barriga, então o ternero saiu com ela de arrasto, então ela abortô o fio. Tudo insinado." (Anexo, p. 62) Este depoimento está em contradição com a perspectiva dos "criatórios de escravos" exposta por vários depoentes, inclusive por Antenor.

A lenda do tesouro escondido, tão forte na tradição popular das estâncias da região, sugere que deve ter existido esta modalidade de fazendeiros resguardarem suas fortunas com medo de serem saqueados, por escravos ou por outros inimigos, nos tempos de revolução e guerra. A tradição afirma sempre que em cada local que o senhor enterrava seu dinheiro, suas jóias era enterrado juntamente o escravo que o acompanhara na empresa.

Agarravo, que é quando tinha muito dinheiro [...]. Faziam um surrão [...] botavo aquele dinheiro tudo dentro do surrão e costuravo. [...] botavo na carroça aquele surrão e aí, longe, longe, abria um buraco longe, mas ia só ele e aquele escravo [...] fazia aquele escravo abri aquele buraco e botá o surrão dentro daquele buraco. [...] matava o escravo e botava ali dentro [...] O escravo ficava ali morto, enterrado, pra ele não contá pros outro onde tava enterrado o tal surrão. ⁴⁸

⁴⁷ANEXO, p.246-247.

⁴⁸ANEXO, p.246

Houve fazendeiros que, em determinadas circunstâncias, esconderam suas moedas, jóias e objetos de valor. Dificilmente algum escravo foi morto e enterrado nestas condições, se não fosse por outro motivo, ao menos devido ao alto custo de aquisição do mesmo. Diversos depoimentos referem-se ao mesmo assunto.

O enterro de escravos não tinha nenhuma atenção especial dos senhores. Os cativos eram enterrados em qualquer vala como animais. Às vezes, eram enrolados em um couro de boi, arrastados e enterrados. "Mas os patrão não cuidavam deles. Ah, adoecia, ia praí né. Florria, tava morto! Botavam num coro, arrastavam. [...] Atiravam lá num buraco." (Anexo, p. 219) Quando o escravo era morto no mato, outro escravo jogava o corpo num banhado. "Mandava um escravo dele pegá ele e atirá num banhado." (Anexo, p. 178) "[...] enterrava assim [...] embaixo das árvores ou no fundo da lavoura. [...] Não tinha cemitério pra eles. [...] Era atirado lá." (Anexo, p. 301) O escravo às vezes estava agonizante e era enterrado. "[...] mandava levá, enterrá. Abri um buraco e sortá eles. Sortá eles poque não tinham mais força, né. Não podiam resistir mais."

2.1.4 - Resistência.

Tinha um escravo, pra se salvá, tinha ua cadáver de um cavalo morto, dentro do mato, tava cheio de bicho, ele ganhô dentro daquele cadáver daquele cavalo. Se salvô. [...] Isso eles contavam. (Antenor p. 58)

A resistência do cativo à escravidão foi cotidiana e atravessou todos os momentos da história regional. No Rio Grande, a resistência em atos isolados é permanente e determinante. Helga I. Landgraf Picollo em seu trabalho sobre *A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul*, apresenta uma série de tentativas e planos de insurreições, levantes, rebeliões, de sedições e de insubordinações ocorridas nas cidades, vilas e fazendas do Rio Grande escravista, desde o início do século XIX até 1888. Em ordem cronológica, a autora divulga ofícios, correspondência oficial, relatórios que se referem a estes atos de resistência dos escravizados em toda a Província durante aquele período.⁴⁹ Houve organização de insurreições nas cidades, vilas e nas fazendas de toda a região, durante o período escravista. Nas vilas e cidades, talvez fosse mais frequente o surgimento de rebeliões pela facilidade de organização dos escravos. Considere-se que também eram mais fortes as forças policiais. A vigilância dos feitores, dos senhores e seus familiares sobre os escravos e a vigilância social somavam-se às leis do escravismo que procuravam prevenir a resistência ou determinavam as penalidades aos escravos infratores. As posturas municipais das diversas Câmaras Municipais da província proibiam reuniões de escravos em vendas, lhermas, esquinas de ruas, etc. Reuniões de danças e batuques

⁴⁹PICOLLO, Helga I. Landgraf. *A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul*. In *Cadernos de Estudos*. UFRGS, Porto Alegre: 1992.

Os escravos eram expressamente proibidos a não ser que tivessem licença da autoridade e na condição de que não fossem barão. Após o toque de recolher, os escravos não podiam circular nas ruas sem expressa licença dos senhores.

A resistência se dava nos distintos níveis das relações e formas de insubordinação. As diversas formas de insubordinação formam o quadro sistemático da resistência ao escravo ao regime que o oprimia. Resistência passiva ao trabalho, o suicídio, o justicamento, a fuga, os quilombos foram formas individuais e coletivas de resistência no Rio Grande do Sul. Pelotas foi uma cidade que concentrou grande número de escravos nos serviços urbanos, domésticos e principalmente nas charqueadas. O medo à insubordinação era permanentemente no final dos anos de 1840, os escravos trabalhavam na agricultura da região enquanto que dois mil trabalhavam nas charqueadas e outros dois mil estavam distribuídos nas atividades domésticas e nos serviços urbanos da cidade. Em 1848 houve uma tentativa de insurreição, o que causou grande medo à classe senhorial e preocupação às autoridades municipais.

O medo tornava-se crescente diante da ação de escravos dos quilombos da Serra dos Tapes, próximo à cidade de Pelotas uma vez que se vinculavam aos escravos da cidade e podiam organizar a resistência coletiva. As insurreições não tiveram a mesma frequência dos quilombos porque diversos fatores dificultavam a organização conspirativa dos escravos. Línguas distintas, culturas diferentes, religião diversa, pouco espaço para o lazer, o controle físico sobre o escravo e muitas vezes a delação eram elementos contrários à efetiva realização da insurreição. Não havia referências a várias tentativas insurreionais que falharam no Rio Grande do Sul devido ao grande aparato repressor. Relatórios de presidentes da província falam de tentativas de insurreição em Pelotas, em 1846, em Piratini e Capivari em 1858. Em 1863, 1864 e 1865 ocorreram tentativas de rebelião denunciadas às autoridades provinciais e reprimidas. A tentativa de insurreição mais importante e conhecida foi a dos escravos "Minas" em Pelotas, ocorrida no ano de 1848. Causou grande repercussão na população mas foi denunciada, reprimida e os responsáveis punidos. O temor foi mais amplo e de nível provincial no ano de 1865. Uma tentativa de rebelião de escravos, em Jaguarão, teria consequências em Arroio Grande e Piratini. Em Rio Grande, São José do Norte, Campana e Pelotas surgem notícias de mobilização de escravos. Na maior parte das vilas da região há forte mobilização da classe dominante. A situação ganhou as feições de uma conspiração organizada a partir de Uruguaí. Se esta não foi real, certamente não foi mera coincidência as tentativas de organização de escravos em Piratini, Arroio Grande, Cachimbina e outras localidades próximas a Jaguarão.

Outros autores investigaram e atualizaram o assunto no Rio Grande do Sul. Os depoimentos de descendentes de escravos não indicam a existência de memória da resistência coletiva a nível da escravidão rural. Ao mesmo tempo, não negam a realidade. A indicação mais freqüente é da resistência individual dos escravos em todos os níveis das relações econômicas e sociais. Parece a Décio Freitas que a escravatura no Rio Grande do Sul não assumiu as formas brutais do Nordeste, contudo, houve oposição dos escravos traduzidas em fugas, quilombos e tentativas insurrecionais.

Os códigos de posturas municipais promulgados nos anos sessenta do século passado estabeleceram severas disposições tendentes a reforçar o controle sobre os escravos. Os delegados de polícia nomeariam os capitães-do-mato; não seriam permitidos os 'candomblés' ou batuques', danças de congos e danças de pretos. Os escravos não podiam, sem licença da autoridade policial, morar fora da casa dos seus amos; não podiam jogar nem frequentar locais de diversões públicas, ou portar qualquer tipo de arma, ou ainda andar à noite pelas ruas sem papeletas dos seus amos.⁷¹

O Estado auxiliou os senhores com leis, dinheiro e aparato militar para manter a ordem escravocrata. Este é outro indicativo que o tratamento dos escravos não melhorou substancialmente com a supressão do comércio internacional. O relato dos descendentes de escravos a respeito do tratamento recebido pelos seus antepassados não deixa dúvidas quanto à permanência dos maus tratos e do enorme aparato de repressão até o final do período escravista.

2.1.4.1- A revolta.

"Tinha escravo muito revoltoso." (Joaquim p. 231)

Ao que parece, o pequeno número de escravos em cada fazenda, as distâncias entre as residências dos proprietários, a permanente vigilância sobre os cativos, o controle das suas articulações, eram fatores que restringiam muito qualquer movimento organizado na zona rural. Porém, os documentos publicados por Helga Picollo, demonstram que houve tentativas de insurreição de escravos em diversas fazendas, a começar pela Real Feitoria do Linho Cânhamo em 1803. Por sua vez, os depoimentos comprovam a revolta individual daqueles que não estavam sufocados pelo medo. O uso de armas era proibido como medida de precaução contra qualquer ação violenta. Este fato ganhou espaço nas posturas municipais de de muitas intendências da Província. Contudo, era praticamente impossível controlar a possibilidade de uso de um instrumento de trabalho, de um pedaço de pau, de uma pedra.

Os escravos mais ousados preparavam ciladas para o feitor

⁷¹ FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p. 41.

ou para atacar o senhor. O avô de Antenor tentou matar o senhor e preparou estrategicamente o modo de apANHAR-LO: "O meu avô mesmo tentou [...] ele diz que tinha feito um mundo". [...] fazia um buraco bem fundo, que ele visse caminhando e caísse lá dentro, [...] mas ele não caiu. [...] Descobriu. Eles foram pro tronco por causa... por causa do mundo aquele, sabe quem é que tinha feito aquilo" (Antenor, p. 63). A revolta podia ser dirigida ao feitor. "Diz que tinha. Tinha escravo muito revoltoso. Discutiam e às vezes davam até no feitor". Tinha escravo que era de encaneta, ah! Diz que davam nêles. O feitor às vezes tinha que se cuidar muito. Tinha aqueles negro perigosos, negro revoltoso". (Anexo, p. 189) Quando ocorria alguma reação deste gênero, o escravo era severamente castigado. Segundo honória, mais grave eram as consequências de escravo que tentava matar o seu senhor. Podia acabar eliminado. (Anexo, p. 144) "[...] que o mundo deles dava pra mata" - disse Flávio. (Anexo, p. 239)

"O mata culpado de todos era o escravo rebelde incorrigível. Quando o fazendeiro não o matava imediatamente, vendia-o para longe." Da escravo pareciam manter perene animosidade contra os senhores. As manifestações de rebeldia eram frequentes. As reações individuais podiam ser prontamente controláveis dentro de proporções razoáveis. A insurreição coletiva abarrotavam os senhores e suas famílias durante todo o período da escravidão. Em Vassouras, São Paulo, todos lembravam dos breves escravos revoltosos, comandados por Manuel Francisco Xavier, que foram derrotados pelas tropas vindas do Rio de Janeiro, em 1838, comandadas por Caxias. O dramático impacto daquele episódio provocou, naquele mesmo ano, a adoção de um severo código da escravidão, regulamentando os deslocamentos e reuniões dos escravos assim como o porte de armas. Isto surgiu reorganizado nas Posturas da Câmara Municipal da Vila de Vassouras. Parte III, Título 2, Artigo 8,º; Título III, artigo 58,º, 6,º e 8.º. APV, 1840.7º

As Posturas Municipais de Pelotas, no Título 2º, regulavam os mesmos aspectos, em 1834. A cidade de Pelotas, em 1848, foi sacudida pela conhecida e sufocada insurreição dos negros finas que trabalhavam nas charqueadas.

2.1.4.2- Crime e suicídio.

"Ah, mata, se rebela muito, é. Eles brigavam, se rebelavam e andavam fugindo disparando..." Raul p. 345)

Stanley J. Stein descreve como resistências a rebeldia, a passividade, a violência, o suicídio, as fugas e os quilombos. Os depoimentos indicam que houve casos em que o senhor foi morto. Para Flávio, isto era muito difícil ocorrer porque o medo era

muito grande. "Muito pocos" tentaram matar o senhor disse Luiza Dornelles. Às vezes, o crime contra o senhor não era cometido pelos escravos, mas eles eram todos presos e interrogados. A mãe de Raul de Souza e suas irmãs foram todas interrogadas durante o processo crime, que foi realizado em Piratini, por ocasião do assassinato do seu senhor. O crime fora cometido por assaltantes. (Anexo, p. 345) O escravo sempre era considerado suspeito. Houve também tentativas de envenenamento dos senhores através de chás de ervas tóxicas: "Preparava e dava [...] era os africano, né, lá da Africa." (Anexo, p.276)

O depoimentos sugerem que a incidência maior era de suicídios que de homicídios. À opressão, os maus tratos, a impotência diante das condições do senhor, a falta de sentido para a existência, o trabalho forçado e extenuante, a falta de tempo de lazer e para o cuidado consigo mesmo e com os seus, levavam os escravos ao suicídio. Era a forma encontrada para enfrentar a situação de tantas adversidades. "Uns morria de judiaria, né. Outros, outros mesmo se matavam por si porque não queriam viver mais, não tinham vida pra eles não é." (Anexo, p. 218) Já comentamos o suicídio de dois irmãos após violentas torturas, narrado por João Rodrigues. Da mesma forma, expressa-se o senhor Raul: "Mas tinha escravos que se matavam, se achavam muito judiado e se matavam." (Anexo, p.345) Às torturas eram tão cruéis que os escravos que sabiam que iam ser castigados não esperavam. Tiravam a própria vida antes de serem torturados e mortos. Antenor narrou o fato da escrava que deixou uma criança cair no poço. Antes de ser apanhada e ser levada ao tronco, ela mesma jogou-se ao poço e afogou-se. (Anexo, p.57) (poço da foto n. 11)

2.1.4.3- Fugas e quilombos.

"Tinha muitos negros que se escondiam nos mato. As vezes chegavam tarde da noite noé, pra pedi uma comida depois... A minha mãe mesmo ajudô muito. (Luiza p. 218)

O primeiro Código de Posturas que regou a Freguesia de São Francisco de Paula, a partir de 1829, ainda sujeita à jurisdição de Rio Grande, em seu 2º Capítulo, legislava sobre os capitães-de-mato. A Câmara do Município deveria nomear capitães-de-mato onde fosse necessário e conveniente para apanhar escravos fugidos e destruir os quilombos. A Câmara determinaria o número de soldados que devia ter o capitão. No Parágrafo 3º, previa os vencimentos que o capitão deveria receber por apanhar escravos fugidos na vila ou fora dela.⁷⁴ A legislação se repete em 1834. O artigo 137 daquelas posturas permite compreender que o número de escravos aquilombados podia ultrapassar a duas dezenas. Salvo engano, não existiu nenhum quilombo com mais de uma centena de escravos, no Rio Grande do Sul.

⁷⁴LOPES NETO, Posturas Policiais Adoptadas para o Regime do Município da Villa do Rio Grande de São Pedro do Sul. in REVISTA DO PRIMEIRO CENTENARIO DE PELOTAS. Op. cit.

Os Capitães do Mato, vencerão de cada escravo fugido que prenderem dentro da Vila ou Povoações do termo dois mil réis e fora quatro em quilombo dez mil réis, não havendo nele mais de seis escravos; e havendo de seis a vinte vencerão dez mil réis e dali pra cima dezesseis mil réis, tudo à custa dos proprietários dos ditos escravos, precedendo justificação das circunstâncias.⁷⁵

As Atas da Câmara de Pelotas, de 3 de dezembro de 1834; 3 de maio de 1835; 9 de julho de 1835; 17 de agosto de 1835; 31 de agosto, 10 e 16 de novembro daquele ano e 12 de janeiro de 1836, contém os debates e deliberações sobre as liberações de recursos públicos para incrementar forças policiais e moradores daquela serra para atacar os quilombos da Serra dos Tapes. Não tendo recursos, a Câmara apelou para o Presidente da Província, que em 30 de junho de 1835, mandou pela Coletoria da Vila, o valor de um conto e seissentos mil réis para destruição ou aprisionamento dos dez quilombolas considerados "motores dos roubos [...] e assassinios perpetrados no município, porquanto têm prometido quatrocentos mil réis pelo chefe preto Manoel padeiro e duzentos mil réis por cada um dos nove nove companheiros [...]". Em 17 de agosto, o Juiz de Paz do Terceiro Distrito, Boaventura Ignácio Barcellos, "determinaria haver efetivamente uma partida de sete homens, e um comandante na diligência, de prenderem ou extinguirem na forma da lei, os ditos criminosos quilombolas [...]". O texto segue estabelecendo os valores das diárias e as gratificações pela apreensão ou destruição de cada um dos quilombolas. A gratificação "pelo cabeça dos ditos malfeitores Manoel padeiro quatrocentos mil réis, e cada um dos seis quilombolas companheiros do dito cabeça, um mil réis [...]". No dia 31 de agosto, o governo da província mandou mais dinheiro. A Câmara ordenou o destacamento de vinte homens para a destruição dos quilombolas. Em novembro daquele ano, as atas da Câmara mostram que o dinheiro foi gasto, que não foram prestadas contas e que "esses malvados apareceram de novo na Serra dos Tapes fazendo maldades [...]".⁷⁶ Os primeiros meses do ano de 1848, foram marcados pela ameaça de um levante de negros minas.

No jornal farroupilha *O Povo*, publicado durante a campanha, em Piratini e depois em Caçapava, foram publicados 28 anúncios de fugas de escravos. A área coberta incluía a Campanha até o Uruguai. Entre eles, encontrava-se um sapateiro, um ourives, um campeiro e um domador. O escravismo estava profundamente enraizado em nossa região. Piratini, em determinado período de sua história, teve praticamente o dobro de escravos em relação à sua população livre. Os senhores se organizavam sistematicamente para defender seus interesses. As fugas tinham tal peso que, juizes, padres, estancieiros e militares eram nomeados receptores em cada cidade principal, devido às dificuldades de entrega aos donos nas longas distâncias. Os anúncios eram devidamente numerados e uma rede de informações se estendia por toda a região da província até a Banda Oriental.⁷⁷

Muitas vezes, os escravos preferiam fugir e aquilombar-se

⁷⁵POSTURAS MUNICIPAIS DE PELOTAS. Pelotas: 1834. Artigo 135. P. 36.

⁷⁶ATAS DA CAMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. 1834 a 1836.

⁷⁷WEINER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 44-45.

nos matos da região, nos vales da serra dos Tapes, na beira de rios, onde a vegetação e a caça eram abundantes e a terra, melhor para o cultivo. A região de fronteira muitas vezes inspirou a fuga para os países platinos, especialmente o Uruguai. (Anexo, p. 20) Rios e lagoas favoreciam as fugas sem deixar rastros. Muito importante a descrição da fuga e aquilombamento de escravos descritos por Luiza Dornelles:

78 Tinha muitos nego que se escondiam nos mato. As vezes chegavam tarde da noite, no é pra pedi uma comida depois ... A minha mãe mesmo ajudó muito. (...) Reuniao, se reuniao, tinham lugar certo no meio da capoeira noé, pra esperá uns aos otro noé. (Onde corava) Era grotas, era grotá. Era bem fechado, né, o mesão que metá numa grotá assia... Já que eram umas coisa assia, uns novelo de árvore. Eles espichava aqueles... Parecia bastante assia que um coro, puchavam aquele e se iam. Se agarravam naqueles fio e se iam, longe pra bera (ladeira) daquelas tira. (...) aquilo enrolado assim nas árvore, pra irem afirmando... (...) pra quando iam se meterem nas grotá, pra terem firmeza porque pra... passá só na árvore não dava não, escorregava. Pra lá, pra cá... Eles tinham que agarrá naquelas arraiz. Era bruto. (...) levavam (comida). levavam ou caçavam. Matavam muito bugio. (...) Ficavam em arisco! 78

Os quilombolas procuravam refugiar-se no ~~matos~~ ^{matos} de difícil acesso para os capitães-dormado ~~que estavam no seu~~ ^{que estavam no seu} encalço. Vemos também que os quilombolas mantinham ~~o~~ ^o comunicação com a senzala para onde voltavam a buscar ~~alimentos e~~ ^{alimentos e} trocar informações. A mãe de Luiza Dornelles é o exemplo concreto desta solidariedade com os fugitivos. O depoente Gentil confirma que os esconderijos era construídos nos "grotões", nos matinhos, numa "timbra", nos matos. Afirmou que quilombo eram as moradias que eles construíam. (Anexo, p.128) Maria Filomena afirmou:

[...] quilombo. Era o nome do lugar, do mato, que les se metia. O quilombo acho que era o nome daquele lugar! Se metiam lá, fugiam, escrava e ~~tudo e lá eles ficava e~~ ^{tudo e lá eles ficava e} ~~funções deles~~ ^{funções deles} lá. Lá deviam fazê as casa deles, viviam por lá. (...) os de lá da fazenda, enquanto procuravam, mas!... Morriam tudo. E muitos iam, até escapavam à noite, iam lá dizê: '-óia, o sinhó está espalhando tribos e tribos de gente pra pegá vocês! Vocês se cuidem!' Eles, ou iam pra otro ou ficavam no mesmo lugar esperando. '- aquele que entrá aqui eu mato!' E a boca de entrada era uma toca. '- Não adianta, o que aponta ali, stão morto tudo!' Assim, era assia. E otros, às veis iam ispióná! Em parte de chegá diziam assim: '-Ah, não...' E tal. Depois iam embora e diziam pro sinhó: '-Ólha, estão assim, assia, armado!' 79

Enquanto o quilombo tinha o respaldo dos escravos da senzala, ao mesmo tempo tinha o risco da espionagem e de ser atacado pelo senhor e seus capangas. Também se protegiam ocultando-se em locais ermos, de difícil acesso. Certamente levavam alimentos, ferramentas, alguma arma da estância e ganhavam os perseguidores em ciladas com mundéus e outras armadilhas. João Rodrigues e Segundino Rosa informam que nas matas que margeiam o rio Canaquê, nas suas ilhas e regiões alagadiças escondiam-se escravos foragidos.

78 ANEXO, p. 277.

79 ANEXO, p. 276.

As fugas podiam ter o auxílio de um mediador que podia ser inclusive um fazendeiro: "O meu marido veio porque ele se agarrou lá com um conhecido dele e arrumou uma fuga pra ele. E ele teve de fugi [...] E ele veio viajando. Veio. Depois teve uma cunha duns conhecido que vinham pra cá, ajudavo trazê ele." (Anexo, p. 19-20) As fugas também acabava quando o escravo era acolhido por outro senhor em sua fazenda. (Anexo p. 85) Ao fugir, um escravo sofria o risco de ser perseguido, caçado, torturado. "Arquém fugia, noé! Mis diz que mandavam buscá e depois 'matavam' a porrete! [...] Meu pai mesmo ele contava." (Anexo, p. 79) Segundo Manoel Fernandes, o escravo que fugisse tinha que se esconder muito bem. (Anexo, p. 239)

Ele insinua que às vezes eles fugiam para o Uruguai. Severos castigos eram aplicados quando os fugiões eram recapturados. Osvaldina descreve o retorno de um escravo capturado de uma fuga:

O próprio sinhó que procurava... O escravos arrumava o cavalo, botava ele no feito, na calecer [...] ou no carro ou na carreta de boi. [...] E ele saia procurar o escravo. O escravo, pobre do escravo vinha amarrado no furo da carroça atrás, pelas mão ou pelo pescoço. Vinha de arrasto, de longe quilômetros a pé. [...] E quando faltava um boi na tropa, botavam um escravo.⁸⁰

Em Piratini, era conhecido o chamado "negro da Angola" que costumemente fugia "Eles fugiam, iam pro mato, disparavam e se escondiam. Quando pegavam eles, castigavam eles. Tinha o nego da Angola que era dos que andavam no mato e faziam foguinho e então diziam: 'o nego da Angola tá em tal lugar.' Batiam lá e pegavam ele. [...] Ah, judiavam." (Anexo, p. 345) Trata-se, possivelmente de um escravo trazido da Angola. Antenor lembrou o que seu pai contou a respeito do escravo de nome Fortunato: "Tinha, tinha um escravo que ele tinha fugido, iam matá ele. Ele nadava muito, disparava, ele se atirava em qualquer arroio e saia lá do outro lado [...] o nome dele se chamava Fortunato." (Anexo, p.58) Mulheres acompanhavam os homens nas fugas e na vida dos quilombos. Alice Vargas, Maria Filomena, Antenor Silveira e Osvaldina referem-se a esta realidade. Quando a mulher fugia sem um companheiro ou companheira, as dificuldades eram maiores. "Tava muitas escravas que fugiam, mas aonde é que elas iam se socá, aonde é que elas iam se metê, se a sinhá pegava elas em seguida, aí quase matavam." (Anexo, p.302) Às vezes, o casal fugia: "Ah, algum fugia com as nega." anexo, p.345)

A fuga e a quilombagem impunham determinadas condições para a sobrevivência. Além das já observadas, os quilombados não tinham a liberdade de viver e morar tranquilos, "não tinham donde engear a vida... Se sustentavam acho que só da fruta do mato. [...] Do mato, das frutas do mato [...]" diz Osvaldina. (Anexo, p. 12) Sobreviviam "[...] comendo coisas, bicho ... Viviam no mato". (Anexo, p. p.227) A mata era sempre o indicativo para refugiar e encontrar alimento. "Ah, ele io pros mato, pras costa

arroio, prá passa de um arroio pra otro lado, viviu nos arroio, assim, aonde tinha caça pra corrê. Tinha fruta no mato, [...]."
(Anexo, p.63)

Alice Ribeiro Vargas refere-se a seu avô, escravo no Rincão do Faxinal, município de Canguçu, que se aquilombou no Serro das Almas onde havia fugitivos e muitos negros forros. É um caso concreto com uma força documental muito interessante. Vários aspectos desta situação são abordados nesta narração. O depoimento revela que havia uma fase inicial em que o fugitivo tinha que manter-se refugiado das perseguições do capitão-do-mato. Alimentava-se pelos matos, pedia alimentos e pousada nas casas dos negros forros. Somente após cessar a perseguição, os foragidos procuravam serviço nas roças. Uma das razões porque o negro não casava institucionalmente era a falta de registro de nascimento. Muitos que nasciam nas senzalas da zona rural não eram registrados. Outro fator era o perigo de serem identificados. Então juntavam-se e criavam os seus filhos.

Eles se embrenhavam nos mato, naqueles mato, naquelas serras. Ai eles viviam lá até encontrar uma casa, ou colono que eles pudessem pará, ou uma pessoa da raça deles, mesmo que às vez tinha muitos que tinham suas casa, né. Então eles se refugiavam por ali e trabalhavam nas roça. [Se sustentavam] Comendo coisas que encontravam nos matos, pedindo ou... [...] chegavam de noite, um dava uma pousada, mas então mandavam eles segui pra frente por causa que eles tinham medo do capitão que andava caçando os nego. [...] Capitão do mato. [...] Ai, depois, quando paravam de segui eles, ai eles podiam trabalhá livres. Qualquer um pegava eles pra trabalhá. [...] O meu avô ele saiu porque ele tinha muita coragem, né. Porque ele saiu e enfrentou lá fora, e ele viveu até morré fora de lá. Senão, eles ficavam velho lá dentro. [...] Antes de fugi era na senzala [...] lá no Faxinal [...] Canguçu. [...] Nós morava no Cerro das Alma, onde ele foi pará. Se escondeu no Cerro das Alma. Foi lá que ele casou com a minha avó. E lá ele ficou com os filho e criou, casou e tudo. [...] Se refugiavam muitos ali. [...] Tinha o Rincão do negro forro. Eram os que fugiam pra lá. [...] Fico muito tempo. Até passá aquela fase de procurarem ele porque o capitão caçava os negros, né. Ai, depois que acalmou, ai ele saiu pra trbalhá na colônia, ali ele se casou. Não se casou, se juntou com a minha avó. Ficaram junto. Casá, não podia porque eles não tinham certidão, não foram registrado nem coisa nenhuma. Já nasceram na senzala. A minha bisavó era da senzala, ganhou ela ali na senzala e ali ela se criou. ¹⁰¹

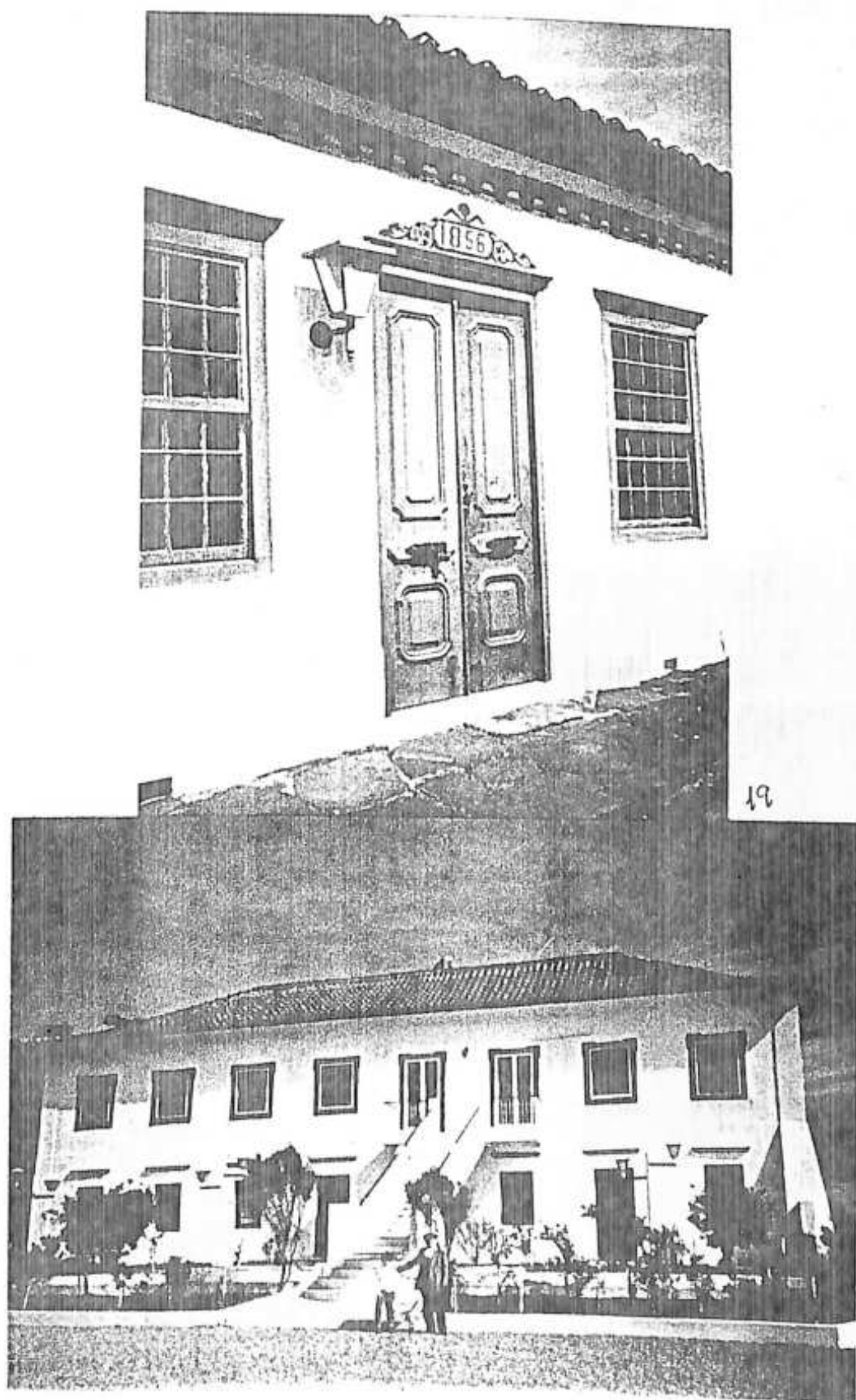
2.1.5- A casa e a articulação da vida na estância.

2.1.5.1- A casa grande.

"Mobília fina, tudo boa, deliciosas, boa...[...]
tinha piano, tudo fino." (Luiza Dornelles p. 58)

Até o início do século XIX, as casas dos estancieiros geralmente eram construções simples e modestas. Ao que parece, eram construídas de pau-a-pique ou torrão. Normalmente possuíam duas repartições. Com o desenvolvimento das charqueadas e da

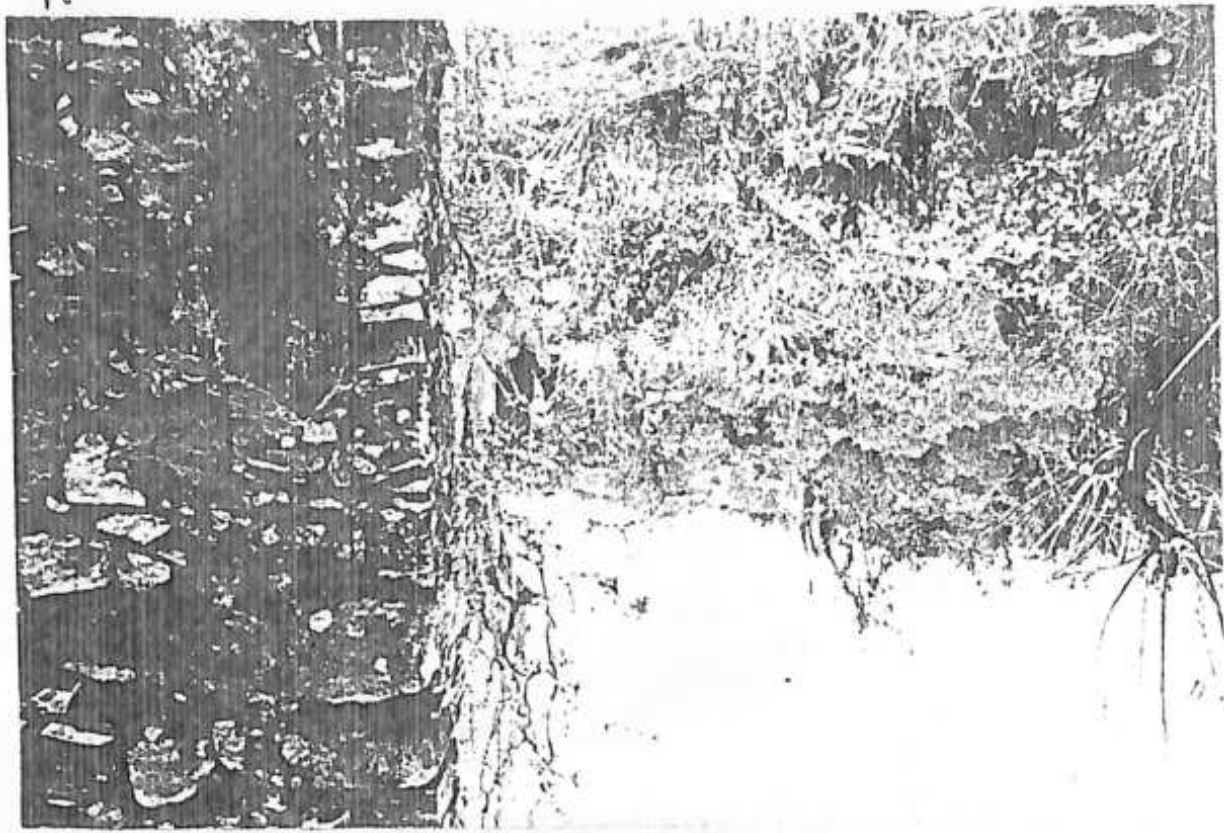
¹⁰¹ ANEXO, p. 10.



Fotos - 19 e 20 - Casas coloniais dos meados do século passado. 1. Estância do Combate, município de Piratini. Pertenceu a Manoel Guilherme Barbosa. 2. Sobrado dos Barbosa.

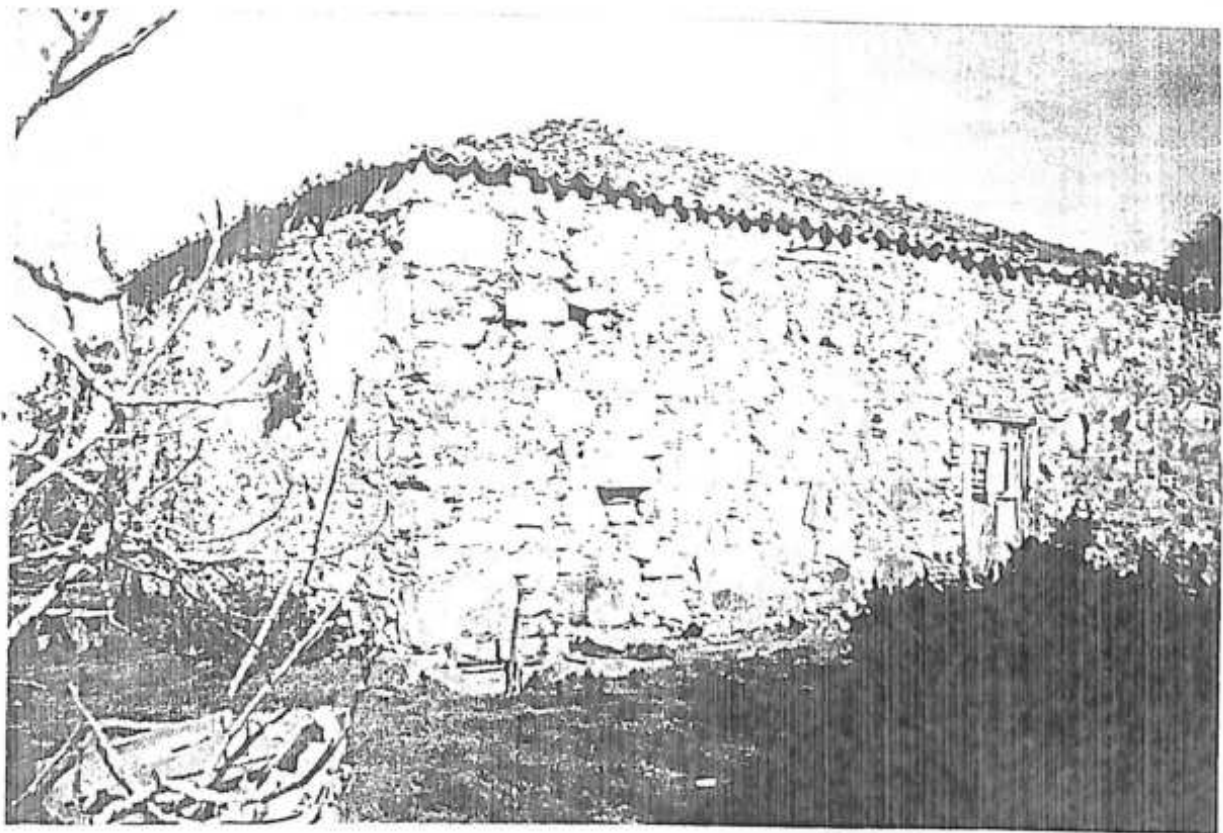
Fotos do autor.

pecuária da região sul, as residências das estâncias passaram por um processo de transformação. Nas décadas de 1820 e 1830, raramente eram encontradas casas construídas de tijolos. O naturalista francês Saint-Hilaire testemunhou este fato em sua viagem pela região, em 1822. Nos meados do século XIX, as grandes fazendas próximas às vilas e cidades. Este tipo de casas possuía uma série de aposentos, salas, salões. A mobília primava pelo requinte da época. No final século XIX, encontrava-se inclusive o piano em muitas residências rurais. O modelo da casa da cidade projetava-se sobre o universo rural da região, por influência econômica das charqueadas.

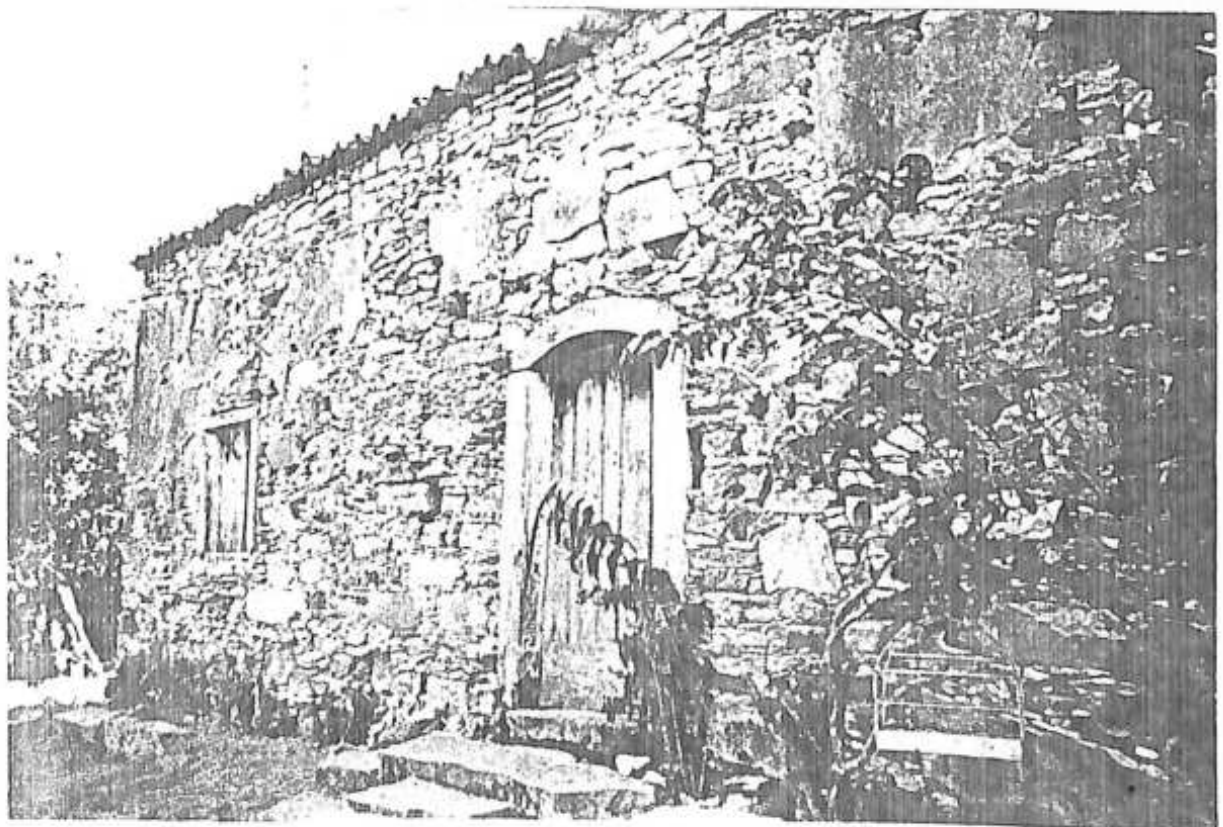


21

Foto - 21 - Ruínas de residência escravista do século XIX. Pertencem à família Guerra. Distrito da Cascata. Pelotas. Foto do autor.



22



23

Fotos - 22 e 23 - Estância de senhores escravistas do Serro da Buena. Parte do sobrado de pedras.
Fotos do autor.

Em estilo colonial e com dimensões menores foram construídas muitas casas de alvenaria. Estas reproduziam talvez as condições de muitos pecuaristas e agricultores. A maioria das fazendas surgiu do desdobramento das sesmarias. Os filhos herdeiros recebiam em testamento ou em vida a sua porção. Eram encontradas também casas de madeira. Esta matéria-prima era abundante nas zonas de florestas da serra dos Tapes. A maioria dessas casas primava pela modéstia, principalmente na mobília e na própria construção. Geralmente o proprietário habitava nestas casas, muito próximo dos peões e escravos. Havia também as casas construídas de pedras irregulares, cuidadosamente encaixadas e cimentadas com barro amassado e capim. As paredes de um sobrado podiam atingir um metro de espessura. "De pedra [...] aquelas casas era feita de barro, esterco de cavalo ou de rês e atado com corda [...] por dentro era ripa de palito." (Anexo p.489)

As divisórias internas eram construídas com ripas extraídas de palmitos e jerivás, rebocadas com barro e cal. Os telhados eram sustentados com madeiras escolhidas nos matos e falquejadas. Nas florestas eram encontradas corunilhas, cedros, loros, anjicos e outras madeiras de muita durabilidade. Cortadas nas épocas corretas de acordo com a fase da lua, segundo a tradição oral, garantiam uma longa duração. Em muitas estâncias eram artesanalmente fabricados tijolos e telhas com lama amassada e cozida pelos escravos. Os depoimentos permitem compreender a simplicidade das residências, móveis e utensílios. Certamente foram poucos os estancieiros que utilizaram azulejos importados da Europa. Encontram-se testemunhos físicos destas construções em toda a região. Algumas estão bem conservadas e outras reduziram-se a ruínas cobertas de vegetação. Elas servem para manter vivos os mitos das casas 'mal-assombradas'.

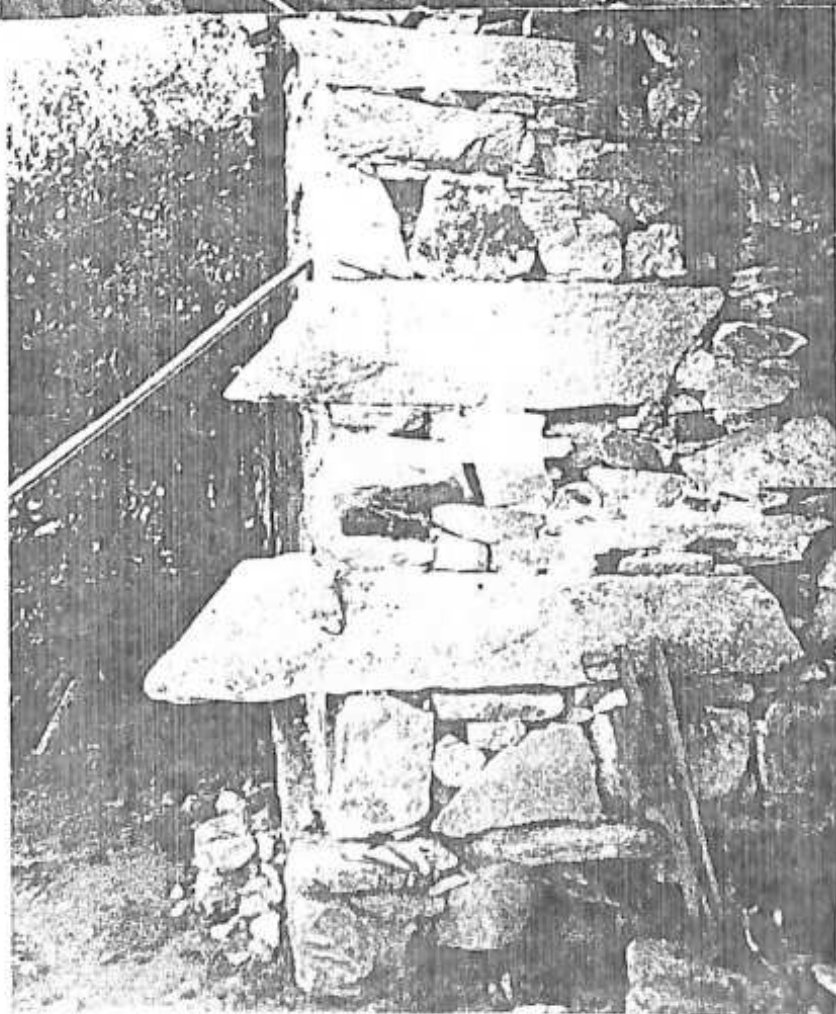
2.1.5.2- A sanzala.

"Era um galpão aonde eles dormia e a sanzala interior era onde eles apantavaa."

O alojamento dos escravos recebeu várias denominações pelos depoentes: sanzala, sanzala, quartos, quartinhos, salão, galpão, repartição, quartel, cabana, ranchos e mangueira. Estas denominações contribuem para caracterizar a sanzala. Era construída nos fundos e separada da casa grande, por motivos de segurança. As denominações expressam uma grande construção. Ao que indicam os depoimentos, ela era de madeira, de torrão, de pedra ou de alvenaria, acompanhando o tipo de construção da casa grande. A sanzala era um alojamento que servia para os escravos da roça e do campo permanecerem algumas horas durante a noite ou nos dias de descanso. Havia separação para homens e para mulheres. Quando se tratava de um salão, havia certamente uma divisória. A parte dos fundos da sanzala era destinada ao tronco onde os escravos eram castigados e tratados dos ferimentos em uma bacia de madeira com salmoura.



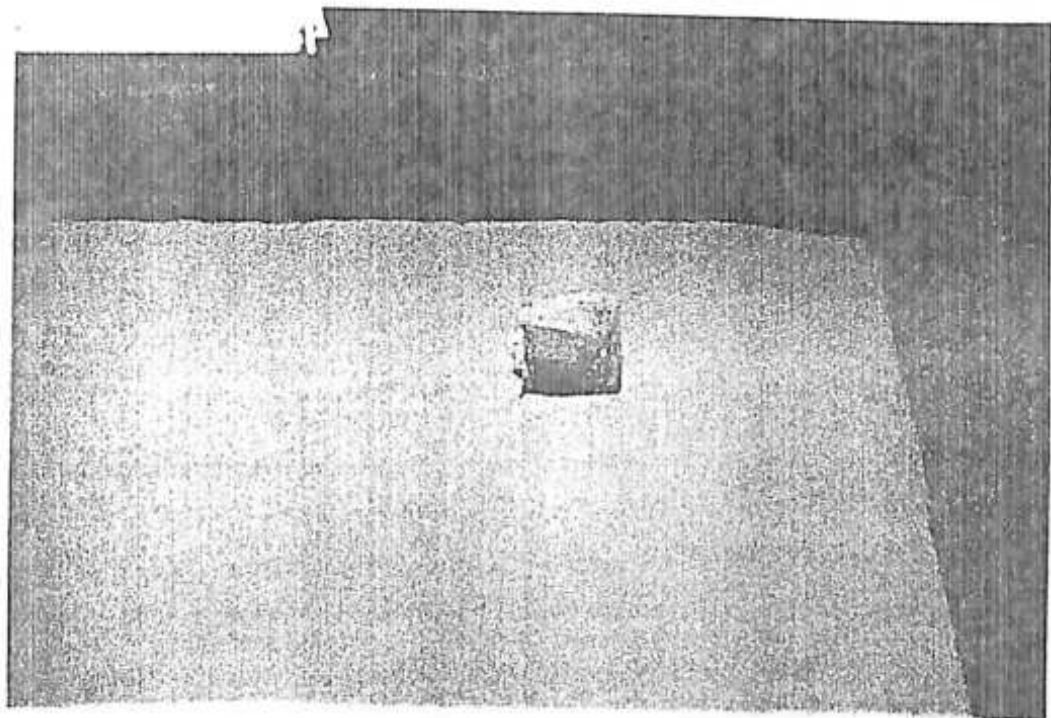
24



25

Fotos 24 e 25 - Senzala edificada com pedras irregulares. Estância do Serro da Buena. Município de Pelotas.

Foto do autor.



26



27

Fotos 26 e 27 - Detalhe da senzala e o pátio cercado e calçamento com pedras irregulares feito pelos escravos. Fazenda da Armada. 5º Distrito de Canguçu.

Foto do autor.

Havia sanzalas constituídas de quartos separadas para cada escravo. Ali ele estendia alguns trapos no chão ou sobre uma tarimba, um girau com uma tábua e um colchão de palha. Em algumas fazendas, havia cabanas onde era permitido o convívio de casais de escravos. As escravas que trabalhavam na residência do senhor ficavam alojadas numa repartição da casa-grande. Nas estâncias, provavelmente pelo reduzido número de escravos, as cativas eram domésticas. O trabalho da roça e do campo ficava destinado aos homens. Na atualidade, podemos observar em algumas casas do século passado, as ruínas de sanzalas construídas em alvenaria e de pedra. (Usamos o termo sanzala por corresponder à linguagem africana) Luiza Dornelles, Alice Vargas, Osvaldina S. Silva, Joaquim, Dario, Adair, Maria Filomena e Albertina, referem-se ao assunto.

2.1.5.3- Saúde.

"O corpo tava que não aguentava mais." (Albertina p. 19)

Segundo os depoimentos, os trabalhos sob coação, a má alimentação, os maus-tratos, a precariedade da vida afetiva do escravo eram fatores que agravavam seus problemas de saúde. Sem liberdade e permanentemente coagido, o cativo enfrentava também o desinteresse e o descaso do senhor pela sua saúde. As distâncias, a falta de médicos e recursos para locomover-se rapidamente eram outros agravantes. Muitas doenças eram irreversíveis e levavam à morte. A habilidade de certos escravos que entendiam de remédios caseiros, chás, depuradores à base de ervas e raízes, permitia o tratamento de muitos males. Até mesmo o senhor e sua família recorriam a esses curandeiros e benzedores. "Muitos eles sabiam. Remédio caseiro né. [...] Eles mesmos faziam. [...] Curador! Eles faziam assim o remédio de chá caseiro, né. Benziam tamém." (Anexo, p.335) Outros depoimentos reafirmam o uso de chás caseiros para o tratamento das doenças.

Prolongados sofrimentos físicos e espirituais levaram muitos escravos ou ex-escravos a problemas mentais na velhice. Foi o caso dos avós de Alice Ribeiro Vargas que fugiram para o quilombo já mencionado. Muitos senhores permitiam a morte do escravo por falta de cuidados: "Se o cara adoecia ficava ali até morrer." (Anexo. p. 335)

2.1.5.4- Posses e objetos pessoais.

O número de objetos e posses do escravo era muito reduzido. Em termos de mobília na sanzala: "Nãõ tinham nada, nessas coisas nãõ tinham nada." (Anexo p. 226) "Só a tarimba e aquelas prateleira pra botarem os trapo. [...] armário pra guardá

as coisas. Nem era armário, era umas prateleiras que nem essas de venda, ali guardavam suas roupa lavada e dobrada por eles. Meu pai sempre dizia: 'Tenho horror de lavá roupa.' Tinha que lavá." (Anexo. p.303) Maria Carolina e outros depoentes afirmam que os escravos não possuíam nada. Referindo-se aos negros que tinham habilidades de feiticeiros, Raul afirma: "Guardavam escondido o que era deles. [...] Porque era um segredo. Alguns achava que era feiticeiro, negro feiticeiro, e eles escondiam." (Anexo. p.347)

Honorina permite compreender que os escravos criavam também algumas galinhas: [...] eles tinham casa deles, então eles iam trabalhá, deixava a casinha fechada deles, dizia [...] Bueno, as criança da patrona vinham correndo pra tirá os ovo da galinha dos escravo. Chegava lá, entrava pra dentro [...]. (Anexo.p. 145) Significa que os escravos buscavam uma complementação alimentar. Neste sentido, Ildebrando afirmou que escravos lavravam à noite na terra do senhor para semear. Provavelmente, usavam para a própria alimentação, trocavam os produtos com o senhor ou na venda próxima. Alguns escravos eram aliciados ou recompensados com algum presente ou atenção especial pelos serviços prestados ao senhor.

Certamente há uma grande diferença entre as instruções e a realidade, porém, nas instruções ao seu capataz, o Conde de Piratini recomendava bom tratamento dos escravos, higiene, cuidados com a sua saúde, comida farta "permitindose-lhes plantar gêrneros e criar galinhas. Receberiam mensalmente três palmos de fumo e, em dias frios e chuvosos, um ponche de água quente com aguardente."⁸²

Segundino lembra que o trabalho escravo não tinha nenhuma remuneração. E a falsa visão do homem escravizado, afirmando que ele não recebia qualquer retribuição. Os escravos recebiam moradia, vestuário e alimentação de seus proprietários. O interesse na manutenção e no rendimento de cada 'peça' levava os senhores a ter algum cuidado com seus escravos. A preocupação neste sentido parece estar determinada pelas possibilidades de repor ou não o plantel. Quem tinha recursos abundantes disponíveis, fazia, com facilidade, a reposição do número de escravos, adquirindo-os no mercado.

Dois depoimentos confirmam que na zona rural desta região havia escravos proprietários de escravos: "Possuíam. Teve escravo que até tinha nego. Que no final, tinha nego rico. Aqueles que não era respondão, eles eram... o que era sorte. Os que tinham sorte de pegá um patrão bão eles davam gado. Quando termino a escravatura tinha nego que até tinha o gado dele!" (Anexo, p. 86) O mesmo fato é confirmado por Maria Ercília: "A minha mãe não foi escrava! A gente dela foi escrava. [...] A gente dos Farias tinham escravos, mas não foram escravos." (Anexo. p.259)

Na ocasião em que o escravo tinha oportunidade de cultivar algum produto para si, o senhor lhe permitia que trabalhasse à noite para cultivar a terra e sua plantação. "Eles plantavam pra eles também, mas era de noite que lavravam a terra. De dia pro honnhô [...]. Viviam podre de cansado."⁸³

⁸²FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p.39.

⁸³ANEXO, p. 155

2.1.5.5- Vestuário e calçado.

"Ué, eles andavam de tanga. [...] Aquelas camisolão comprido [...]. E as mulheres era só um vestido de riscado, só no coro puro." (Anexo. p. 28)

"Ah, de todo jeito: de pé no chão, andava... de bota, ... qualquer coisa. Tinha o... O escravo era tratado como um boi." (Manoel p. 239)

O vestuário dos escravos, conforme as descrições dos depoimentos, apresentava variações, tanto para as roupas masculinas como femininas. Segundo parece, havia tendência do uso de uma roupa uniformizada em algumas regiões. Determinadas peças de roupa podiam ser usadas por ambos os sexos. Os escravos usavam tanga, bombacha, xeripá, ceroula de tecido grosso, camisolão ou gandola, casaco, capa. Os depoentes foram unânimes em afirmar que 'não usavam nada por baixo', não usavam roupas íntimas.

O vestuário feminino podia ser um vestido comprido de chita ou riscado, xeripá, calça até o joelho ou tornozelos, camizola, saiotê riscado, de zefir, bicharé com um dos ombros descoberto e toca, independentemente de cabelos longos ou curtos. Ficou claro também que o escravo doméstico utilizava um vestuário limpo e em melhores condições. Ressalta-se a memória da precariedade do vestuário dos escravos, em geral. Escravos, às vezes, usavam roupa de lã no verso.

Albertina indicou que os escravos usavam uma tanga, uma calça: "Se vestiam assim com uma tanga. Eles nem roupa tinham. Uma calcinha, uma tanga. [As mulheres] vestido comprido 'a moda biduíno. [...] florizada, estampada, assim tipo um chitão. Era assim com babado embaixo." (Anexo. p.19) "Usavo chitão [...] era só riscado, só no coro puro. [...] Só aquele vestidão assim pra trabalhá, pra tudo. [...] aquele brim brabo, sorte que não rasgava nunca." Alice permite perceber que o costume podia variar em cada região. Ela acrescenta: "Roupa por baixo não existia. Nem as pobre das negra. Elas não usavam, assim, calcinhas, era Xiripá que elas chamavam, xiripá. [...] Eu sei bem porque aminha mãe sempre dizia e contava pra nós." (Anexo. p. 28) O Xeripá era de uso comum.

Osvaldina explicou que "Só as mulher usavam calça, né. Usavam calça como usam hoje. Era as bermudinha, era pelo joelho. [...] era tudo amarrada no joelho ou no tornozelo, explicai. A escrava, porque as branca não usavam." (Anexo. p.309) Conforme a região, parece que podia ser de uso comum " [...] uma camisola, era uma camisa de saco bem comprida. E não usavam calça. [...] tanto homem como mulher. Abriu um saco em cima, bem comprido e..." (Anexo. p.60) Segundo Osvaldina podia ser " um saiotê assim, mas era comprido. [...] Então eles com aqueles zefir (tecido de algodão, leve e transparente, com o fio do tecido geralmente

(formando listras) brabo, aquelas fazenda grosseira de gente lá de fora." (Anexo, p. 299) Na versão do senhor Zezé as mulheres usavam "E... vestido bem comprido, né. Bem tapada, pra ninguém vê nada. E... E, no tempo da escravatura você tinha um constante tapado, pra ninguém vê nada, né." (Anexo, p. 369)

Paulino também afirma o uso comum do eripá e da camisola. "E... Dia muitos usavam E... xiripá (chiripá= do Quichua xiri pac='para o frio'. Vestimenta sem costura de um metro e meio, passada entre as pernas e presa à cintura. Fazia parte da indumentária gaúcha) . E otros camisola, camisola comprida assim, né. E... E o tal xiripá aquele... Botavo uma roupa, assim no meio das pernas, assim, e atavo até a cintura. E... Ah, mulher qué dizê que também. E... Era a mesma coisa." (Anexo, p. 335) Era de uso comum o chamado 'bicharé'. "Ah, e os escravos eram vestidos assim, de bicharé de 18. Cortavam um pelego, que eles chamavam 'bicharé'. Cortavam os pelego das ovela. As escravas iam sempre de ombro de fora E... E o deles era aberto assim como um poncho, que ia pela cabeça assim. Xiripá de 18 e o corpo nú. Como eles queriam!" (Anexo, p. 275)

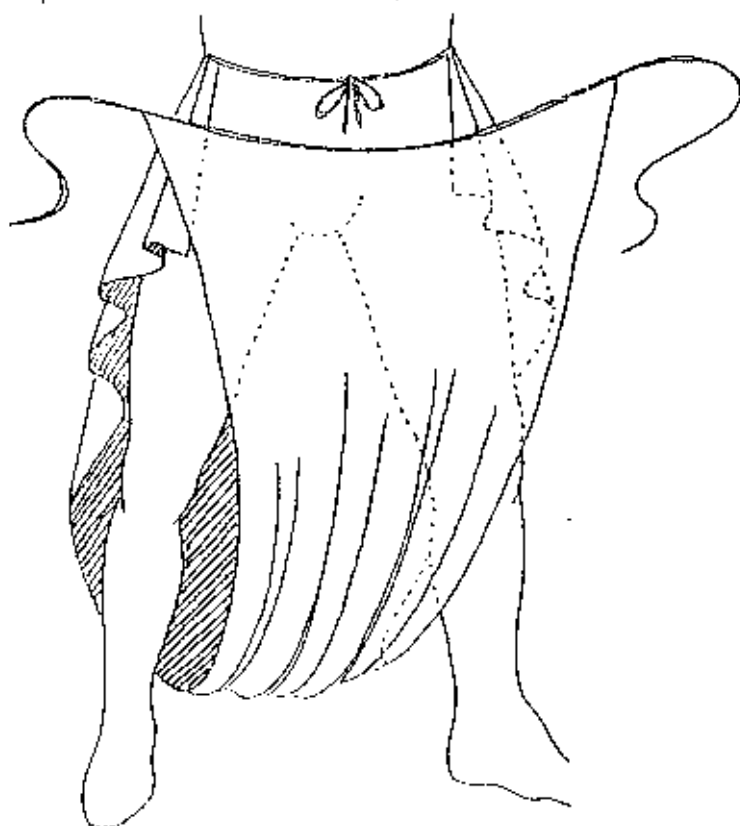


Figura - 6

Chiripá ou xiripá farroupilha. Pano retangular passado entre as pernas e amarrado na cintura. Fonte: *O gaúcho; usos e costumes*. Porto Alegre: Grafosul, 1991.

(chiripá= do Quichua xiri pac='para o frio'. Vestimenta sem costura de um metro e meio. Fazia parte da indumentária gaúcha)

Todos os depoentes que se referem ao vestuário dos escravos afirmam o uso da tanga. A maioria afirma o não uso de roupas íntimas. Há também os depoentes que afirmam o uso de bombachas e poncho. Em algumas regiões como Cacapava, Piratini, havia o uso de uniformes para os escravos. "Ah, era tão engraçada as roupa que não ... Era umas coisa larga, né, de algodão azul, que usavam aquela ropa, os escravos. Bombacha, bombacha assim, tudo. Aquelas camisa comprida! Manga assim tudo sem jeito. Era só embainhado assim, não tinha coarinho [colarinho] noé." (Anexo, p. 226) "Se as vestiam sabe comé? Nhonhô dava. E... Era ... aquele a... azul... e nego com a vestimenta e era muito mal..." (Anexo p. 160)

Tecidos e calçados rudimentares eram fabricados nas estâncias. Porém, na maioria das vezes os cativos andavam descalços. Para servir o chimarrão, doces e guloseimas para visitantes, o escravo se apresentava limpo mas de pés descalços. Pelo fato, segundo parece, indicava a condição de escravo.

depoimentos apontam o uso de tamancos. Tamancos grosseiros, de couro cru, usavam também alpargatas com palmilhas de couro e botas. Contudo, o mais usual era andar descalço.

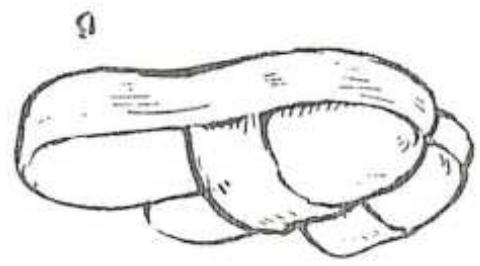


Figura - 7

Tamancos de origem portuguesa. Ilustração extraída da obra de Antônio Augusto Fagundes INDUMENTARIA GAUCHA.

"[...] botavam os tamancos, aqueles tamanco de escravo que nem ninguém sabia mais o que que é, aquele tamanco fechado assim, aquilo duro, aqueles coro duro, porque eles mesmo que faziam, né." (Anexo, p.193-4) Para trabalhar fora de casa: "Tinha que se, ninguém andava calçado. O finado meu pai tinha assim o gartão tudo rachado. Cotado do meu pai! Ele dizia assim: 'A gente tem isso aqui. Era inverno e verão!!!' As vezes era usada uma espécie de palmilha "[...] embaxo de coro, quando o lugar era muito brabo, umas coisa, metiam no meio dos dedo assim." (Anexo, p.275) Havia Carolina refere-se ao mesmo calçado (Anexo, p. 248) que o senhor Paulino descreve como alpargatas: "Era paracata. E faziam [...] de coro cru. Então cortavo aquilo direitinho, do tamanho do pé [...]. E ficava bom, sei [...] então eles faziam a armação do pé, cortavo direitinho. O senhor cortava aqui e lá e andava. Era igual a qualquer outro calçado. [...] Tinha o que sabia fazer, o sapateiro, fazia pros outro, né..." (Anexo, p. 335)

Referindo-se ao mesmo calçado, Honorina explica que a sapateira era amarrada no pé e no tornozelo com tiras de couro e era utilizada para trabalhar. O uso de botas foi apontado somente por Bario (Anexo, p. 109-110)

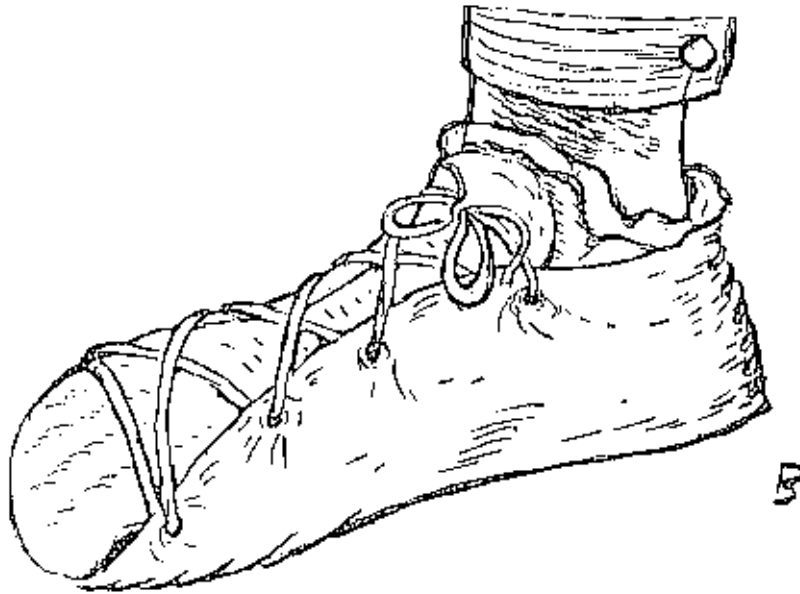


Figura - B
Tamango - sapato de lavrador. Fonte: Indumentária Gaúcha.

2.1.5.6- Alimentação.

"Comia cozida de escravo... Era angu com leite, batata doce, abóbora, moqango, feijão, arroz, a canjica com carne de porco." (Osvaldina p. 297)

De acordo com os depoimentos, a alimentação pode ser caracterizada quanto ao tipo, à qualidade, à quantidade, à cozinha e quanto aos utensílios usados. Os alimentos comuns utilizados para o sustento dos escravos na região eram farinhas; feijão; torresmo; farelo de trigo; pele de porco; mocotó; garrão; cabeça de porco; de ovelha e de vaca; espinhaço; canjica; canjiquinha; bolo de fubá; pão; angú; carne de caça; de cabrito; de galinha; de gado (cozida ou assada); pirão; cuscuz; leite com pão; angú com leite; batata doce; abóbora; arroz; tocinho e doces. Em resumo, alimentava-se de carnes, cereais, legumes, verduras e derivados de animais. Pelos tipos de alimentos produzidos na zona rural desta região, vemos que havia abundante e variada alimentação disponível.

Alguns senhores serviam seus escravos de forma abundante e até mesmo de boa qualidade. Contudo, os melhores alimentos eram preparados com maiores cuidados e melhores temperos para os senhores. O que havia de melhor em carnes, frutas, legumes e doces era servido aos senhores e à sua família. O preparo dos alimentos dos escravos não seguia os mesmos cuidados. Muitos fazendeiros davam alimentos de má qualidade e em pouca quantidade. As vezes, os escravos passavam fome e eram levados a roubar alimentos para satisfazerem de suas necessidades alimentares.

Conforme os depoentes revelam, a alimentação em algumas estâncias era abundante e suficiente em outras era escassa e insuficiente. Havia normalmente quatro refeições por dia. Pela manhã, a refeição em geral não era servida com café para os escravos, mas alguns fazendeiros permitiam que os escravos tomassem leite. Alguns comiam mechidos de farinha ou carne. A refeição maior era feita ao meio dia. Havia escravos que trabalhavam até quatorze horas, dependendo do senhor e suas exigências. À tarde, havia uma merenda. À noite, faziam a última refeição. Muitos dispensavam a refeição complementar da tarde. As crianças eram alimentadas com leite numa guampa enquanto aguardavam em caixotes carregados pelas escravas no meio da roça.

A preparação dos alimentos era feita por escravas ou escravos cozineiros. De modo geral, havia apenas uma cozinha onde o alimento dos escravos era produzido em separado do alimento dos senhores. Alguns senhores costumavam ter inclusive a cozinha dos escravos à parte. O alimento era cozido em panelas de ferro penduradas em correntes.

Os cativos domésticos se alimentavam na casa do senhor, provavelmente na cozinha ou numa repartição junto a ela. Os demais escravos comiam na senzala. Não havia mesa para os escravos se alimentarem, serviam-se com colheres de pau em pratos de folha ou seja, pratos de lata ou pequenas gamelas de madeira. Pelas indicações, concluímos que não havia garfos e às vezes se alimentavam servindo-se com as mãos. (Anexo. p. 25, 28, 79; 44, 56, 58; 64; 115, 126; 148, 150; 162, 164-5; 186; 226, 230; 244; 281; 319, 362-63; 399; 441; 480; 261-62) A condição na qual se realizava a refeição do escravo está simbolizada no seguinte depoimento: "Comiam com o prato na mão, [...] tinham uns minuto. Cuspiam no chão e enquanto se subisse o ... Tinha que, enquanto tivesse o guspe tivesse aparecendo tinha que comê e já tava pronto pra trabalhá [...]." (Anexo p.56)

2.1.5.7- Descanso

Não tinham hora pra largá, nea pra nada. [...] Comiam e já tinham que sai. [A cama deles era] um lixo. Uns pedaço de pau e uns pano. (Albertina p. 19)

O maior problema do descanso dos escravos rurais eram as horas de trabalho intenso. Levantavam de madrugada, não tinham muito tempo para a alimentação e eram conduzidos novamente ao trabalho até à noite, quando se completavam os serviços com um serão. A tensão causada pela coação permanente, os maus tratos, a alimentação muitas vezes escassa e ruim eram fatores que não contribuíam para a descontração e o descanso dos cativos. Somavam-se a estes elementos, poucas horas de sono e as condições em que este era realizado.

A cama podia estar sobre um girau, uma tarimba, uma estiva, ou era feita de ferro. O escravo podia deitar-se no chão sobre trapos ou peles de ovelha principalmente quando a senzala era um salão para todos os escravos do mesmo sexo. As descrições dos depoentes afirmam que as camas eram: "Um lixo. Uns pedaço de pau e uns pano." (Anexo. p. 19); "Não tinham cama pra durmi. [Dormiam] no chão, pelego no chão." (Anexo. p. 218); "As cama naquele tempo era umas cama de ferro, mas cama muito arta [...]" (Anexo. p. 63); "[...] cada um tinha o seu quarto, acho que tinha sua caminha. Aquela estiva (gradeado sobre forquilha à semelhança de uma ponte de lugares algadiços) que usavo antigamente. [...] era feito aqueles cavaletto, é aqueles cavaletos e depois botavo aqueles pao em cima. E ali botavo os corchão, de palha ou qualquer coisa. [...] E dormiam ali. [...] mas acho que todos tinham aquele tal de girau, como chamavo, n'era" (Anexo. p. 248) "Que aquilo era tudo feito de madeira, né. Fazio aqueles pé, aqueles cavalete, depois era tudo tramado com varetos, com pauzinho, né. E botavo o corchão em cima." (Anexo.p.249)

O colchão podia ser de estopa ou pano, recheado de palha ou lã. "Então ali, o corchão deles era de estopa [...] Botavo as lã [...]" (Anexo p.649); "Ali botavo os corchão de palha ou qualquer coisa." (Anexo. p. 248) "Se usava naquele tempo a milhã, o capim, cortava e enchia o colchão. [...] Depois, quando tinha palha de trigo que se trilhava, então a gente..." (Anexo. p. 249) Quando o escravo tinha travesseiro, este era recheado de lã de ovelha que morria no campo. (Anexo p. 649)

Muitos escravos não recebiam cobertas dos senhores. Lençóis e colchas eram praticamente desconhecidos para eles. Quando usavam cobertas "[...] eram de coro de ovelha. As coberta deles eram assim, de coro e estopa." (Anexo p. 63) Em síntese: "Dormiam naquelas cama véia, remendada. E em colchão velho, tudo remendado. Era aquela remendação. (Anexo p. 109) Muitas vezes a solução para o intenso frio da região era manter fogo aceso durante a noite. Isto supria as carências de cobertas para dormir.

2.1.5.8- Despertar.

[...] a par do dia, tudo tinha que virá cambota.
 [...] agarrava o apito e fazia piii. Aquela negrada pulava, de madrugada, virá cambota, na pedra fria.
 [...] testavam aqueles negrinhos e negras suas, tudo nú... Pra virá cambota!!! No pé da Júlia. Virava uma.
 E que não virasse, dava-le laço. (Ildebrando p. 153 e 154)

O despertar dos escravos era feito muitas vezes com dureza, violência e aos gritos. Em dia de rodeio, os escravos eram acordados de madrugada. E nos dias de atividades normais, eram acordados antes do amanhecer. Os horários variavam entre cinco e sete horas pelo que os depoimentos permitem perceber. Ao despontar o sol, os escravos já estavam na roça ou no campo trabalhando. Os senhores que tinham religião, exigiam que os escravos rezassem. Isto ocorria a partir do despertar, depois que ajoelhassem e pedissem a bênção ao proprietário.

Os escravos eram despertados aos gritos e pancadas: "Alguns despertavam, eles gritavam, eles davam laço pra acordá." (Anexo p. 345) Isso era feito de madrugada pelo feitor, que não respeitava nem os doentes. Todos tinha que levantar. Segundo Antenor era usado também um sincerro (pequeno sino) para despertar os cativos. "Então quando era pra se acordá, eles precisavo dos escravo, eles tinham um sincerro, sacudiam aquele sincerro e já todo mundo se acordava, tudo vinha sabê do sinhô o que que ele queria [...]" (Anexo p. 60) Alguns estancieiro costumava despertar seus escravos com apito, testando-os e exigindo-lhes prontidão. "[...] todas as manhã bem cedo, levantavam aqueles escravo e vinham, se paravam de relho na porta, vinha um, se ajoelhava na porta: '-bênção sinhô.' '-pra sempre!' dizia o patrão. E daí saia aquele vinha otro [...]" E assim os coitado iam depois, [...]" (Anexo p. 143)

2.1.5.9- Transporte.

E... Os negro tinham que fazê assim: colocá uns pao nos ombro e carregá os patrão nos ombro. [...] E com muito jeito. [...] Bastava farseá o pé que já tava, ... Descia dali e ia pro pau, atado. (Luiza Dornelles, p.218)

No século passado, no final do período da escravatura, o transporte era realizado: a pé, a cavalo, de carroça, de muchilada, de caleça, de faéton e de barco ou navio. Os depoentes indicam estes tipos de transporte existentes, segundo a memória de seus antepassados. Conferindo a descrição da epígrafe, percebe-se que, até o final da escravatura, os senhores mantiveram o hábito de serem carregados por escravos em uma espécie de andor. O rigor do senhor não se fazia esperar caso um dos escravos o colocasse em perigo de uma queda.

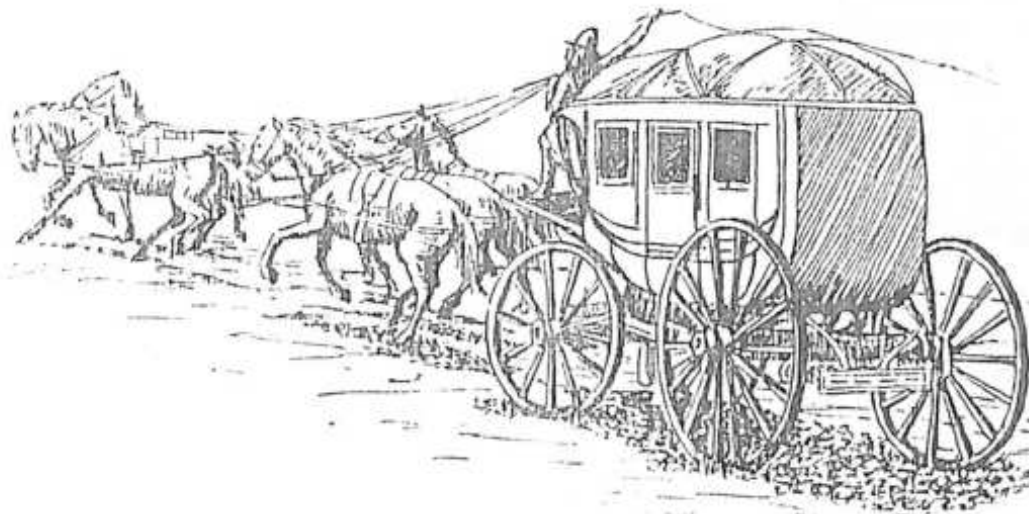


Figura - 9
A diligência, transporte de passageiros muito usado na região pampeana por volta de 1860. O condutor era chamado bolieiro.
Gravura de Acri Edison.



Foto - 28 - Faiton e Calecer. Fazenda de Geraldo Vieira. Segundo Distrito de Piratini. Foto - 29 - Aspecto de antiga carreta que serve de ornamentação nos jardins da Estância do Combate. Município de Piratini.
Fotos do autor.

À respeito do faéton, Maria Filomena afirmou o seguinte: "[...] uns feito, mas era feito uns carro, né. A pessoa se sentava ali e vinha pra dentro da cidade a cavalo quando tinha que vim. E então, era duas junta.. Quando o cavalo cansava, que vinha de longe assim, [...] trocava aqueles que vinha descansando e botava os otro. As vezes vinha até três dependendo do lugar que iam né. Ih, daqui a Camaquã tinha que sé três junta, né." (Anexo p. 278) Osvaldina explicou a diferença entre a carroça e o faiton. "E o feito tinha mola [...]. Era coberto pra sinhá não se queimá. [...]

O faiton é aberto. Essa carrocinha abertinha. [...] Era o feito [que tinha duas rodas]" (Anexo p. 304) "Carruage chamava um fait ai. [...] Eles era carruage de quatro rodas e de ferro. [...] E então o fait era... Era de um cavalo, às veis [...] botava dois, né," (Anexo p. 367) Era também chamado carretinha: "[...] e o meu pai era da carretinha! Carregá a sinhazinha por aqui, por ali. A carretinha era de cavalo." (Anexo p. 284)

O baleeiro era o condutor dos cavalos no faéton. "Tinha o tubuliero né, os homens que gui...[...] guiava o animal na frente. E tinha os criado. Os otro bulhero vinha na frente [...]." (Anexo p. 278) "E o boleiro lá em cima. Boleiro era o que puchava o cavalo. Aquele podia cai chuva em cima dele..." Trata-se aqui do condutor da calecer. [...] então vinha lá na frente tocando e a sinhá lá atrás." (Anexo p. 304)

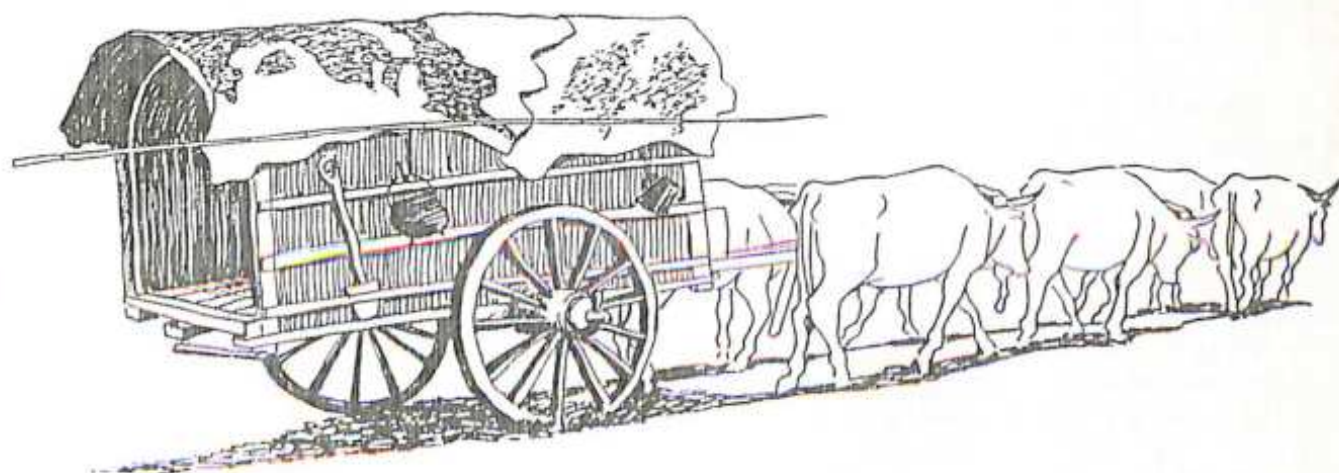


Figura - 10

A carreta, espécie de rancho rodante, prestou grandes serviços aos países do pampa, transportando mercadorias, munição, víveres e feridos em tempos de guerra. Gravura de Acri Edison.

A calecer ou também chamada jardineira era outro meio de transporte. "Quando vinham pra cá vinham com duas junta: com uma caletra, carruage era chamada caletra. Era uns carro cheio de vidro de um lado e dotro, com cortina, pás mié vê. Uns chamavam jardinera [...]. E tinha outro nome. [...] Calécia, calécia [...]"

É, era feito uma caixa assim, era um carro com umas roda assim de carro, assim de tolda [...]." (Anexo p. 71) "Então era um banco aqui assim, um virado pra cá, outro pra lá, vinha duas aqui assim e uma aqui assim." Explicou Osvaldina. (Anexo p. 187)

A muchilada era outro tipo de carroça destinada a transportar mercadorias protegidas da chuva. "Depois tinha aqueles carro assim de tolda [...]" (Anexo p. 279)

[...] tinha carroça de boi também [...] a muchilada [...] lá fora chamava-se muchilada. [...] era toda com latão assim, tapada toda assim. [...] Carregava aqueles anticento tudo ali dentro. Era um latão grande e largo que vinha em cima [...] Qué dizê que o nego podia vir se molhando na estrada, mas a mercadoria vinha seca. [...] E acampava em qualquer lado, em qualquer lugar. As veis era três, quatro, cinco fiada de boi. [...] o meu tio conta que existiu. ²⁴

O condutor da carroça era o carreteiro ou baleeiro. "Vinha pilhas e pilhas de carroças, que não tinha condução de primeiro, né. [...] E vinha essa turma de piço. As vez era um. Era boi tudo com guiada. Umal vara comprida, bate no lombo assim e seguia. Era a tal da guiada. [...] só pra mantê em cima da cabeça do boi, né. Onde vinha puxando que é pra vim embora. O cavalo, usavam, mas o cavalo era, era conduzido nessa tal de fait" (Anexo, p. 368). Este fenômeno permaneceu até a década de 1950.

A carreta era uma espécie de carroça aberta, sem toldo em cima. Nessas carretas ou a pé acompanhando-as, os escravos eram levados de Rio Grande e Pelotas para as estâncias do interior. "[...] traziam assim de carreta né. E caminhando às vez a pé. Mais caminhavam a pé do que de carroça, de carreta, de cavalo. O mais das veis era a pé." (Anexo, p. 226) Os bois que conduziam essa carretas, à semelhança das muchiladas, carregavam um sincerro que se ouvia à distância. Também carregava mercadorias e podia ser puxada a cavalo. "A carroça era carroça de ar livre, que era puxada a cavalo..." (Anexo, p. 305)

Para o transporte fluvial de mercadoria e tripulação, eram usados pequenos e médios barcos que navegavam entre Pelotas, Jaguarão, Porto Alegre e Rio Grande. Embarcações de porte médio carregavam os produtos comerciais da região. O transporte dos escravos via fluvial "[...] acho que era naquelas caravela [...] Vinham de tão longe que... tinha que vim numa caravela feita de coo, umas barca, não sei que mais." (Anexo, p. 276-277) O senhor que se deslocava do interior para a cidade fazia-se acompanhar de seguranças a cavalo. "Então tinha aquela flauta (fait) que ia com eles, aquela carruagem, né. [...] às vez ia vinte, trinta homens a cavalo, pra cuidá do fazendero, prá não deixa ele sai sozinho, né." (Anexo, p. 338) O reforço numérico é dado para dar um sentido de credibilidade ao fato.

²⁴ANEXO, p. 367-368.

2.1.6- Abolição, libertação e festa.

[...Isabela gritou a libertação delas, ah, sabe tudo pra rua gritando libertação! Que agora sia elas tava liberta. Ninguém mais governa elas! (Maria Carolina p. 244)

As palavras fortes e quase exclusivas que significam este momento são: liberdade, libertação. São pronunciadas quase permanentemente. A memória deste fato é viva e marcante. O rosto do entrevistado se alivia, a entonação de sua voz se transforma e ele fala mais alto. Tão significativa foi esta experiência quanto fora a vida na escravidão. Os descendentes compreenderam os seus pais e avós, vibraram com eles. A palavra Abolição não surge uma só vez. A palavra é liberdade. O ponto de referência do final de uma história de opressão, o nascimento da esperança de uma vida melhor.

Diz que apanhavam bastante, mas depois diz que se revoltaram, assim que eu ouvi contá. Se revoltaram que eles não puderam... tiveram que se ajeitá. [...] Parece que houve quem se metesse nesse negócio [...] Pra deixarem aquela vida triste [...] Fazê as pessoas tudo tê a liberdade. [...] Tudo se revoltaram noé, então acabaram com a escravatura! [...] Agora tudo é dono de tudo, é dono de si, noé. Graças a Deus. 1925

Três idéias são articuladas na expressão de Antônia Fagundes. A primeira idéia expressa a vida acabrunhada dos escravos e a exigência de libertação, articulada por alguns. A segunda, é a revolta como fator de libertação. A terceira, é a idéia de autonomia e liberdade daquele que passou a se sentir dono de si. São três idéias que expressam o sentido da libertação dos escravos, na memória dos descendentes. A memória da libertação não ficou totalmente absorvida pela articulação ideológica dominante.

A libertação é atribuída ora à revolta dos escravos, ora à princesa Isabel e festeja-se o dia 13 de Maio. "O escravo naquele tempo era horrível. Por isso que a rainha Isabel [...] achou que aquilo não, era demais! [...] Foi ela que libertou sim. Por isso tem o dia 13 de Maio. 13 de Maio. Ela libertou." (Anexo, p.239) Neste caso, a influência ideológica da classe dominante permitiu esta reelaboração da Abolição. Parece, contudo, que o importante para os escravos e seus descendentes foi a libertação e não o fato de ter sido por um agente ou por outro. A consciência de que a mudança foi devida à superação do sistema escravista brasileiro por um novo sistema de produção praticamente não existe.

Para Osvaldina, muitos brancos que viviam: "como escravos, comiam o que os escravos comiam, dormiam como os escravos dormiam, [...] eles também queriam dá no pé e sai daquela escravidão." E o período pós-libertação é identificado com o "ventre livre" para significar que a pessoa nasceu na liberdade. "Já eu era do 'ventre-livre', não é, já era da liberdade." A libertação também é identificada como início de um período de maior liberdade para os filhos dos brancos. "Porque tinha muitos branco que criava os

[...] vamo tudo quietinho, vamo comprá bastante chitão! - Naquele tempo não era seda, era chitão, chitão estampado. Aquilo pra venda, estampada! Aquelas roda grande, todo aqueles ramo grande - E bamo fazê tudo escondido os nossos vestido! Nosso chandrô, nossos vestidos. O dia que ela nos dá a liberdade nós vamo tudo de vestido novo. Tudo bonito! [...] trabalhavo noite e dia, batia o dedo, aquilo não tia máquina, tudo a mão. Era tudo cortado e costurado à mão. [...] E tinha uma tia minha em Canguçu, tinha umas tia minha em Canguçu, quando veio aquele aviso pra elas, que ia té a libertação delas, ah, a mia tia comprou chapéu, [...] aquele mundo de fita, né, Aquile feixe! Vestido de chitão, que cheio de

Certamente tratava-se da recordação sobre um abolicionista insuflador dos escravos no interior de Pelotas e na região. Em Canguçu, na iminência da libertação os escravos se prepararam para a festa:

Então, naquele interior [...] tinha um branco, se pintava o rosto de tinta assim pra dizê que era preto, né. E foi pro meio daqueles preto, né e começava a dizê: "Óia, vocês não se entreguem, lute! [...] Ai os cara foro se avisando, né. Ai esse cara entrava no meio e dizia. Ai, começou a se juntá uma senzala com outra, chegava os carrasco e pau nele. Ai juntavo mais, chegavo lá adiante, mais uma turma. No fim se ajuntava mais de cinquenta, né. Chegavo e pelavo. [...] Foi pra fora. Mas ele ia, em tudo que é lugar ele tava. Avisando a turma. Até isso foi falado. "A

Uma das razões para atribuir a libertação à luta dos negros justifica-se na memória do velho conhecido "Ricozinha" que morava nas antigas galpões da charqueada São João, ao lado da Vila da Falha. O entrevistado Paulino conta o que ouvia do velho:

Este foi também o momento de libertação dos escravos que tinham recebido a alforria mas viviam, ao que parece, uma semi-escravidão: [...] ficou moço. Ai ele foi ficando moço e foi trabalhando, né. Trabalhando, com aquele papel ele foi trabalhando. Papel da libertação do escravo [...]. A princesa Isabel deu a lei: pedia a liberdade e veio. Pra pedi a liberdade pra todos eles e ele chegou a escravatura." (Anexo, p. 363)

Segundo a versão do depoente Zezé, a princesa Isabel teria se sensibilizado pela situação dos escravos e este fator teria levado a uma atitude definitiva. "E ai ela se foi à delegacia, né. Chegou lá, foi vê os escravos lá. Os escravo tava todo, todo cortado, todo pisado, que a policia dava, pisava todos eles. [...] depois agarrava [...] um tanque de salmore e botava o nego ali pra se curá. Se curá ali. E ali era o ponto que aparecia a libertação, né, da escravatura." (Anexo, p. 363) Certamente esta versão formou-se a partir da sensibilização da princesa Isabel que, ao passar por Pelotas, intercedeu pessoalmente para defesa de escravos que estavam sendo torturados. O fato foi vinculado à abolição.

filho ali, as filhas só casavam com quem eles queriam, os rapais, casavam com quem os pais queriam." (Anexo, p. 312)

A festa da libertação ocorreu de forma espontânea por parte dos negros na rua. A festa foi para festejar a liberdade, a libertação de um regime de opressão. As festas formais organizadas pelos abolicionistas certamente não tiveram o mesmo significado. A rainha falava em liberdade e justiça mas estava vinculada a um novo modelo de sociedade que não abriria tão cedo o espaço para os negros. Os escravos sabiam do que se libertavam, mas não precisavam de futuro que os aguardava. Da liberdade nascia um povo:

Quando foi o dia [...] ah, saiu tudo pela rua gritando libertação! Que agora sim elas tava liberta! Ninguém mais governa elas! [...] Que a rainha Isabel tinha dado a libertação! Tinha chegado a libertação delas, que ela tinha dado a libertação! E ficaro tudo faceiras! E, e deus disse correu libertação. Não teve mais escravo, não teve mais nada, né. [...] E, foi uma festa grande! [...] depois que a rainha Isabel deu a liberdade, né, pros escravose pra todos [...] 'Ninguém é escravo de mais ninguém.' Ora fizer aquela... Elas já tava tudo pronto. Aqueles vestido de chitão, aquilo tudo era levantado que saia tudo pra rua, gritando [...] pro nome dela que tinha dado libertação pra eles, que *elas tava um POVO*, ninguém mais governava eles. Que eles que se governavo, mais ninguém. [...] Não tinha mais rnonhô nenhum, não! Em Canguçu, minha mãe que contava, em Canguçu deu aquela festância, mesmo! Rua acima, rua abaixo, [...] gritando com aqueles vestido de chitão. Aquele mundo de babado, aquele mundo de fita que voavo, mia mãe contava que voava aqueles vestido.⁸⁰

A vovó de Zezé afirmava que no dia da libertação uns gritavam "[...] viva, viva a liberdade. Viva a princesa" e outros não acreditavam. "[...] viva a liberdade, viva, agora nós vamos ser dono de nossa vida." (Anexo, p.363) Mandar em si mesmo, ser dono de si próprio, formar um povo, eram expressões de significação política fundamental. Diante da festa dos escravos ainda se manifestava o verdadeiro caráter do regime que acabava. A memória de 'Mãozinha' foi transmitida por Paulino Soares lembrando o seguinte fato. No dia da libertação, os escravos do Coronel Pedro Osório reuniram-se em festa. Em grupo, dirigiram-se para a casa do coronel para abraçá-lo porque ele tratava bem os escravos. A sua esposa ficou amedrontada. Temendo que os libertos se vingariam dos tempos de escravidão, pretendia fugir, quando foi tranquilizada pelos próprios escravos, ao abraçarem o coronel.

Em muitas fazendas, talvez na maioria, não houve alarde, não teve festa. "Não teve festa nada", diz Osvaldina, cujo pai fora escravo na fazenda Santa Eulália. Com festa ou sem festa, imediatamente após a libertação, os ex-escravos e seus filhos começaram a sentir a realidade da nova situação. "Não sabiam pra onde ir. Andavam feito gato em saco. Quando veio a liberdade... Isso meu pai sempre contava e a minha mãe também. Quando veio a liberdade que largaram o negro, que não podia mais dá no negro, [...] eles coitados, não sabiam pra onde ir. Ficavam ali na volta; caminhavam aqui, caminhavam ali [...]." (Anexo, p. 302)

2.2 - A Nível Social

2.2.1 - Aspectos políticos

2.2.1.1 - O poder dos senhores.

Eles não podiam falá, eles não podiam falá nada, tinha que andá quieto. (Joaquim Sinaes p. 191)

Praticamente não há depoimentos a respeito da política no período da escravatura. A respeito desta questão, temos o silêncio, inclusive porque não há muito que perguntar e nem muito que responder. "Eles não podiam falá" - expressão destacada na epigrafe - é de profunda significação política. Não a política entendida no âmbito das instituições formais e do Estado. Trata-se aqui da compreensão da política no seu sentido mais amplo, onde as relações entre as pessoas se articulam em termos de decisão. Não excluimos as decisões de âmbito político do Estado e outras organizações sociais. Sabemos que a política, no período da escravatura, era dominada pelos senhores de escravos. Entendemos aqui a política nacional, provincial, regional e a política das intendenções. Os senhores das fazendas e das charqueadas detinham o poder político institucional. Dispensamos o comentário sobre este aspecto da questão.

"Eles não podiam falar" - revela o elemento vital das relações dos senhores-escravos. O não poder falar era a questão *sine qua non* (condição de possibilidade) do regime escravista. Ao escravo, cabe calar. É uma decisão política fundamental. Sem falar, sem expressar, sem discutir e questionar a autoridade do senhor. O senhor decidia sobre a vida do escravo, até que as arbitrariedades começaram a ser travadas pela lei. O fato de ser proprietário, permitia ao senhor dispor da 'mercadoria' do modo que lhe aprouvesse. Somente um sistema brutal de coação pelo medo conseguiria manter o escravo produtivo e calado. A política do senhor sobre os escravos era mediada pelo tronco, pelo chicote e pela pancadaria.

O silêncio sofrido do homem cativo amedrontava o seu dono, povoava sua vida de temores e precauções. A ferocidade de muitos, expressava o medo incontido. Trezentos e cinquenta anos de medo sustentaram o escravismo brasileiro. Diante desta realidade, parece que não se pode reduzir a nada a ação política dos escravos. Toda vez que eles criaram as mais variadas formas de resistências, agiram politicamente em relação ao sistema. A resistência fez com que o escravo reagisse diante dos senhores. Enquanto fugia, criava quilombos, organizava a revolta, tornava-se 'dócil' e 'dedicado', estava reagindo. A sua decisão podia levá-lo ao ataque contra o senhor ou seus representantes, ao crime e ao suicídio. Estas eram formas de resistência, eram formas concretas de ação política. A libertação definitiva dos escravos ocorreu com a sua participação em massa, nos momentos decisivos da Abolição.

Neste sentido a ação política dos escravos dentro do regime escravista foi permanente. A extinção deste sistema ocorreu

no momento em que o escravo participou de forma decisiva do movimento abolicionista. Robert Conrad afirma que "[...] a insubordinação e a rebeldia que acompanharam a Abolição foram vulgarmente decisivas e generalizadas. [Citando José Honório Rodrigues, continua] Como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra, a insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico..."⁹⁹

As mais variadas formas de resistência do negro ao regime escravista devem ser situadas nesta ação política permanente e fundamental. Incluem-se aqui as formas de resistência onde o cativo procurava trabalhar e satisfazer os desejos do senhor para tornar a própria vida um pouco mais fácil.

2.2.2 - Aspecto educativo

2.2.2.1 - Educação dos senhores.

Ah, aquilo eles chamavam um professor pra casa. Buscava de fora e aquilo tudo tinha professor. (Dario da Silva p. 110)

Manoel Antônio de Magalhães, em seu *Almanack da Vila de Porto Alegre*, declarava, em 1808, que, em Porto Alegre: "Há uma aula pública de gramática e duas escolas de ler e escrever, em uma delas contei eu sessenta e três meninos de sete a doze anos."¹⁰⁰ O autor não se refere à educação de meninas. Não havia preocupação com a instrução pública das meninas. O fato revela o lugar da mulher das elites na sociedade escravista. Em 1871, uma das medidas tomadas pelo Império foi a determinação de que nas vilas mais afastadas houvesse escola para instrução do povo. E as camadas inferiores da sociedade, fariam parte deste povo? Nesta categoria não estariam incluídos os escravos. A exigência da instrução era expressão ideológica da modernização do país. "Para elevar o nível moral desse povo do campo, em geral indolente e sem iniciativa, [o Ministério] vulgarizou a instrução e determinou que as aglomerações mais afastadas tivessem sua própria escola."¹⁰¹

Ao estudarmos, no primeiro capítulo, a questão da educação, percebemos que, na cidade de Pelotas, somente nos meados de século dezenove surgiu o primeiro colégio público. Suas dimensões não ultrapassavam uma única sala de aula. Nas residências funcionavam aulas particulares. Predominou este tipo de escola, até 1911. Na zona rural, a aula particular na casa de um fazendeiro era, segundo parece, a única forma de educação formal que existiu durante o período da escravatura. Somente nas vilas como Jaguarão, São Lourenço do Sul, Pedro Osório, Piratini ou Canguçu existiu no final do século alguma aula pública ou

⁹⁹ CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Op. cit., p. 18-19.

¹⁰⁰ FREITAS, D. *Capitalismo Pastoral*. Op. cit., p. 101.

¹⁰¹ CUDRY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p.71

particular. No interior da zona rural, foram edificadas as primeiras escolas nas primeiras décadas do século XX. "Não, não tinha escola. Depois de muitos anos já, que eu já era grande, aí, o meu pai sempre dizia: 'vai tá colégio, vão botá colégio.'" (Anexo, p. 307)

Os depoimentos nos confirmam a predominância de aulas particulares nas residências dos estancieiros. O ensino não ultrapassava a alfabetização e as noções fundamentais de matemática. Tudo se resumia no aprender a ler, escrever e fazer conta. Os depoimentos indicam que as aulas eram particulares e funcionavam na casa do fazendeiro. Quando o depoente se refere à 'aula fora' (da fazenda) ele não está em contradição com os outros porque uma aula na casa de um estancieiro reunia crianças de várias fazendas vizinhas. Da mesma forma não estão em contradição os que afirmam que não havia colégios. Não existiam prédios para escolas funcionarem, no interior ou nas vilas e cidades. As aulas eram particulares e em casas particulares. Ou ainda se referem ao fato de que muitos estancieiros não tinham instrução e não mandavam seus filhos à aula.

Os que tinham que estudar na casa de outro estancieiro, deslocavam-se distâncias que exigiam algum meio de transporte, provavelmente o cavalo ou qualquer condução existente na época. Segundo Alice Vargas, os filhos dos estancieiros estudavam, aprendiam a ler e escrever. "Eles iam a cavalo. Os empregados levavam. iam a cavalo ou de carroça naquele colégio que tinha lá pra aprendê a lê e escrevê." (Anexo, p. 30) A respeito das moças, Albertina afirmou: "Elas estudavam. Algumas eram professora, iam dá aula pros alunos. Outras botavam em casa, tinham aluno em casa que elas davam aula." (Anexo, p.23) Alice confirma a mesma realidade: "O professor sim, pra dá colégio praquelas criança que não eram escravo, os amigo deles também [...] eles pudiam dá colégio e mesmo que colégio, naquele tempo, era coisa muito simples. Aprendiam o bê-a-bá, né, e tava pronto." (Anexo, p. 30)

Todos os entrevistados concordaram a respeito do ensino na área rural. A respeito das meninas e jovens, afirmaram que estudavam em sua casas ou em qualquer aula particular. "As rica? Mas claro, as rica sabiam lê e as branca. Tudo que era branco sabia." (Anexo, p. 307) A respeito das atividades das moças, acrescentaram: "Ah, elas faziam muita renda. Naquele tempo usavam fazê renda, trabalhos, elas faziam, aprendiam dentro de casa, elas tinham as suas mucama. Cada uma tinha a sua mucama pra servi, né!" (Anexo, p.32) Luiza Dornelles confirma ambas as situações: "Ih...era só escola, croché, faziam croché... Não precisavam trabalhá, tinham tudo ali. Fazendo as rendinha delas".

Em 1856, o diretor da Secretaria da Instrução Pública defendia: "Também julgo que complexos e proporções são matérias que se devem dispensar nas escolas de meninas, visto que de tarde se devem estas ocupar em cozer, cortar, marcar e bordar, o que é

de mais absoluta necessidade para uma senhora."⁹², De certa maneira, esta situação, inverteu-se em 1881. Inicia-se o processo de configuração da mulher como educadora primária por excelência.

Artigo 68. As senhoras poderão ser admitidas a concurso para o preenchimento das cadeiras de ensino primário para o sexo masculino dos 1 e 2 graus: tendo a preferência em igualdade de circunstâncias.⁹³ (REORGANIZAÇÃO, 1881, p. 32-33 Regulamentos da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul)

Enquanto as moças desenvolviam as habilidades domésticas e se preparavam para casar, alguns jovens saíam para estudar nas cidades maiores, no centro do país ou no exterior. Formados doutores, retornavam à terra para gozar as honrarias do título conquistado. "Uh, os pais tinham muito dinheiro, né. Então eles saíam, iam embora pra estudá. Depois que aprendiam e tudo, né, eles viam de volta de novo. [Eles iam] naquele tempo, pro Rio, pra otros lugar pra se formarem dotor. O lugar, a gente não sabe. Ninguém dizia." (Anexo, p. 338) Segundo Zezé: "Ficava [doutor] porque iam a estudo, não é. [...] iam tudo aí pra Roma, pra Itália, pro Rio, São Paulo. Esses lugar onde tava mais adiantado." (p. 365) Adair conheceu doutores que se formaram no final do período da escravatura. "Ora, eu acho que até a época que eu conheci, eu acho que sabiam. Eu conheci dotor que era da época. Tinha o dotor Jaime Faria, tinha o dotor Pireceria, que era da época. Me lembro que eu era um guri quando falecero. Contavo que ero médico. Mas é que ero médico farmacêutico [...]." (p.4)

Em alguma fazenda, havia piano, mas na maioria nem era conhecido. Existia a gaita de oito baixos. Independentemente da instrução formal, a educação, no sentido mais amplo, dava-se pelo processo social de convivência na família inserida na sociedade escravista, que se articulava numa cultura colonial. A experiência e o saber cultural contém uma bagagem imensa que vai sendo incorporada cotidianamente no comportamento, nas atitudes, na visão de mundo e da história. O escravo realizava o mesmo aprendizado dentro de seu lugar na sociedade.

2.2.2.2. Educação dos escravos.

Tinha otros que sabiam lê e ensinavo.
(Dario da Silva p. 110)

Em 1775, o português Sebastião Francisco Bettamio foi Secretário da Junta da Fazenda do Rio Grande do Sul. Regressou ao Rio de Janeiro, em 1779. Em 1780, escreveu em *Notícia Particular*

⁹² AMBARRA, Elomar. A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p. 275.

⁹³ Idem, p.275

do Continente do Rio Grande. Ao referir-se à Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, situada às margens do rio Gravataí, fala a respeito da educação naquela redução.

Há na aldeia, para instrução dos rapazes índios, um mestre escola, outro de gramática, outro de solfa [solfejo; música escrita], e um recolhimento para nele ensinarem as raparigas coser, etc. Que bem empregado seria todo o cuidado que o atual governador tem posto na educação dos índios, se o voltasse para qualquer das outras povoações do continente, pois que destas veria fruto, e daqueles tem sempre tido o sentimento de ver sua utilidade o seu desvelo [...]”⁹⁴

O administrador afirmava que aquele cuidado, tempo e dinheiro não deveriam ser aplicados pelo governo da Capitania na instrução de seres inferiores e sim na instrução, na capital, em benefício dos moradores [livres e da elite] “deixando para os índios os ofícios mecânicos, que serão dignos de estimação os que os aprenderem, e nenhuma utilidade terão sendo maus músicos, gramáticos, e escrivães, etc.”⁹⁵ Em seguida, pretende mostrar a necessidade de que as moças índias sejam alugadas para servirem aos moradores, sem necessidade de instrução. Temos aqui um bom exemplo do que se pensava a respeito da educação do escravo.

Uma prescrição repetida em todos os ‘Regulamentos’ da Instrução Pública na Província e caracterizadora de um processo de exclusão escolar foi a proibição do acesso à escola pública de ‘escravos e pretos, ainda que fossem livres e libertos. (Regulamento de 1837, art 2; Regulamento de 1857, art. 21; Regulamento de 1876, art. 25.)”⁹⁶ 275.)

A legislação imperial proibia a instrução do escravo até mesmo a nível primário, equiparando-o aos doentes de moléstias contagiosas. O que foi também estabelecido pela legislação provincial.⁹⁷ A lei provincial sobre a instrução primária, em 1837, proibia de freqüentar as escolas públicas “os escravos, e pretos ainda que sejam livres e libertos.” Em 1846 a lei mencionava apenas os escravos.⁹⁸

A natureza do sistema escravista não permitia qualquer ação ou pensamento que representasse um risco para sua estabilidade. Se a nível político, o escravo devia calar, a nível de saber institucional, ele devia ignorar. Nas cidades como Porto Alegre, Pelotas e outras da província, em 1872, os escravos que sabiam ler e escrever não atingiram 1% do total de cativos. Robert Conrad investigou o Censo de 1872 e conferiu que somente 0,12% dos escravos eram alfabetizados. Naquele ano, 71,89% dos escravos gaúchos trabalhavam em atividades agrícolas.⁹⁹ Na zona rural, a tendência era haver menos escravos nessas condições. Muitos tinham dificuldade com o idioma. O escravo tinha seu tempo

⁹⁴ FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p. 146.

⁹⁵ FREITAS, O Capitalismo Pastoril. Op. cit., p. 147.

⁹⁶ TAMARA, A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Op. cit. p. 275

⁹⁷ BOENFACER, Jacob. O Escravismo Colonial. op. cit., p.64.

⁹⁸ CAPSARDI, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., p. 142-143.

⁹⁹ WETHER, Guinter. Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.31

direcionado à produção. Pouco tempo tinha para o lazer. Da mesma forma não deveria perder tempo para instruir-se em escolas, uma vez que isto podia instrumentalizá-lo contra o sistema. A expressão de Albertina é significativa: "Mas! Se iam aprendê! Como é que ia dá? Se o tempo ia dá pra eles aprendê? Dava, era pra eles apañar laço! [Nô deixavam] De ruim, porque facilidade tinha, né. Pra eles aprendê tinha colégio até em casa, né. Eles davam pra da rua. Podiam dá pros escravos, né. E muitos escravos que chamavam ali sabiam lê." (Anexo, p. 24)

Segundo Luiza Dornelles, os escravos domésticos andavam em condições melhores que os assenzalados e alguns sabiam ler. "Sabia, mas muito pouco." (Anexo, p. 225) De acordo com Dario da Silva, alguns escravos sabiam ler e escrever. Aprendiam de outro escravo que soubesse ou das moças da casa. "Alguns [...] tinha outros que sabiam lê e ensinavam. E, em casa mesmo, as miúdes ensinavo." (Anexo, p. 110) A respeito, afirma Paulino Soares: "O que sabia às vezes ensinava os, porque não tinha colégio, não sabia ler e escrever." (Anexo, p. 338) Honorina também afirmou que alguns ensinavam. (Anexo, p. 146) Zezé acrescenta o sentido que havia para os senhores neste fato: "Eles tinham umas horas [...] que pegavam uma pessoa pra ensinã. [...] e o escravo que aprendia a lê ele não podia pegã esses bilhete do meu-senhor e lê. Eles tinha, não podia... [...]tava proibido. Mas podia, eles podia aprendê a lê, aprendia a fazê as letra, qualquer coisa, né. Tinha muito escravo que sabia. Alguns sabido, outros não, né, [...]". (Anexo, p. 366) Destaca-se, neste sentido, sobretudo o problema ideológico/político posto por uma elite servil feitorizada.

Predominava a falta de instrução. O trabalho da maioria dos escravos era braçal e não exigia uma especialização técnica, apesar de um treinamento. As condições do sistema não apresentavam qualquer vantagem na instrução do escravo. O tempo de estudo ocupava-se o tempo de trabalho e quebrava a harmonia do sistema. Este era uma das principais razões que não permitia a instrução do escravo. O depoente Adair deduz que os cativos não tinham instrução, uma vez que as suas tias avós, ex-escravas, não sabiam ler e escrever. Alice R. Vargas é mais taxativa e conclui, a partir da experiência do seu avô: "Não, nem sabiam o que era instrução coltado. Meu avô que era 'ventre-livre', nunca ensinaram a ele. Não nem a escrevê. Nunca, meu avô não sabia lê nem escrevê [...] tinha o colégio, mas os coltado dos escravos não tinham nada. Eles tinham que trabalhã." (Anexo, p. 290) "Mas, pobre dos negros, não tinham direito a nada. [...] meu pai sempre disse que não. Meu pai não sabia lê" - afirmou Osvaldina Silveira. (Anexo, p. 307) Temos aqui um depoimento positivo e direto.

Nas horas de descanso, geralmente à noite e às escondidas do senhor, os escravos tocavam flauta, gaita de boca, cantavam e dançavam. Isto significa que eles aprendiam a tocar algum instrumento e mesmo a fabricá-los. Além do aprendizado natural e imediato que se dá no dia-a-dia no universo cultural onde o escravo estava inserido, a educação do escravo para a produção dava-se no próprio local de trabalho. Direcionados à maior produtividade da estância, da roça, do campo, tinham poucas exigências de aprendizagem. Quase sempre eram usadas algumas noções a respeito

o trabalho a realizar e aplicava-se a força braga]. Praticamente não havia especialização técnica propriamente dita.

Nas cidades de São Paulo, onde cresceu a diversificação profissional dos escravos, um ou outro escravo sabia ler. Quando isso acontecia, era motivo de referência especial. Segundo Emilia Viotti da Costa, o fato era colocado em destaque nos anúncios de jornais.

Nas fazendas, as possibilidades de aprendizado eram mais reduzidas do que nas cidades. A maior parte dos braços aplicava-se à lavoura de café. Calculava-se que apenas vinte e cinco por cento dos escravos eram deslocados para outras atividades, exercendo ofícios de carpinteiros, tropeiros, ferreiros, marceneiros, domésticos, tanoeiros etc. Na zona rural, as oportunidades de iniciação, em setores profissionais não relacionados com as atividades agrícolas, eram reduzidas [...].

Frederico Leopoldo C. Burlamaqui, um dos defensores da emancipação gradual da escravidão, propunha que os escravos fossem formados dignos de liberdade, convertidos em homens ilustrados e laboriosos. Por Joaquim Nabuco, ao denunciar os males da escravidão, apontava o aviltamento sistemático do trabalho escravo, afastado da escola.

Os trabalhos de construção e manutenção das moradias, de produção de tecidos, de calçados, de instrumentos de trabalho exigiam alguma habilidade técnica. O escravo dominava a fabricação de objetos de couro, de ferro, de madeira, de cerâmica, etc, ensinava ao aprendiz. Este aprendizado não necessitava a mediação da escola e do saber letrado. O escravo habilidoso na fabricação de instrumentos de trabalho, de calçados, de tecidos ou de ferramentas garantia-se um nível de tratamento distinto por parte do senhor. As vezes era apresentado com orgulho aos outros senhores. Mas isto não modificava essencialmente sua condição de escravo.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, a maior consideração social dispensada ao escravo artesão refletiu-se na orientação das Câmaras Municipais que recomendaram deviam ser revogadas as posturas que impunham castigos aos escravos artesãos. Segundo o autor, em Pelotas, o escravo artesão era tratado distintamente do escravo da charqueada. Estima, preocupado com a fadiga excessiva, com os maus tratos expressam a valorização social deste tipo de escravo. Segundo Luiz Gomes de Freitas, a posição do escravo artesão parece ter sido superior a do escravo campeiro também nas estâncias. Este autor, em sua obra Estancieiros Antigos, afirma: "para serviços de botina ou emergência, contava com pedreiro, carpinteiro, ferreiro, funileiro, quaqueiro, e até alfaiate, o filho do estancieiro na solução de contas simples de aritmética, passando a conta por um discreto buraquinho na parede de pau a pique que separava a escola de sua oficina." Imediatamente, na

página seguinte, fala da triste condição do escravo, que após trabalhar quarenta anos para o seu senhor, por morte deste, foi vendido para outro dono, que não lhe devia nenhuma estima especial.¹⁰³ Fernando H. Cardoso acrescenta que:

[...] os próprios requisitos para o desempenho eficiente do trabalho artesanal permitiam que o escravo se adestrasse em técnicas culturais e sociais que ultrapassavam o limite dos mínimos de aprendizado que a socialização parcial impunha à massa dos escravos das charqueadas e dos serviços rudes do campo. Em alguns casos, até a instrução elementar esteve ao alcance dos escravos mais qualificados que dessa forma puderam aprender ler e a realizar as operações aritméticas mais simples.¹⁰⁴

Os escravos domésticos não teriam alcançado este nível de consideração e as mesmas possibilidades de participação cultural. Esta consideração manifestou-se mais no período de desagregação do escravismo e foi muito relativa.

A condição de escravidão criava o antagonismo entre o escravo e o trabalho. Segundo Jacob Gorender, o escravo das zonas agrícolas era geralmente um mau trabalhador, tendencialmente apto apenas a tarefas simples, de esforço braçal sem qualificação. Suas possibilidades de progresso técnico eram limitadas.

Nos Estados Unidos, também foi proibido o acesso do escravo à instrução, desde o século XVIII. No Sul do Estados Unidos, temia-se que escravos alfabetizados viessem a ler literatura abolicionista ou forjassem passes de trânsito, que lhes facilitariam a fuga para o Norte daquele país. Os escravos que aprendiam a ler à revelia do seu senhor, ocultavam o fato. Os escravos artesãos, por terem maiores possibilidades de desenvolvimento intelectual, eram os mais temidos no Sul dos Estados Unidos.¹⁰⁵ Os senhores do império não ignoravam estes fatos.

2.2.3 - A Nivel da Família.

2.2.3.1 - A família dos senhores.

Minha mãe tinha escravo. Os pais dela eram rico. Ela tinha escravo. Ela tinha que desse-lhe banho, que lavasse a roupa. Eram grandes, até 12, 13 anos eram bebês. [...] as escravas lavavam, trocavam de roupa. Pelo menos ela me contou. Cansou de contar. (p. 296)

Ao tratarmos da questão da família no período escravista nos deparamos com a dificuldade surgida do profundo relacionamento de dominação exercida pela família do senhor sobre os escravos. A

¹⁰³Cf. CARDOSO, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., p.164-165.

¹⁰⁴CARDOSO, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., p. 165.

¹⁰⁵GORENDER, O Escravismo Colonial. Op. cit., p. 482-483.

interferência da família senhorial sobre a vida sexual e familiar dos escravos era tão séria que determinava profundamente a família dos cativos. A historiografia que trata do assunto em base a documentos escritos revela um baixo percentual de famílias de escravos, estáveis institucionalmente constituídas. Os depoimentos confirmam a mesma realidade, à medida que mostram também a profunda interferência sobre a vida sexual dos escravos. Para os senhores e para as senhoras, o escravo era uma mercadoria, uma máquina utilizada para a produção. Ele servia, em alguns casos, também para a sua satisfação libidínica. Estas vinculações sexuais correspondiam perfeitamente à exploração do trabalho escravo e à dominação política e cultural exercida sobre ele.

Na família do senhor, o homem exercia a mesma dominação sobre a mulher e os filhos. "Mas, naquele tempo, coitadas elas não mandavam, eles é que mandavam em tudo. Elas [...] tinham que ficar quietinhas. [Se elas os traissem] aí eles iam querê mandá matá, né." (Anexo, p. 30) Osvaldina explica como era a vida da filha dos senhores através da memória de sua mãe: "Minha mãe tinha escravo. Ela tinha quem Os pais dela eram rico. Ela tinha escravo. Ela tinha quem desse-lhe banho, quem lavasse a roupa. Eram grandes, até 12, 13 anos eram bebês. [...] as escravas lavavam, trocavam de roupa. Pelo menos ela me contou. Cansou de contar." (Anexo, p. 296)

A família do senhor era institucionalmente constituída. O problema não estava na possibilidade de relação entre brancos e negros, mas na forma como isto era realizado. Era a prática da dominação ativa em todos os sentidos. A exploração econômica e a dominação política e cultural determinavam a exploração sexual.

2.2.3.2 - A vida sexual e a família dos escravos.

[...] quase tudo era, o cara amaziado como dizem por aí, né. (Armando p. 87)

"[Para namorar] não tinha muita folga, só quando saia os patrão que eles ficasse..." (Anexo, p. 86) Desde o namoro, começava a repressão. Se o par não mantivesse oculta a sua relação, o resultado podia ser o castigo.

Não, o véio tava robando! Tal de Tobia, um homem grande!! [...] E, forte e ela uma cabrochinha [...] usava aquele vestido parecia beduina, grande! Mia bisavó Ingérica [Angélica] Então, ela contava aquelas história. E aquela história, que eu sei, eu vi ela contá. Qué dizé que não tinha direito a namorá, não tinha [...] tinha que sé o que o sió, o nhonhô queria! [...] Era dos Ferrera. [Quando foram descobertos] apanharo muito. Talvez o nego véio com toda a certeza foi pro tronco [...] E isso que era nos últimos tempo do cativoiro noé [...]¹⁰⁶

interferência da família senhorial sobre a vida sexual e familiar dos escravos era tão séria que determinava profundamente a família dos cativos. A historiografia que trata do assunto em base a documentos escritos revela um baixo percentual de famílias de escravos, estáveis institucionalmente constituídas. Os depoimentos confirmam a mesma realidade, à medida que mostram também a profunda interferência sobre a vida sexual dos escravos. Para os senhores e para as senhoras, o escravo era uma mercadoria, uma máquina utilizada para a produção. Ele servia, em alguns casos, também para a sua satisfação libidinosa. Estas vinculações sexuais correspondiam perfeitamente à exploração do trabalho escravo e à dominação política e cultural exercida sobre ele.

Na família do senhor, o homem exercia a mesma dominação sobre a mulher e os filhos. "Mas, naquele tempo, coitadas elas não mandavam, eles é que mandavam em tudo. Elas [...] tinham que ficar quietinhas. [Se elas os traissem] aí eles iam querê mandá matá, né." (Anexo, p. 30) Osvaldina explica como era a vida da filha dos senhores através da memória de sua mãe: "Minha mãe tinha escravo. Os pais dela eram rico. Ela tinha escravo. Ela tinha quem desse-lhe banho, quem lavasse a roupa. Eram grandes, até 12, 13 anos eram bebês. [...] as escravas lavavam, trocavam de roupa. Pelo menos ela me contou. Cansou de contar." (Anexo, p. 296)

A família do senhor era institucionalmente constituída. O problema não estava na possibilidade de relação entre brancos e negros, mas na forma como isto era realizado. Era a prática da dominação ativa em todos os sentidos. A exploração econômica e a dominação política e cultural determinavam a exploração sexual.

2.2.3.2 - A vida sexual e a família dos escravos.

[...] quase tudo era, o cara amaziado como dizem por aí, né. (Arnando p. 87)

"[Para namorar] não tinha muita folga, só quando saia os patrão que eles ficasse..." (Anexo, p. 86) Desde o namoro, começava a repressão. Se o par não mantivesse oculta a sua relação, o resultado podia ser o castigo.

Não, o véio tava robando! Tal de Tobia, um homem grande!! [...] E, forte e ela uma cabrochinha [...] usava aquele vestido parecia beduina, grande! Mia bisavó Ingérica [Angélica] Então, ela contava aquelas história. E aquela história, que eu sei, eu vi ela contá. Qué dizé que não tinha direito a namorá, não tinha [...] tinha que sé o que o sió, o rnonhô queria! [...] Era dos Ferrera. [Quando foram descobertos] apanharo muito. Talvez o nego véio com toda a certeza foi pro tronco [...] E isso que era nos últimos tempo do cativeiro noé [...]¹⁰⁶

Os depoimentos indicam que, devido ao pequeno número de escravos das estâncias, as escravas dormiam separadas dos cativos, numa repartição junto à própria casa do senhor. Isto possuía a finalidade de limitar a vida sexual dos escravos. "Ah, separado, tudo isso é... Era dentro lá da, da casa do patrão... E a negrada tudo num garrão pra fora, tudo por lá." (Anexo, p. 87) A vida sexual dos escravos ocorria à revelia do casamento. "[...] quase tudo era, o cara amaziado como dizem por aí, né." (Anexo, p. 87) Maria Filomena é explícita: "Ah, lá não se casavam. Se amigavam, juntava uns com os outro, faziam relação lá entre eles, mesmo que animal e tiravam produção pra té escravo na fazenda." (Anexo, p.274) "Ela contava o período que ela [...] procuró construi família que teve encerrada num quarto e um véio. Conheci muito o véio, me lembro muito dele, ficava na otra peça [...], começô aquela construção que inclusive eu só daquela...Né..." (Anexo, p. 176)

Sem a finalidade da reprodução, os escravos não podiam ter filhos. "Eles não tinham filho, nem podiam. Deus o livre se eles notassem se uns escravo tavum namorando. Nem pudiam. Deus te livre!" (Anexo, p. 19) Qualquer criança que nascesse desta relação, tornava-se escravo. "Ah ficava um escavinho. Mas já tinha que se criá naquele leme ali, conforme os outros. [...] As veis os escravos pegavam assim uma escrava e faziam mal, né. E tinha aquele escravozinho ali, né. E ficavam." (Anexo, p. 24) A depoente Alice acrescenta: "Ah, de vez em quando aparecia um negrinho na senzala. [...] E quando nascia já ficava escravo mesmo. [...] não tinha nome, não tinha certidão." (Anexo, p. 30)

Percebemos que, na maioria das vezes, a gravidez era castigada. O filho da escrava se tornava escravo. Não havia uma reação condescendente com a grávida. "Principalmente se elas ganhavam filho...! Ih, se arvorotavam com aquelas negra que ganhavam filho. Elas passavam trabáio." (Anexo, p.218) A semelhança de outros, este depoimento coloca-se em contradição à tese da reprodução de escravos. "Ah, tinham filho na senzala, mas aí eles eram muito judiado. Quando os sinhôs descobriam que elas estavam grávidas, coitadas, faltava só se escondê chão-adentro pra escondê aquela criança e os negrinhos já nasciam escravos." (Anexo, p. 28) "As veis ficavam brabo, otras veis eles queriam porque iam morré, e eles matavam." (Maria Filomena p.274)

Teria havido casos, devido a circunstâncias desconhecidas, em que o escravo era levado à morte por ter engravidado uma escrava. Osvaldina narrou um fato concreto em que o escravo Eusébio, da fazenda Santa Eulália, foi espancado e morto. "Foi de apanhá, de apanhá. Foi quando ele se meteu lá [...] que deram tanto nele! Foi quando ele se meteu com a escrava e ela focou grávida, então eles agarraram, bateram nele até que o mataram." (P. 301) E Maria Carolina reafirma que o escravo podia ser castigado e morto por causa da gravidez de uma escrava. (Anexo, p. 249)

Os escravos dos quilombos também se juntavam. O casamento formal podia denunciá-los. Isto ocorreu com os avós maternos de Alice Ribeiro Vargas. (Anexo, p. 28) Segundo Armando, os escravos

não casavam, se amasiavam: "[...] quase tudo era, o cara amasiado [...]" (Anexo, p. 86) Mesmo juntados, os casais não podiam viver em liberdade esta relação. Os encontros passavam a ser fortuitos e escondidos. "Se juntá se juntavam. Mas não podia vivê assim caritavelmente, como se diz." (Anexo, p. 313)

O Levantamento Estatístico da Província, em 1848, revelou que em relação aos 1270 casamentos de pessoas livres, houve somente 58 casamentos de escravos, uma porcentagem de 4,37%. De julho de 1858 a dezembro de 1859, a relação foi de 2 602 casamentos livres por 94 casamentos entre escravos. Naquele período, em Porto Alegre a relação foi de 207 a 0.¹⁰⁷ No interior da região em estudo, certamente a porcentagem de casamentos de escravos era bem inferior. Não terá sido nula porque, de vez em vez, um padre passava pelas fazendas para atender as exigências religiosas da população. O freqüente concubinato explica, em parte, o costume de não submeter os escravos à cerimônia matrimonial. Emilia Viotti pergunta se esses índices indicam falta de interesse dos escravos ou se eram as dificuldades de legalizá-los que impedia tanto o casamento dos escravos. Nas condições de vida da senzala, prevalecia um sistema de uniões livres. Levanta a hipótese de que o baixo número de mulheres em relação aos homens estimulava as vinculações temporárias. Certamente o não direito sobre os filhos também estimulou tal medida.

Em relação à família, há depoimentos que afirmam a existência de casamentos. "Não, era muito raro o que casava." (Anexo, p.226) "[...] era muito escasso". Gentil Moraes afirma que os escravos podiam casar". (Anexo, p. 126) Neste caso, os filhos tornavam-se escravos. (anexo, p.274) "Não escapava da escravidão." (Anexo, p. 239) Segundo Armando Soares, os escravos não casavam por escravidão, mas faziam casamento religioso. (Anexo, p. 87) O casamento podia ser celebrado por um padre que passasse na fazenda (Anexo, p. 86) ou realizado no interior da senzala com rituais e preceitos da religião de origem africana. (Anexo, p. 337) Ao que parece, os depoimentos indicam que a maioria das uniões de escravos era natural e nas condições de vida que restringiam as possibilidades de contato. Os casais se amigavam. A afirmação mais incisiva esclarece: "No tempo do sinhozinho não, ninguém casava. [...] Eles tinham filhos porque eles arrumavo lá, mas [...] ninguém falava em casamento." (Anexo,p. 249) A historiografia é suficientemente clara ao afirmar, em bases estatísticas, a baixíssima porcentagem de matrimônios entre escravos. Os depoimentos não contradizem o fato porque indicam as modalidades de união que eram realizadas.

Diria Emilia Viotti da Costa, levando em conta o caráter contraditório dos dados: "[...] estamos longe de conhecer a organização familiar dos escravos no Brasil."¹⁰⁸ Com estes elementos, percebe-se que, a princípio, em forma geral, não era permitida a família para os escravos. Os interesses eram principalmente econômicos. Há autores que afirmam, inclusive, que

¹⁰⁷WEIMER, O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Op. cit., p.19-20

¹⁰⁸VIOTTI DA COSTA, Da Senzala à Colônia. Op. cit., p.45.

com uma vida afetiva insatisfeita o escravo perdia de fortificar-se como pessoa e reagir contra a opressão. Segundo Ginter Weimer, o impedimento do casamento foi um dos motivos mais frequentes para a fuga. Os fatos parecem confirmar: Os avós de Alice, quando perceberam que se amavam, juntaram forças suficientes e coragem para fugir e serem livres. (Anexo, p. 26)

Al o meu avô tava na mesma senzala que a minha avó. Al eles se gostavam cas não tinham aquela cusadia de namorá, nem de falá em casamento, nem nada. Al então um dia... tinha um baile... Al então eles pediram pra í ao baile. Eles não queriam deixá. '-Não, mas nós vaso ao baile.' Al foram ao baile e lá do baile eles deixaram os cavalo amarrado, prontinhos pra eles fugi. Se embrenharam nos mato assim, até que vieram pará numa colônia e lá que eles ficaram escondidos por muitos anos lá. Nunca puderam casá porque não podia aparece os nos deles nem nada né.¹⁰⁹

Em relação à família do escravo, talvez fosse necessário investigar com maior profundidade a cultura familiar das comunidades africanas e o seu modo de encarar a vida sexual, a virgindade feminina, a paternidade. Um novo âmbito de compreensão do escravismo poderia ser aberto através destes estudos.

2.2.3.3 - A vida sexual na casa grande-senzala.

[...] e eles escolhiam, escolhiam aquelas mais linda. Então aquelas trabalhavam lá dentro da casa porque eles... se serviam delas também." (p.59)

São variados depoimentos que atestam o abuso e o prevalecimento sexuais do senhor e de sua família sobre as cativos. O resultado disso foi uma miscigenação crescente. "Claro que se aproveitava. Por que o sinhô era o pai do meu avô? [Era filho] do sinhô e da escrava. De uma escrava muito bonita até, por sinal, a mãe dele, a minha mãe chegou a conhecê ela." (Anexo p. 30) "[...] o sinhô do meu avô, por parte de mãe era da família Ferreira, daqueles lá de São Lourenço. [...] a mãe se assinava Ferreira." (Anexo, p. 30) O filho nascido desta relação com a escrava foi assumido pelo pai e não se tornou escravo. Tinha o seu lugar na casa. Muitas vezes, o destino era diferente para quem nascia nessas condições. E o caso de uma irmã de Maria Luiza Cornelies. Sua mãe teve uma filha com o sinhô. Não viu a filha ao nascer e tampouco depois. A menina, de pele branca, foi imediatamente enviada a Pelotas para ser criada por uma família de senhores que a adotaram. (Anexo, p. 226)

O depoente João Rodrigues caracterizou esta relação como prevalecimento do senhor sobre as escravas. E acrescenta o que era

mais comum ocorrer com os filhos desta relação: eles se tornavam escravos. "Nasciam meio mulato. Uma cor diferente. [...] E, meio misturado. [...] [Após a Abolição] E, lá na ... esse velho, finado Avelino Prestes, dexô um bocado de filhos, o gaudério! Com outras mulher. Ele tinha muito agregado." (Anexo, p.179) A tendência ao mesmo tipo de exploração permaneceu depois da libertação dos escravos. Armando reafirma o surgimento do mulato destas relações onde o senhor se aproveitava das escravas. (Anexo, p.86)

Segundo Antenor Silveiras, as escravas 'especiais' eram as preferidas do senhor: "Aqueles especial que eram pro trabalho lá dentro de casa [...] e eles escolhiam, escolhiam aquelas mais linda. Então aquelas trabalhavam lá dentro da casa porque eles... se serviam delas também." (Anexo, p. 228) Os filhos que nascessem desta vinculação tornavam-se escravos. Ou então: "Aí ele precisava daquela escrava na noite ele dizia: '-é esta, passa lá pro meu quarto.' Ela tinha que passá." (Anexo, p. 60) Nestas expressões, entrevemos a elaboração atual dos conteúdos memorizados a respeito do passado.

Uma escrava grávida do senhor podia morrer por ação da 'sinhá' (Anexo, p. 146) É provável que tenha existido casos de concubinato da esposa do senhor com um dos seus escravos. Os depoimentos seguintes parecem pertencer à esfera da fantasia do depoente, porque não tem suporte em nenhum indicativo que aponte esta realidade na região em estudo. "A sinhá ela também tinha o escravo dela, aquele que ela gostasse, também tinha o dia do negro [...] Passá a noite com ela. Isso aí. Senão saiam pros mato, eles io levá elas na cachoeira, onde tinha água corrente. Então, ele chegava lá, ela chegava lá, mandava ele tomá banho, se lavá bem lavado pra depois veraniá lá no mato..." (Anexo, p. 59) Da mesma forma, não tem sustentação a idéia de que o senhor ficava com a escrava na sua primeira noite de casada. Sabemos que o casamento era praticamente inexistente entre os escravos "E no otro dia o nego tinha que tá disposto a falá com eles. E a negra, e a negra, primeiro tinha que sê ele, que é pra depois sê os outros. [Se ela ficava grávida] mandava botá fora." (anexo, p. 366) "Mas é que quando a moça se formava, primeiro era o sinhô. [...] E quando a nega não queria, mandava chibatá a nega." (Anexo, p. 365)

Os pobres também estavam sob o risco de se tornar escravos. Osvaldina Silveiras mencionou sobre os brancos pobres que viviam, se vestiam, se alimentavam e trabalhavam como escravos. "Ora, se era pobre virava escravo. [...] porque sendo pobre virava escravo." (Anexo, p. 127) Houve um caso de mulher desamparada porque o marido morrera na guerra - provavelmente de 1897 - e que foi submetida a uma espécie de servidão pelos adversários de seu ex-marido que acabaram usando-a sexualmente. "[O dono] se aproveitava dela, se aproveitava. [...] Ah, ela contô que logo nos primeiros tempo ela sofreu muito, porque ela não queria se entregá, mas depois ela viu que, que era bobage não se entregá, o que é que ele queria pra ela não té que apanhá mais. [...] teve oito filho [...] Tinha um que tinha apelido de 'pena'." (Anexo, p. 61)

Os filhos do senhor com a escrava podiam viver na casa do pai, porém, dificilmente teriam os mesmos privilégios dos filhos

'legítimos'. Haviam os que eram abortados, os que eram mortos, os que eram escravizados por serem filhos de escravas e havia os que se tornaram peões do senhor. Perguntamos a Dario da Silva se eles recebiam parte da fazenda em herança. Respondeu: "Não. Parte de quê?!... Não ganhavo, pois naquele tempo não davvo. [...] Trabalhavo tipo pião." (Anexo, p. 108-109)

Os variados aspectos que envolvem a questão da família, em síntese, parecem resultar do escravismo, como sistema dominante, que, por diversos motivos, principalmente econômicos, não permitia a formação institucional de famílias de escravos. O concubinato era a mediação pela qual o senhor relativizava a força dessa união aos interesses de exploração máxima da mão-de-obra escrava.

2.2.4 - Aspectos do Lazer.

2.2.4.1 - Lazer dos senhores.

"Mas patrão, o que era bom fazia mal." (Arando p. 87)

O lazer dos senhores representava praticamente a supressão do lazer dos escravos. Havia possibilidade de ócio para os senhores porque tinham os escravos trabalhando permanentemente. Na zona rural da região, os senhores divertiam-se com carreiras onde apostavam dinheiro e reuniam a população em determinadas localidades. Os escravos compareciam para atender as necessidades das senhoras e crianças, para preparar o alimento em cozinhas improvisadas embaixo de árvores, para auxiliar os seus senhores no cuidado com as cavalgadas, para auxiliar como *jokeis* nas corridas de cancha reta.

As famílias dos fazendeiros costumavam visitar-se e nestas ocasiões eram servidos pães, cucas, doces e guloseimas. O chimarrão ou o mate-doce não eram dispensados. Aqueles que possuíam piano, deliciavam-se em ouvir a apresentação das mulheres ou filhas. O piano foi introduzido aos poucos nas estâncias mais abastadas da zona rural. Pequenos bailes ou saraus familiares eram realizados onde dançavam ou levavam uma escrava para ensinar a seus filhos a dança.

Negrta que era bem criada, nega de casa... Ensinava os filhos deles a dança. Então... eles mandava eles fazê baile nos garpão deles, i aí iam pra porta com a família ouvi. Gostavam de vê a negrada dança! E os guri dançavam... [...] até as mié, as guria, né... Não, pega essa guria pra ensiná a dança e eles... e ela ali dançando com tudo ali. Mas aquilo tinha uma hora marcada, umas duas horas ou três. Não, agora vem menina, vamo pra dentro. E as nega tudo fechada lá pra dentro. Aí ficava os nego tudo no galpão lá dormindo.¹¹⁰

Os escravos podiam ser convocados a cantar para divertir os senhores visitantes conforme descreveu Osvaldina. Nas estâncias da região mais interiorana, às vezes a família do senhor ia para a senzala ou para o galpão para apreciar as danças, músicas, batuques e cantos dos escravos. "Dia, essa vida diz que era apertada. Se o patrão dava [licença para os escravos saírem a se divertir?] Não! Mas patrão que era bom fazia mal. Nos galpão. Ia com a família, via eles dançá lá, né. E gostavam de vê negrada dançando de pé no chão, tudo... E elas também né. Então, eles dançavam, mas em casa deles só." (Anexo, p. 87)

Alguns senhores permitiam aos seus filhos brincar com os filhos dos escravos. "Brincavam! [...] Aí tinha seus subalternos pra brincá com eles. [...] E, mas era muito cheio de coisa, não podiam tocar-lhe nem com um dedo noé... Ah, já tavam judiando, já..." (Anexo, p.225) Os senhores viajavam para as vilas e cidades em função de negócios ou por lazer. Os fazendeiros mais próximos da cidade deveriam sofrer mais fortemente sua influência. Nem sempre, contudo, a diversão do senhor era inocente. Vários depoimentos indicam um hábito macabro de eliminar os escravos indesejados. Alvo desta atitude seriam principalmente os escravos que apresentassem maior resistência ao senhor e ao sistema. Segundo tradição muito divulgada na região, o escravo era obrigado a montar um bagual bravo ou um cavalo xucro. Solto, com o animal à disparada, o cativo era alvejado pelo senhor. Se não fosse atingido podia ir embora. O tiro seria quase sempre certo. Esta tradição contraria a realidade do sistema escravista que era certa preocupação na conservação da mão-de-obra para a produção, uma vez que era mercadoria comprada e que custava aos senhores.

2.2.4.2 - Lazer dos escravos.

Ah tinha. Tinha, tinha diversão. Mas não pra eles, eles cantavam pros brancos dançá. (Osvaldina p. 313)

"Os escravos não tinham baile! [...] Os escravos não tinha [diversão]. Não tinha. O meu pai cansou de dizê. " (Anexo, p. 313) "Eram escravo. Eram criação deles. E aí o escravo não saia pra lado nenhum. Era só pra roça, pro trabalho." (Anexo, p. 227) Parece demonstrado que o escravo tinha pouca diversão. Nos casos em que havia alguma festa, danças, isto ocorria na senzala ou próximo a ela. Lembramos que em outros momentos os depoentes falam das danças, das gaitas e outros instrumentos musicais. "Faziam festa pra eles lá na senzala. [No dia da festa ganhavam] só ropa, o carregado eles ganhavam, as coisa pra festa. [...] Aquele que era caprichosos atendiam melhor os patrão e, aí aqueles recebiam. No fim do mês recebiam o seu ... os seus troquinhos." (Anexo p. 227) Esta pequena remuneração guarda o importante significado de reconhecimento do senhor pelo trabalho e dedicação do escravo. E certamente lhe permite criar um vínculo de comprometimento do escravo com os seus desejos e suas ordens.

Outros depoimentos reforçam a idéia de que os escravos, pouco ou nada se divertiam. "O negro tinha vez pra nada. [...]"

Escravo muito pouco se divertia." (Anexo, p. 190) "Oia, divertia, tinha baile." As vezes, o cativo era convocado para cantar nas festa do senhor para a familia do senhor se divertir. Parece exagerada a afirmagão do depoimento que afirma que algum escravo podia tocar violão, violino ou bandolim." (Anexo, p. 313)

As vezes, os escravos se reuniam no matto do mato para suas danças e batucues. Outras vezes, iam a cavallo para os bailes mais distantes da fazenda. Esta foi a oportunidade para alguns fugirem. A diversão deles era se junta à noite ai, quando podia, canta e dança, né." (Anexo, p. 367) Segundo Maria Erclia: "Oh, dançavo, fazia cada baile [...]". (p. 265) O depoente lidibrando informa que o escravo não tinha diversão, só trabalho. "Algun podia sai, fugido." (Anexo, p. 156) Outros então: "Quando os patrão iam vida, não sei pra onde, diz que aquelas nega que tinham montaria, mudavam [...] iam lá pra Camarguê, dançavam a noite inteira que se espatifavam [...] e aquela moçada que dançavam e se divertiam enquanto o senhor não chegava. [...] Aí os véio que tavam cuidando a fazenda, não saia nada da boca deles." (Anexo p. 279) Percebesse que ha variados níveis de tolerância dos senhores desde a proibigão até uma razoável permissão.

Allice R. Vargas confirma a realizagão de bailes escondidos: "Nã, eles tinham aqueles baile escondido lá pro outro lugar que tinha escravo, por aquelas senzalias lá eles se reuniam e faziam baile." [...] no matto, da senzalia longe da casa, né, pra não fazer barulho. Eles faziam baile e dançavam. [...] Era só ali na senzalia, assim, no matto, aqueles empalixado que eles faziam, aqueles arêto embaixo das árvores." (Anexo, p. 30-31) O empalixado parece ser o tapume de estacas fincadas na terra, construido para realizar bailes e batucues. Apòs o cativo, existiu por muito tempo o baile de ramada feitos pelos descendentes de escravos.

Outras vezes, as casas de uma grande área de construgão, permitiam que os escravos tivessem suas diversões. Segundo depoimento, o ruar de tambores ajudaria a intimidar os senhores. Isto abria espaço para o senhor "tolerar" os divertimentos dos escravos. O aspecto confliivo se mantinha na presença de um vigia que alertar qualquer aproximagão do senhor ou de seus guardas. Os terreiros de batucue e umbanda mantiveram o costume de vigia até que os cultos afro-brasileiros foram permitidos e os centros organizados em federações oficializadas.

Elas contava como era. Eles fazia baile e toda noite eles dançavo e coão, fazio churrasco, fazio banquete e, os patrão ficavo com medo. Eles assustavo primeiro a filha, né! E naquela época bem, também as casa eram aquelas casa, tinha uma quadra quase, né [...] Aquilo era uma enorme duna casa, os escravo podia fazer baile porque daqui lá do outro lado da rua não ouvia eles dançã, não fazendo muito barulho podiam dançã à vontade. Tinha um sempre de guarda pra vé o movimento, né [...] Eu conto o que as velha contavo, né. [...] Então, eles faziam baile. Houbavam os cavalos, iam pra ótra [senzalia]... Se reuniam tudo de noite. E de noite então eles lavavam bem lavadinho os cavallo, escovavo, secavo e no outro

dia o cavalo do senhor parece que não tinha sido encilhado.¹¹¹

Para seus bailes e danças, os escravos usavam alguns instrumentos. Alguns de origem africana e muitas vezes fabricados no improvisado, outros, de origem européia a respeito dos quais o negro, segundo parece, tinha facilidade de aprender. "Eu acho que era aquelas flauta, que eles tinham, que eles faziam aquelas flauta de bambu e eles tinham aquelas festa deles pra se diverti os coitado. E gaita de boca, [...] as flauta, que usavam muito era as flauta naquele tempo. [...] Eles fabricavam flautas. Eu conheci um velho que morava em São Lourenço, mas tocava uma flauta de bambu! [...] Mas ele cansava de dá serenata [...]." (Anexo, p. 91) Segundo Osvaldina, os escravos tocavam, em certas casas, o violão, a gaita, o violino, o bandolim, a rebeca e o tambor. De qualquer forma apresenta-se nestes depoimentos a visão da musicalidade do negro.

Rebeca ela é assim [...] feitiço de uma cuia, fininha pra cima e fininha pra baixo. Então ali... Os nego é qua faziam a tal de rebeca. [...] essa rebeca vinha da Africa. [...] Lá eles tocavam a rebeca, o violão e um tambor. Para o tambor eles matavam um cordeirinho, tiravam o coró inteirinho e depois botava a secá aquele couro e deixava secá. Então botavam naquelas barrica de erva que vinha antigamente. [...] Então botavam na volta, um arco de barril pra apertá, pra fazerem o tambor. Era feito assim, o meu pai cansou de contar. [...] Os negro tocavam pros branco dançá.¹¹²

E acrescenta que eles se lavavam, vestiam uma 'gandola' limpa em calçavam tamancos de escravos feitos de couro cru. (Anexo, p.314) A gandola dos senhores era uma peça que substitui o capote dos militares. Roupa semelhante era usada pelos escravos nestas ocasiões e para servir as visitas do senhor.

Na infância, os filhos dos escravos brincavam até que tivessem condições de realizar pequenos serviços em torno da casa do fazendeiro. Os adultos passavam a maior parte do tempo trabalhando e as condições físicas não permitiriam muita energia para a diversão e o lazer. O cuidado dos senhores para que os escravos não se reunissem, mesmo na diversão, era para impedir a possibilidade da resistência organizada. Por isso, os escravos fugiam e se encontravam inclusive com os cativos de outras senzalas. Analisada com maior profundidade, a recreação pode ser considerada um âmbito de resistência contra o sistema. O sistema, por sua vez, pode transformar as distintas formas de lazer em alienação.

Qual razão para situar os batuques a nível da recreação, quando são reconhecidamente atos religiosos? O batuque é celebração religiosa e festa. Não há propriamente separação real na perspectiva das culturas africanas e na sua visão da história.

¹¹¹ANEXO, p. 3.

¹¹²ANEXO, p.313-314.

... tudo, todo teve um momento originário onde as coisas, os homens e toda a realidade foram criados na sua modalidade perfeita e definitiva. No transcurso da história, o homem e a sociedade se adaptaram. O ato religioso, ritualizando principalmente os mitos da criação, permite colocar o mito em ação e reorganizar o homem e a cultura de acordo com o modelo primitivo. O mito ritualizado tem uma força mágica de renovar o homem e a sociedade. Por isso, para as comunidades africanas, recrear-se é recriar-se, rearticular-se de acordo com o modelo originário e definitivo. Quem separa a religião e o mundo ocidental desenvolvido que a identifica com o trabalho, a função de trabalho. A ausência de trabalho só é possível nos senhores que tem seus escravos que trabalham. Para os escravos, o elemento articulador da vida e da história, positivamente, era a religião. Neste sentido, pode-se afirmar que eles encontraram em suas crenças elementos efetivos de resistência. Na visão dialética marxista, acredita-se que o trabalho e a resistência são os elementos articuladores da vida e da história.

2.2.5 - Aspectos Religiosos.

2.2.5.1 - A religião dos senhores.

"Uns tinham, outros não tinham. Uns gostavam de religião, outros não gostavam. A religião era muito pouca, tudo." (Luiza Bonelles p.227)

Em resumo, a religião, no tempo da escravidão, era muito pouca (Anexo, p. 227). No capítulo introdutório, havíamos afirmado que as distâncias das residências, as poucas vilas, o escasso número de religiosos fez com que a religião, da cristandade portuguesa, se diluísse com o tempo. Poucos senhores da religião, e suas famílias, costumavam ter um oratório em sua casa ou o hábito mesmo de rezar em qualquer ocasião do dia. Esta é uma distinção que podemos fazer dos hábitos dos senhores do açúcar, do ouro, do café e do gado do centro e do norte do Brasil, onde a devoção religiosa era um hábito muito mais enraizado. O desenvolvimento das charqueadas, o comércio com a Europa, a apreciação da cultura francesa permitiram que aos poucos entrassem ideologias liberais anticlericais. O liberalismo era assimilado por estudantes que frequentavam universidades europeias. A maçonaria instalou-se em feitorias em Rio Grande nas primeiras décadas do século XIX. Ao que parece, alguns fazendeiros do interior também se integraram neste anticlericalismo. Em sua maioria, talvez, os estancieiros não tinham religião alguma.

Alguns aderiam às crenças dos escravos: "Mas eles acreditavam, os patão... tinha alguém que acreditava e que se juntavam." (Anexo, p.87-88) Outros, tornavam-se temerosos diante daquilo que consideravam magia e feitiçaria.

Outros diziam: "óia, esse nego aí é 'intendido' esse nego... Ele tem saber, pra ele principalmente ele tem." Diz que eles diziam uns com os outros: " - (...) é mas eu tenho tal nego lá que eu não posso com ele não." Já o otro aqui, o patrão, já dizia: " - se tu não pode lá com ele então eu aqui acho que também não. Que esses nego que são intindido mesmo, tendo sangue de mina; óia, esses nego não são brinquedo. Já ouvi dizê que (...) munta num bagual que tinha matado muita gente. Não deu um pulo... Nego intindido." "Não, então deixa esse nego pra lá." 115

Paulino reafirma que alguns senhores assumiam a religião dos escravos: "Bom, ali ele escolhia uma religião que, esse preto João, o caboclo, o ancu, tem tudo isso. Escolhiam uma religião daquela".

Alguns estancieiros eram cristãos católicos e os escravos seguiam a mesma religião. Segundo Osvaldina Silveira, os charqueadores em Pelotas perseguiram com a polícia as manifestações religiosas dos escravos. Era proibido inclusive falar qualquer coisa a respeito. Esta perseguição continuou após a escravatura. Ao que parece, as religiões africanas não tiveram condições de sobreviver no interior: "Ficaram pra trás, se perderam por causa que só a católica que se ouviu." (Anexo, p. 316) Questionada a respeito da existência dos centros e das religiões africanas em Pelotas, Osvaldina esclarece: "[Vieram] sim, mas depois, de Porto Alegre, da Bahia, pra cá não tinha essas coisas home, tanto não tinha que Deus o livre que a gente ia falá uma coisa dessas. Se a polícia descobria isso terminava a pau. (...) não se dizia essas coisa de batuque, essas coisa não se dizia." (Anexo, p. 316) A coisa de batuque, essa coisa clandestina da religião com a sua depoente identitica a prática clandestina da religião com a sua não-existência. Se era perseguida confirma-se a sua existência.



Foto - 30 - Pequeno oratório utilizado na casa dos senhores. Estância de Geraldo Vieira. Segundo Distrito de Piratini. Foto do autor.

2.2.5.2 - Religião dos escravos.

A respeito da religião dos senhores e dos escravos, a maioria dos depoentes diverge conforme foi a experiência dos seus antepassados. Isto permite termos uma visão melhor da realidade religiosa. Assim como os senhores, a questão religiosa também variava entre os escravos. Alguns não tinham religião, outros eram cristãos e deixaram de lado suas religiões originárias, outros mantinham suas crenças religiosas e tinham representantes que eram caracterizados como feiticeiros, curandores, denominados 'entendidos'. Algumas crenças eram toleradas, admitidas ou até assumidas pelos senhores. Outros senhores perseguiram ou temiam suas manifestações religiosas.

Osvaldina afirma que eram católicos e seguidores da religião do senhor porque ele era católico e reprimia a religião africana. E a memória de seu pai que fora escravo na fazenda Santa Eulália. Alice afirma o contrário: "[Escravo] Não tinha. [...] Depois é que mudou. [...] Mas naquela época do meu avô não tinha nada disso. [...] Eles depois que saíram da senzala que eles ficaram mais civilizado é que eles conseguiram fundá esses candomblé, do preto velho, de escravo mesmo. Os escravo mesmo é que eram dessa religião. [...] porque o meu avô não conhecia nada, nada de uma religião, nem nada." (Anexo p.32) Possivelmente havia escravos que não seguiam nenhuma religião.

Armando afirma que os escravos eram católicos, seguidores da religião do senhor. "Eu sei que pegaram a sabê disso e acreditaram também nessas coisas do patrão também né... Então eles seguiam aquilo, né." (Anexo, p. 38) Ao mesmo tempo, fala dos negros 'entendidos', considerados feiticeiros pelos fazendeiros e em torno dos quais se mantiveram alguns mitos até hoje.

Então teve um, um homem que era muito mau, e tinha um crioulo que era dos mina, era nego de coragem, dos entendido e tal. Então ele mandô, chamô, diz '- dêem de coxê pra esse nego e leven lá pra castigá ele, porque ele é nego mal criado. Ele passô na frente da mia casa, não me cumprimentô neo cosa nenhuma. [...] eu vô me deitá agora, na cama, e não para de dá nesse nego sem eu mandá dizê que pare lá.' Mas no primeiro laço que diz que derô lá, diz que rolou-se na cama. E seguiram batendo no negro lá no piquete. E seguiram batendo no negro lá no piquete, na árvore que tava pendurado e esse home diz que dizia: '-Barbaridade mas o que é isto?' [...] Mandô a mulher botá três acolchoado por riba dele e ele gritando: '-Não posso mais. Não, mas decerto é esse nego lá, diz que soltem isso!' [...] tapado aqui na cama e o laço tinindo nele lá e ele cá na cama sentia mais que o nego tava apanhando. Ele mandô solta [...] Nunca mais encherô o nego. O nego se foi embora e ele também ficou calado, riscado a laço na cama. [...] pois é, diz que era dos nego entendido [...]"¹⁴

Armando Soares fala também de outro 'entendido' que imobilizou um baquai kucro que o senhor havia utilizado para acabar com a vida de escravos que foram obrigados a montá-lo e expor-se à sua mira. (Anexo, p.38)

Alguns escravos aprendiam a rezar. "Era a religião católica. [...] Rezavam Pai Nosso, Ave Maria, Creio em Deus Pai. [...] Ninguém comia, ninguém bebia sem rezá, tanto os escravos como os filhos do sinhô. [...] Antes de trabalhá, rezavam [As religiões de origem africana] ficaram pra trás, se perderam por causa que, só o que se ouviu." (Anexo, p. 316) Maria Ercília indica o sentido ideológico da religião dos senhores, exigida para os escravos: "Ah, mais servia. Comé que ero respeitados e Deus o livre que [...] um pizasse aquele que era da religião, ah, já aquele já era castigado [...]". (Anexo p.265) Se para alguns as religiões africanas eram esquecidas, outros, de outras senzalas as praticavam.

Zezé Ferreira tenta resumir a situação em que se encontrava a religião dos escravos e o modo como era encarada. Os escravos se reuniam com o seu grupo para a realização dos cultos. Dentre os fazendeiros, alguns apoiavam, outros não admitiam tais reuniões e entravam em conflito. Em lugar de tambores, podiam ser tocados o violão, a gaita de boca. De modo geral a religião não era aceita, por isso era camuflada. (Anexo, p. 368-369)

As religiões de origem africana não tinham muita oportunidade, tinham que ser camufladas. Paulino também afirma esta realidade. Perguntamos se os escravos com seus batuques tinham a ver alguma coisa com religião. "Ah, tinham. Tinha tamém. Mas só ali dentro. [...] tinha o chefe deles tamém, né." (Anexo, p.339) E Adair acrescenta: "Aquilo já vem trazendo desde aquela época. Aquilo, quem trouxe pro Brasil foi o escravo negro, negro mesmo. [...] Acho que faziam meio camuflado, né." (Anexo, p.5) Refere-se ao escravo vindo do Congo, tio Dolino, que era curandor e a crença de que ele curava câncer com ervas e transformava coruja em cobra debaixo de uma panela na Sexta-Feira Santa. (Anexo, p. 5)

Apesar da relatividade das descrições de Carl Seidler, ele retere-se a um ritual de batuques, às margens do canal São Gonçalo, onde foi convidado a participar de uma festa de casamento em uma venda de negros muito pobres.

Mal era meio dia, surgiram os esperados hóspedes, na maioria negros e mulatos em geral enfeitados de trapos multicolores e toda espécie de bugigangas, além disso trazendo máscara negra de papel, que aplicavam ao rosto, apenas com coberturas para os olhos e o nariz. Dois homens fortes carregavam um grosso pedaço de tronco oco, revestido de couro, no qual logo um deles entrou a bater com os pés como um tambor. Apareceram pouco a pouco outros instrumentos, de sons que casavam com o tambor e rompeu a música pela qual certamente teria manifestado respeito o próprio tambor-mor Rossini. Acompanhava a música um berreiro de alegria, muito pior que o de mil papagaios de floresta virgem brasileira e ameaçava romper-nos o aliás rijo tímpano do ouvido. Começou depois ao ar livre um baile, que regulava com a música e a cantoria. Imagine-se as mais detestáveis contrações musculares sem cadência, os mais indecentes requebros das pernas e braços semi-nus, os mais ousados saltos, as saias esvoaçantes, a mímica mais nojenta em que se revelava a mais cruel volúpia carnal - tal era a dança em que, desde o começo das graças se transmutavam em bacantes e fúrias. Ao mesmo tempo eram servidos constantemente cigarros de papel e grandes chifres cheios de aguardente de cana; e tanto os homens como as mulheres libavam tão abundantemente, que ao cabo de poucas horas a maior parte cambaleava, e mesmo caía, desnudando os baixos relevos de seu corpo. Verdadeiro ímpeto bestial dominava sem exceção

os grupos selvagememente abraçados, como uma mitologia índia-cristã, nem escapavam os donos da casa.¹¹⁵

Em obra comemorativa do centenário da cidade de Pelotas, Fernando Osório, em nota de roda-pé, publicou parte da carta que lhe enviara, provavelmente no final do século XIX, Thomás Costa, ex-delegado de polícia. A respeito dos batuques dizia a referida carta:

Batuques - Desde épocas muito remotas, a população africana aqui, então representada por alguns milhares de pretos, hoje raríssimos, todos os domingos e dias santos, do meio-dia à noite, exhibia-se em danças e cantigas usadas entre os gentios. O ponto dessa união era sempre a grande sombra de cinco de nossas frondosas figueiras, dispostas em amplo círculo que indicava o traço de um antiquíssimo curral, oferecendo, por essa amplitude, franca área e todas as condições para a diversão. Essa localidade é além do arroio Santa Bárbara, à esquerda da rua Riachuelo, entre a Manduca Rodrigues e o referido arroio. A hora acima indicada, do centro da cidade partia o grande grupo de africanos, cantando em altas vozes, ao som de rudes tambores, chocalhos, guizos e de estranhos instrumentos feitos de grandes porongos, revestido de elevado número de contas, búzios, pequenos caramujos e missangas. O vestuário era esquisitíssimo, constituído de tangas, turbantes, capacetes, mantos, tudo das mais vivas e mais variadas cores. À frente, vestido no mesmo estilo, seguia o Rei, por todos acompanhando até o lugar do batuque (*camdomblé*) como eles denominavam. Todo esse cerimonial era também executado nos velórios, assim como nos enterros até o defunto baixar à sepultura.¹¹⁶

Percebe-se neste relato que os batuques eram mais identificados com recreação e festa que a um cerimonial religioso. Por outro lado, confirma que as celebrações disfarçavam um ritual religioso africano, proibido e temido pelo homem branco. Observa-se também que os negros realizavam seus rituais religiosos exatamente no domingo à tarde, quando normalmente tinham suas horas de folga da longa semana de trabalho. Outro aspecto confirmado pelos relatos orais é que estes cerimoniais eram realizados em lugares isolados.

A historiografia não tem uma posição definida sobre o significado histórico, político e ideológico da religiosidade cristã articulada nas irmandades de negros escravos e livres. Para alguns, essa religiosidade pode constituir-se em elemento de resistência, conforme Katia Matoso, em *Ser Escravo no Brasil*, ou elemento de rearticulação ideológica da sociedade dominante, conforme Décio Freitas em *Escravos e Senhores de Escravos*. O autor esclarece que as irmandades de brancos exigiam limpeza de sangue para participar de suas irmandades. As irmandades *negras não* tinham a mesma exigência. Os brancos que participavam destas irmandades ocupavam importantes posições econômicas, políticas e sociais, o que revelaria o claro objetivo de dominá-las. A irmandade acabaria beneficiando o dono dos escravos e seus interesses à medida que atenderiam os escravos nas doenças e outras adversidades. A maioria negra livre que participava dessas irmandades, encontraria aí o meio de identificar-se à aristocracia branca.

¹¹⁵SEIDLER, Dez anos no Brasil. Op. cit., p.204.

¹¹⁶OSÓRIO, A Cidade de Pelotas. Op. cit., p. 174.

Zênia de Leon reproduziu o seguinte documento dos registros do Secretariado diocesano de Pelotas:

Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção e Boa Morte - No ano de 1829 a gente de cor, livre e cativo, formou a irmandade. [...] Por si e com esmolas, fez vir do Porto a imagem, e fizeram-lhes sempre festinhas no mês de agosto até o ano de 1835. Em 15 de agosto de 1847 se reuniam os irmãos que existiam dos antigos e com outros devotos fizeram festividades. O seu compromisso data de 25 de maio de 1851. Lemos em jornal da época: 'Tea esta irmandade muitos irmãos de gente grada do lugar, e sendo juiz o charqueador Manoel Soeiro Daltro, que despendeu cerca de um conto de réis em mandar vir da Bahia a imagem de Nossa Senhora da Assumpção de que fez a doação à Irmandade em dezembro fazendo também nicho envidraçado que a resguarda.'¹¹⁷

Ao que parece, a resistência dos escravos se realizava mais especificamente naqueles núcleos de convivência cultural que conseguiam relativa autonomia em relação à classe senhorial e à Igreja. O Jornal Correio Mercantil, de 15 de março de 1877, de propriedade do maçom Antônio Joaquim Dias, em tom de deboche, faz a ridicularização de um culto afro realizado por negros pobres, escravos e livres, no interior de uma casa à rua 3 de Fevereiro. O ato religioso foi dispersado com a invasão da polícia, os objetos sagrados lançados ao canal São Gonçalo e o casal dono da casa preso. Os comentários do redator à 'magia' como primitiva, exótica e perigosa. A classe dominante é contraditória enquanto tolera até certo ponto as manifestações religiosas dos negros. A própria Constituição do Império permitia a realização de distintos cultos. Porém, ao mesmo tempo, em jornais da época, são abundantes os relatos onde são presos em flagrante os praticantes de batuques, de feitiçarias.¹¹⁸ Os batuques e danças eram permitidos à medida que não prejudicassem o ritmo do trabalho e que não colocassem em risco o poder ideológico da cristandade manuseado pelos senhores juntamente com a Igreja.

No mundo da fazenda, no interior da região, quem se confrontava com os batuques e danças era o senhor. Parece que na maioria das vezes 'tolerava' esta prática à medida que ele também a temia ou não tinha meios de oprimi-la. Alguns aderiam, talvez como uma tentativa de apropriar-se. Outros reagiam e perseguiram os negros feiticeiros. As únicas informações que temos a respeito desses rituais foram fornecidas pelos entrevistados.

O espaço religioso foi um dos âmbitos em que os negros escravizados, oprimidos e esmagados pela poderosa classe senhorial, encontravam meios de rearticular sua resistência. O espaço religioso pode ser ambíguo à medida que pode alienar o sujeito da realidade ou pode oferecer-lhe elementos para enfrentar a realidade e superar a alienação. Qualquer ideologia política atual possui a mesma ambiguidade. O elemento articulador da vida

¹¹⁷DE LEON, Zênia. Negro e a Religiosidade aqui. In Cem anos de liberdade. Cem anos de igualdade. Jornal Diário Popular, Pelotas, 03/05/1988, p. 7); DE MELLO, Marco Antonio Lirio Mecanismos de resistência escravidão negra em Pelotas. 1840-1884. Pelotas: 1991.(datilografado).

¹¹⁸DE MELLO, op. cit., p. 49.

econômica, social e cultural era a religião, para a maioria das comunidades africanas.

Segundo Emília Viotti, a sobrevivência dos ritos africanos era maior nas cidades do que nas zonas rurais, onde a dispersão dos escravos de mesma origem era mais intensa, assim como as dificuldades de reunir-se. Nas confrarias de homens negros mantinham-se rituais africanos aos mortos. Estes transpareciam claramente através da superestrutura católica. Para os brancos ou para os católicos, era incompreensível o significado de um enterro onde se misturavam cores e ritos de festa e tristeza. Em geral, a religião africana assentava-se sobre a superestrutura familiar. Desarticulada a família na escravidão, desarticulavam-se as divindades e os ritos se modificavam. Cultos e tradições foram reinterpretados. As festas de fecundidade, de significação agrária, abriram espaço aos deuses da guerra, da justiça e da vingança. A resistência não foi suficiente para enfrentar a influência católica, estabelecendo-se um sincretismo mais ou menos profundo.¹¹⁹

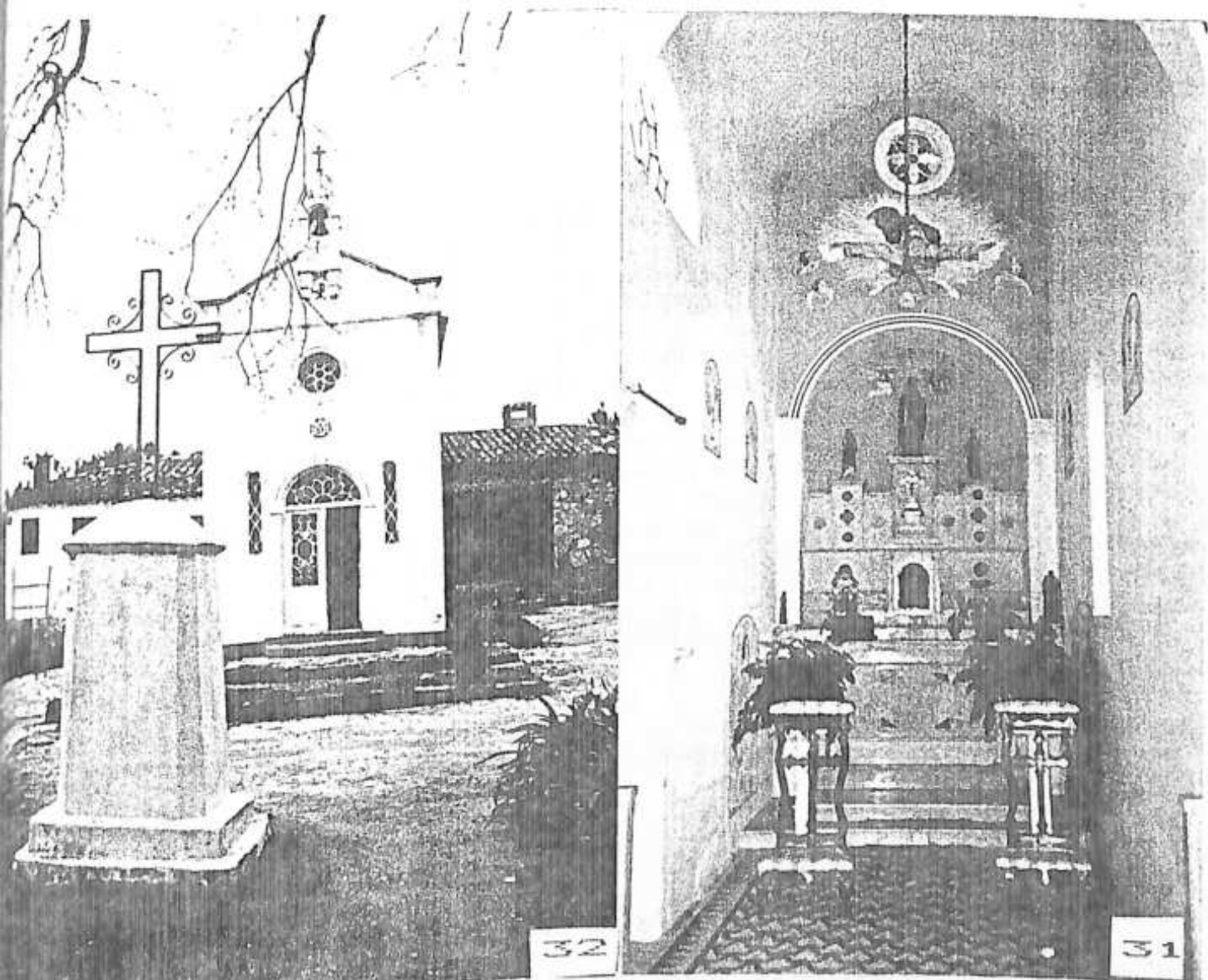
Esta interpretação de Emília Viotti pode ser questionada à medida que nos aproximamos com maior cuidado da estrutura religiosa e do significado comunitário dos centros de batuque com vinculação mais profunda com as tradições originárias da África. O sincretismo muitas vezes mostra-se aparente, embora a tradição tenha conjugado nomes de santos e divindades da cristandade e as divindades da terreira. Segundo a sua própria afirmação, o cristianismo era corrompido pelos escravos:

A aceitação do cristianismo era, em geral, puramente exterior. O negro que recebia o batismo, que assistia à missa aos domingos, era o mesmo que freqüentava batuques e participava dos rituais processados altas horas da noite, no interior das senzalas, ou, mais freqüentemente, no escuro das matas. Aquele que entrava para a confraria do rosário, era o mesmo que comparecia aos calundums. Daí, as aproximações, os sincretismos, já tão estudados pelos especialistas. Longe de contribuir para a evangelização, a escravidão corrompia o cristianismo.¹²⁰

Como poderiam os escravos desejar o paraíso da religião daqueles que os escravizava? Nas cidades, as confrarias de pretos e escravos e livres tiveram importância religiosa e também social à medida que se incorporaram na luta abolicionista e concretamente financiaram a libertação dos companheiros com a compra de alforrias. Manuel da Silva Santos, avô de nosso entrevistado José Facundo Mira (José dos Santos), foi co-fundador do Club Abolicionista de Pelotas em 1884. Fundou também a Irmandade Nossa Senhora do Rosário.

¹¹⁹VIOTTI DA COSTA, Da Senzala à Colônia. Op. cit., p. 262.

¹²⁰Id. Ib., p. 263.



Fotos - 31 e 32 - Aspectos externo e interno da capela da estância da família Alves. Distrito da Cascata. Pelotas. Fotos do autor.

CAPITULO III

EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES : A HISTORIA DO NEGRO NO RIO GRANDE MERIDIONAL .

3.1 - A Nível Económico

A historiografia do escravismo brasileiro está aprofundando-se e crescendo. Durante a vigência da escravidão, poucos historiadores se preocuparam em tratar do assunto. Após a abolição, pouco foi estudado da trajetória do negro na nova sociedade. NHO há uma história que considere a 'participação' e articulação do negro na nova sociedade em todos os níveis de relação social. A presente obra apresenta uma visão da história do negro na restrita área de estudo estabelecida. Neste capítulo, baseados nos depoimentos de descendentes de escravos, vamos apresentar uma visão dos aspectos da vida económica e social, atravessados por eles. Contamos com pouca bibliografia referente a tão variados temas que envolvem a vida social. Iniciamos pela articulação e pela participação da comunidade negra da região na vida económica. Numa dinâmica crescente e cada vez mais complexa, pode-se observar a articulação do negro na história política, educativa, familiar, recreativa e religiosa desta sociedade.

3.1.1- Destino dos Ex-Escravos Imediatamente após a Abolição

Stanley J. Stein trata da questão, particularmente em Vassouras, Vale do Paraíba Paulista em *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Para os escravos, a decretação da Abolição representava a término do cativo. A palavra 'liberdade' percorria todas as fazendas, transmitida de boca em boca pelos escravos. Por sua vez, afirma Jacob Goreneder:

Os negros valorizaram a condição de homens livres. Faziam-no de maneira intuitiva, talvez ingênua, porém acertada. Nenhuma melhora social poderia ser projetada nas condições da escravidão. Era preciso primeiro ser livre para lutar pelas prerrogativas de homem livre. Sem a conquista fundamental da liberdade, nenhum progresso seria e é concebível para os negros.²

Na região em estudo, os depoimentos de descendentes de escravos mostra a complexidade da movimentação dos libertos após a Abolição.

3.1.1.1- Continuou sendo escravo

O relato de Albertina Bandeira é inequívoco no sentido de que a memória sobre os fatos da escravidão de seu marido são claros e condizentes com aquela realidade. Não poderiam ser resultado de fantasias. Afirmou que seu marido fora escravo até os 60 anos de idade aproximadamente. Pelos dados do registro de casamento, a escravidão daquele homem teria terminado com a sua fuga por volta de 1940. (Anexo, p. 18)

3.1.1.2- Permaneceram na estância

"Quando eles foram liberto, argum ficavo trabalhando com eles mesmo. O mesmo sinhô deles." (Anexo, p. 192) Diante do fato de não ter para onde ir, muitos ficaram nas próprias fazendas dos antigos senhores. Isto ocorreu enquanto não conseguiam outro lugar para ficar. (Anexo, p. 244) Outros permaneceram de modo definitivo porque haviam recebido a carta de liberdade do senhor (Anexo, p. p.449) ou porque não eram castigados. "[...] muitos escravos ficavo com... [os] Coronéis. Ficavo, porque muitos não judiavo, né, aí ficavo até o fim da vida deles." (Anexo, p. 333) Foi o caso do pai de Armando. "Não, não deram nada. [...] Ficô na fazenda [...] muitos anos, morreu lá. [Continuou] Trabalhando! [...] só tinha terra à vontade pra plantá, né." (Anexo, p. 88) Neste caso, o acesso à terra era relativo e o sujeito tornava-se agregado. O antigo senhor tornava-se seu patrão.

Naquele momento surgiu propriamente a categoria que corresponde aos proprietários dos meios de produção dentro da nova forma de relações de trabalho. "E é aí que se criamo tudo na mania do home que criou ele e tudo, que ele foi escravo. Ah, tinha. Tava à vontade pra plantá, podia botá roça, podia botá tudo, Ali, nós se criamo assim, ali." (Anexo, p. 88) O pai de Armando permaneceu na mesma fazenda onde morreu, com idade avançada. Chama atenção o detalhe: "Se criamo tudo na mania do home [...]". A expressão sintetiza o modelo de relações patriarcais dos senhores com os ex-escravos e seus filhos. Um regime não muda totalmente de um instante para outro, nem por decreto. Os hábitos antigos da escravidão ganharam uma configuração de servidão, especialmente

²GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. op. cit., p. 204.

daqueles que se transformaram em agregados ou filhos de criação. A leitura atenta do depoimento de Armando, revela com mais clareza o conjunto destas relações.

"Construiu sua casa coberta de capim santa-fé." (Anexo, p. 34) disse Armando, em sintonia com Joaquim: "cortavam capim, paus e faziam lá aqueles barraco deles lá. [...] sei que o sinhô deles mandava, quem quizesse ficar ali ficava e quem não quizesse podia procurá a gente deles." (Anexo, p. 192) Este depoimento chama a atenção para esta atitude de algum fazendeiro. A razão disto estaria no modelo de relações que havia antes da Abolição ou, o que é mais provável, porque o antigo senhor precisava de mão-de-obra. É interessante que o depoimento indica, com muitos outros, que os ex-escravos saíram a procurar os seus familiares dispersos pelo sistema de desestruturação permanente que sofria a 'família' escrava durante o cativeiro. Zezé acrescenta: "Muitos, e daí se repartiram, a escravatura se rapartiu, alguém foi pra encontrá sua família, mas não encontrô. [...] Outros a família morreu e assim vai indo né." (Anexo, p. 371)

Stanly Stein mostra que, em Vassouras, ao fazerem arranjos com os ex-escravos, os fazendeiros se achavam favorecidos pelo fato de os libertos precisarem desesperadamente de dinheiro para casa, comida e roupas, para si e para familiares, quando as tinham. Negros morriam à beira das estradas, não tinham onde morar, ninguém queria saber deles, eram perseguidos. Quando possível, os fazendeiros procuravam alojar os camaradas nas antigas senzalas ao lado da sede, reorganizando a rotina pré-abolicionista de fiscalização de turmas, execução de serviços auxiliares de preparo de refeições, lavagem das roupas e cuidados com as crianças. Em uma fazenda, as tarimbas, separadas para homens e mulheres se chamavam "quartos para camaradas" e "dormitórios para mulheres solteiras". 3

Dario refere-se à dispersão dos escravos: "Cada um pegou seu rumo, né. Cada um... Quem tinha casa, quem tinha família, quem tinha parente foi tudo embora!" (Anexo, p. 110)

3.1.1.3 - O escravo herdeiro

Segundo os depoimentos, raros casos ocorreram em que o escravo se tornou herdeiro de uma parcela de terra. Maria Ercília apresentou um fato concreto: "O Agostinho era escravo da Aninha Cardoso. Ela era a mãe, era do tempo dos enjeitado, era. Ela tinha, antes de morrer, o escravo dela era bom, ela deu uma extensão de terra pro Agostinho Cardoso. O neto dele [atualmente], aquilo tudo mora lá." (Anexo, p. 270) No mesmo sentido, afirmou Armando: "Alguns ganhô até campo. Aquele que teve sorte, que o patrão era bom. [...] Ficô pra eles." (Anexo, p.86) Joaquim reafirma a mesma realidade. (Anexo, p. 192)

3.1.1.4 - O êxodo de uma população

Com o fim do cativo, surgiu novo sentimento de liberdade, para os negros, a possibilidade de se afastarem das fazendas com seu regime de trabalho forçado, disciplina e constante vigilância. Verificou-se o êxodo em massa das fazendas quando os libertos - homens, mulheres e crianças - caminhavam pelas estradas, parando para indagar dos amigos e parentes, descansando perto das vendas à beira do caminho para dançar, cantar o jongo e conversar. 'Cada um era dono do seu destino, como cabeças de gado no pasto'.⁴

As condições em que ocorreu a libertação, em nossa região, causaram um verdadeiro êxodo dos ex-escravos e seus descendentes. Porém, a caminhada realizou-se em direção a uma terra negada. Um destino difícil e incerto não demorou a se configurar. Ganharam ou conquistaram a libertação, mas não tinham casa, não tinham terra, não tinham especialização. Ir para onde? A sociedade reservara para eles um estreito mercado de trabalho. A terra estava apropriada e dividida em grandes porções. Imediatamente, emergiram as dificuldades de quem estava despojado e tinha que encontrar espaço numa sociedade discriminatória e hostil, carregada, há centenas de anos, de toda sorte de preconceitos.

Segundo Jacob Gorender:

No Rio Grande do Sul a situação de miséria e de marginalidade em que se ficaram muitos negros, no período imediato pós Abolição, se assemelhou ao sucedido em São Paulo. Com a diferença de uma industrialização considerável e de proporção inferior do contingente populacional negro.⁵

Numa região predominantemente dedicada à pecuária e à agricultura, alguns permaneceram nas estâncias onde tinham vivido como escravos, outros partiram em busca de um espaço na beira das estradas, dos córregos ou junto a uma nesga de terra baldia, afastada das vilas e cidades. Alguns fixaram-se em torno dos antigos quilombos. Parece que, num primeiro momento, a maioria procurou outras estâncias onde se tornaram agregados ou peões. Uma parcela dirigiu-se para as vilas e cidades. Não faltou os que retornassem às antigas fazendas onde haviam sido escravos. Luiza Dornelles indica o caminho difícil e conturbado que aquele povo iniciou logo após a libertação. (Anexo, p. 216-217)

3.1.1.5- Rumo à cidade

"Já não era mais escravo. Já era senhor dele, já era dono da vontade dele. [...] Quando ele foi libertado, ele já veio pra cá pra Pelotas." (Anexo, p. 310) Para isso serviu o estímulo dos que estavam na mesma condição: "O meu pai passou [pela libertação].

⁴STEIN, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. Op. cit., p. 308.

⁵GORENDER, A Escravidão Reabilitada. Op. cit., p. 198.

Até ele nem sabia onde ia, não é. [...] fazé o que na cidade de pelotas se nem a letra eu não conheço. Não sei! - Não, vamo Juvêncio, a gente vai se intendendo, a gente vai conversando, quem tem boca vai a Roma.' Foi ele entre os colega que já não era mais escravo também, branco [...] que eram quase como escravos, comiam como os escravos comiam, dormiam como os escravos dormiam, e eles então [...] também queriam dá no pé e sai daquela escravidão." (Anexo, p. 312) Vê-se que o regime de escravidão permitia um exíguo espaço para os 'libertos'. Era imposta a escravidão aos que não eram propriamente escravos e não pertenciam à classe dos senhores. Porém, o mais importante conteúdo revelado aqui é o sentido da libertação para os escravos. 'Já era senhor dele, já era dono da vontade dele' é expressão inequívoca da experiência da libertação do escravismo. Nem todos os ex-escravos e seus descendentes herdaram a visão ideológica da mudança, articulada pelos abolicionistas e pela classe dominante. Nenhum dos depoentes referiu-se, sequer uma vez, à palavra Abolição. A palavra não faz parte do vocabulário usual. Todos falam na 'liberdade', na 'libertação', no antes e no depois.

Segundo parece, boa parte daqueles que rumaram para a cidade e tinham alguma economia, permaneceram por certo tempo sem trabalhar. Seria como uma reação normal de quem trabalhou tantos anos coagido sob a escravidão? Talvez fosse necessário resgatar o sentido do trabalho para o ex-escravo e seus filhos. "O meu avô e a mia avó viero aí pra Canguçu. Mas eles em Canguçu, eles tinha dinheiro, tinha, ficaro muito tempo parado!" (Anexo, p. 224) Parece que, originariamente, a perspectiva do trabalho para a cultura dos africanos não seria o acúmulo, a apropriação dos resultados do trabalho. Na ótica escravista, o trabalho era considerado degradante. Os escravos incorporaram esta mentalidade. Certamente foi esta influência que determinou a vontade de não trabalhar, ao menos por certo tempo.

3.1.1.6- Caminhando e trabalhando

A saída em massa das fazendas comprova mais uma vez a perversidade do sistema e do tratamento dispensado aos cativos. Mesmo libertos, caminhando e procurando trabalho e estabilização, alguns morreram em consequência dos longos anos de opressão. A morte dos pais de Antenor Silveiras comprova esta realidade: "[Quando terminou a escravatura] aí eles ficaro caminhando, quando eles se libertaro eles ficaro zanzando aí fora, arrumando lugar pra morá, aquela cosa. E aí ficaro tendo a vida deles, mas aí duraro poco, tavo muito sofrido, duraro poco." (Anexo p. 64) A seguir explica melhor a realidade daqueles momentos, especialmente em relação ao trabalho: "Aí abandonaro a fazenda. Aí sairo a caminhá. Aí encontravo uma casa pra trabaiare e eles foro trabaiando até o dia que eles casaro o se amigaro. Aí eles procuraro a tê a casinha deles." (Anexo, p. 65)

Para alguns, a alternativa foi a permanência na própria fazenda do antigo senhor até ter condições de sair. Outros preferiram sair de imediato: "Ué, cada um agarró seu rumo, né. Ficaro aí na estância onde tavo até cada um ir pra casa, na casa

ou daí dali. [...] Depois quem pudesse se colocá, arrumá a casa dele, ou então foro se esparramando, foro saindo dali, da estância do sinhozinho, noé." (Anexo, p. 214) Os que saiam e encontravam trabalho numa fazenda e eram acolhidos por algum fazendeiro, não sentiam a exigência de permanecer. "Ele saiu de lá [...] os colegas também! As nega também! [...] nessas meias altura eles encontravam algum [fazendeiro] que dava as mãos pra eles. [...] se ela já não tava mais interessado, de se importá de trabalhá, adquiri ou cooperá como era preciso, né [...] também largava ele de mão." (Anexo, p. 306) Os fazendeiros 'davam a mão' sob condições.

Segundo Zezé Pereira, com o fim da escravatura, cada escravo tinha que sair. Cada um dos senhores era obrigado a dar a carta de liberdade para o portador poder se apresentar como ex-escravo. Muitos carregavam carroças sem saber para onde iam. Tinha que sair. Alguns senhores davam cavalo e alimento para o ex-escravo que se afastava. "[Alguns escravos] ficavam mas eles tornava-se sempre sê, não tinha liberdade, não tinha aquela liberdade. [...] Ficavam porque não tinham pra onde ir, não tinha o que comê, essas coisa tudo, né. Não tinha posto. Mas cada escravo levava o outro atrás. [...] Pucha o outro de qualquer jeito." (Anexo, p. 370) [...] Tinha otros que vinham embora, tinha otros que chegavam aí, acamparam aí em qualquer lado aí. Era liberdade, em qualquer terreno, desde que não fosse do meu-senhor. Beira de arroio, dessas coisa tudo assim. [...] podia sê na beira do arroio, podia sê até na beira de uma estrada, numa coisa assim. As veis chegava até uma pessoa boa; óh, não... Mora aqui. Tá na liberdade do mesmo, mora aqui. [...] Dali seguia plantando, fazendo qualquer coisa ali. Fazendo uma hortinha, fazendo aquilo ali, né. Noutro dia pegava a mercadoria trazia no centro pra vendê, né. [...] Muitos, muitos acharam [um pedaço de terra]." (Anexo p. 370)

O depoente Zezé faz uma síntese da articulação dos ex-escravos após a libertação. Aborda a questão estrutural, de extrema significação para aquele momento, na região: o ex-escravo podia ter terra, 'desde que não fosse do meu-senhor'. Sem acesso à terra, o ex-escravo ficou sem mediação efetiva para entrosar-se à formação social emergente. O critério básico de estratificação social do indivíduo, a ordem capitalista, é a propriedade dos meios de produção. Somaram-se a este problema os preconceitos acumulados no período escravista. Para alguns, o trabalho permitiu encontrar um espaço e melhorar a própria situação. "Terminou, aí começaram a trabalhá, aí já com outro jeito. Já pegaro a miorá pra eles. Já pegaro a arrumá cama e... morada pra eles. Já pegou a melhorá pra eles tudo. [...] saiam a procurá outros lugares." (Anexo p. 110) Para outros, o próprio terreno recebido no tempo da escravatura serviu de ponto de apoio para o início da nova etapa. "Eles foram morar na Colônia Pinheiro. Eles tinha terreninho lá. [...] Não sei se foi comprado ou se ele ganhou do sinhô dele [...] ou se alguém deu pra minha avó que ela tro gartera também. [...] Era uma casinha muito boa. Era de pau-a-pique bem fechadinha, tinha chiqueiro de porco, tinha galinha, tinha galinheiro, tinha galpão assim pra botá coisa. batata, ali tudo guardado, ela tinha tudo direitinho." (Anexo p. 152)

3.1.1.7 Rumo a outras estâncias: agregados e peões

"Uns foram pra otra istância... Mudaram de istância... (Anexo, p. 53) Osvaldina Silveiras apresenta o caso de seu pai: "Ele tava na fazenda [...] desse alemão quando foi escravo. Dos escravos que ele passou a sê liberto ele foi trabalhá na Santa Eulália com a família Turkin, Torkein. [Fazia] os mesmos serviços: plantá feijão, milho, batata." (Anexo, p.318) Pelas indicações dos depoentes, a maioria dos escravos foi para outras fazendas tornar-se agregados. "Iam pra otros [fazendeiros], iam de agregados de otros. Naquele tempo, chamavam de agregados. [...] E prantá e trabaiá praquelas fazenda e ja pegavo [...] eles e já viviam por conta deles." (Anexo, p.110-111) "[...] muitos ganhavo um pedaço de terra. Aí entravam de agregado. Eles davam aí pra fazê as casa. [...] muitos se rebuscaram, ganharam dinheiro. Naquele tempo, terra não valia nada. Eh, terra, naquele tempo ninguém falava, era tudo agregado. E tinham muitos que tinham milhões de quadras de campo. E davam praquele povo morá. [...] Mas era por toda a parte, de agregado que a gente caminhava por tudo quanto é lugar, sabia, eles diziam. Eles diziam, lá era tudo agregado. E depois dali eles foram se fazendo e foi indo, foi indo. Saíam daquela iam pra otra." (Anexo p. 111)

O entrevistado Adair reafirma que o próprio dono da estância abria a oportunidade para os ex-escravos tornarem-se agregados. Passavam a alojar-se em pequena casa construída de torrões e coberta de capim. As vezes, o agregado tinha condições de ser dono de algumas cabeças de gado. "Dos patrões. Eles davam terra pro trabalho não é! Tratavam bem. Meus pais [...] tinham o gadinho deles, né, os animalzinho. [...] Era [agregado]." (Anexo, p. 221)

3.1.1.8- O estancieiro e seus filhos

Na eminência da Abolição, os senhores de terra advertiam seus filhos: "O dia em que eu fechar meus olhos, vocês vão ter que trabalhá porque se vocês não tabalharem, o que vai sê?" (Anexo, p. 310) Quando morreram os antigos senhores, somava-se a crise da decadência das charqueadas e a divisão das terras em estâncias menores. A exigência de trabalhar na terra e no campo, o pagamento do assalariado fez com que muitos se deslocassem para a cidade. "Depois ficou os filho, ficou os neto, então aí já ficou tudo se dividindo, já os filho não queriam ficá mais na colônia. Queriam vir pra cidade, queriam ser mais outras coisa, *já queriam* estudá, já não queriam tá no meio do chiqueiro dos porco. *já não queriam* tá limpando porco, já não queriam cuidar mais das galinhas, nem dos cavalos. [...] a mamata já tava terminando. Tinham que pegá os trabalho". (Anexo, p. 304) Para muitos, a decadência econômica foi irreversível. O novo sistema emergente no Brasil avançou na perspectiva da industrialização. As conseqüências sociais ocorreram à medida que o processo avançou. Osvaldina encontrou um bisneto do antigo dono de seu pai, praticamente em condições de miséria, mendigando na cidade de

pelotas, em torno do antigo mercado. (Anexo, p. 310)

3.1.2- Tipos de Profissão

Os depoimentos demonstram que a movimentação da população de ex-escravos e seus filhos foi muito grande nos primeiros tempos. Este processo não acabou em vista das condições do mercado de trabalho em que foi lançada aquela massa. Em todas as direções, movimentaram-se os libertos. Parcela dos escravos rurais da região dirigiram-se para as cidades em busca de trabalho e lugar para estabelecer residência. Segundo o que indica Paulino Soares, alguns da cidade dirigiram-se para o campo. Chama atenção o fato de não se encontrar descendentes de escravos das charqueadas em Pelotas. Alguns permaneceram nos arredores da cidade enquanto outros partiram para as fazendas do interior em busca de trabalho na roça ou no campo. Muitas mulheres e homens encontraram trabalho nas residências. Outros encontraram-no no campo e na agricultura.

Devido à baixa qualificação da mão-de-obra, os ex-escravos encontraram trabalho nos serviços braçais sem grandes exigências técnicas. Os relatos mostram que os negros exerceram as mais variadas atividades domésticas, agrícolas, pecuárias, urbanas e outras. Entre os trabalhadores do campo, encontramos o negro realizando atividades de domador, criador arrendatário, posteiro, campeiro, caseiro, alambrador, peão, capataz. Após a libertação os negros se "tornaro... felizes, peão e até patrões! [...] o meu pai sempre contou que ele trabalhô numa fazenda depois de muitos anos de ser liberto da escravatura, [...] um dos patrões que eram muito bons, disse assim: '-óia, se essa vaca der cria e é uma terneira, vou te dá a crioula.' Diziam assim pro empregado. Oh, os negros ficavam locos de felizes, contentes que iam ganhá uma ternera, né." (Anexo, p. 306)

O aceno para a possibilidade de tornar-se pequeno proprietário é a forma de estímulo que o fazendeiro encontra para garantir o trabalho produtivo dentro da nova modalidade de relações. O trabalho assalariado não foi implantado de imediato na zonas do interior. Esta foi uma das modalidades de remuneração dos trabalhadores do campo. Adair Barbosa confirma que atividades como o rodeio e marcação exigiam um número de pessoas superior ao normalmente ativo na fazenda. O negro era chamado para ajudar episodicamente nestas atividades ou em outras como a produção de lenha. (Anexo, p.7)

3.1.2.1- O campeiro, o domador, o joquei de carreiras

"Ah, depois eu tive sorte porque fui campeiro, fui bom domador, fui corredor de carreira, de jóquei.. Tempo de 60 quilo... Monta a cavalo a uma hora i às veis e ia sai do cavalo... entrar do sol, que vinha o patrão e dizia, o dono do cavalo: '-nosso cavalo não tá em condições de trabalhá amanhã, tá melhor, dispara longe, vamo dexá pra amanhã' ... e intrava o sol." (Anexo, p. 90) Além da remuneração recebida pelo patrão, o joquei recebia

algum dinheiro das senhoras que apreciavam as carreiras e podia ser convidado a almoçar nas barracas das torcedoras. A tarefa de domador não cabia tão somente ao homem. Era bem mais raro mas havia mulheres que domavam. Esta atividade era realizada ao longo de algum tempo. A tropeada era uma oportunidade para domar os cavalos mais jovens.

Antenor Silveira apresenta alguns detalhes deste processo que tem características de força e brutalidade. "A gente vinha domando cavalo. A gente trazia às veis, oito, dez cavalo chucro. Cada vez que nós viajava um pouco com aqueles cavalo de pontero, na frente, acorreiado, o nego botava o laço num cavalo daqueles, botava as garra e o bicho saía berrando e lá adiante daqui a pouco já o bicho já tava [...] domado. Ah, era assim, domado. [...] Ah, fui, domador, muito, até a mulher foi domadora. Domava junto comigo. [...] A minha mulher era domadera [...] de cavalo, domá boi, isso tudo ela conhecia ali pelas mão dela. Hoje ela tem medo (risos), é, hoje ela tem medo." (Anexo, p. 67)

O depoente prossegue narrando a técnica de domar cavalos e burros: "Ora, isto aí é o... cavalo, a gente pegô ele, deu um tirão prá lá [...] e ele fica costeado. O individuo pega um mango, pega a dá na queixada, dali a gente vai puxando ele, fazendo ele virá, ele cabrestia, aquela cosa. O mesmo trabalho ensina a gente a já botá o laço que é pra ele tirá as cosca, já domá ele já de espora. Naquele tempo a gente usava cada espora de papagaio bem grande que era pá podê cortá o vício. [...] Se domava burro. Eu domava até burro. Até burro domava. E bicho bem... desgraçado é o burro. As veis cravava a cabeça no chão, ficava berrando com a cabeça no chão e não caminhava. E corcoveando e o pau comendo. [...] às veis pra desempacá tinha que botá o cachorro [...] que pegava o beíço dele, pegava a puxá ele, aí ele pegava a caminha." (Anexo, p. 67)

3.1.2.2- O arrendatário

"Tinha família. Tinha cinco muié, lá. Eu tinha criação de gado, tinha criação de ovelha. Arrendava uma fazendinha. Trezentas e tantas hectares. E criava ovelha, tinha rebanho de quase quinhentas ovelha. Cabrito... Aí eu vindi tudo quando eu sai de lá, aquilo não valia nada, aquele tempo... Cavalhada!" (anexo, p. 112) Provavelmente este tipo de trabalhador acumulou algumas cabeças de gado para iniciar-se na atividade pecuária. Atividade de produção natural que não exigia mais que alguns cuidados.

3.1.2.3- O posteiro

Uma atividade que não é tão conhecida, quanto as outras, é a atividade daquele que habita uma pequena casa, em determinado ponto dos campos da fazenda, geralmente nos limites da estância, com a finalidade de cuidar do rebanho. É uma espécie de vigilância que envolve tarefas próprias. "Na mesma estância, no mesmo lugar. [...] Ele cuidava os cavalo dos homens, cuidava o gado e tudo dos

horrens. [...] E chamava 'postero'. [...] Postero é aquele que toma conta duma coisa em troca duma estância [...] O nome era postero, ele tomava conta do gado, mandava os outros fazé a comida, [...] tinha casa dele. Fazendero morava lá não. Tinha, tinha outros piço, tinha tudo, mas tudo. O homem morava [na cidade], só vinha aos coingo." (Aneko, p. 372)

O pai-de-criação de Manoel Fernandes era posteiro numa fazenda em Pinheiro Machado. "Tinha o posto, cuidava o campo e trabalhava na estância. Eu também, depois fui ficando grande, depois trabalhava na roça co véio e depois trabalhava ao lado deles na estância também. Carregando lenha, nós carregava lenha pro véio pra Bagé. [...] Lenha em carreta. [...] Nós trabalhava muito naqueles mato lá, na fazenda. A estância era [...] muito grande! Tinha umas três légua de campo, tudo povoado com gado [...] Morava no posto. No posto da estância [...] trabalhava na estância do véio." (Anexo, p.238)

3.1.2.4- O 'alambrador'

O pai de Maria Carolina trabalhava de alambrador. Esta atividade surgiu a partir do final do século passado quando passaram a ser usadas cercas de arame. Do espanhol a palavra significa fabricante de fio de arame para cercas. Neste caso, refere-se ao construtor de cercas de arame, o aramador. "Ele trabalhava de alambradore. [...] Prá lá ninguém conhecia o que era alambradore. Ninguém sabia o que era aramado [...]. Ele trabalhava bem [...]. Entrava naqueles lugá, naquelas estância grande que precisava corré um arame, circular em toda a volta dela, fazé um potreiro [...] aqueles repartido e cortá o material no mato. Ele sabia e aquilo que era um tapa." (Anexo, p. 352) O depoimento demonstra que o costume de aramar um campo, utilizar este tipo de cercado é recente e foi se instalando aos poucos nesta região. Anteriormente eram utilizadas valos profundos para separar o gado. O seu traçado percorria as colinas e baixadas nas linhas de divisa. Francisco Lucas trabalhou de alambrador e indica a região onde realizou esta atividade. "Só eu e Deus. Não se acha um homem pra até um pique. Agora querem bastante. Só o homem que trabalhou comigo, o meu filho mais novo." (Anexo, p. 121) Segundo Tibúrcio, este tipo de mão-de-obra era escasso confirmando que ~~na~~ ~~era~~ ~~uma~~ ~~profissão~~ ~~nascente~~ ~~naquela~~ ~~época~~.

3.1.2.5- O caseiro

O caseiro é um personagem que surge a partir do momento que, por conveniência, costume ou necessidade, o fazendeiro passa a morar na cidade ou na vila mais próxima. No final do século passado, já havia este costume. Sabo-se também que muitos charqueadores eram também grandes fazendeiros e sua permanência era maior na cidade onde estava a charqueada. Neste século, generalizou-se este hábito. "[...] os caseiro era os que cuidavam da fazenda. Os fazendero tinham os caseiro. O caseiro era um... o piço que cuidava a fazenda. [...] Isto agora, muitos anos depois

[...] muitos anos da escravatura." (Anexo, p. 306)

3.1.2.6- O capataz

O capataz é, muitas vezes, o administrador de uma fazenda ou uma estância. Esta tarefa supõe a possibilidade do afastamento quase permanente do estancieiro. O capataz chefia o grupo de peões que trabalha na estância e é o responsável pelo andamento normal das atividades da fazenda. Alguns negros foram capazes de estâncias. Maria Ercília apresenta seu pai como exemplo: "Meu pai era também [agregado]. Mas tinha a [terra] dele. Mas nem morava na dele. [...] ele precisava ganhá, ia praquelas fazenda cuidá. Ele era capataz de fazenda. E se criemos tudo assim." (Anexo, p. 270) Zezé Pereira também lembra que o pai fora capataz de estância.

3.1.2.7- O peão

O dicionário Aurélio apresenta o peão como o serviçal de estância, conchavado, índio (p. 239). A palavra tem uma significação mais ampla no sentido geográfico enquanto o termo é usado em outros Estados brasileiros. O termo pode ser aplicado ao tropeiro, ao domador, ao alambrador, ao campeiro. Parece-nos que originariamente se referia ao trabalhador das estâncias de gado. E utilizado em forma mais generalizada para designar o trabalho da agricultura, o empreiteiro de safras e de pequenos serviços temporários. Neste último sentido, fala o depoente Oscar referindo-se ao seu próprio trabalho. "Sempre fui pião. Por minha conta, nunca tive condições. [...] porque às vezes terminava o serviço lá e às vezes, já tinha gente mais antiga que a gente. Então, o mais moço saía e ficava os mais véio. [...] O nego tanto fazia, saí ou ficá, era a mesma coisa. Se o nego saía não tinha tempo de casa. [...] trabalhava por empreitada." (Anexo, p. 291)

Osvaldina identifica o caseiro com um peão: "Mas eles tinham aí, eles chamavam pião. Aí os piões e os casero. [...] O casero era um, o pião que cuidava a fazenda." (Anexo, p. 306) Acrescenta que muitos negros tornaram-se peões e até fazendeiros. (Anexo, p. 306) "[...] meu pai foi de pião." Afirmou Raul de Souza. Segundo o depoente Zezé, os peões alojavam-se nos galpões ou em casas próprias separadas da residência do estancieiro. Dormiam sobre arreios e peles de ovelha e alimentavam-se à parte. Não sentavam com o patrão. (Anexo, p. 372) O seu depoimento revela que a remuneração do pião não era fixa. "Davam o que queriam." (Anexo, p. 372) No mesmo sentido, a mulher às vezes trabalhava de peoa. Luiza Dornelles passou por esta experiência. "Fiquei trabalhando numa chácara [...]. Depois fui de pião [peoa] numa estância que tinha plantação de trigo, de arroz, plantação. [...] Eu ficava sozinha com a guria, com o facão, machado. Lá ia eu derrubá mato pra tapá estes pasto, pra tirá o gado pra fora do.. da plantação." (Anexo, p. 221)

3.1.2.8- O tropeiro

Uma das figuras mais reconhecidas na memória dos depoentes é a do tropeiro. Pelotas e a região traçaram sua história, no século passado e no início do século XX, articuladas fundamentalmente pela indústria da carne. O tropeiro conduzia as tropas de gado da Região Sul e de outras regiões do Estado para a famosa tablada e para as mangueiras das charqueadas. Sua memória foi guardada pela população da cidade. Tão próximo de tanta riqueza e sempre pobre, o tropeiro, após a Abolição, era geralmente negro, de costumes gauchescos e homem de confiança dos fazendeiros que lhe atribuíam a tarefa de conduzir a preciosa produção.

Profissão nunca tive. Mas de tropa assim, ir de tropa e coisa. [Conduzia o gado para] vários lugar. Aqui perto, arredores. Perto, à vila, essas zonas aí, Pedras Altas. [Para as charqueadas de Pelotas] muitas vezes, no tempo do Pedro Osório, do Emílio Nunes. Isso eu fui muitas vezes. [Conduzia o gado até] a tablada. [...] conforme o tempo corresse. As vezes levava muitos dias. Chovia e tal. Em cinco, seis dias tava lá. De Piratini, nos levava oito dia [...] oito dia chegando aqui na agrícola [Agrícola] ou nove dia, conforme, se houvesse muito, era no, dez dia nós tava entregando a tropa.⁴

"[Na ponte do império] varei duas vezes com tropa no tempo que não tinha ponte. Se andava muito. Era trabalhoso ali." (Anexo, p.348) No tempo das enchentes, a travessia dos córregos e rios exigia que a tropa aguardasse a baixa das águas. A tropa de gado geralmente ultrapassava uma centena de animais e atingia inclusive várias centenas. "Numa tropa grande, ia duzentas, trezentas reses. [...] cinco ou seis homens levavam." (Anexo, p. 348) Os tropeiros aguardavam em local pré-estabelecido e o fazendeiro se encarregava de entregar a tropa.

Durante a noite, a tropa repousava geralmente em mangueiras alugadas que existiam para essa finalidade, em determinadas localidades. Na refeição do meio-dia, cada tropeiro acendia o fogo e assava o pedaço de carne que carregava no 'cirigote'. "Carniava um capão, cada um cortava um pedaço de carne que cada um que... cada um fazia o seu fogo pra comê a sua carne." (Anexo, p. 296) Ao som do 'berrante', o tropeiro levantava-se para deter a tropa e às vezes enfrentar o boi bravo. Houve casos em que os tropeiros tinham que sacrificar o boi que 'empacava'. (Anexo, p. 295) Os tropeiros podiam se alimentar com a carne que carregavam ou nas vendas localizadas no caminho. (Anexo, p. 349) Para as refeições, durante a viagem, os tropeiros escolhiam um corredor ou uma área que tivesse pastagem. Onde havia mangueira, "tinha tudo. Mangueira, galpão, tudo, lugar pro tropeiro fazê fogo, tinha tudo." (Anterior, p.348) "A gente se reunia aí, ia pro galpão fazê fogo, fazê chimarrão, tomá frago [...] E contá causo, o que tinha acontecido no caminho, o que não tinha acontecido, sempre tinha causo. [...] quando chegava botava a tropa na mangueira, dizia: - agora vamo pra tal lugar. Ah, saia tranqüilo, todo

⁴ANEXO, p. 67.

undo, voltava de madrugada de lá, [...] enciava o cavalo do piquete, contava o gado e tava na estrada e a gente contando cauro e bebendo [...]". (Anexo, p. 6B)

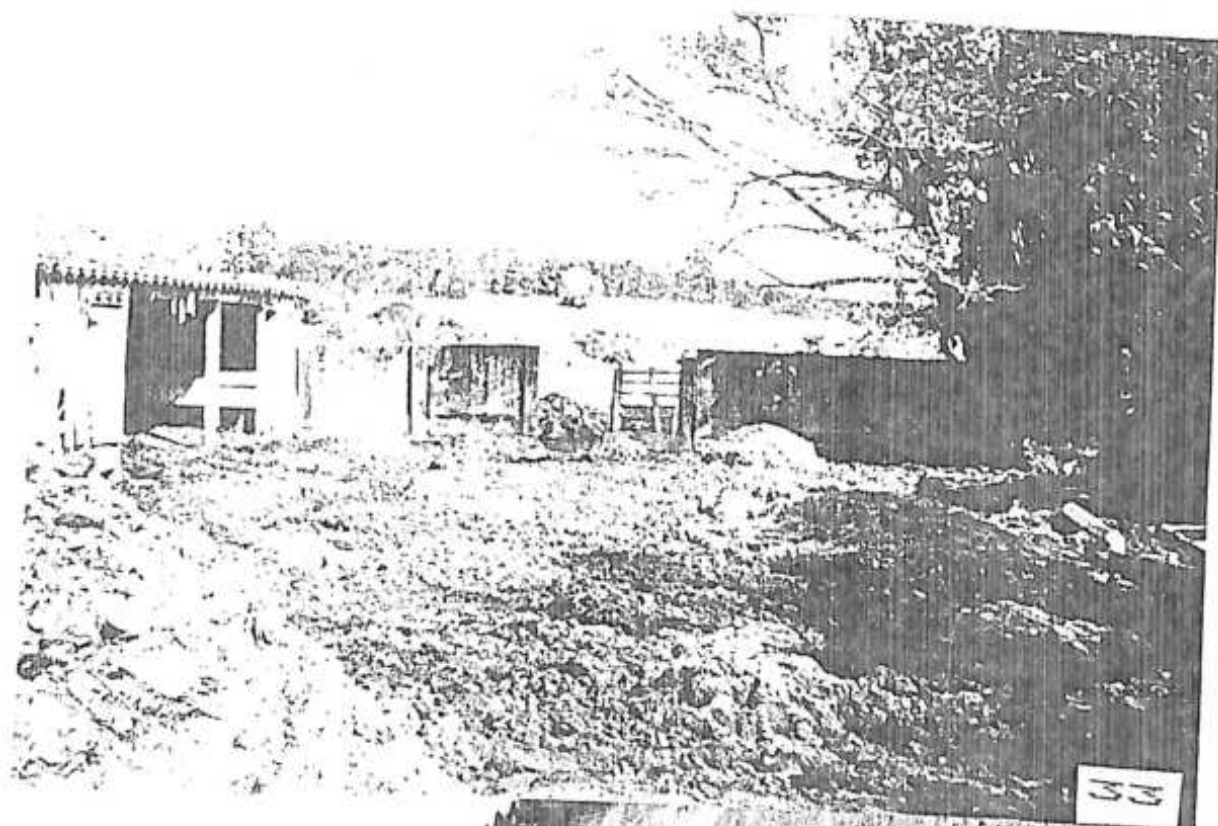


Foto - 33 - Magueirão com cercado de campo onde ficava retida a tropa durante a noite. Foto - 34 - Estalagem onde descansavam os tropeiros. Propriedade de Carlito Chaunn. Hidráulica. Quinto Distrito de Pelotas.

Fotos do autor.

Quando Antonio, havia piquetes ou marroeiros em lugares

onde as tropas chegavam após um dia de caminhada. "[...] tinha os lugá certo pra gente, de sai, por hipote, do Passo das Pedras, nós já vinha chegá aqui no Capão do Leão, tinha manguera. Saia daí, já sabia que vinha ficá na Agrica aqui, que daí da Agrica no otro dia o meio-dia nós tava entregando a [...] tropa." (Anexo, p.68) O número de cavalos que acompanhava a tropeada dependia das condições do tropeiro. Nunca era menos que dois cavalos. Alguns levavam mais de uma dezena de animais de montaria. Quando um animal cansava, trocava por outro.

Antenor Silveira que foi tropeiro por quatro anos, conduzia tropas de Piratini, Segundo Distrito, Cancelão, Pinheiro Machado para o Fregorífico Anglo, em Pelotas. Vendida a tropa em Pelotas, o tropeiro encontrava outra tropa aguardando para ser conduzida a seu destino. "Isso a gente era campeado [...]. No que trazia a tropa que entregava aqui, quando a gente chegava lá já vinha otro chamado... Chamado prá gente pegá otra tropa, prá mudá os cavalo e vim de volta." (Anexo, p. 66) Mostrando a região dos bairros Navegantes e Baronesa, afirmou: "Isso eu conheci tudo campo, isso era o 'corredô das tropa', aqui, e as charqueada que se entregava as tropa aí [nas margens do canal São Gonçalo]. [...] Aqui, depois da ... que triminô a charqueada Pedro Osório, só existiu depois o Anglo, o matador de cavalo." (Anexo, p. 66)

Antenor afirma que, em média, oito tropeiros acompanhavam uma tropa. "As veis era tudo moreno. Esses nego véio tronquero, que eles era bom no laço, bicho véio vaqueano. [...] era difícil vim um branco." (Anexo, p. 67) Um dos acompanhantes adiantava-se à tropa. Era o ponteiro. "E porque um cuida pra cá, outro cuida lá, então, cada um fica fazendo um costeio." (Anexo, p. 68) A tropa era conduzida por corredores que geralmente ficavam nas divisas das fazendas. Esses corredores eram caminhos percorridos por carroças, único meio de transporte, além do cavalo. Com o passar dos anos, muitos caminhos e locais de travessia de rios e arroios foram denominados: 'corredor das tropas', 'picada das tropas', 'passo das tropas'. Dentro da cidade de Pelotas era conhecido o 'corredor das tropas'.

O chefe dos tropeiros recebia o dinheiro da tropa vendida e levava-o ao fazendeiro. Ao regresso dos tropeiros, o capataz da fazenda ia ao encontro dos tropeiros, apanhava o dinheiro, pagava a cada um deles. O grupo marcava o reencontro para o dia seguinte numa determinada venda, onde os fazendeiros procuravam seus serviços. "No outro dia mudavo de cavalo em casa, o nego ia tomando uma canha na guampa e já ia lá se encontrá. Se reunia e nós já tava com o gado na estrada." (Anexo, p. 68)

O entrevistado Dario foi tropeiro desde jovem. Quando vendia uma tropa de gado, os fazendeiros o encarregavam de depositar o dinheiro no banco em Pinheiro Machado. "Mandavam eu trazê e depositá no banco. Atava no meu braço e ia com ele atado. Ia desatá lá e assim ia. [...] Era assim que faziam. Que pra não ficá com ele em casa. [...] viajava o dia inteiro e chegava lá já de noite. E no outro dia eu entregava o dinheiro." (Anexo, p.111) Quando as tropas passaram a ser transportadas de caminhão, Dario tornou-se tropeiro independente. Ele comprava uma tropa em determinado local e vendia noutro ou no Anglo, em Pelotas, depois

que as charqueadas haviam encerrado suas atividades. Configurava-se uma oportunidade de acumulação. "Isso depois que eu, que eu parei, que pegaro a chegá os caminhão a carregá a tropa, aí que eu parei e segui trabalhando por conta. [...] Comprava lá e trazia e entregava ali no Anglo." (Anexo, p. 111) Antenor confirma a mesma realidade: "Tinha bastante gado e aparecia o tropeiro que comprava pras charqueada. [...] vendiam aquela tropa, apartavam aquele gado que já tava já de corte então era vendido pro matador que tinha aqui em Pelotas como aquele em Pedro Osório." (Anexo, p. 58) Afirma Celina a respeito do ex-marido: "De trabalho, ele comprava gado e vendia. Vendia no Anglo, na Sudeste. [Era] Tropeiro." (Anexo, p. 100)

3.1.3- Tipos de Profissão na Agricultura

3.1.3.1- O agricultor

Talvez a maioria dos ex-escravos e descendentes tenha trabalhado na agricultura. Ildebrando, após trabalhar cinco anos de carroceiro, tornou-se agricultor: "Trabalhei uns... cinco anos de carroceiro, tornou-se agricultor: "Trabalhei uns... cinco anos e tanto. Depois me casei, fui cuidá da - que eu gosto muito da agricultura... gosto! - agricultura tá em primeiro lugar." (Anexo, p. 155) Segundo Adair, o negro às vezes trabalhava na terra de forma independente e às vezes era chamado a trabalhar na terra dos vizinhos ou parentes. "Trabalhava na agricultura e trabalhava na pecuária também. A propriedade era... dum lado era pequena, mas dum lado, do patrão - dum parente lá do meu pai - que nós vivia como dono, era grande. [...] As veis trabalhava [na terra do vizinho] às vez não. [...] E aí era um atraso medonho. Se colhia, plantava. Agricultura dava muito na época: o feijão, o milho, o trigo. Então nós tinha um paiol grande, maior que essa casa aí, [...] lugar que guardava mantimento. Botava ali dez saco de feijão, botava ali dez saco de trigo, quase sempre botava batata, botava tudo ali, mas não tinha pra quem vendê. Ninguém queria comprá. [...] Lá ninguém queria porque todo mundo tinha. Eu me lembro dele contá. Nós matava muito porco, às vez tinha doze lata de banha dentro de casa, não tinha pra quem vendê a banha. Trazia pra Pelotas, não vendia nada." (Anexo, p. 8)

3.1.3.2- O Agregado.

A gente tirava um bocado pra gente e demais era pro patrão. (Honorina Soares p.147)

A maioria da ex-escravos que trabalhavam na agricultura tornaram-se agregados. Não possuindo terra, a alternativa era tornar-se agregado.

Ele tinha muitos agregado. [...] E o sujeito precisava de uma moradia, um pobre que

precisasse trabalhá, ia lá, pedia uma moradia pra ele, ele dava. [...] mandava que escolhesse onde é que ele queria fazê o rancho. Ali você casava e criava a sua família e alguns até - e isso eu já arcansei - saía arrumado dali, já com um pedacinho de terra e uns bichinho. [...] Ainda ele ajudava o premeiro ano com boi e arado e a carne, o leite, essas coisa assim! [Depois pagava com produto] Um saco de milho, um saco de feijão... [...] No primeiro e segundo ano o véio ajudava. Nessa parte tinha muita gente que usava esse sistema de vida.⁷

Já vimos que o pai de Armando Soares Lage tornou-se agregado imediatamente após a Abolição. Todos seus filhos se criaram naquele sistema. (Anexo, p. p. 88) Os trabalhos na pecuária e na agricultura realizados pelo agregado tinham alguma recompensa: "No e quando carneavam, aquele negócio de espinhaço, cabeça, aquela coisa, aqueles miudo tudo era pra nós noé. [...] dava até algum terneiro de ano." (Anexo, p. 92) Maria Ercília criou-se numa terra onde o seu pai era agregado. "Não, meu pai não tinha terra. Nós morava de sócio. [...] E nós era agregado! Esse Pedro Isnalde era patrão muito bom. Muito bom. Eu mesmo me criei e me casei em riba da terra dele." (Anexo, p. 262)

Segundo Honorina Soares, a relação do agregado com o patrão não era assalariada. A exploração tornava-se evidente à medida que o patrão se apropriava da maior parte da produção. "A gente era agregado. [Tinha que repartir] daquele o patrão tirava um bocadinho, não é. A gente tirava um bocadinho pra gente e demais era pro patrão. [...] Plantavam de tudo. Tudo, tudo plantavam. Plantavam milho, plantavam batata, feijão, de tudo plantavam. [...] E tinha gado também. Cuidavam. E tinha vaca de leite, boi de lavrá, tinha tudo." (Anexo, p. 147)

3.1.3.3.- Safrista do arroz

No princípio do século XX, a lavoura do arroz no Rio Grande do Sul desenvolveu-se atingindo grandes áreas da zona sul do Estado, em abundantes terras propícias para o plantio do cereal irrigado. Foi para essas áreas da faixa litorânea que se dirigiram os descendentes de escravos da região. Xui, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Pelotas, São Lourenço, Camaquã. Oscar, ao emancipar-se de sua vida de 'filho-de-criação', dirigiu-se para São Lourenço para trabalhar nas granjas de arroz.

Muitas vezes os negros deslocavam-se a léguas de distância, em grupos, para trabalhar nas safras.

- IV - Area de cultivo do arroz da Lagoa Mirim)

Desde muito jovens alguns trabalhadores negros saíram da casa de seus pais para trabalhar. Antenor, aos 14 anos de idade. "Eu saí a trabalhar aí por uma granja e trabalhava de foguista. Aí eu ajudava ele a dá comida pros otro que ero mais moço. Eu trabalhava pra ajudá ele. [...] Maquinista de maqui [...] puxá água. Era o meu ofício. [...] De maquinista eu trabalhei no Fernando Osório." (Anexo, p. 334) A motivação para trabalhar no corte de arroz podia ser a turma que se reunia e partia sobre um caminhão cantando e brincando. "Eu gostava de ir nas granja, né. Eu tava muito bem trabalhando, deixei tudo, dexei pagamento, dexei tudo, peguei e me arranquei. [...] Cortá arroz!. Quando chegava o tempo, naquele tempo tinha o pessoal no caminhão, ah, e chegava aquele tempo, a gente via o pessoal cantando, alegre, então me dava aquela vontade e já saia..." (Anexo, p. 474) De toda a região da serra dos Tapes, a partir do momento em que foram introduzidos na região, desciam caminhões carregados de trabalhadores negros para a safra do arroz. Noca, que acompanhou a entrevista de Ildebrando, foi o primeiro proprietário de caminhão que transportava os safristas, de Piratini para as granjas da região.

Os negros encontraram trabalho em engenhos de arroz. "Sim, eu trabalhei dentro de São Lourenço, no Engenho. Engenho dos Moraes Ribeiro. [...] trabalhei cinco anos." (Anexo, p. 139)

3.1.3.5- Meeiro, empreiteiro

Havia descendentes de escravos que trabalhavam em tarefas agrícolas, nas fazendas, às vezes empregados, às vezes arrendando a terra e produzindo às 'meias'. "Dia, trabalhei muito em fazenda [...] trabalho de agricultura [...] Por conta minha, por im...impregado também. [...] A produção era em sociedade [...] era de meio a meio pra cada." (Anexo, p. 358) Oscar trabalhou por empreitada em certas situações: "O que a gente trabalhava a gente ganhava. [...] Porque geralmente [...] trabalhava era de empreitada, porque po dia eu nunca trabalhei. Sempre empreitada. [...] Se não fazia nada, não ganhava nada." (anexo, p. 291)

3.1.3.6- O lenhador

"E no verão, quando não tinha essas coisa pra fazê então, caio nos mato de eucalipto, cortando metro. Sempre um serviçinho daqui ou dali se arrumava." (Anexo, p.291) Dario, quando teve que deixar a profissão de tropeiro, começou a trabalhar na produção de carvão e o transportava para Bagé de caminhão. "Eu carregava caminhão, queimava carvão, carregava. Os caminhão começaram a vir, eu já comecei a pegá os caminhão. Eu juntava muito pião, queimava carvão [...] e começava a carregá pra Bagé. De caminhão." (Anexo, p.112)

3.1.3.7- A 'casa bailanta'

Em determinado período de sua trajetória, Celina viveu com seu marido e filhos. Alugou uma casa em Boqueirão, próximo à cidade de São Lourenço do Sul e trabalhou com uma casa bailanta. "Foi ali que eu morei. [...] Eu aluguei uma bailanta. [...] plantava milho, feijão, mandioca. E dava baile lá na... que eu tinha salão. Eu dava baile. Ali nós fazia baile.. Naquele tempo meu marido tava comigo. E a gente ganhava né. Plantava, fazia doces pra vendê, matava galinha, se fazia comida." (Anexo, p.100)

3.1.4- Entre a cidade e o interior

3.1.4.1- O carroceiro, o quitandeiro

Idebrando Garcia foi carroceiro. "Trazia arroba de Pelotas a 1.500 [...] Açúcar, arroz, cachaça. [...] Levava 15 dias. [...] sempre tinha quatro o cinco [carroças]. Sessenta arrobas vinha em cada carroça. [...] Carrociá, carrociei muito! Eu parei mesmo de carrociá depois que cai torto [pelo enfarto cerebral]. Quitandero de laranja, fruta, compradó. Comprava galinha e comprava porco. Não tinha hora pra chegá em casa. [...] Não tinha hora pra caminhá. Caminhava a noite inteira é... viajando com gado, ovela, né." (Anexo, p. 165) O depoente Zezé, no tempo de estudante, dividia seu tempo entre o colégio e sua banca de venda de verduras no mercado: "Tive até banca no mercado. [...] Tinha banca de verduras. Eu pegava de manhã pra ajudá a família, que era muito pobre." (Anexo, p. 376)

3.1.4.2- Tambo de leite

Havia descendente de escravo que trabalhava em tambo de leite. "Numa ocasião, quando logo que eu perdi esse filho. Que eu saia logo de noite... Três horas da madrugada que eu ia pro tambo de leite, que eu ajudava tirá leite prum tambo, que ela tinha negócio de leite. E todos os dias eu ia pra lá." (Anexo, p. 222)

3.1.5- O trabalho do negro na cidade

Alice Vargas revela por que o pai motivou-se a partir para a cidade de São Lourenço. "Porque o meu pai não queria criá nós na serra. Ele queria trazê nós pruma cidade mais apovada pra gente aprendê alguma coisa. Como ele disse - eu não quero criá voceis como eu e tua mãe." (Anexo, p. 293) "Nós viemos pra cidade. Nós trabalhava em casas e de noite nós vinha em casa com a mãe. Ele e os guri trabalhavam fora. Papai nunca trabalhou na cidade. Só depois de bem velho que le veio, aí trabalhava de..., nessas horta, jardineiro, essas coisas é que, é que ele trabalhava. Mas nunca descontou, nunca se aposentou, nem nada. [...] Morreu

assim." (Anexo, p. 37)

Antes de trabalhar nas granjas de arroz da região, o Armando sentiu os reais motivos que o levaram para a cidade de Canguçu: "Quando dava tempo de seca a gente não coia nada. Então a gente... Queria ir num baile às vezes não tinha dinheiro pra ir! [...] depois sai, vim pra Canguçu." (Anexo, p. 89) Acabou transferindo-se para Pelotas na última década, depois que todos os seus filhos já se encontravam nesta cidade. Maria Carolina trabalhou até seus vinte anos de idade na agricultura, com o seu pai. Depois veio para a cidade. "Ora eu trabalhei com o pai, né, acho que até com quase vinte anos. [...] Depois vim trabalhar em Pelotas, arrumei serviço aqui, com o coronel Guilherme Scmith." (Anexo, p. 252)

3.1.5.1- O barbeiro, a lavadeira, o jardineiro

Pelos dados da certidão de casamento, o esposo de Luiza Dornelles era jornaleiro. Luiza testemunha que ele foi muito bom barbeiro. "Trabalhava muito bem de barbero." (Anexo, p. p. 42) Uma das profissões exercida, ao que parece, com quase exclusividade pela mulher negra, era a de lavadeira. "A minha mãe era lavadeira." (Anexo, p.36) Dona Greice, ao abandonar sua situação de filha-de-criação, aos 19 anos, começou sua vida independente como lavadeira. (anexo, p. 130)

A mãe da depoente Osvaldina foi lavadeira no Instituto Borges de Medeiros, palácio construído na década de 1920, na ocasião da passagem de um príncipe europeu por Pelotas. Após o evento, o morador da casa passou a ser o dr. Jorge de Medeiros. pai de Osvaldina, cuidava do jardim da residência, onde se encontra atualmente a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas. "A minha mãe era lavadeira deles e o meu pai limpava o jardim e arrumava lá. Aquela entrada linda! O meu pai varria, limpava, deixava tudo lindo. E tinha jardineiro pra cuidar das flores ali." (anexo, p. 308) Da mesma forma, a mãe de Segundino Rosa lavava roupa para os fazendeiros na região de Encruzilhada. (Anexo, p. 356)

3.1.5.2- O laboratorista, o comerciário, o vigia, caseiro

Os negros que se deslocaram do campo para a cidade, maioria ocupava-se em trabalhos braçais e de menor qualificação. Quando o trabalhador se encontrava mais envelhecido, permanecia no trabalho mas procurava atividades mais leves onde pudesse manter-se em atividade. Jardineiro, caseiro, vigia. João Eremi Correa trabalhou no Laboratório Leivas Leite, de caseiro, de vigia e, segundo seu depoimento, trabalhou em muitos lugares. Isso revela a baixa qualificação do trabalho do descendente de escravos na cidade depois de ter trabalhado muitos anos na terra ou no campo. "Aqui trabalhei em muito lugar. [...] os primeiros tempo trabalhei no Laboratório Leivas Leite, negócio de vacina, xarope

Depois sai [...] fiquei empregado dum doutor [...] cuidava a casa dele, depois trabalhei lá na loja do Pedrinho Forte [...] e depois eu vivia assim. [...] Sempre aqui e ali [...] ali no centro [...] cuidei muita loja. [...] ganhava por semana." (Anexo, p. 171) Zezé trabalhou oito anos de 'ronda'. (Anexo, p. 376)

3.1.5.3- O operário de fábrica

Osvaldina Silveiras trabalhou de empregada doméstica na residência de família abastada de Pelotas. Após aqueles atribulados anos de serviço, empregou-se na fábrica de pincéis e escovas de roupa. " [...] eu vim trabalhá na 'barraca de cabelo'. [...] era que naquele tempo, pra fazê pincel de barba, era cabelo de porco fervido. [...] eu trabalhava na medida. A medida é desse tamanho. [...] E, e a escova de roupa também era de cabelo de porco. [...] ficava maciozinho, mas tudo com medida. A gente ficava com isso aqui [os dedos] tudo cortado." (Anexo, p. 325) Paulino trabalhou por alguns anos na indústria de adubos químicos extraídos de ossos. (Anexo, p. 330)

3.1.5.4- O brigadiano, o ferroviário

Houve também quem, depois da escravidão, engajou-se na Brigada. O pai de Antenor foi brigadiano e participou nas lutas da Revolução Federalista de 1893 ao lado dos irmãos Pedroso, fazendeiros do município de Piratini. "Depois da escravidão ele foi... soldado, foi soldado muitos ano. [...] Aqui no Capão do Leão. [Soldado] da Brigada." (Anexo p. 65) Alguns trabalhadores negros engajaram-se no trabalho ferroviário: "Depois da charqueada eu vim pra estrada de ferro [...] pra trabalhá na estrada de ferro. E vim pra Pedro Osório pra trabalhá nos trem. No tempo da [...] 'maria-fumaça'." (Anexo, p. 237) Segundino trabalhou como ferroviário por oito anos na região do Capão do Leão.

3.1.5.5- O oleiro, a manicure

"Meu pai mesmo trabalhou em olaria. Era oleiro. Trabalhou em olaria dessa de cortá tijolo naquelas caixinha né, que ele também trabalho e trabalho também nessas olaria a vapor. Meu pai era muito... Compreendia muito, até fez um mapa uma vez, como era feita uma olaria. Trabalhou em várias olaria. Era o serviço de meu pai [...]." (anexo, p. 279) Por sua vez, o trabalho da mulher era geralmente considerado inferior ao serviço do homem. As vezes estava cercado a forte preconceito social. O serviço de manicure estava vinculado à idéia de prostituição. As ~~senhoras~~ 'conceituadas' mandavam as serviços chamar profissional para suas casas mas com a exigência que chegassem camufladas para não serem reconhecidas pela população. "—Tu diz pra Boneca que ela vem aqui em casa, mas que ela se camufle." [...] A manicure vinha na casa dela mas camuflada, de meias, braços tapado, cara tapada, pra entrá na casa da dona Elissa. [...] Era porque elas eram umas

mulheres à toa, mulheres da vida." (Anexo, p.214)

3.1.5.6- O joquei, o operário dos transportes

Nas cidades e no interior, a população freqüentava canchas de corrida de cavalos. Ao que parece, na maioria das vezes, o joquei era negro. Já apresentamos o caso de Armando Soares Lage que foi joquei de carreiras no interior. O trabalhador negro exercia a mesma atividade nas cidades e às vezes era vítima fatal daquela atividade arriscada. O irmão de Maria Carolina morreu acidentado numa corrida de carreiras: "[...] e o outro morreu de joquei no Prado. [...] E, ah, se acidentou e morreu de joquei no Prado." (Anexo, p. 252)

Encontramos o trabalhador negro em qualquer tipo de trabalho pesado, entre eles, o nas empresas de transporte de mercadorias: "A, aqui em Pelotas eu trabaiei numa empresa de transporte. [...] na Rafael Pinto Bandeira. Trabaiei 21 ano. [...] Eu trabaia de carga e descarga." (Anexo, p. 293)

3.1.5.7- A costureira

Dona Celina, abandonada pelo marido, filha-de-criação sem remuneração, criou os filhos "A rigor de sacrificio. [...] Fora se criando e eu tocando máquina sem fim...sem piedade, noite e dia costurando. Eu durmia umas duas horas de noite, só! E mais, levantava e, pras máquina, costurando pra essas casa de carregação. Costurei muitos anos pro Mazzer [...] aqui da cidade. [...] Eles cortavam as costuras e levavam lá pra mim. [...] Levantava cerros de costura que ninguém acreditava que eu fizesse. E eu fazia, trabalhava noite e dia." (Anexo, p.101)

3.1.5.8- O estafeta

Os serviços de correio eram realizados a cavalo por estafetas no interior da região. Antes de 1923, Ildebrando trabalhou durante cinco anos nesta atividade. "Fui estafeta de correio, ganhando três cruzeiros por dia... de Pinheiro Machado aqui [Piratinil]. A cavalo, trazia as malas num burro.[...] Trabalhei uns cinco anos. Se lembra seu Noca, quando o Berlindo Deon cagó... o Orlando Cardoso a bala? Boto as mala tudo fora! Depois, no outro dia não tinha ninguém pra sai. Fui eu. Nunca mexeram comigo, cosa boa, gente boa! [...] Ah, seu, já me esperavam. As veis ainda não tinha chegado as malas de Pelotas em Pedras Altas e me esperavam, esperavam. Mas tschê, metia os cavalo lá fora, dizia assim: '-guarda comida pro estafeta.' Ah, eu chegava, me sentia em casa. Metia os cavalos lá pro galpão. Decilhava, dava bóia e ia comê [...]." (Anexo, p. 156)

3.1.5.8- Alugado, emprestado

E [a mãe] me deu, me emprestava e tive em vários lugar. [...] Recebia. Tinha a casa que eu morei, que me davam desde a roupa pra eu sai, dos filhos, era chapéu, era roupa, eles me davam. [...] E os filhos usavam e aquilo ia ficando véio, compravam outra nova e aquela, quando eu precisava eles me davam... E eu saia... Tenho al testemunha [...] Era chapéu, era bota. [Dinheiro] era pouquinho mas dava pra muita coisa. O individuo não se aperreava, mas comprava alguma coisa que precisava. Ia indo. [...] Eu morva junto ali. Na mesma casa. E, eu durmia no quarto dos rapaz. Tudo me agradavam. [...] em toda a minha vida sempre me reforçavam, não tinham ódio de mim. [...] Acamaradava. Fazia amigos.¹⁹

Por duas vezes, Luiza Dornelles refere-se ao seu aluguel: "Ah, fui pra lá com a minha mãe. Se não fosse isso eles [os tios] eles não me tinham intregado. Ai fui pra lá com a minha mãe; comecei a trabalhá hoje aqui, amanhã ali. Primeiro aluguel foi na casa de um doctor cuidá de criança". (Anexo, p.216) Pareceria que a tradição escravista continuou por mais alguns anos, após a Abolição. Veja-se a condição em que viviam estes jovens, homens e mulheres alugados. Apesar disto, os depoentes recebiam sua remuneração pelo trabalho realizado. A categoria aluguel é uma forma de auto-consciência e não propriamente a realidade daquelas relações dentro do novo regime. A raiz desta forma de encarar o fato, situa-se no sistema escravista.

3.1.5.9- O cozinheiro, a cozinheira, a copeira e a confeitadeira

Após a Abolição, muitos ex-escravos e descendentes de escravos trabalharam de cozinheiros, profissão que já desempenhavam no período escravista. Um irmão de Maria Carolina Duarte Lobo tinha essa profissão. "[Trabalhou] Ai no finado Noronha de cozinheiro [...]." (Anexo, p. 252) Trata-se de um cozinheiro em uma residência em Pelotas. No interior também havia o hábito de colocar o trabalhador negro de cozinheiro. A narração de Armando Soares revela este aspecto. Armando tinha outros irmãos que trabalhavam na fazenda do patrão, no Pantanosos. "[Trabalhavam] na cozinha, tudo. [...] Do patrão também, tudo." (Anexo, p. 92)

"Eu era cozinheira, fazedera de doce pra casamento, pra festa tudo, era. [...] Desde pequena [...] tinha onze anos quando fui pra cozinha." (Anexo, p. 221) Após a morte do marido, transferiu-se para Novo Hamburgo e foi cozinheira por algum tempo na casa do dr. Severo, ex-prefeito daquela cidade. "Ele era um Caçapava também. Ele tava aqui e mandô me busci com o doutor guria." (Anexo, p. 225) A sua filha Tereza era babá de um doutor daquele doutor. (Anexo, p. 221)

pertenceu depois a Paulo Smith. Foi num período de veraneio que a deponente trabalhou de empregada doméstica naquela casa, hoje em ruínas. A partir de 1945, a fazenda foi encompada pelo Governo Federal, mesada ao patrimônio da Universidade Federal de Pelotas e transformada em fazenda modelo.

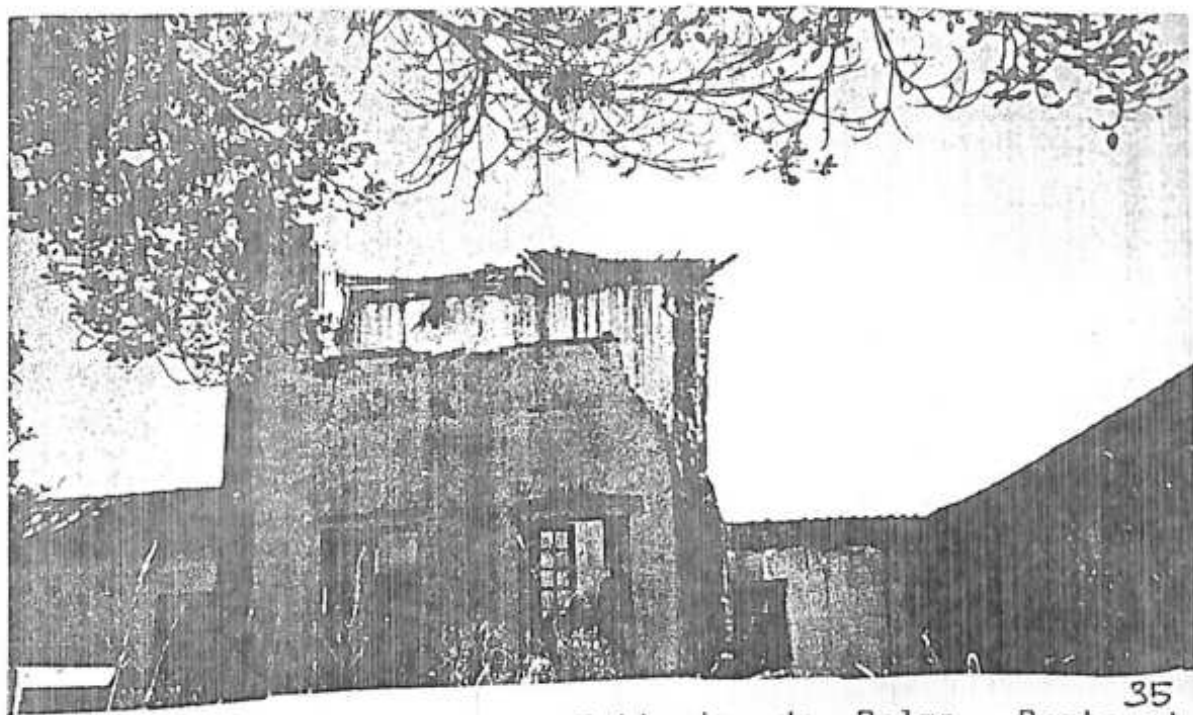


Foto - 35 - Aspecto da Estância da Palma. Parte da casa encontra-se em ruínas. 1991. 35
Foto do autor.

Entre as quatro empregadas que trabalhavam naquela casa, Maria Carolina era a copeira. Serviços não sentavam à mesa com o patrão. Mesmo estando em sala separada, eram restringidas inclusive na conversa. "E que o vóio não gostava que conversasse alto. Que os empregados iam conversá fiado!..." (Anexo, p.252) Os escravos eram tratados desta forma, no século passado. Deviam trabalhar em silêncio. O salário de Maria Carolina era de dez mil réis. O quilograma de carne custava 400 réis, o quilo de açúcar custava 700 réis. Para poder auxiliar à sua mãe, inclusive no aluguel da casa, Maria Carolina exigiu um salário melhor e passou a receber 50.000 réis. (Anexo, p. 252)

Ao descrever as ruas e os aspectos interessantes da cidade que Osvaldina observou há mais de cinco décadas, em Pelotas, ela foi mais incisiva na descrição do mundo interior da casa e da família onde trabalhou dos dez aos 15 anos de idade. Segundo seus depoimentos, a usina instalada próximo à Santa Casa pertencia aos norte-americanos. Euclides Owen Bolsemeyer era genro de Elisa, em cuja casa Osvaldina trabalhava como doméstica com outras companheiras. "Ele era muito alto, muito vermelhão. Comia que nem um animal. [...] Então lá pelas tantas, ele dava vontade de vi a no Anglo comê um peru. Então ele levava [...] a gente limpava e fazia aquele peru assado no forno de lenha, pois era a lenha, com dois fornos, enorme de grande. [...] o americano falava enrolado ele. Comia que não comia. Hoje vão comer peru." Falava enrolado ele. Comia que não comia. (Anexo, p. 310) Para o peru ficar de aspecto agradável era cozido

de rodelas de abacaxi produzidas na quinta do senhor Perret, situada na fazenda Bom Retiro.

No mercado central, as domésticas compravam a maçã argentina, a chicória, a batata do funcho, a batata do aipo. Tudo era preparado com azeite especial e os alimentos eram cozidos com gordura do peru. A mesa da sala de jantar era muito grande, envernizada, trabalhada, acompanhando a decoração dos outros móveis do ambiente. Uma manta de lã era colocada sobre a mesa para aquecer o verniz. "At o seu Bolsomeyer sentava... A gente era escrava, empregada servia a mesa, botava na mesa tudo. E se chegava na porta da copa, depois que tava tudo arrumado, não podia faltá nada. Era guardanapinho engomado, guardanapo de boca engomado branco, toalha de linho branco engomado, tudo engomado. Botavam no peito e outro daqui assim [mostrando] era um especial pra não pingarem a roupa." (Anexo, p. p. 370)

Ao ouvir as palmas, na porta da copa, as empregadas deviam dobrar as mangas da camisa do referido senhor que sentaria à mesa para saborear o peru. "Só ele devorava aquele peru sozinho. E se botava na volta do peru, o abacaxi, a maçã, tudo cortado em rodelas. Na mesa, na volta do peru e o prato, a saladeira cheia de chicória, de xuxu e aipo, aquilo tudo e azeite, azeitona, azeite do bom mesmo, né, com aquela salada tudo ali. Ele se sentava e comia todo o peru e todo o enfeite do peru ele comia." (Anexo, p. 370)

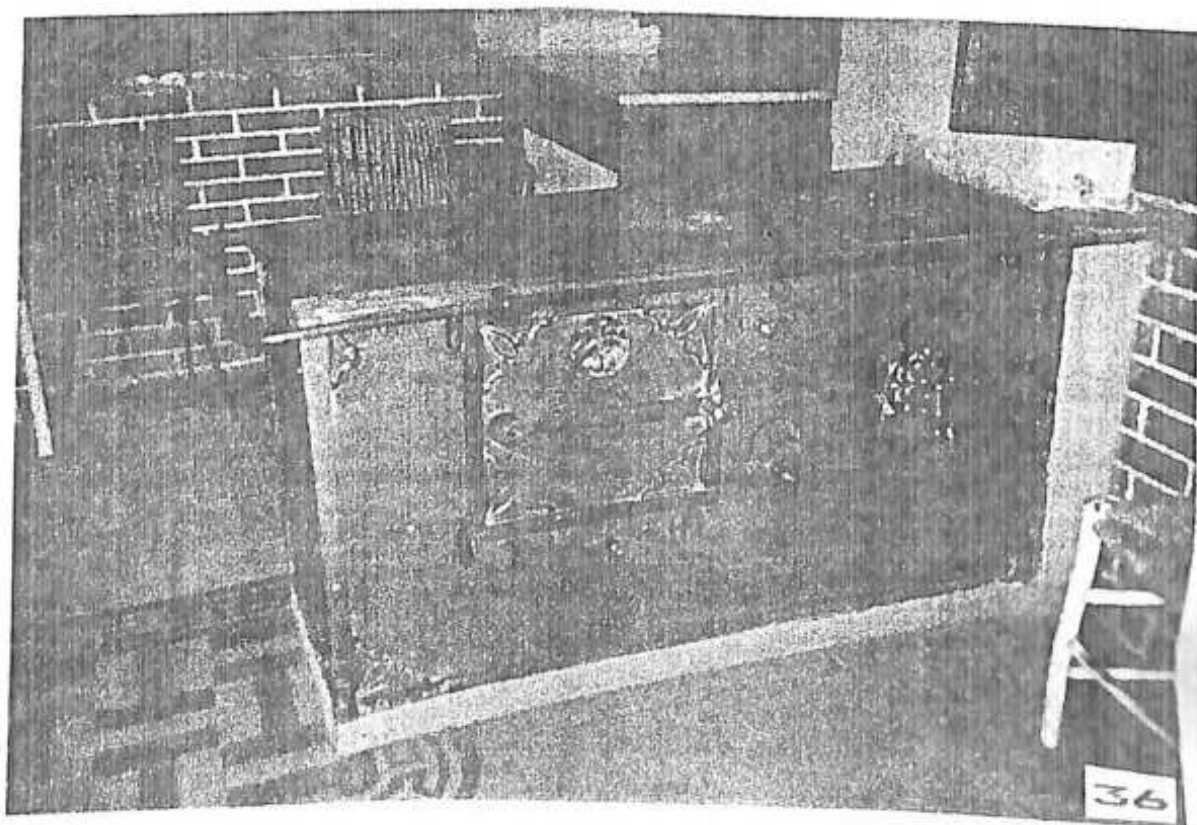


Foto - 36 - Tipo de fogão usual nas famílias pelotenses nas primeiros meados do século XX.
Foto do autor.

Com este aparato, em uma residência fazia-se necessário o trabalho de seis pessoas: a copeira, a cozinheira, a lavadeira, a passadeira, a babá e o piqueteiro. Evidentemente que o salário seria insignificante. "Numa casa de família, tudo isso pra se ganhá trezentos réis por mês [lágrimas e suspiro]. Ah, meu Deus, quanto trabalho se passou! (Anexo, p.320)

O trabalho numa residência de elite pelotense, apesar do número de empregados, era intenso. O soalho de madeira devia ser mantido impecavelmente lavado. Havia tubulação de gás para as residências das pessoas mais abastadas. O gás era utilizado para a iluminação e para o fogão. O mais utilizado era o fogão de ferro, à lenha, a empregada devia manter polido. Ovaldina não tolerava as exigências de dona Elisa. "[...] era isso que eu tinha nojo dela: quando eu arava aquele fogão e deixava areado e lavava aquela cozinha, ela ia pra gaveta do armário, tirava um guardanapo [eficiência pensativa] ... Um guardanapo branco, porque tinha o guardanapo de xicara, guardanapo do prato, guardanapo dos talheres, guardanapo dos copos, guardanapo das talheres, pra uma coisa só. Ela pegava então um guardanapo limpo e passava. -ah, só a negrinha mesmo pra ará essa chapa. Tomá banho! Passei muito, muito trabalho, muito trabalho eu passei. Ela só não me deu, não me dava em mim nem na cozinheira porque eu acho que tava passando o tempo dos escravos já lá muitos anos, mas que ela era carasca ela era." (Anexo, p. 320)

Logo que se abriu o mercado de trabalho para mulheres safitas de fábricas de conservas em Pelotas, a reação de dona Elisa manifestou-se assim: "Ah, essas desempregada de agora, pegaram uma maria de trabalhá em fábrica." (Anexo, p. 321) Revela-se na expressão, o medo do encarecimento do trabalho doméstico.

Maria Francisca foi filha de escravos e, a partir dos seis anos, passou a trabalhar na casa dos senhores dos seus pais. Trabalhou muitos anos na casa do doutor Djalma Matos, depois na casa de Francisco [Chiquinho] Matos, mais tarde na casa de dona Miguelina Matos. "[...] todo esse pessoal que a minha mãe foi escrava. [Trabalhava] em tudo quanto tinha horas para trabalhá nessas pra horta capina. A gente nunca tinha horas para trabalhá nessas casa. [...] Parava na casa. [Levantava] às sete horas. E dali já pagava a trabalhá até as seis horas. Fazê a lida e depois que a gente aprendeu a cozinhá, já foi pra cozinha. [...] Na casa que eu tive ... No seu Tótilo, tinha a copeira. Na dona Miguelina, tinha copeira também. Eu era cozinheira, barrê e lavá a roupa. Fazia aqueles outros serviços em casa. Sempre trabalhei muito, puxa!" (Anexo, p. 284)

Trabalhar com distintos patões, em diversos lugares, por longos anos, foi a trajetória de vida trabalhosa e sacrificada de Maria Francisca. "[...] depois que eu fui pra Encruzilhada [...] tive uns quantos anos lá, lá no Pantano Grande, morei muitos anos lá na Minas Gerais, filho, longe! Lá tiravo os winério pra fazê essas coisa aí. Essa senhora que eu tive lá, ganhou cinco crianças e todas eu ajudei a criá. [...] E às vezes trabalhava lá, foraw lá na Encruzilhada me busca, nessa Fonseca aí. Mas burrinha sempre

noé! A gente não pensava." (Anexo, p. 284) Parece que a consciência da própria situação de alienação emerge apenas depois de muitos anos e no distanciamento necessário.

Ana Maria, filha de uma filha-de-criação, afirmou: Nas casas de família eu tinha que agüentar tudo que acontecia, participava de quase tudo. Só não participava dos bens, dos direitos que a família tinha." (Anexo, p. 42)

3.1.5.11- Ama-de-leite - A Vaquinha

No período de amamentação, a escrava exercia esta incumbência com certa exclusividade. Não realizava tarefas cansativas e pesadas. Após a Abolição, a mulher descendente de escravos continuou a prestar serviços de ama-de-leite, sendo remunerada. Era uma espécie de mãe de aluguel. Luiza Dornelles teve onze filhos e amamentou inúmeras crianças em Caçapava: "[...] eu dava muito de mamã pras crianças fora, não. Então, me chamavam, eu ia. Quando era na pagação, eu agarrava o dinheiro, botava, segurava, não le dô o dinheiro, botava no banco. As vez meu marido ia lá, tirava pra aplicá nas casa, tirava donde eu tinha." (Anexo, p. 221) Quando esse serviço era remunerado, podia sofrer a exploração do marido, como foi o caso de Luiza Dornelles. Ela mostrou a justificativa porque as senhoras dos fazendeiros e comerciantes e outras não preferiam amamentar: para não envelhecer. Quando amamentavam, estas senhoras cercavam-se de cuidados.

Luiza Dornelles reafirma que amamentou muitas crianças, inclusive crianças com meningite, pois as mães queriam evitar de contaminar-se com o vírus. Luiza amamentou até que teve filhos. "Eu fui [ama-de-leite]. Muita criança, dei de mamã. [...] De banqueiros, de escritório. [...] Até prá criança, às vez que tinha meningite eu dava de mamã. [...] Enquanto tive família eu dava de mamã." (Luiza Anexo, p.223) A perda de um filho podia ser motivo para a trabalhadora negra criar o filho de uma mulher da elite: "E eu criei muito filho de branco, também. Eu tenho uma filha branca de peito, eu. Tão bonita ela. [...] Criei, eu fui ama três anos. Quando perdi a minha primeira filha, fui ama três anos. [...] Ela me chamava '-minha vaquinha'. Era coisa mais lindinha. Eu acho que o pai dela dizia assim: '- essa que é a vaquinha da minha neném'." (Anexo, p. 315)

3.1.5.12- O safrista do charque e a visão empírica da charqueada

Em épocas de safra, nas charqueadas, deslocavam-se grupos de homens do interior da região sul para as zonas de indústria da carne seca, especialmente para Pelotas. Após aquele período, retornavam aos seus locais de origem. "Pois é, quando era tempo de safra, ele vinha trabaiá aqui [em Pelotas]. E depois, quando

terminava a safra [...] era uma turma de home hein!, tudo ia pra casa [...] carregado de surtimento, bastante ropa pra nós [em piratin?]; a gente contente! Dinhero!" (Anexo, p. 61) Manoel trabalhou numa charqueada nas proximidades de Candiota.

Antenor Silveira teve uma atividade de 14 anos na charqueada de propriedade do coronel Pedro Osório, conhecendo-a em quase a totalidade de seu funcionamento e estrutura. Juntamente com os depoimentos de Valentim Nunes Garcia, podemos apresentar a visão de conjunto destes elementos. Valentim trabalhou nas charqueadas que funcionavam nos fundos do bairro Fragata, às margens do arroio Moreira. Naquele tempo, não havia qualquer outra indústria de carnes em Pelotas, nem mesmo o Frigorífico Pelotense. (Anexo, p. 261) Adir Barbosa contribui afirmando que ao lado da charqueada de Pedro Osório havia as ruínas de outra charqueada. "Mas ali tinha grancha, tinha piso, tinha sinal, morei ali uns dois anos." (Anexo, p. 7) Afirma também ter existido uma charqueada perto da chácara da Brigada, próximo ao arroio.

Valentim Nunes Garcia conheceu os charqueadores Peri Costa, Atiliano Cardoso, Felício Costa e, o maior de todos, o coronel Pedro Osório. Trabalhou nas charqueadas de Louval e Felício. (Anexo, p.261) Antenor Silveiras conheceu pessoalmente o coronel Pedro Osório, dono da última charqueada que funcionou em Pelotas: "[...] usava um bigode bem grande, bigode grande torcido. Era uma home que tinha um cabelo [...] puxando cabelo de índio e usava um chapéu de aba bem larga, andava sempre de bota, era home gaúcho. Era gaúcho, cavalo bem inciado, quando chegava uma tropa ele gostava de também ajudá a botá o gado no ... brete. [...] aquilo lá, ele só ia lá pra dá uma oiada e comê um churrasco. Carne era à vontade. [Os empregados] Podiam comê carne e levá carne pra casa [...] era um patrão de mão-cheia." (Anexo, p.68)

Naquele tempo, o safrista recebia cerca de 15.000 réis o equivalente a 7,75 patações. Segundo Antenor Silveiras, dava para comprar um colchão e um travesseiro por 1.500 réis e um bom 'sortido' por 3.000 réis. "Enchia uma carroça de bóia com três mil réis, o açúcar não valia nada [...] dava cinco surtido [...] ah, dava pro mês intero." (Anexo, p. 70) Segundo Antenor, os bois que vinham da tablada eram conduzidos pelo passo das tropas até o mangueirão da charqueada, um campo que se situava na área ocupada pelo bairro Navegantes I e Navegantes II. Do mangueirão, eram conduzidos para as mangueiras mais próximas à charqueada. Quando não eram abatidos durante o dia, os bois que permaneciam no campo do mangueirão eram vigiados por tropeiros durante toda a noite. O boi era conduzido ao matadouro através dum brete. O animal era abatido com uma forte marretada na nuca. Para esta operação era colocado sobre uma 'zorra', um carro muito baixo, de quatro rodas para transportar cargas muito pesadas. A caçamba era virada para deixar o animal cair num patamar de cimento a mais ou meno três metros abaixo. Mesmo se caísse vivo, era imediatamente desgarrotado e sangrado.

Antenor trabalhou no matadouro. "Eu trabalhava no matador. Foi marretero, batia... [...] Uma pancada, uma marreta bem grande. O nego levanta, dá uma pancada só, ele cai lá embaxo [...] no

cimento, mas não se quebrava não. [...] Até meio dia se matava setenta boi. [...] Seis hora já tava começando a matança. [...] As quatro hora já tava todo mundo já batendo o cartão. [...] Já tinha cartão. Batia cartão (...)." (Anexo, p. 71) Carneado o boi, separado o couro, as carnes eram divididas em pedaços que eram pendurados em ganchos de ferro anexados a roldanas e conduzidos às mesas onde trabalhavam os 'descostadores'. A carne separada em carilas era colocada em tanques para salga. Outro tanque de salga servia para depositar os couros imediatamente após serem separados do animal. Um tanque de cerca de 20 m² servia para depositar couros. Cinco ou seis homens permaneciam removendo os couros para que salgassem bem. No dia seguinte, eram colocado no sal e empilhado. Após trinta dias de trabalho, o couro ficava amarrado, pronto para ser exportado pelos navios. Os barcos rumavam para Rio Grande com dois ou três mil couros.

Vinte ou trinta pessoas trabalhavam 'despostando' carne. Dali, a carne era conduzida para um tanque de molho de sal. No dia seguinte, passava a ser exposta ao sol, estendida em varais por um dia. Por volta das dezessete horas, os trabalhadores começavam a recolher a carne, exposta nos varais, que ocupavam milhares de metros quadrados. Ela era recolhida em pilhas, construídas com muito cuidado, sob a vigilância de um capataz. Havia práticos muito habilidosos para este serviço. O galpão para empilhar a carne tinha aproximadamente 15 metros de largura e setenta de comprimento. Os abates eram diários. Caso contrário, os trabalhadores dedicavam-se a curtir o couro, secar a carne nos varais, fazer limpeza e obras. Sempre havia serviço, inclusive o de ensacar o charque de postas irregulares - os 'cavacos'.

Com a cabeça do boi descarnada, os ossos eram queimados e triturados nas máquinas e utilizados como adubo. Sentia-se cheiro de ossos queimados, de outros maus cheiros de cortumes como o Santa Fé, à beira do arroio Santa Bárbara. Nas margens deste arroio também havia charqueadas. Existiam urubus em grande quantidade. Segundo Antenor, o sangue era conduzido aos arroios através de canaletas. As víceras também eram aproveitadas para adubo. As graxas lançadas nas águas eram aproveitadas pela população, que as recolhia, para fabricar sabão e graxa para vender. A charqueada possuía uma graxeira de ferro muito grande. "[...] morreu um cara, caiu na graxera, mas foi abafado, [...] pra não perdê o tanque de graxa. O cara caiu, quando chegaro a tirá tava desmanchado, tiraro só o cadáver. Foi abafado, ninguém empregado podia publicá que tinha caído um home na graxera. [...] A família depois ficaro sabendo que morreu de acidente [...]. Era tapado, era tapado. E ninguém falava. [...] se chamava Fabiano." (Anexo, p. 72)

A graxeira era um grande tanque de ferro que ficava nas proximidades do matadouro. Uma chaminé conduzia a fumaça para o alto. No matadouro, era extraída a graxa e lançada na graxeira. O conteúdo era constantemente agitado com grande pás perfuradas. A graxeira ficava sob uma cobertura mas exposta à movimentação do ar para evitar a concentração de fumaça vapor e graxa. No verão, seria insuportável trabalhar de outra forma. Pronta, a graxa era coada e despejada em barris de madeira para facilitar a exportação. Esta graxa era muito apreciada para a alimentação. A princípio,

tanto a cabeça como a língua eram aproveitadas para adubo ou dadas a quem as quizesse, no dia da matança. Aos poucos, foram aproveitadas as carnes da cabeça, a língua, o coração. A caixa d'água, chaminé da graxeira e galpões foram demolidos para dar lugar a um engenho de arroz. Não faltava o tradicional sino para chamar os trabalhadores para a produção.

Os depoimentos de Valentim N. Garcia confirmam as descrições de Antenor. Ildebrando Garcia afirma que havia cerca de dezoito construções. Cada setor tinha o seu galpão. O galpão para despostar a carne era dos maiores. Na beira do arroio, ao lado da charqueada, encontrava-se o porto, edificado de tijolos. Salientavam-se palanques para amarrar as barcas com correntes. Dentro dessa charqueada, Ildebrando exerceu várias atividades: no matadouro, na salga e ressalga do charque, etc. Ildebrando informa que o sangue passou a ser aproveitado para engorda de porcos que ficavam em encerras perto da charqueada. Os dejetos eram jogados ao rio. Ildebrando Garcia confirma que o trabalho iniciava de madrugada, para ficar pronto até o meio-dia. Mulheres não trabalhavam. Era só homens, brancos e negros. Chegava-se a abater duzentos bois por dia no período de safra, quando ocorriam os homens de outras localidades. (Anexo, p. 163-6)

Segundo Paulino S. Nunes, o período forte de safra anual não duraria mais que um mês. Durante o ano, as matanças eram realizadas com trabalhadores da cidade. O testemunho disso era o velho 'Mozinha' que trabalhou nas charqueadas e morava nos últimos galpões da charqueada São João, que resistiram às intempéries até recentemente. (Anexo, p.332-333) O mesmo velho revelou que, no tempo da escravidão, já havia trabalhadores livres nas charqueadas. "Ele falava que muitos vinho, né, o coronel mandava eles vim trabalhá. As vez aqueles andavo à vontade, não ero preso igual os otros, aqueles vinho mais..." (Anexo, p. 333)

3.1.6- Tratamento, discriminação e resistência do negro

Antenor lembra dos companheiros de trabalho e indica onde estava a discriminação do negro, inclusive na charqueada.

[...] daquela turma [...] existe só três, tudo é morto. [...] O último nego véio é morto faz três ano, se chamava Joaquim Pedro, ele é morto. [...] Era uma base de 40 o 50 hose que trabalhava [...] tinha branco e tinha preto. Era mais preto di qui branco. Não posso sabê porque o negro era mais, tinha mais pra trabalhá, porque ele era de mais aguento no serviço [...]. Aguentava mais, então era mais procurado. Então, muitas vez o branco era pra trabalhá manguindo coro, batê coro, aquelas cosa assim e trabalhá nas mesa [...] no serviço mais leve, mais leve e o nego era pro serviço brabo, serviço brabo! 7

O tratamento discriminatório e violento contra o trabalhador negro não desapareceu com a Abolição. Não é uma questão que se esgota na relação de trabalho. A discriminação que

se manifesta no mundo do trabalho tem suas expressões na esfera política, na educação, na religião, na liberdade fundamentada em um sistema de competição e de individualismo. A maioria dos descendentes de escravos foi lançada para aquela esfera de trabalho mais bruto e braçal. A sistemática campanha discriminatória contra o trabalhador negro agravou a sua marginalização no trabalho, uma vez que se valorizava mais a mão-de-obra de origem europeia. Acabamos de constatar que o trabalhador negro exercia as atividades mais pesadas nas fazendas, no campo, na roça. As mulheres que trabalhavam nas casas de família eram tratadas com as mais duras exigências, muito semelhantes ao período escravista. Sorte semelhante ocorreu aos agregados. A servidão foi vivida pelos filhos e filhas-de-carga.

A violência física, os maus tratos, o desprezo e a marginalização permaneceram com a mudança de regime de produção, com modificações de qualidade, evoluindo para as formas mais sofisticadas de exploração. Uma massa cada vez maior de pessoas, incluindo a quase totalidade dos trabalhadores negros no Brasil e no Rio Grande do Sul, está lançada à marginalidade e miséria crescentes. A famigerada concentração de rendas permitiu a concentração da terra, dos meios de produção e os mecanismos de decisão e inculcação ideológica. A Região Sul do Estado, que conheceu, possivelmente, o mais duro escravismo do sul do Brasil, sustentou e mantém até hoje um dos mais expressivos sistemas de discriminação. Encontramos os filhos e netos de escravos vivendo nos barcos mais humildes entre os barcos da periferia.

Ana Maria refere-se ao tratamento recebido nas casas onde sua mãe trabalhou. "Nunca tivemos tratamento igual às outras pessoas da casa do pai. Minha mãe não reclamava, aquentava tratavam nas casas de família. Minha mãe não reclamava, aquentava tudo calada. Achava que não tinhamos outra saída. Falava: - Com paciência a gente sai disto. Agora é preciso resistir e ficar por aqui! Um dia acabou o cativério." (Anexo, p. 42) Junto ao tratamento discriminatório surgiu muitas vezes a resistência e a força para superar aquele regime de novo cativério. Contudo, os longos anos de brutalidade do regime escravista fez crescer o ódio e a violência na vida do negro. As vítimas podiam ser os filhos ou os mais jovens. Destino difícil e conurbado experimentou Luiza Dornelles, desde os primeiros anos após a Abolição.

Luiza Dornelles foi mandada muito jovem para a casa da avó onde era tratada com agressões e tapas pelos tios. Não tinha coragem de fugir porque a casa ficava muito longe. Depois de algum tempo, foi mandada para a casa de uma tia onde um primo quiz violentá-la. Dando conhecimento do fato à sua tia, acabou sendo responsabilizada e considerada "sem-vergonha" por ela e pela família. Foi a lamentável circunstância que permitiu à Luiza o retorno para junto da mãe. Em seguida, foi "alugada" pela mãe para trabalhar numa casa de família na função de babá. Muito jovem Luiza trabalhou na casa de João Dioclético Maciel que tratava com aspereza e batia nos empregados. A mãe de Dioclético ensinara a

forma de tratar os empregados. Ela teria assassinado uma filha-de-criação.

Ele chingava muito e metia o laço. [...] Descia o laço! E, mas comigo ele não se arrumó. [...] Pagavam bem. Ele tinha casa de negócio, né, tinha chácara. [...] Era um patrão muito ruim. A mãe dele tinha até matado uma guria, uma empregadinha que ela tinha, com um ferro quente noé. Espetou embaixo e ela morreu. [...] Era deles, eles que tavam criando. Era pretinha né, era pretinha! E enterró no, debaixo do chiquero do porco. Enterró num dia, no otro já viero avisá pra desenterrá. Troxe pra cidade. Eh, a gente lá via de tudo! Tão ruim, tão ruim! Eu é que não... a cabeça não dá mais! [destacamos]

João Rodrigues, criado numa fazenda da família Prestes em Encruzilhada, experimentou a dureza da vida de trabalho desde o momento em que conseguia manter equilíbrio na montaria. "[...] Bastante serviço. Eu já foi... muito rigor! [...] Sol-a-sol. O sujeito madrugava, madrugada grande. O sujeito, na minha idade, até os déis, onze anos quando comecei a pará em cima do petiço...! pro campo! [...] Passava o dia intero em cima do cavalo." (Anexo, p. 181)

Os patrões seguiram por muitos anos os modelos de tratamento escravista. Esta tendência foi incorporada pelos trabalhadores negros que imitavam os tratamentos recebidos no cativo. Luiza Dornelles presenciou os maus tratos com as moças negras na casa das tias. "Era de péssima vida do preto de Caçapava. Lá, tudo que era geral lá, ...o preto passava muito trabalho. Eram muito judiado, né. Mesmo quando eu fui pra casa dessa mia vó - eu nunca apanhei assim porque a - eu via as guria de lá de mia tia, ele atava... E era os pilão de socá canjica, um pilão assim [sinal com os braços em curva] ...atavam ali, e dali batiam laço." (Anexo, p. 218)

O peço negro também podia ser agredido e espancado pelo patrão. Angelo Peres foi criado numa fazenda em Piratini onde chegou a apanhar de relho: "As veis... às veis batiam na gente. [Batiam] com reio! [podia se defender] mas naquele tempo a gente não podia andá brigando com ninguém né... nem agarrando os pais [de criação] nem nada." Os maus tratos foram oportunidade para alguns resistirem e romper com a situação de exploração que viviam como filhos-de-criação. Um dos casos ocorreu com João Rodrigues. A mediação foi o engajamento na Brigada. "Ah, lá... aí que tá o problema, né. Eu fui ficando taludo. Muitas veis andava trapilha e numa reunião de carrera ali, via os iguar bem arrumadinho, i cosa... tinha aqueles que tratavam bem também, otros nem tavum dando bola. E eu: ' - mas isso não é vida, tenho que sai daqui'. E foi, foi até que chegô a minha oportunidade: me mandei de lá, nunca mais oiei pra trás. [...] Fui no Exército. [...] E eu vim servi por intermédio de um rapais [...] porque ele, 'seu fulano, é filho de fulano', se incostó lá por a cidade, na tem dinheiro, é polícia. Então, naquela época, apareceu o tal do recenceamento, lá na campanha [...]. Foi no período que me atingiu a mim." (Anexo, p.181)

Jacob Goreneder procura reunir as causas da situação dos trabalhadores negros na sociedade brasileira atual estudadas por alguns autores e apresenta a própria visão interpretativa a respeito. Os expoentes da escola sociológica de São Paulo identificaram nos estigmas da escravidão o ponto de partida original desta situação de humilhação discriminatória. A escravidão importava aos trabalhadores negros um 'estado de anomia' e impediu que adquirissem hábitos e qualificações de trabalho, ajustados às necessidades competitivas da ordem capitalista. Cetero furtado, numa perspectiva cultural européia, falou em 'retardamento mental' dos ex-escravos. Identificou retardamento mental com atraso cultural. Os reabilitadores da escravidão, segundo Jacob Goreneder: - Célio de Azevedo, Gilberto Freire, Kátia Matoso e outros, teriam reagido, afirmando que o capitalismo trouxe o racismo discriminatório e marginalizador dos negros. O escravismo teria sido um sistema racional que não privou os negros de habilidades para enfrentar o capitalismo. Segundo Jacob Goreneder, esta suposição não se sustenta à medida que a maioria dos escravos vivem em zonas rurais e não adquiriu qualificações profissionais diferenciadas. A ideologia da depreciação do trabalho manual e apreço pelo ócio foi fortemente inculcada. Não se pode negar tais realidades.¹²

A desvantagem em relação à mão-de-obra de origem européia estava precisamente no passado escravista e nas suas sequelas. Desde o início, o relacionamento entre ex-escravos e fazendeiros **brancos** foi agudamente conflitivo. Os fazendeiros continuaram a tratar os negros **LIBRES COMO FAZEM COM OS ESCRAVOS**, movidos pela prepotência e pelo preconceito racista. Até a Primeira Guerra o forte fluxo de imigração permitiu a exclusão relativa dos negros e sua transferência para trabalhos mais pesados e de pior remuneração. A ideologia racista deu cobertura a esta preferência. Lilia M. Schwarcz situa o surgimento do racismo no Brasil no final do século XIX, desvinculando-o do escravismo. Na realidade, a condição legal carece de justificativa ideológica e esta é encontrada na pressuposta inferioridade natural do escravo, como afirmou Aristóteles. No caso brasileiro, o racismo já vinha de Portugal e incluía os africanos na categoria de repúdio, tendo em vista escravos e negros livres. A semelhança dos muçulmanos e judeus, possuíam 'sangue infecto'. O que surgiu a partir de 1850, não foi o racismo e sim sua variedade científica, extraída das doutrinas antropológicas européias. Este racismo científico, avidamente aceito pela elite cultural, ganha expressão em artigos de escolas e imprensa. "O racismo antinegro difundindo-se através de escolas e imprensa. "O racismo antinegro teve suas raízes profundamente fundamente fincadas na exploração da escravidão."¹³

O racismo no regime capitalista brasileiro é explicado por Florestan Fernandes como algo persistente na sociedade de classes com uma fisionomia de arcaísmo, sociopatia, fenômeno de demora

12GORENEDER, A Escravidão Reabilitada. Op. cit., p. 200.
 13GORENEDER, A Escravidão Reabilitada. Op. cit., p. 200-201.

cultural. O novo empresário industrial teria absorvido a velha ideologia a qual desapareceria com o aprofundamento do processo de industrialização. Historicamente, ocorreu o contrário. O racismo e o segregacionismo permanecem em nações burguesas de regime democrático como os Estados Unidos. Octávio Ianni tratou a classificação racial como mistificação da divisão em classes sociais, mas permanecem residuais as diferenças raciais. Segundo Carlos Hansenbalg, a explicação da situação presente deve ser procurada no próprio capitalismo, para o qual a classificação racista é funcional. Trata-se de um procedimento social normalmente integrado no regime social capitalista hoje dominante. Avaliados segundo a raça e não segundo a qualificação profissional, os negros são comprimidos nos porões da sociedade e constituem um viveiro de mão-de-obra barata. A integração do negro na sociedade capitalista de classes continua uma possibilidade irrealizada e postergada. O racismo no Brasil opera através de um *continuum* de gradações de cores com diferente valoração social, o que estimula a aspiração ao branqueamento. É um racismo que desarma os negros e lhes dificulta a percepção da identidade racial agregativa. No mesmo sentido desmobilizador, atua a ideologia da 'democracia racial'.¹⁴

Segundo Jacob Gorender, os capitalistas agrários e industriais brasileiros criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática em regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que constitui uma reserva de reserva. Classificar as pessoas segundo a cor tem sido vantajoso ao desenvolvimento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para os trabalhos em troca de salários rebaixados. No Brasil, com uma das maiores concentrações de riqueza, as possibilidades de mobilidade vertical são ínfimas para as classes oprimidas e exploradas, quer se trate de brancos ou de negros. Assim, a raiz da pobreza geral está, em primeiro lugar, no capitalismo. Mas a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial é um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo.¹⁵

3.1.7- Terra

"Desde que não fosse do meu-senhor"

Em meados do século passado, a terra da Região Sul do Estado já estava toda distribuída e apropriada. Vimos, no capítulo introdutório, que o acesso à terra só foi possível, a partir de então, através da compra. Ao extinguir-se a escravidão, a preciosa mercadoria estava, em praticamente sua totalidade, nas mãos dos grandes proprietários. Os ex-escravos e seus descendentes foram alijados deste meio de produção. Apenas uma mínima porcentagem dos negros teve acesso à propriedade da terra. O pai de Armando Soares

¹⁴Idea, p. 202-203.

¹⁵GORENDER, A Escravidão Reabilitada. Op. cit., p. 189-204.

possuía terra à vontade para trabalhar, mas não era dele. (Anexo, p. 170) O mesmo ocorria com os pais de Secundino. Trabalhavam na terra do patrão e tinham que repartir a sua produção. (Anexo p. 358)

No final do período escravista, existiam grandes propriedades de terra que passavam a ser divididas com herdeiros. Quando o herdeiro era mulher, ficava complicada a manutenção da terra sem ser vítima dos golpes de negociantes espertos. A formação da mulher, muito fechada na vida doméstica, não a preparava para a administração dos bens. A mãe de Osvaldina era filha de poloneses imigrados e donos de terras na região. Casou-se com ex-escravo e quando este morreu, vendeu toda a propriedade, uma parte para Costinha, avó do atual proprietário do hotel da Cascata. O restante da terra foi vendida a preços irrisórios. Acabou morando na cidade onde teve que lutar para criar os filhos que, muito cedo, iniciaram a trabalhar. (Anexo, p. 326) Contudo, historicamente foram conhecidas mulheres administrando suas propriedades e bens.

Ao sair da escravidão, os pais de Maria Francisca receberam um pequeno pedaço de terra dos antigos senhores. "Olha, eu tinha lá [em Alto Alegre] onde o pai ganhou da sinhazinha, nós tinha nossa casa." (Anexo, p. 284) Maria Francisca teve diversos filhos com o filho do proprietário da casa onde foi filha-de-criação. Um dos filhos recebeu terreno em herança. Quando morreu, do atestado de óbito constou que sua mãe também havia morrido. Provavelmente, para manter a propriedade em mãos dos antigos proprietários. "Decerto pra não recebê dele." (Anexo, p. 284) Antoninha Cardoso, antes de morrer, escriturou 12 braças de terra para seu escravo Agostinho Cardoso, na Coxilha da Flores. (Anexo, p. 263).

O pai de Osvaldina conseguiu comprar a terra através de muito trabalho, 'após a liberdade'. O pai de Maria Carolina tornou-se proprietário porque a terra era muito acessível. (Anexo, p. 243) Os atuais proprietários do Grande Hotel de Pelotas eram lindeiros da propriedade dos pais de Maria Carolina. Segundo os seus depoimentos, o pai comprou terra porque já possuía o dinheiro. "Era barato! Era barato a terra. Lá com dez cruzeiros, vinte cruzeiros, naquele tempo, você comprava um mundo de terra." (Anexo, p. 251) Ildebrando Teria morreu com 104 anos em sua pequena propriedade, adquirida com o resultado de seu trabalho. (Anexo, p. 248)

Segundo João Eremita Correa, seus pais possuíam terra no Faxinal. Acabou ficando abandonada. Não sabe a origem daquela terra: se foi dada pelos antigos senhores, se foi adquirida ou se resultou de usucapião. (Anexo, p. 170) O mesmo caso ocorreu com Adair que desconheceu se o terreno do seu pai tinha sido recebido ou adquirido pelos ancestrais que foram escravos. (Anexo, p. 7) Alice lembra do terreno que seus pais possuíam. Suspeita que sua avó o tenha recebido quando trabalhava de parteira. "Eles foram morá na Colônia Pinheiro, num terreninho que tinha lá. [...] Não sei se comprado ou se ele ganhou do sinhô dele [...] ou alguém deu pra minha avó que ela era partera também. [...] tinha bastante terreno lá. [Produzia ali] e ia trabalhá na casa dos outros."

Após longos anos de trabalho, a semelhança do pai de Ovaldina, alguns conseguiram adquirir seu pequeno espaço de terra. Foi o caso de Honória que comprou seu terreno após muitos anos de economia. A maior parte da produção ficava para o fazendeiro onde eram agregados. Com as sobras economizadas, foi possível comprar um pequeno terreno. (Anexo, p. 147) Os filhos dos ex-escravos que se tornaram agregados cresceram e tornaram-se adultos sobre a terra do patrão. "Não, meu pai não tinha terra. Nós morava de sótão. [...] E nós era agregado. Esse Pedro Isnalde era patrão muito bom. Eu mesmo me criei e me casei em riba da terra dele. Eu sai de lá com 24 anos. Eu sai de lá quando ele morreu." (Anexo, p. 262)

O pai-de-criação de Armando atribuiu verbalmente o uso-fruto de porção de terra [cinco hectares] ao seu antigo escravo, pai de Armando. Com a morte do seu pai, Armando ficou impossibilitado de vender a propriedade porque não possuía qualquer documento. (Anexo, p. 93) Na verdade, nunca foram legalmente proprietários da terra.

O acesso à terra para muitos foi concretizado pela posse de pequenas áreas de solo à beira dos riachos e das estadas. Ali muitos ex-escravos contruíram um rancho, fizeram pequenas roças e criaram alguns animais. Alguns tornaram-se posseiros em regiões de terras longínquas, indispitas ou ignoradas dos grandes proprietários. "Tinha outros que acampavam aí, em qualquer lado, só que não fosse do meu-senhore. Beira de arroio, dessas coisa assim. Dali seguia plantando, fazendo qualquer coisa ali. [...] podia se encontrar, muitos se dirigiram às antigas fazendas ou a outras. Muitos se recusaram a esse retorno porque os maus tratos continuavam. "Alguns não voltaram mais porque o lago..." (Anexo, p. 370) Para outros, proprietários: "Foi uma experiência muito vingança dos antigos proprietários: mandava prendê fogo nos rancho dos negos, dos escravos. [...] Vou fazê uma tocha grande assim... e saia com aquela tocha 3, 10, 15 pessoas com aquela tocha de fogo, a cavalo, ia tudo no rancho dos escravos." (Anexo, p. 370)

Uma das alternativas encontrada pelos ex-escravos e seus descendentes foi o 'aluguel' de uma terra para plantar. (Anexo, p. 342) Dario revela com mais clareza a modalidade predominante de aproximado do trabalhador negro à terra: ser agregado. "Claro, naquele tempo, tinha nada. E dava e moravam em qualquer lugar e não agregado. E tinha muitos que tinham milhês de quadras de campo. E dava pra aquele povo morá." (Anexo, p. 111) Segundo o mesmo depoente, aquele que trabalhasse bastante acabava tendo acesso à terra porque possuía um preço acessível. O seu pai chegou a possuir trezentas hectares de terra na região de Pinheiro Machado. (Anexo, p. 111)

O regime da grande propriedade predominava em toda a região. A pequena propriedade predominou em regiões de colonização italiana e alemã, especialmente em regiões de São Lourenço do Sul,

Pelotas, Canguçu. Os depoimentos testemunham frequentemente esta realidade. Evidentemente que as sesmarias dividiram-se em função de herdeiros. Contudo, as numerosas fazendas permaneciam grandes propriedades. Emilio foi criado numa fazenda com seis quadras de campo. Cada quadra corresponde a 120 hectares. No mínimo a propriedade era de 720 hectares. "[...] e o senhô vê: era povoada de ovelha, cavalo." (Anexo, p. 198)

Um processo crescente de divisão de terras foi ocorrendo à medida que as gerações se sucederam. Complicada se tornava a situação daquele que fora filho do sinhô com a escrava. Mesmo quando aceito dentro da casa do pai, vivia existencialmente o drama de *O Mulato* de Aloísio de Azevedo. Tem regalias, mas trabalha como pião. No momento de repartir a terra, a influência do pai pode determinar que ele herde uma parte. Se o pai morria primeiro, as 'mães' tinham dificuldade de repartir com eles ou barravam esta possibilidade por ele ser filho ilegítimo do fazendeiro. (Anexo, p. 108)

3.1.8 - Alimentação, moradia e saúde

3.1.8.1 - Alimentação

Todas as hora de comida tinha canjica. Anexo, p. 402)

Pelas condições de vida e trabalho em que se encontrava o negro após a libertação, pode-se deduzir a situação de inferioridade inclusive em relação ao alimento. Encontramos o pião que se alimenta em separado do patrão e com alimentação de acordo com sua condição de categoria despossuída. Da mesma maneira, o agregado, quando dependia do patrão em determinados tipos de alimentos como a carne, alimentava-se com as partes dos animais consideradas inferiores. Na época em que era generalizada a forma de relação agregado-patrão, o trabalhador negro recebia os 'miudos'. Com o passar do tempo, nem mesmo estas partes lhes eram atribuídas. "Pois é tratava mais o menos, porque, naquele tempo ainda chegavam a carniá, coisa assim, eles davam aqueles nervo todo, tudo eles dava... hoje já não dão mais. [...] Davam cabeça de vaca [...] aqueles miudo... a buchada tudo dava." (Anexo, p. 357)

Doutros tinham algum privilégio aparentemente distinto. Os pais de Armando Soares Lage permaneceram na fazenda onde foram escravos e trabalhavam para o antigo senhor em todos os afazeres da estância. Não precisavam dividir a produção que realizavam na parte destinada ao plantio para sua família. "Não, não precisava [pagar]. No e quando carneavam, aquele negócio de espinhaço, cabeça [...] aqueles miudo tudo era pra nós, noé." (Anexo, p. 92) Acrescenta que ganhavam às vezes um terneiro de ano, paleta de animal carneado. Seria habitual entre os fazendeiros esta prática em relação aos agregados. Armando e sua esposa Faustina comentam que na sua casa alimentavam-se com bife, feijão, canjica e carnes de galinha, carreteiro, canjiquinha, batata-doce e hortaliças.

(Anexo, p. 94)



Foto - 38 - O pilão é encontrado em toda a região em estudo. A alimentação mais comum da população, até meados do século, era a canjica, preparada de diversas formas. O exemplar encontra-se na Fazenda da Armada, Quinto Distrito de Canguçu. Foto do autor.

Para Raul, o arroz estava entre os alimentos diários. Muitas vezes a caça do tatu, por exemplo, complementava a alimentação da família do trabalhador negro. (Anexo, p. 233) Segundo Greice, a alimentação mais habitual era o feijão, a carne, a canjica. A canjica era usada com mais frequência, sob diversas modalidades de preparos: com feijão, com carne, com ovos fritos, em sobremesa etc. Acrescenta que trabalhador negro era 'bicho', não sentava à mesa com o patrão. (Anexo, p. 132) E Maria Ercília afirma claramente que a canjica é utilizada em qualquer refeição. "Todas as horas de comida tinha canjica (no café da manhã, almoço, jantar) temperada, com ossinho de porco ou com galinha." (Anexo, p. 266) A canjica podia ser de milho ou de trigo. O 'café' era feito de cevada, trigo ou milho torrados e socados ao pilão. (Anexo, p. 266)

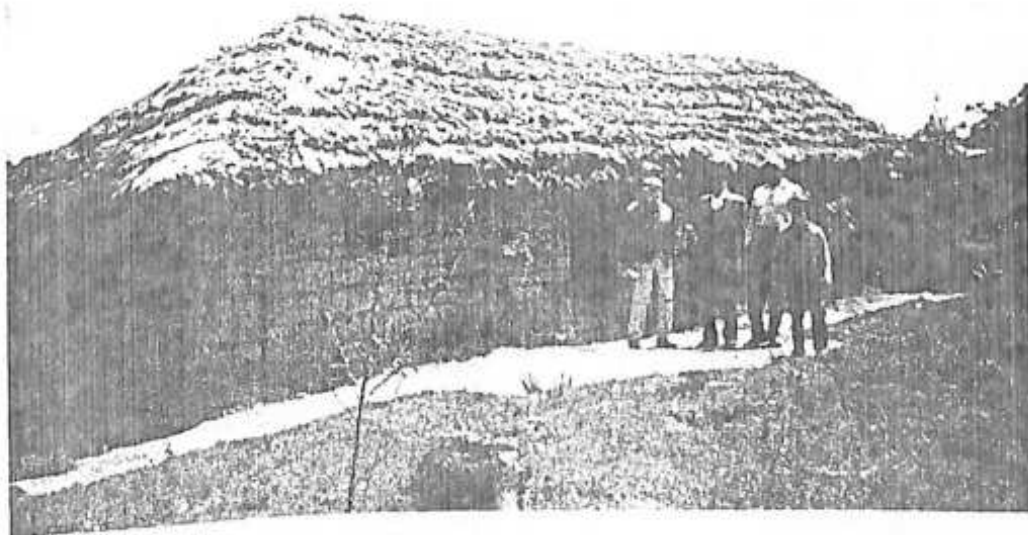
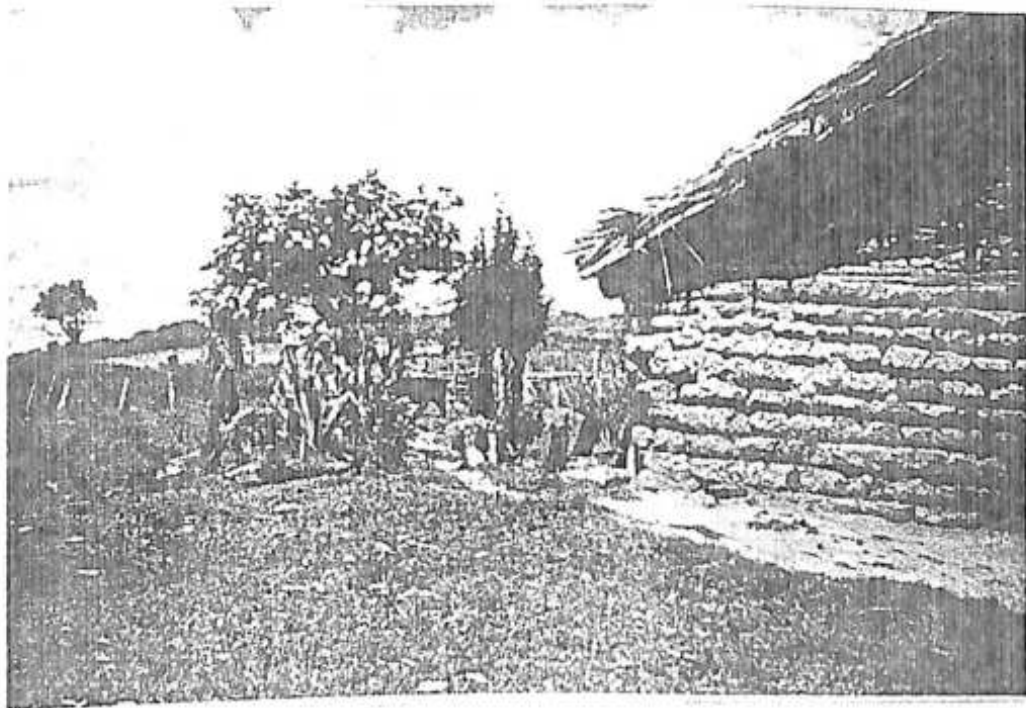
Quem percorria as regiões de Casapava, Encruzilhada, Pedro Gabriel, Herval, Piratini, Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande, Palotas, Canguçu, Sgo Lourenço ou qualquer um dos municípios atuais da região abordada neste estudo, até meados deste século, encontraria a família negra habitualmente instalada em seu rancho construído com torções de barro e coberto de macegas ou capim santa-fé. Terra-de-chão, duas ou três repartições, fogo de chão, um gancho de ferro para pendurar a panela de ferro. Uma tarimba construída sobre quatro forquilhas e um colchão de palha e algumas cobertas compunham a cama do negro, muito semelhante à cama usada pelos antigos escravos. Todos os entrevistados que foram questionados sobre a habitação referiram-se a este modelo de casas.

Posteiros, pedes, agregados e safristas também habitavam em ranchos construídos de barro e capim. As paredes eram sustentadas por varas amarradas com cipós e preenchidas de barro amassado. Podiam ser construídas de torção e cobertas de capim. Fotografamos um exemplo concreto: a moradia de Raul de Souza. Alguns depoentes procuram mostrar como era construída a casa e a mobília utilizada. "[Para mobília] fazia até um girau, quatro forquias em cada canto e ali botava ali, botava as tábuas e era assim. [...] a cama e o colchão em cima, pendurava panela ali, pendurava panela de ferro tudo. Assim nós fomos criados. [Para o fogo] podia entrar com pau da largura desse lá, [...] fazia um fogo grande a ali encorçava as panelas, chalera ali em cima. [...] chgo, tudo era de chgo [...] sempre assim. Na beira da casa a gente fazia um valio, não entrava água dentro. Senão via umas pedras onde fazia o fogo. [...] E há de se crida!" (Anexo, p. 89) Quando Armando casou, construiu sua casa da mesma forma. Raul dá outros detalhes da construção da sua casa de terra-de-chão, parede de torção, coberta de macega.

Faz um pau em cima, depois envarro. Faz um turço, corta no miolo. Turço faz uma parede que não bandeia nada. Bem feita. Quem sabe fazê, arma bem. Aporta bem. Uma casa de palha é feito. Mas para o inverno tá bem agasalhado. [...] Tá melhor que a de tela. Tá cobertura é dura. Mas esse não. Essa vai estragando, vai deixando, mas dura [...] uns cinco ou seis anos. [...] Ven chupço, às vezes vem. Mas portas tem. Hoje mesmo, há pouco ela andou botando remédio.¹⁴

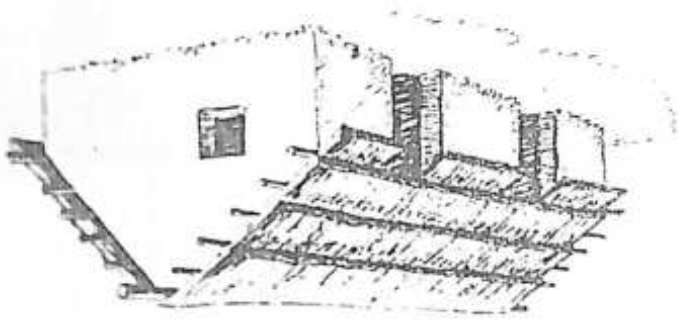
Em toda a região, agregada a estas singelas e agradáveis habitações, encontra-se o barbeiro, portador da moléstia de chagas que, geralmente após anos de sofrimento, causa a morte de suas vítimas. Hoje, encontra-se nas portas destas habitações a tabela de controle sanitário realizado periodicamente para erradicação da doença através da eliminação do besouro portador.

O pai de Maria Carolina, ao adquirir sua terra, construiu o rancho. "As paredes todas eram de torrão. [...] Tirava aqui, botava as cordas e o sinhoro vai cortando os tijolos, bem direitinho de um lado e do outro. [...] O nosso rancho era maior que esse chalé! [...] Terra de chão! Fica limpinho, lizinho.



As fotos 38 e 39 apresentam o modelo comum de habitação dos descendentes de escravos no Passo do Lageado, Segundo Distrito de Piratini. É o rancho de Raul de Souza. Fotos do autor.

Rancho feito de barro (torço), telas de grama; o teto de capim e a armação de troncos. Gravura de Acri-Edison.



depois seca; fica branquinho. Cláudia intê aquele chgo. [...] Nãõ tem pó e nem nada." (Anexo, p. 252) Geice; cujos pais tinham este tipo de casa; acrescenta: "[...] era no chgo também o foggo." (Anexo, p. 173) Segundo continua que os agregados e pedes tinham suas moradas nas proximidades da casa do patrão "de capim; de torço" (Anexo, p. 257)

Honorina e Luiza Dornelles; as duas mulheres mais idosas entrevistadas; moraram em casa de barro e capim. E Maria Ecília lembra que a casa dos fazendeiros eram construídas de pedra. Paulo Soares permite saber que muitos trabalhadores negros que chegaram em Pelotas e foram morar na Vila da Palha; construíram sua casa de terra-de-chgo e cobriram de capim. (Anexo, p. 329) Gomentê mais tarde procuraram construir uma casa de madeira ou alvenaria.

Os registros do corte de arroz alojavam-se nos chamados 'chãõs'. "No chãõ das granja. Porque todas as granja tem seu chãõ; nãõ [...] e esses garçõs; por exemplo; que fazem de torço [...] tapado de pãõ que [...] um lugar pra parã al pra trabalhã; alojados nos garçõs onde dormiam; faziam sua alimentaço e conviviam separados da articulaço da casa do fazendeiro. Quando os tropeiros começaram a comerciar o gado por conta própria; passaram a exigir dos estancieiros um tratamento diferenciado daquele que era dado aos pedes e agregados. Uma das exigências para realizar os negócios era nãõ dormir e comer em garçõ: "Nãõ nãõ era de garçõ e nãõ comia em garçõ. Nãõ chegava na estância e nãõ ia pra mesa comê com os capitalistas". E aquele que era logo comia nos cozinheira nãõ nãõ." (Anexo, p. 108)

3.1.8.3. A saúde

Em termos de saúde; os negros procuraram manter os conhecimentos da tradiço de origem afro-brasileira e cabocla. A utilizaço de ervas e raízes associava-se a um processo mítico religioso de benzedeiras. Nos tempos de escravos-de-Naço; era utilizado; inclusive; a magia e invocaço de divindades para fortalecer a manutenço da vida e da saúde de uma pessoa. O

depoente Francisco Lucas é conhecido benzedor Tibúrcio que mantém atendimento diário em sua casa. Para entrevistá-lo, aguardamos, durante sete horas, o atendimento a seus pacientes. Sua preocupação de tempo e dinheiro, Tibúrcio sente-se orgulhoso do trabalho que realiza. O ambiente da casa inspira uma atmosfera de tranquilidade e bem estar às pessoas que a frequentam. Concentra-se com facilidade em torno de um copo de água onde joga bracas incandescentes e faz o diagnóstico dos males do paciente que solicita sua ajuda.

Raul afirma ter utilizado sempre ervas e benzeduras para tratar de questões de saúde. Anterior é descendente de escravos benzedores: "[O pai] benzia. [...] A minha mãe era benzedora também, meu avô também era benzedor. [...] Eu, faz na base de sessenta ano que trabáio, dô remédio, faço curas pra qualquer tipo de doença. [...] ich, acho que curo mir pessoa por ano. [...] não tem bobage, eu curo mesmo, curo mesmo. [...] eu mesmo penso que trago isso [...] de berço. Eu sempre procurei me concentra num copo d'água e ... enchergá as coisa. Agora, negócio de batuque não gosto, nunca fui batuqueiro, o meu caso é de concentração, me concentro e tenho a resposta." (Anexo, p. 118-119)

A maioria dos depoentes apresenta problemas de saúde decorrentes das condições dos trabalhos incessantes, realizados durante seus longos anos de vida. Armando apresenta deformação nas articulações em consequência da artrose provocada por problemas reumáticos. Lamenta não poder tocar seu violino pois os dedos da mão estão enrijecidos. (Anexo, p. 90)

3.1.9. Remuneração, aposentadoria e situação atual

3.1.9.1. Remuneração do negro

A remuneração do trabalhador negro, descendente de escravos, variava conforme a situação em que se encontrava. Se era filho-de-criação, geralmente nada recebia além da roupa e do alimento. José Emilio Soares ganhava algum trocado para ir ao baile quando se tornou moço. "Não senhor, não [recebia nada pelo trabalho]. Só a roupa e a comida. Depois fiquei moço, aí sim, queria i num baile, aí eles me davam dinheiro." (Anexo, p. 198)

José Emilio foi filho-de-criação de José Hipólito Vargas. A situação do peão, segundo Zezé Pereira, era um pouco distinta. Ele recebia o que o patrão lhe dava. "Naquele tempo era só...davam o que queriam, né!" (Anexo, p.371)

O depoente Raul de Souza, enquanto era emprestado para outras famílias pela sua mãe, o dinheiro que recebia "era pouquinho mas dava pra muita coisa. O individuo não se aperreava mas comprava alguma coisa que precisava. Ia indo..." (Anexo, p. 348)

Uma empregada doméstica podia ter um salário que ajudava para adquirir parte dos alimentos necessários. Maria Carolina recebia dez mil réis de salário e pagava 400 réis por um quilo de carne. "Era bastante porque naquele tempo tudo era baratinho." (Anexo, p.

3.1.9.2- Aposentadoria e situação atual.

Lá onde eu trabalhava não aposentavam ninguém. [...] Não tinha carteira! Era assim. (Antonia Fagundes p.81)

A maioria dos entrevistados trabalhou sempre ou quase sempre sem carteira assinada. A aposentadoria foi concedida por invalidez ou por idade. Albertina não consegue somar um salário mínimo com a pensão de seu falecido marido e com a sua aposentadoria. "É pouca coisa, é mixaria, porque a viúva é metade. [...] Eu fiquei com a casa dele porque me casei. Das duas casa eu não tiro um salário." (Anexo, p. 22) Sentimentos de tristeza e relembrar dos tempos em que a vida não era tão difícil e complicada. João Rodrigues expressa-se assim em relação à situação atual:

Bom, isso aí intão, até nem dá pra falá mais, né. A situação que nós tamo atravessando é triste! Isso aí, na marcha que vai, pomba, ficá nosso país numa situação dessas é triste. Da gente, eu por exemplo, não me acostumo hoje i na venda pagá 80 cruzado, 85, 90 cruzado por quilo de feijão. [...] E triste! Cento e tanto, cento e sessenta por uma carne de segunda, quase 200, por aí por diante. Naquele tempo, muita carne eu comi que fui buscá lá no seu fulano por 10 mirréis. Quem é que passava fome? Papai precisava matá um porco: '-vá buscá uma ovelha gorda ali pra fazé linguiça.' Dez mirréis, cinco mirréis e muitas veis até dada! '-Teu pai que me mande uma linguiça!' E dava E hoje? [...] O que a gente vé, o que a gente vé no nosso meio, no meio da gente aí, a gente que vai levando a vida daqui e dali [...] cheio de filhos sem nada, um pão de cada dia. Trabaia de dia pra comé de noite, com quatro ou cinco filho!¹⁷

Osvaldina é auxiliada pela filha que recebe a cesta básica do SESI. Ao mesmo tempo critica severamente o governo Collor pela situação. "Só sei dizé que eles eram pra pagá bem mais pra gente. Vai tomá banho! Porque eu pegava às quatro da manhã, nesse Anglo aí e largava à meia noite, uma hora. Trabaiei toda vida pra hoje tê o meu canto [e pagam] só aquele pingo ah, vão tomá banho! Enquanto ele, não sei do, Collo, ele não faz nada. Ele parece uma criança grande esse home. E a gente?" (Anexo, p. 219-220) Antenor Silveiras aposentou-se pelo FUNRURAL e permanece aguardando que a aposentadoria rural passe a um salário mínimo. Enquanto isso, com quase oitenta anos, permanece trabalhando na sua pequena propriedade, produzindo verduras e legumes para o sustento da família. "Ali eu vendo meu moio de cove, ali eu vendo um temperinho verde. [...] Planto meu feijãozinho, tem pá comé e ali vai vivendo." (Anexo, p. 76) Sua mulher levanta às quatro da madrugada para trabalhar na fábrica.

¹⁷ANEXO, p. 183.

Maria Carolina tem mais de 90 anos de idade e tem que enfrentar situações constrangedoras na fila de pagamento: "Isso tá uma senvergonhação sem tamanho. Venho um mês: uma migalhazinha, outra vez, não vem nada. Agora mesmo, faz não sei quantos mês que eu não recebo nada. [...] E aposentadoria de idade [meio salário] nem pra remédio" (Anexo, p. 258) O que resta para o velho é esperar pelo auxílio dos filhos quando eles podem oferecer sua ajuda. Comparando com os tempos passados Maria Carolina acrescenta: "Foi melhor no tempo do Getúlio Vargas. Se ganhava pouquinho mas dava pra se comê bem! Era tudo baratinho. Não tinha nada caro. [...] Olha, hoje subiu a carne de novo. Tem que pagá a água, pagá a luz, temos que pagá tudo, noé, e recebemos esse poquinho. E a luz subiu!" (Anexo, p.259)

Honorina Soares em abril de 1991, tem aproximadamente 100 anos de idade e recebe oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00). Meio salário mínimo. Honorina foi entrevistada no dia 1 de abril de 1991. E sustentada pelos sobrinhos que, solidariamente, a acolheram em sua casa. Uma situação, um pouco melhor é aquela dos migrantes que deixaram o campo e trabalharam de operários por alguns anos. Conquistaram uma aposentadoria de um salário mínimo. Mas Zezé é um dos casos que não conseguiu a aposentadoria por falta de orientação e devido ao emperramento da burocracia do INPS. (Anexo, p. 532) Outros não assinaram carteira durante os longos anos de serviço e ficaram com meio salário de aposentadoria. Através do estímulo e sugestão de amigos, Alice aposentou-se com um salário. (Anexo, p. 37)

Existe também o aposentado que vive numa situação de alienação profunda, aguardando que os problemas se resolvam pelo ato de benevolência das autoridades. Raul, que sempre se posicionou e votou para os governos de situação, inclusive no Presidente Collor, espera que, ao chegar ao estado de extrema miséria, a população receberá alimentação em suas casas. Referindo-se ao entrevistador: "Vão tirá de vocês que é rico, através do imposto, pra podê dá manutenção pra quem não tem. (Anexo, p. 349) Mais uma vez, identifica-se o entrevistador com a elite.

3.2 - A Nível Social

3.2.1- Aspectos políticos

3.2.1.1 - O Poder na mão da elite

A vigência do poder político iniciava na estância, estendia-se a nível local e influa a nível municipal e estadual. Diversos depoentes respondem de imediato que o poder está na mão do fazendeiro. Extensão da terra é sinônimo de extensão do poder. A nível local, muitas vezes o poder de um único coronel se impõe sobre os demais. A nível regional ou municipal, sente-se a presença dos mais poderosos em termos de propriedades e dinheiro.

A elite dos pecuaristas detinha a articulação política estadual em suas mãos. O poder dos patrões, a nova categoria dominante, tinha uma penetração radical na vida do trabalhador negro que se encontrava jogado à margem da nova sociedade. Sem acesso à escola e ao aperfeiçoamento técnico, o trabalhador negro ocupava-se dos trabalhos braçais mais humildes e pesados. Em termos de poder político, há apenas silêncio nos depoimentos porque ele não detinha condições de influir em qualquer decisão significativa da sociedade. Utilizava a sua força política individual em oportunidades que o condicionavam. Suas organizações de grupos eram de caráter recreativo e religioso e ali exerciam suas atividades políticas de articulação e resistência à discriminação. Segundo parece, a articulação política e social mais significativa foi desempenhada pela comunidade negra através de sua imprensa, na cidade. No interior da região em estudo, a alienação do trabalhador negro permaneceu por muitos anos. A discriminação permanece até hoje generalizada em todos os níveis das relações sociais.

O poder era exercido, a nível institucional, sobretudo por aqueles que tinham estudo e a posse da terra os fazendeiros e seus filhos. Para Armando o prefeito não mandava, obedecia aos ricos: "[...] os rico, aqueles velho bem rico... como esse mesmo onde meu pai foi criado. Esse era muito rico que era um horror. O campo deles quasi... saía dali da Florida, dos Correia, lindava lá com eles, lá quase Camaquã, né... Então, esse véio que mandava tudo lá. Esses homem tudo... e tempo de eleição ele ajudava muito na eleição." (Anexo, p.7) Ficam evidenciados o coronelismo dos estancieiros e os manobrismos políticos para a conquista ou manutenção do poder. Através dos depoimentos dos entrevistados, em qualquer Intendência da região, pode-se identificar os senhores que detinham o poder. Os Ratt em Pinheiro Machado; os Farias e Pedroso, em Piratini; os Bongarte, Brauner, Curi em São Lourenço; os Duarte, os Mota, os Bezerra, em Canguçu. Em cada região, havia os detentores do poder político instituído ou não. "Aquilo tudo era gente do dinheiro." (Anexo, p. 8)

[...] nunca servi... porque eu fui criado, meu patrão mandava tanto como as autoridade. Então, em tempo de sorteio pra servi, ele boto nós por diante tudo e veio pra Canguçu... então ele era um home que tempo de eleição, ele nós mandava pará os rodeio e trazé quatro vaca praquela ponto que eram as eleições e dava né. Então isso tinha uma força horrível... Quando era tempo de sorteio, aquilo era por sorteio no nosso tempo, né, quando via ele chegava com dois ou três dos meus irmão [...] O prefeito disse aí: '- pra que é que tu vai fazé desses negos?' '- Dia, vim falá, falá por eles, eu não quero que eles vão servir. Então tu dá um geito.' '[...] será que tu sujeita esses teus nego, um mês pra não ir baile, até passá o sorteio?' Diz: '-sujeito.' '-O que tu faz com eles?' Diz: '-não, eu preciso porque tem um, ele é carreirista também, um é pra trabalhá com a minha guria na cozinha, cortá lenha trazé água, outro é pra cuidá os cavalo e tudo e trabalhá no campo.' Então nós...! [...] E, eu...nunca servia. Meus irmão, nós era, parece, quatro e nunca serviamos com esse home lá'. Trazia nós e apresentava e eles corriam quanto ele né, que esses velho antigo, eles mandava tanto quanto as autoridade, né. [...] Era coronel e tudo. Então, nós nunca servimo. João José Soares, Coronel.¹⁸

O domínio político sobre a população podia ser articulado com a mediação de 'generosas' contribuições. Como vimos, dar as vacas para o churrasco no dia das eleições é um exemplo. Podia ser através de atos de 'caridade' daquele que se identifica como 'pai dos pobres': "Alberto Faria. Era pai dos pobre. Mas era podre de rico. Todo mundo que, os pobre que eram dele, que ele pensava que era dele, era conta dele [...]. Fazia casamento em casa..., tinha oratório dele. [...] Não vinha juiz." (Anexo, p. 411)

3.2.1.2 - O Negro

Nesta nova etapa histórica, encontramos novamente silêncio a respeito da participação política da comunidade negra na sociedade emergente. Os depoentes revelam que se situam, até hoje, década de 1990, entre as classes mais oprimidas e marginalizadas. Junto com a grande maioria pobre, a comunidade negra se constitui exterioridade da formação social capitalista e sua totalidade. Estamos praticamente no ano 2.000 e o número de negros que participa em administrações e em funções políticas é reduzido.

José Facundo Mira (tio Mira) é descendente de escravos urbanos de Pelotas. Seus antepassados construíram o Teatro Guarani. Na inauguração, não foi permitida a entrada dos construtores. Falando da exigência da comunidade negra ter acesso a uma vida mais humana, ele pensa que deve haver a mediação da cultura. Sentiu-se feliz ao ver pessoas negras vencer etapas de estudo e atingir a formatura, auxiliadas particularmente por ele. "Entendo que a luta deve ser sem violência e em doses homeopáticas." Anexo, p. 211) Procura divulgar sua mensagem de luta e valorização da comunidade negra através de seus trabalhos na Rádio Cultura local. "Eom então eu entro na casa das pessoas. [...] Talvez algumas pessoas não notem... não sintam essa minha atitude. É uma brincadeira, é um passatempo, do carnaval... falo do bloco lá que eu participo, falo da minha academia, que eu saia [...] Me colocou num carro, lembrando o centenário da Abolição, escolheu um nego não é! Então, tudo a respeito desse lado que eu puder fazer, eu faço. É uma maneira calma e sem agressão [porque] se nós não fizer assim, votamos atrás. [...] Sofremos cantando, batendo tambor!" (Anexo, p. 211)

Em zonas urbanas como Pelotas e Rio Grande, após a Abolição, surgiram os clubes negros, blocos de carnaval, academias. Eram espaços de manifestação dos negros e de luta pela conquista da cidadania. Os centros de Batuque abriam espaço para a preservação da cultura de origem africana. Os negros se articularam através da imprensa para enfrentar o processo de aprofundamento dos preconceitos raciais. Nos tempos atuais, encontramos organizações nacionais que integram o elemento negro. 'União e Consciência Negra' tem a finalidade de estimular a organização dos negros. Muitos desses grupos são criticados pelo caráter sectarista e racista que assumem ou pelo atrelamento a partidos políticos. "Em 1983, juntamente com mais cinco companheiras: duas donas de casa (Terezinha e Maria), um pedreiro (João Jorge), uma professora (Eda), fundamos o grupo 'União e

Consciência Negra' em Pelotas, no Bairro Areal. Era um grupo a nível nacional, com trabalho, na época, já em 18 estados." (Anexo, p. 45)

3.2.1.3 - O voto e as eleições

Nas primeiras décadas do século XX, normalmente vigorou o coronelismo político na região. Os estancieiros detinham autoridade suficiente para determinar ao prefeito o que desejavam. O voto em aberto permitia uma pressão mais forte por parte de quem detinha o poder. Pais e filhos de criação eram pressionados a votar no partido do seu coronel.

"Então, esse véio que mandava tudo lá. Esses homem tudo ... e tempo de leição ele ajudava muito as eleição. [...] Mandava vaca pra carniá pra sala das eleição. [...] pra quem votava. Pra todos. [...] E, tinha que votá co... com ele. [Enquanto] ele foi vivo [...] sempre ele ajudou muito das eleição, ele era do tempo do [...] picarpau." (Anexo, p. 90) O churrasco condicionava o voto. Mas quando o eleitor era 'soldado' de um determinado coronel, simplesmente era mandado votar no partido do patrão e 'chefe militar'. "Nunca votei [...] mas meus ermão, os que tavo de idade, eles eram soldado do Virgílio Ferreira, seu Virgílio é que mandava eles votá, eles votavam. [...] eles que andavam mandando, né, era o seu Virgílio Ferreira Porto, o José Claro, Juiz... [...] Ah, os guri era tudo do lado do seu Virgílio. [...] Então, os otro moreno não gostavam dos meu ermão porque eram do lado dos... [Cada peço votava no homem que o patrão mandava] sim! [...] Não era só fulano de tal e fulano de tal, era obrigado. Eles arrumavo lá... por causa das eleição". (Anexo, p. 267)

Zezé afirma que o voto era dado à vista de todos: "Mas tudo era por olho né. [...] Sabia em quem [alguém] votava." Se o eleitor não votasse em quem o patrão queria: "Era obrigado. [...] Se não votasse o pau comia." (Anexo, p. 372) Se descobrissem que havia votado contra a indicação do patrão: "Ai dava 'bolo', né. [O voto era dado] na frente de todo mundo. Eles botavam um papel ali, eles vinham e votavam, por isso que sabiam." (Anexo, p. 372) Adair esclarece que na época não havia título. Era apresentada um lista em Canguçu, "na Intendência que chamavo. [...] Assim na roda e assinavam. [...] aquilo era o voto. [Na folha] botavam pra quem era, né [...] pro maragato ou era pro [...] borgista como chamavo. [...] Não era secreto." (Anexo, p. 9) Diz Honorina: "Todo mundo via." (Anexo, p. 148) Não raras vezes, a eleição era cercada de violência e morte. Luiza Dornelles lembra: "[...] como era bruto essas eleição! Ah que matavam gente a cavalo, era gente que na hora da votação se matavam, a cavalo, era dois três, tudo assim..." (Anexo, p. 220)

Quando surgiu o título eleitoral e o voto passou a ser obrigatório, o esquema de pressão mudou e o coronelismo naquele modelo desapareceu. Os caçadores de votos sofisticaram as estratégias para cooptar o eleitor. Carros e carroças apareciam para oferecer transporte para os eleitores. Promessas e ajudas individuais eram meios utilizados para conquistar os votos de muitos elementos da comunidade negra que estavam desinformados. Os

meios de comunicação permitiram engendrar uma poderosa máquina de persuasão ideológica, utilizando as estratégias de comunicação de massa, os dados da psicologia e da tecnologia.

3.2.1.4 - O Negro e as Revoluções

3.2.1.4.1 - A Revolução Farroupilha

O negro escravo, pardos e mestiços chegaram com os primeiros habitantes da região e desde aqueles inícios de desbravamento e penetração eram encontrados 'contribuindo' nas lutas contra castelhanos e índios. As crônicas das guerras cisplatinas e as narrativas da Revolução Farroupilha demonstram o fato. Os negros cativos integravam os regimentos dos Henriques, organizados para a guerra e para a manutenção da ordem pública. Aquele batalhão, conhecido também como "Batalhão das Rapaduras", fora criado, por decreto imperial, em 23 de dezembro de 1822, em Porto Alegre.¹⁹

Recenseamentos, imprensa e a reação do governo imperial atestam esta participação negros ex-escravos nas hostes revolucionárias. Ao ex-escravo aprisionado e que participara das forças rebeldes, o governo determinava que fosse punido e corrigido com 200 a 1.000 chicotadas, por ordem de autoridade militar ou civil, sem processo. Remetido à capital, o nome de tal ex-escravo, devia ser publicado juntamente com o de seu senhor. Os ex-escravos que se apresentassem seriam anistiados e transportados para fora da Província. Esta ordem imperial foi mandada executar por Bernardo Pereira de Vasconcellos, Presidente da Província de São Pedro, em 19 de novembro de 1838.²⁰ A historiografia demonstra que farrapos e imperiais tinham a mesma atitude com os escravos. O mesmo tratamento era dispensado aos escravos que batalhavam de um lado e de outro.

Segundo Moacir Flores em *O Modelo político dos Farrapos*, os revolucionários buscaram apoio popular mas não deram o direito de escolher seus representantes, devido à pressuposta inferioridade intelectual do povo. A maior regalia do cidadão era o direito de voto e a classe inferior, os escravos e grande parte da população, por ser analfabeta, não participavam politicamente do Estado. O escravo não era cidadão. A instrução para os homens livres lhes permitia fugir do recrutamento através de meios legais. Então, Bento Gonçalves da Silva convidou os republicanos para subscreverem maior número de seus escravos no exército rio-grandense. Os escravos recebiam em troca a liberdade. Por outro lado, o governo da República Rio-Grandense não libertava os escravos dos legalistas, mas entregava-os a farroupilhas que podiam explorar seu trabalho, desde que não os maltratassem,

¹⁹REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Quarto Trimestre, 1941. p. 269-273.

²⁰Idem, Op. cit., p.273.

conforme instrução, dada por Bento Gonçalves da Silva.²¹

Apesar das dúvidas que se pode levantar a respeito, porque o avô de Maria Carolina pode ter participado da guerra do Paraguai, confundida genericamente com a Revolução dos Farrapos, Maria Carolina apresenta memória a respeito do episódio que assolou a região, por 10 anos.

Os avós de Maria Carolina foram escravos na região de Canguçu. Ela afirma que seu avô morreu na Guerra do Farrapos. "Meu avô morreu na Guerra do Farrapo, tal Guerra do Farrapo. [...] Ah, peleou, pois ele morreu na guerra! ... morrendo. [...] lá tudo andava a cavalo, era aquelas lança que havia, n'era... Os armamentos tudo, diz que era uns tipo duns ancinho, tipo dumas gadanha... Que ali na descida da lomba [em Canguçu] ainda tem um senhor com uma gadanha dessas... [Era pai] da minha mãe... Que era escravo antigo. [...] Era Faustino Escalândio, o nome dele [...] a minha vó era Eduvirges. [...] Cá morte do meu avô ficou bem desnorçada da cabeça!" (Anexo, p. 243 e 245) Segundo Maria Carolina, "foi braba essa guerra." Seu avô brigou com outros guerreiros brancos e negros. Muitas vezes são confundidos os momentos e os distintos conflitos, que foram numerosos na região. Este fenômeno ocorre especialmente em relação à Revolução de 1893 e a Revolução de 1923, momentos marcantes na memória dos descendentes dos escravos da região.

3.2.1.4.2 - A Revolução Federalista: 1893

Maria Carolina menciona seu tio e padrinho, Pedro Escalândio, que descreve os terrores da guerra de 1893. Nasceria no tempo do escravismo e vivera aqueles conturbados momentos da revolução. Descrevia os assassinatos e matanças de gado que as tropas realizavam nas escaramuças pela região. "Aquele guerra foi horrível, horrível aquela guerra. Que alicançou a guerra e alicançou os escravo." (Anexo, p.245) Na revolução de 1893, Luiza Dornelles foi atingida de forma direta pelo terror do movimento.

Eu era como esse menino [Daniel da Silva Dala Vecchia, sete anos presente à entrevista]. Uma vez que vinha os 'maragato', iam entrá na cidade. Ah, ali pelas três, quatro hora ... a minha mãe andava correndo, que não sabia onde é que ia nos metê. Diz que vinham matando... porque naquele tempo as cama das criança era umas rede, né, umas rede. Então diz que chegavam assim, atoravam aquelas rede, matavam as criança. E faziam mal pras moça, tiravam os seios das moça [...] faziam muita danoção eles. Então ela corria e não sabia onde ia nos metê. 'Dia, eu vó metê voceis lá num... tem muito espinho, mas vó arrumá pra metê voceis lá.' Ai lá nos levô pruma costa dum mato...córrego, corria água assim, num monte dos espinho arto assim, lá nos meteu, mas eles não iam claro, né! Não entraro. Dessa veis não entraro na cidade [de Caçapaval]. Atacaro eles por otros lado e eles não entraro.²²

²¹FLORES, Moacir. O Modelo Político dos Farrapos. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. P.34-38.

²²ANEXO, p. 217

Naquele período de Revolução, a justificativa da guerra permitia aos piquetes que se mobilizavam em campanha, chegar nas fazendas, principalmente dos advogados políticos, e abster as cabeças de gado necessárias ou não para a alimentação da tropa. As pessoas era atacada as famílias, mulheres e crianças. Os rapazes eram arrastados à força para o luto. Os que não se entregassem, eram espremidos. E, muitas vezes, eram mortos. As famílias escondiam-se em refúgios subterrâneos, nos matos e nos lugares de difícil acesso, levando consigo os melhores pertences e os melhores cavalos. Muitos costumavam enterrar seu dinheiro. Luiza Damellon segue narrando estes fatos. A maioria dos depoentes refere-se à época de tempos e admissões em que vivia a população.

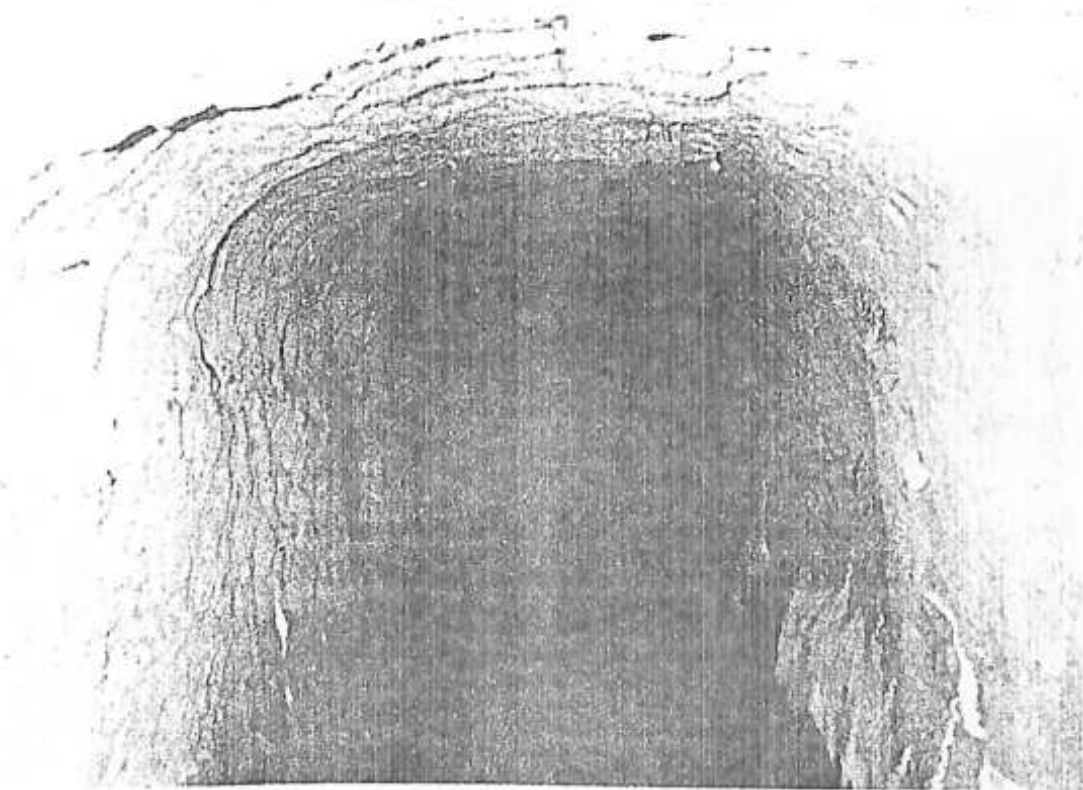


Foto - 40 - Túnel que liga a Fazenda da Palma com um mato entre as colinas abaixo. Tem um extensão de 250m, aproximadamente. Os estancieiros utilizavam este meio de defesa em tempos de revolução.

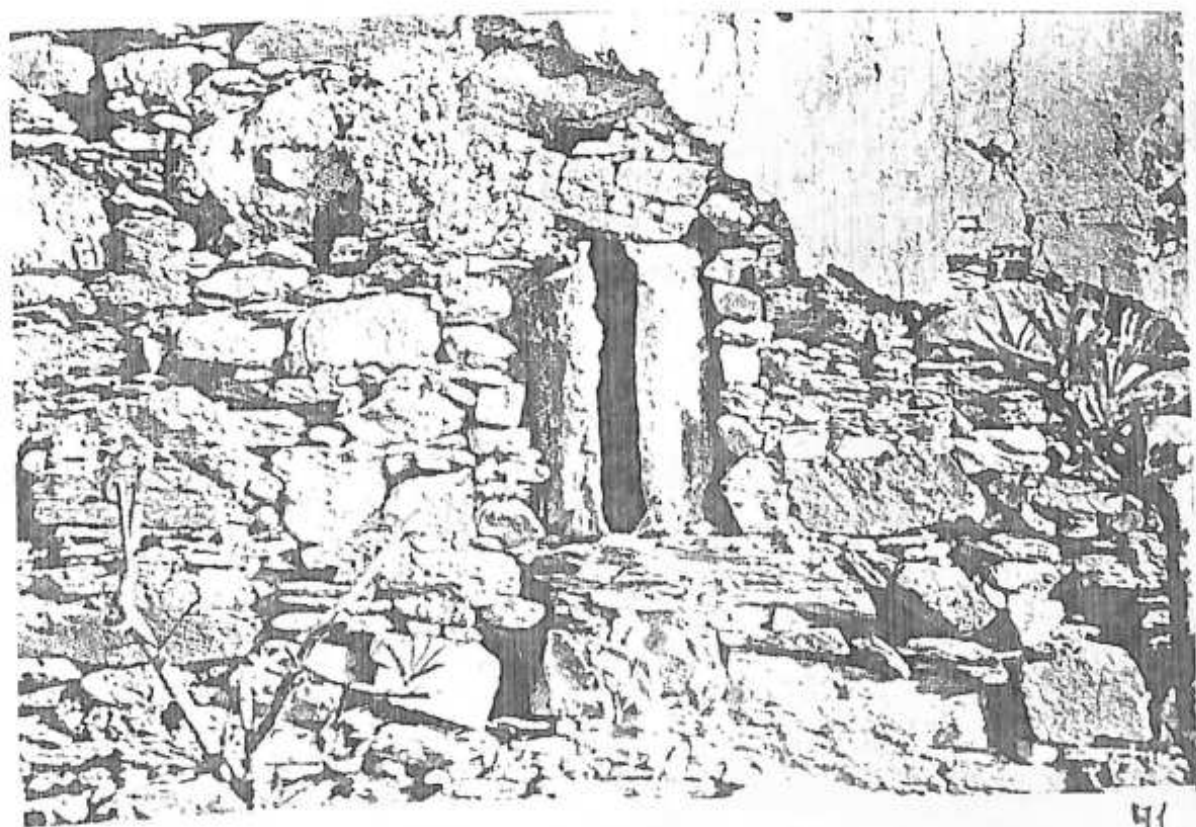
40

Foto do autor.

Luiza Damellon teve um filho assassinado com um tiro na cabeça. Referindo-se ao só dos rapazes que assassinaram seu filho, revelou que os "mergulhadores" tinham horror daquela família. Chegaram de madrugada na fazenda para falar com ele. A mulher e os filhos tentaram impedir mas a casa foi invadida e o homem foi arrastado diante da casa e levado para o mato próximo. Eles queriam "falar" com ele. "Ali no mato naquele matinho ali, ataró ele, dependuraram nos árvore e comeram. Cortá os pedacinho dele e atirá na fogueira, aliá na fogueira. E a mulher, aflita que tava, levantó do adroado, logo achó o menino dependurado. E aquela

grata no, no Arvore, correndo lá! Parecia água. Era muito gocondo. Mas ficou por isso mesmo, nem...!" (Anexo, p.220)

As atrocidades daquela revolução, e da sua continuidade em 1937, permaneceram lapunes. A culminância daquela histeria de propalância e poder ocorreu em Rio Negro, hoje Hulha Negra, município de Bagé. Centenas de governistas foram degolados pela mão do famoso negro Adão La Torre, após um cerco do piquete alvarésrio. As elites divididas, brigavam por interesses políticos e econômicos distintos. Os peões, agregados e seus filhos eram incorporados aos piquetes depois de ser requisitados à força. A maioria dos filhos da elite não se envolvera nos combates. Muitos negres se integraram no movimento, perderam a vida, sobreviveram ou fugiram. Francisco Lucas faz a narração da participação de seu pai no conflito e a sua dramática fuga do cerco do Rio Negro e sua fuga para o Uruguai:



41

Foto - 41 - Janela de vigia e posto de defesa das residências dos estancieiros. Provavelmente foram utilizadas no século passado e nas primeiras décadas do nosso século. Fazenda do Serro da Buena. Foto do autor. 1990.

Quando saiu seu Adão correndo o cavalo foi que meu pai saiu por debaixo do esgoto. Chega tiró o queixo e o vinco das canela rebaino na pedra, porque tinha uma pedra embaixo da cerca. [...] ele se ladeou e se meteu. O povo atendeu aquele homem que saiu laçado pra matarem e não mataram. [...] E foi na hora que meu pai se escapou e esperou a noite naquele habbado. O sangue tava uma altura bárbara. [...] Aquilo tava alto de sangue. [...] Aquilo sajofo 15 emriba e o corpo vinha e se montava emriba do otro. [...] Eles laçavo mesmo que

animal. Um pegava aqui, outro pegava do braço. Vinha o degolador e... A salvação de antigamente. [...] O senhor passa naqueles gravatá, pensa que é ossada de animal, parece um pau enterrado. As água fora fricando. Aquilo é osso de gente ainda. Porque aquilo não enterra. [O pai participou do lado] dos Pedrosa. [...] eles foram agarrado a força [...] Eles tavam na casa e eles chegaram e levaram como animal. [Os adversários priscoceiros] faziam cosê nas carniça a porrete.²³

"Disse que comen do frim e a seguinte. Achou um animal morto e deu vida como hiré um pedaço, fez fogo no costado. E metia os dentes como a chibero." (Anexo, p. 241) E assim segue narrado a história da fuga do seu pai para o Uruguai. Na fuga, teve que esconder-se das forças dos "Sarristas". Em Jaguarão atravessou a fronteira. Nesta tarde, trabalhou em Capão da Frya como lenhador. Viviu escondido pelos matos, aterrorizado pelo medo [pois] o que é "Sarrista" eles pegam quando pegam." (Anexo, p. 253)



Foto - 42 - Prédio onde foi assinado o tratado de encerramento do conflito de 1893. Situa-se na rua 15 de Novembro, próximo à avenida Bento Gonçalves. A placa comemorativa foi retirada da fachada por proprietários anteriores. Foto do autor, 1992.

Os irmãos Pedroso eram governistas famosos de Piratini. Dos três envolvidos no cerco do Rio Negro, um conseguiu fugir disfarçado de 'maragato'. Manoel Fernandes apresenta a memória desta situação. "Maneca.. Um era Maneca [...] o nome dele [...] Glauco Pedroso e Antônio Pedroso. Então... eles enlaçavam [...] o pessoal e puxavam pra degolá. [...] O Chico Pedroso é que se escapou. [...] Botou uma divisa encarnada e saiu gritando. Os maragato deixaram ele sair. E [...] era um contrário. [...] Ali quando ele veio pará em Pelotas. Os irmão dele mataram, degolaram..." (Anexo, p. 235) "[Em Pelotas] formou outro piquete [...] ia vingá a morte dos 'irmão'. E vingou." (Anexo, p. 235)

Os antepassados de Antenor Silveiras foram escravos da família Pedroso, em Piratini. Sofreram o cerco do Rio Negro. "O meu pai, o meu irmão mais velho [...] outro pessoal da mia família também. O meu avô também tava nesse sítio do Rio Negro, também. [...] Da minha gente só se salvô o meu pai... [...] O avô foi morto lá [...] morreu oito da família [...] eles foro levado né! [...] Ah, naquela época mataram muita gente, o senhor vê que era tanta gente que do sangue fez uma lagoa." (Anexo, p. 55) O pai de Antenor era comandado por Antônio Pedroso, que teria solicitado que ele não fosse morto.

Manoel Fernandes confirma que os abusos das tropas ocorriam em relação aos bens e à família dos adversários. O mais atingidos eram os pobres. "Ah, eles abusavam, abusavam coas moça, às vezes levavam até pra guerra. [...] agora co'o pessoal que tinha dinheiro, co pessoal rico, eles não [...] metiam a mão [...] só faziam carneatas." (Anexo, p. 233) Confirma também que os homens e rapazes eram levados à força para os piquetes de guerra. A mãe da patroa de Dsvaldina contava de estupros de moças na frente dos pais. (Anexo, p. 318)

A maioria dos depoentes refere-se à Revolução de 1893, marcante pela ferocidade dos beligerantes para com os inimigos. O encerramento do conflito foi assinado em 23 de agosto de 1895, pelo General Inocêncio Galvão de Queiróz e o revolucionário João Nunes Tavares (Joca Tavares)

3.2.1.4.3 - A Revolução de 1923

"Eu não fazia nada sem obedecer as ordens do meu coronel. Ele, Coronel Hipólito Ribeiro da Luz." (Ildebrando Garcia p. 431)

No capítulo introdutório foi dada a ênfase à Revolução de 1923. Sendo um fenômeno histórico pouco conhecido, parece que os depoimentos de homens e mulheres negros que viveram os episódios naquela época são elucidativos de aspectos peculiares daquele momento político. O maior volume de depoimentos concentrou-se sobre a Revolução de 1923, vivenciada de uma forma ou de outra por todos os entrevistados. Despertam aspectos particulares da revolução que os documentos não conseguem expressar. A revolução foi articulada pela elite dividida politicamente devido à atuação administrativa do governo Borges de Medeiros. Os pecuaristas que se consideravam prejudicados pelo governo, ergueram-se em armas. O

governo armado aprofundou a crise econômica da região. A violência aberta e brutal da Revolução de 1893 permaneceu latente. Aspectos existenciais da população que se escondia nos matos, com alguns bens, cavalo, rebanho são revelados. O mais importante era proteger os homens, especialmente os jovens do recrutamento forçado.

O significado da Revolução de 1893, vivenciada pelos pais dos entrevistados, e da Revolução de 1923, experienciada pelos depoentes, une-se e confunde-se. Um intervalo de menos de 30 anos, muitos personagens que pertencem às duas guerras, a divisão política de federalistas e republicanos e os sentimentos provocados pelas atrocidades de 1893, são reavivados nos novos episódios. Todos sabem muito bem quem foi de um partido ou de outro. A separação entre maragatos e pica-paus permaneceu latente. Símbolos dos lenços e vestuário permaneceram avivando lembranças e desavenças. Muito ódio acumulado, muita vingança prometida. Adão La Torre, personagem central das degolas de 1893 no cerco do Rio Negro, viveu impune por mais trinta anos. Em 1923, ensejou-se a oportunidade da vingança. Os governistas acertaram as contas com o personagem quando ele ultrapassara os oitenta anos.

Manoel Fernandes foi recrutado à força governista em 1923. Ele narra a captura, a morte e a vingança a Adão La Torre na Picada do Alonso, próximo a Bagé. Os maragatos estavam acampados no mato. Os governistas surpreenderam sua "sentinela perdida". Preso, foi obrigado a conduzir os governistas até a trincheira inimiga. "Chegou lá, eles tavam entrincheirado [...] quando viram tavam enchiueirado e não puderam fazê mais nada. Tiveram que se entregá. Foi quando mataram o Coronel Adão. Cortaram a cabeça dele e penduraram num arame. Mas tinha gente bandida naquele tempo, hein! Penduraram a cabeça dele num arame... [...] Tinha se entregado, mas então... eles tinham vontade dele porque ele tinha matado muita gente [...] no Sítio do Rio Negro, tinha matado muita gente, ih!" (Anexo, p. 235)

O conflito era da elite dividida. Muitos coronéis participaram dos conflitos e levaram seus peões, capangas e agregados. Os demais eram recrutados à força pela Brigada ou pelos maragatos. Os intimados que se negassem a engajar-se na força de qualquer uma das facções eram perseguidos e duramente punidos. Manoel Fernandes foi caçado pela Brigada governista na mesma ocasião, juntamente com mais de três dezenas de rapazes. "Fui [...] eles me levaram... é! [...] e eles vieram e levaram eu, levaram uns primo meu que eram mocinho, também levaram. Uma noite eles fizeram uma reculutada lá e levaram pra Brigada. Nós eram uns trinta e tantos home! [participou del um combate uma vez [...] na hidráulica em Bagé. Mas foi tiros, só tiros, tiros locos, sabe!" (Anexo, p. 234)

João Rodrigues sintetiza o que as tropas faziam ao acampar em uma estância do adversário.

Lá na estância eles cruzaro [...] Lá naquele tempo, saiam pelas coxias e até iam pegando genti pra...pra reuni, não é. Rapazote, gente nova e até os velho. [...] Pra peliá e o que não dava, pra tocá a cavaiada e né, camperiá, enfim... iam juntando o que podia! Eu mesmo, meu pai teve muito tempo escondido nos mato, no Camaquã, com uns boi, uns boi mui bueno, animal de serviço e cavalos, cavalos bueno, de estrebária. Escondido porque chegavam aí, escois e aí. [...] largava aqueles cansado, estropiado, pegava aqueles novinho e iam embora. Naquelas altura eles pegava animal de tudo que era jeito. Pegá animal chucro ou manso era tudo a mesma coisa para eles. Chegava, acampava no campo do seu fulano aí, vorteava uma ponta de gado, matava umas quatro, cinco réis, conforme o pessoal! Seu fulano tava olhando de lá, de binóculo, escondido, bem quietinho [...] Depois aparecia um agregado, um e outro aí no acampamento, juntava a ossama toda. Comia um pouco, a outra dexava...²⁴

O tema do recrutamento é abordado pela maioria dos depoentes que se refere à revolução. "Diz que agarravam muita gente à força. Outros iam por vontade. Gostavam e iam." (Anexo, p. 237) "Aquilo depois de pegá um, pegavo os outros, butavo tudo, levavo tudo à força, io tudo à força"- acrescentou Antenor Silveiras (Anexo, p. 75) Os pais de Maria Carolina, em lugar da fuga, utilizaram outra estratégia para evitar o recrutamento dos jovens e para não serem espoliados dos animais que possuíam.

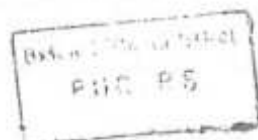
Mas o Borges de Mederos, eles fazia aquelas cruzada e iam pra Canguçu. E a gente ficava aqui arrojando e chorando e tremendo de medo. [...] Fazio aquela reunião de gente, às vez tavo dois, três dia, uma semana quase, acampado aí no campestre, fazendo dano nos animal dos vizinho. [...] Aí sim, se safavo. Mas a gente tratava bem e tudo né. O que eles querio, a gente, sempre era mantimento, querio ou milho, feijão, fazio o prato ali mesmo. Carneavo, é eles carneavo."²⁵

Ildebrando participou no comando de piquete governista. Atuou em recrutamento de pessoal para a Brigada e de missões de risco. Em uma frase, confirma que os homens eram recrutados à força: "Quem queria e quem não queria, ia obrigado." Eram poupados os velhos: "[...] não, homem de certa idade não. Mas rapaziada nova era meio difícil ficá!!!" Se não quizesse: "Ah, ia igual. [...] quando se encontrava com ele, a gente encontrava..." (Anexo, p. 167) Ildebrando começa a defender-se e afirmar que nunca participou de missões de recrutamento: "Não, não senhor, e... eu passei, fui soldado, passei cabo e nunca pessiui ninguém. Se matei algum foi na linha de fogo." Segundo o depoimento de outro entrevistado, Ildebrando participou dos atos de recrutamento: "Trabalhó, trabalhó. Reuniu gente. O Ildebrando era tihoso, naquele tempo, pros contrário dele ele... contavo. Eu nunca vi, contavo." (Anexo, p. 13)

Ildebrando participou de um ato de recrutamento onde o intimado foi morto ao matar um dos intimidadores: "Eu até me lembro do morte do Tertulhano Bidéo. Não, não [...] Tertulhano Mota. [...] Era, o... mandô intimá os Betins. Os Betins porque eram os bandido ali em Canto Dó, se apresentá. Mas essa obra, era obra do Tertulhano Bidéo. Peguei um filho dele na hora que ele desmamô: mi

²⁴ANEXO, p.180-181.

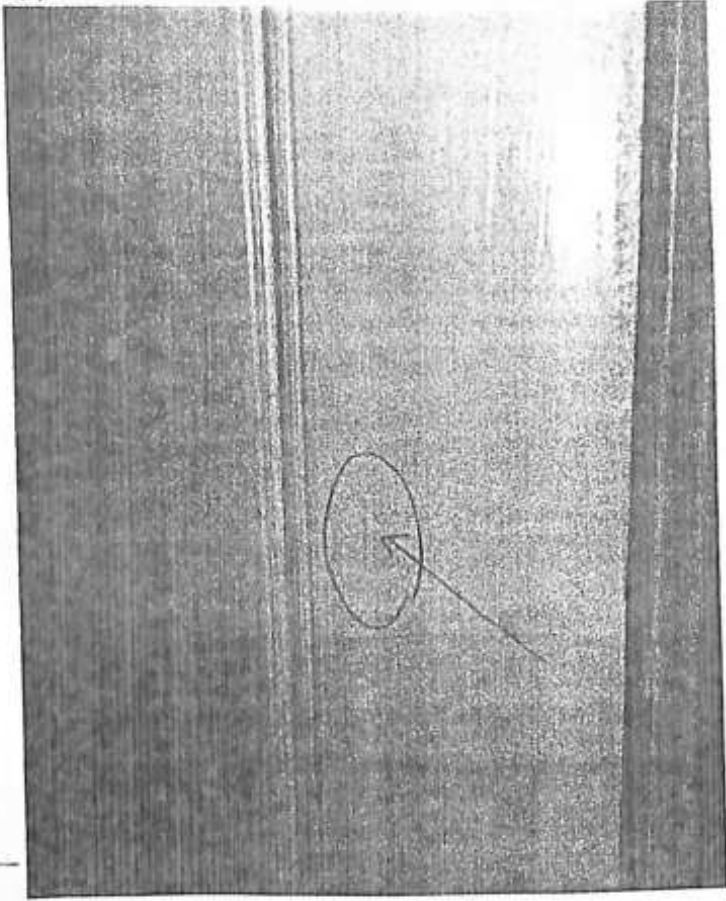
²⁵ANEXO, p. 266.



... ficava aquele mundo de carne." (Anexo, p. 255)

"E o meu pai e meu tio faziam aqueles mangueirões e escondiam os cavalos dos colonos nos matos. [...] O papai de noite, toda noite vinha um, batia na janela e a vovó alcançava as panelas do comidaz né." (Anexo, p. 24) Muitas vezes era deixada uma mulher do lado mais avançada para dizer que vivia só, por ser viúva. As mulheres mais jovens e as moças se escondiam para evitar o abuso dos soldados dos biqueiros. (Anexo, p. 14 e p. 35) Honorina ainda recorda como os soldados encontravam os cavalos nos matos procurando o relincho. Lamentos que levaram seu único cavalo morto. (Anexo, p. 149)

Quando justifico que em tempo de guerra ninguém é dono. Porém a regra é universal até chegar na fazenda do grande proprietário e parceiro político. Naquela, nenhum soldado podia fazer dano. "NÃO, não tinha, ninguém é dono! [...] Ninguém é dono... Vaca gorda, ovela gorda... é esse comando, ah, lá... O que pagava era o criador... agora [...] vinha cruzando uma força, eles botava uma guarda, um guarda - Não é pra chegá nenhum soldado aí, não fazê dano. Fã não fazê dano! [Aí a fazenda] era dos grandes." (Anexo, p. 157)



43

Foto - 43 - A seta indica um local atingido por bala numa porta durante combate em que foi cercado Forças de Medeiros, aprisionado na Estância do Combate. Município de Piratini. A casa sofreu reformas na década de 1980. Foto do autor.

acompanhou durante algum tempo nas escaramuças na região. Participou de alguns combates: [...] tivemos um combate em Mendonça [...] um combate aqui na serra dos Antunes [...] Tivemos combate com o urso velho. [...] Esses combates pegava às vezes 8, 9 horas, ia até muito suado. [Na Serra dos Antunes] ... estrago fizeram. De cada esquadra cuidando dos cavalos e nós queimando cartucho!!!" De uma forma confusa o depoente fala a respeito da batalha onde foram feridos com Borges de Medeiros:

E o Hipólito Ribeiro: cavalo atado, corta o galo, a corda e um cachorro tigre grande corre pra ele. Ele: '- Dia minha gente, o inimigo não pinga de tanto se enche e o soldado oficial que dispara [ele] acaba de matá'. Mandou matá os outros. Ele a cavalo, perna aberta, bota cá no joelho. Era bom Coronel! Ah, [...] dessa hora pra diante pego a descansá um pouco, ele se sentia cercado num cerca de pedra. [...] Ai... Colocó tudo e [...] nunca nada foi dono da batalha. Nunca, nunca. [...] Ah, morreu [muita gente nesse combate]... Morria parelho aquilo, de nosso e deles também! [...] Nesse combate [...] Tavam entrincheirado numa cerca de pedra e o chapéu em cima... e só se via bum! Mas olha, saltava terra nos olhos da gente. Ah, mas não tem nada! Quando paremo fumo comê uma carnezinha.²⁶

Ildebrando participou somente de dois combates. Não esteve envolvido no combate de Cerro Alegre narrado por Raul de Souza. Ildebrando imagina que podem ser encontrados sinais dos combates na Serra dos Antunes, em Canguçu Velho, no local chamado Passo dos Mendonça. A respeito dos mortos em combate - "[...] vinha pessoal de fora, vizinhança é que enterrava. [...] Nós não enterrava morto." (Anexo, p.158) Sobre o procedimento com os prisioneiros explica: "O que morreu, morreu! Uma ocasião tinha um alemão lá no Passo do Mendonça: '-Ah, me dá água aí!' Agarrei, dei um caneco da água pra ele bebê e ispiro. [...] Ah, que estupidez, não acha senhor!?"

A finalidade da guerra era identificada pelo capitão Ildebrando no confronto entre duas cores: azul X vermelho. Na sua percepção, a contenda não era a favor dos ricos e nem dos pobres. Todos eram levados ao combate. "[A favor de pobre] nada! Não tinha pobre, não tinha rico, não tinha nada. Pega aí na frente!" Porém, é muito significativo o movimento de defender-se com palavras ou com o silêncio quando Ildebrando é questionado a respeito dos procedimentos com os inimigos durante a guerra. Primeiro, no processo de recrutamento, segundo, no procedimento com os inimigos prisioneiros ou no tratamento com os recrutados. "Agora eu digo de consciência: por essa luz sagrada, o Hipólito nunca mandô degolá ninguém. Tinha... tava com aquilo, cinco ou seis presos presos. Dando comê. Quando saltava aqueles alemão do acampamento dava conselho. '- Mas não sirvam mais... Vocês vão, nós temos... Vocês vão na luta e eu também.' Mandava embora os prisioneiros. Aí em Canguçu eu vi... [...]. O Hipólito Ribeiro nunca mandô degolá ninguém." (Anexo, p. 159) O depoente acaba afirmando que não havia a prática da degola em 1923.

Naquele momento, interferem na entrevista Noca, a filha

que estava presente e uma amiga. Ildebrando acaba confirmando a degola. Ao que parece, eram atingidos os prisioneiros e soldados da tropa que apresentassem atitudes comprometedoras. A visita prontamente retruca ao entrevistado:

Mas tu viu esse home fazê!? Eu fiquei apavorada da vida! Ildebrando - qual é? [Visita] - que assia, só pra mim vê, aquela do capitão Belico, que ele pegava, mandava tirá num lugar, não sei... Ildebrando- Ah, mandava matá! [Visita] - E, pois aquilo eu fiquei assia um monte. Eu perguntei pra ti: tu viste fazê, tu viu? Tu disseste pra mim que tinha visto. Tinha contado... aquilo creio que aconteceu... no tempo do meu esposo... Ildebrando- Ah, viu, viu. [...] Mandava matá quem desagradasse. Fazia uma coisa bem. Não fazia bem feita, não! Não! Noca-Matava é força... Indio véio matava à força!²⁷

Por mais uma vez, Ildebrando se defende, sem ter sido abordado a respeito: "[...] Dia, eu não fui degolador, não fui matador, nada disso. Se matei foi na linha de fogo!" E acrescenta que passavam melhor os prisioneiros que os soldados da tropa. Segundo Ildebrando, os inimigos agiam de forma distinta com os prisioneiros. (Anexo, p. 167)

Dario da Silva, ao falar do confronto entre Bozano e as tropas governistas de Borges, em Pedregal, município de Piratini, explicou que, na Revolução de 1923, não houve a prática da degola "Não! Lá não! Houve, diz que houve outros tempos. Mas naquela de 23, não." (Anexo, p.113) A guerra ganhou desdobramentos particulares e deu oportunidade a vinganças pessoais. A luta e a morte de Odórico (governista) e Ivo (maragato) ocorreram num sangrento duelo entre ambos. Ivo morreu crivado de balas, alvo dos parceiros de Odórico. Odórico morreu com um faca encravada e presa na clavícula. Raul de Souza presenciou o fato e providenciou a presença da autoridade policial. (Anexo, p. 351) Ildebrando Garcia e dois companheiros, ao passar pela casa de Raul de Souza, pediu pouso e guarda.

E com três pessoas. Um era conhecido meu, um eu não conheci. Ele veio em excursão aí, quando bateram no Ramõzinho Garcia. Ele foi pago pelos contra. Parece que el ia com a idéia de matá o Ramõzinho Garcia [...] aí no Quinto. [...] Era contra a guerra. Puxa esse homem fez coisa! Matou o capataz do Hipólito em Pinheiro Machado. [...] Esse Ildebrando [...] do Hipólito Ribeiro. Viu [que era o capataz]. Esse capataz tinha matado um irmão dele e ele vingou. E ele ficou na minha casa, mas eu não sabia. Me pegaram pra rondá, mas passou a noite, não houve nada. Eles saíram, foram pro Quinto. Essa é uma das história que contava dele. Ele fez muita 'heregia'. [...] Mas ele vivia... era da guerra e tinha má fama, mas não sei de nada.²⁸

Uma das figuras presentes no período da Revolução era o 'sentinela-perdida'. Manoel Fernandes foi arrastado ao engajamento na Brigada em Bagé para lutar do lado dos governistas. Por uma única vez foi destacada à função de sentinela perdida. Depois passou a ser protegido de um dos oficiais, da família Galvão e não

²⁷ANEXO, p. 158.

²⁸ANEXO, p. 353.

foi mais destacado.

Eu fui da [...] como é? sentinela-perdida! Eu fui uma vez. Depois peguei um padrinho lá que eu não ia. Ah, quando me escalavam e um não ia não. Mandavam outro, eu não ia. [...] Tinha um que era filho do Nei Galvão, era tenente, tenente coronel. Aquele dizia: '-Não, o indiozinho não vai.' Mandava outro. [...] Uma ocasião, a primeira vez que eu fui [...] quaje que eu faço uma 'bernarda'. Eu só ouvi uma tropa [...] ouvi aquele baruido, levei a arma... mas quando eu vi o estanciero gritô. Foi sorte, senão eu ia. Pegava até conselho de guerra. Tava um piquete lá adiante, mas longe, tavam a uma meia légua. Eu ia dá três tiros [...] e dispará. Era o inimigo que vinha. [...] Mas era uma tropa de boi. [...] tinha 17, 18 anos masonero.²⁹

A tropa se deslocava para várias direções procurando o inimigo. Escondiam-se e entrincheiravam-se nos matos para descansar ou para lutar.

Dentre as andanças dos revolucionários, às vezes a investida era contra as cidades ou vilas. Maria Carolina Duarte Lobo presenciou a entrada das tropas de Zeca Neto em Canguçu.

[...] tudo tinha medo do Neto que ia entrá em Canguçu, que ia matá, ia fazê, acontecé e tal... Zeca Neto entrou bem quietinho de noite, de madrugada [...] mas ele entrou pela colônia. [...] Vi [a entrada do] Zeca Neto, eu vi. Passou pertinho da mia casa [...] pra entrá em Canguçu. [meu pai] não esperava que ele fosse entrá pela colônia. Pensava que ele fosse passá pro aquela rua aqui. Então, quando o meu pai viu aquele pessoal passá disse assim pra mim: '-Olha, tu vai lá no compadre Claudino que o Neto vai entrá em Canguçu.' [...] Fui correndo, correndo. [...] Quando eu sai na boca da vila, que era um corredô como aqui, prá atravessá a rua pro otro lado [...] vinha passando ele! Aqueles mulato grande, aqueles cavalo bem muntado, né, lenço grande no pescoço. O chapéu virado pra trás e armado e aquela mochilka na garupa né. [...] Muita gente, era uma fileira enorme. [...] Fiquei ansim, meio quiz me assustá [...] mas eles olhavo e passavo. [...] Aí, sai correndo pro ali abaixo. [...] Cheguei lá, entrei porta adentro [...] '-Papai mandô dizê que o Zeca Neto tá entrando em Canguçu.' [...] '-O Neto tá em Canguçu há muitas horas.' [...] Ah, quando foi dez hora, onze hora, papai foi lá, no Zeca Neto. [...] Ele dizia que era um senhor, um senhor já meio idoso e tavo lá acampado. Bem onde é a Santa Casa agora, de Canguçu. [...] Fora da vila, que a vila naquele tempo era pequena [...] Prá um lado ansim era um cerro [...] tudo só pasto e capim. E ali eles acamparam. Retirado um pouco da vila [...] e botaro aquelas cavalhada. Aquele mundo de animal.³⁰

Um dos personagens mais conhecidos da Revolução de 23 foi Zeca Neto: "[...] grande fazendero e guerrero, porque naquela época, o seu fulano que tinha dinheiro era major, general...! [...] feito a 'machado'! Tinha dinheiro, tinha dinheiro." (Anexo, p. 179)

O Zeca Neto, brigou aqui [...] no Passo do Moinho. Aqui no Camaquã! Ali o Zeca Neto brigou e se escapou, também. Ah, perseguiu ele também pro Uruguai [...] eles foro seguindo ele até o Uruguai. Tratavam ele o 'Zeca Veado' [...] Porque ele disparava! Quando tentavam matá ele, ele disparava [...] fugia rápido, enganava eles. [...] Eles pensavo uma coisa e ele vinha diferente. Foi onde ele pegou eles tudo. Matou muita gente. [...] Tudo isso ali foi no Camaquã. [...] E aquela costa lá onde brigaro. Lá onde eles tocara os home pro rio, onde

²⁹ANEXO, p. 276.

³⁰ANEXO, p. 253.

pai foi pra lá de capataz um tempo. [E] em Piratini, na divisa com Canguçu. [...] Tava le contando que lá na Solidão tem cerca de pedra e casa muito antiga de tempo dos escravo também [...] antes nós todos ia lá, no falecido Belchiorzinho Dias [...] que era o pai do Alvaro Dias. [...] Aquela estância toda era deles. Era gente muito rica. Era a estância da Boa Vista, da Solidão, uma outra era da prima dele.³³

O conflito encerrou em 1923, com a intervenção do general Setembrino e o acordo de Pedras Altas. O local foi descrito por Manoel Fernandes, que trabalhou na ferrovia que passa próxima ao castelo construído por Assis Brasil, líder político e adversário do governo Borges de Medeiros. Para Francisco Lucas, a guerra vinculou-se ao relincho dos cavalos que na prontidão das batalhas se comunicam a seu modo: "Aqueles relincho triste e os cavalo sabem pra que lado tã brigando. Tudo relincha praquele lado. Chega dá um zunido dentro do animal. A gente vê, hoje, falá em guerra, chega arrepiá, porque já viu!" (Anexo, p. 120)

3.2.4.4- A Revolução de 1930

A última filha de Luiza Dornelles nasceu no dia que eclodiu a Revolução de 1930. "Ela nasceu nesse dia de tarde. Nesse dia de tarde ela nasceu. [...] Pois é, eu me lembro o dia. [...] Foi tudo carmo. [...] veio a noticia que tinha ido meu filho, último né, tinha esse dia marchá prá, prá i pra guerra. Eu fiquei, tava na porta até, chorando quando saíro. [...] aquele que tava no Rio de Janeiro. E saiu nesse dia. Ele saiu nesse dia pra i pra... guerreavo muito tempo." (Anexo, p. 220)

3.2.4.5. A Revolta da Chibata 1910

Valentim Garcia, pai de Maria Filomena Garcia, serviu no 29 (ou 39) Batalhão da Marinha, no começo do século. Falava da 'vara', da chibata e de João Cândido que comandara a revolta no Rio de Janeiro. Não falou se participou da revolta. Desertou do Batalhão, na Revolução de 1923. O Coronel Galvão deu-lhe carta branca. Maria Filomena nasceu no Bairro Fragata em 20 de agosto de 1912. Valentim esteve na festa da Princesa Isabel, debaixo das 3 figueiras, no centro de Pelotas. Daquilo que seu pai narrava a respeito da história do negro após a Abolição, Maria Filomena afirmou o seguinte:

O bone que tiró a vara da escravidão do quartel era, parece que um tal de João Cândido, um que tiró uma água de cima do palácio de um governo, parece que foi de uma mira que ele fez. Tiró a água de cima do palácio ah, ah ...do governo do Brasil. Foi um desses que levantó a vara do quartel. [O castigo] era igual a dos escravos! [...] Era chibata. [...] eu não sei se saarravam. Mas que eles apanhavam, apanhavam. E faziam mesmo, meu pai

3.2.2 - Aspectos da Educação

3.2.2.1 - A Educação em Geral

A educação do descendente de escravos no cotidiano envolve vários aspectos das atividades humanas e das relações onde se pode processar a formação para a vida. As necessidades exigiram de Ana Maria que aprendesse, na prática, algumas habilidades de enfermagem. Aprendeu a usar várias plantas medicinais: "[...] maçanilha para dor de estômago; marcela para dor de cabeça e berriga [...]". (Anexo, p. 44) As lutas políticas de distintos grupos são oportunidade para profundos aprendizados. O engajamento de Ana Maria na luta dos colonos sem-terra para o assentamento na fazenda de Palma, em 1967, foi uma participação em um processo onde ela arrecadava alimentos para os colonos acampados e crescia na perspectiva de conscientização daquela dura e atual realidade social do Brasil. (Anexo, p. 45)

O aprendizado da vida, para quem não tem escola, se dá nos contatos e no diálogo com o mundo social e natural:

Não, não tinha [escola lá fora] não. Tanto que eu era muito dos bicho noé! Que eu ia... chegava o escurecezinho, eu já puxava o banquinho. Minha mãe dizia: '-undé que tu vai?' -Vô lá pra fora. '-Ah, já vai conversá com os passarinho, não é!' E, digo, vô iscutá o que eles tão dizendo! Ia pra eu iscutava o que eles diziam assim: João corta pão, Maria faz mingão. Assim que eu entertia que ... os pássaro faziam, que os passarinho diziam. Mas eu acho que eles diziam mesmo. Que eu me entertia na rua. [Dizia para a irmã que criticava:] não, não deixo. Tô vivendo como tão os passarinho e até hoje vivo com eles... cuidá dos passarinho, criá gado. [...] Dava pra conversá c'os bicho.³⁴

Um dos costumes dos negros velhos eram passados aos filhos e netos. "O cigarro, o de palha, eles não sabiam fumá. Eles faziam um cachimbo de taquara e ali eles botavam o fumo, e secavam o fumo, preparavam o fumo e botavam ali dentro. E o quequero não tinha. Era uma pedra. Então, tinha um pedacinho de lima assim, eles chavam aquilo os 'avio'. Então eles riscavam, riscavam. Não via do papai. O papai também usava. Riscava, riscava [...] e aprendia aquilo. Era um tipo cachimbo mas não era cachimbo. Era uma taquara, assim, redonda e eles botavam um cachimbo. E ali socavam o fumo. [...] Era aquilo que eles fumavam." (Anexo, p. 29) A higiene dos dentes também tinha sua forma de ser realizada: "Agora, o meu pai, quando ele morreu, formava de ser realizada: 'Agora, o meu pai, quando ele morreu, papai, ainda tinha os dente. Papai só arrancou um dente. [Na época não] tinha escova de dente. Agarravam carvão. Papai agarrava uma pedrinha de carvão em cima da mesa, amassava bem

³⁴ANEXO, p. 274.

³⁵ANEXO, p. 224.

com a faca e depois pegava um pedacinho e esfregava nos dentes. Os dente dele parecia um marfim." (Anexo, p. 29)

A educação sexual dos filhos dava-se num contexto em que a sexualidade estava cercada de malícias, distorções, moralismo e tabus. As explicações ficavam por conta da lenda da cegonha. Era procedimento comum não permitir às crianças ouvir a conversa dos mais velhos. Se falassem das coisas do sexo, falavam de forma que as crianças não percebessem ou não compreendessem.

Olha, a cegonha vai trazê um neném pra tua mãe. E a gente: -Ai, que bon! (...) o que a gente ia dizê? Era a cegonha! E aí quando foi que a gente descobriu, eu era quase casada. Eu me casei sem sabê de nada. Hoje eles sabem tudo. A minha neta sabe tudo. (...) Meu pai, não me lembro dele falá assim de séculu, essas coisa. (...) Hoje eles falam abertamente em menstruação. Que eu tenho até nojo desse ridículo aí na televisão, que eles falam em menstruação, essas coisas, eu tenho até nojo. No meio de tanta guria eles falam essas bobagem, né. Eu não gosto!³⁴

As vésperas da morte também era momento importante para recomendações e para educação dos filhos. O ex-escravo, pai de Francisco Lucas, ensina a arte do seu artesanato em couro falando assim: "-Olha negrinhos, vocês... Vai sê o último que eu vô fazê. Vocês nenhum aprendeu a trabalhá em corda. Que se eu vou ensiná vocês se criam vagabundos, parados. Vôo aprendê pra vocês trabalhando. Porque isso aí vocês não tem cabeça. Isto não é pra vocês. Eu ia ensiná voceis trabalhá. Meu pai gostava de trabalhá mais com vinte tentos, conforme. E ele ia trabalhá numa corda chata, ele pegava o couro pra fazê e ia fazendo só trançado." (Anexo, p. 117) Ao tratar a respeito da realização de qualquer serviço de encomenda, a certeza do negócio era fio de bigode depositado num copo. E mais: "E não roube pra me passá vergonha, tá! Porque meus filhos, a vergonha do homem não tem dinheiro que tape! Sejam pobre, cheguem e peça poque o que o seu pai passou não conta pra vocês. Não vai entrá no possível" -E chorava o véio! Quietos! Corra, as lágrimas! Digo: -lembração do que passou com ele." (Anexo, p. 120)

Alguns negros herdaram reflexos do modo escravista de tratamento e educação dos filhos. "A vida, era trabalhando [...] e os pai mandando. E faziam o que eles diziam. [...] Eu, desde os dez anos, já trabalhava. Mia mãe mandava e eu ia. A mia mãe chegava a cuspi no chão. '-faz ligero!' E eu criei meus filhos ali! Cuspia no chão. Tu, botavam a cuspi! Receio, tu entrava no laço. Era assim." (Anexo, p. 156) E acrescenta: "Então, trabalhei muito, seu Noca. Não me deram desgosto, me deram só Tai, sem conversa, seu Noca. Não me deram desgosto, me deram só prazer. Mas com termo de educação, criei eles. Minha família era quatorze filho [...] A mesma mulher. Perdi dois... e ficou dotô, tã em Porto Alegre, serviram lá. Tão trabalhando, comprando terreno." (Anexo, p. 156)

A educação musical também ocorria na experiência empírica,

na vivência com os grupos de lazer. "Eu, quando tinha mais ou menos a idade de 15 anos, 12 anos, até 18 anos, 20 anos, eu tocava instrumento. [...] Eu toquei cavaquinho e toquei violão, toquei banjo e mais outros instrumentos. Toquei a panderata também. [...] Banjo é só batido. [...] Numa 'maloca', numa 'maloca' querida [...] Nós juntava uns quantos aí e quando tu ia vê tava em grande... Um grupo. Tudo aprendia né. Ia aprendendo aí, uma maloca aí." (Anexo, p. 377) Chama atenção a imprecisão das datas. O depoente refere-se ao período da adolescência até os 20 anos de idade.

3.2.2.2 - A Educação Escolar

3.2.2.2.1 - Limites.

[...] Um dia o sabor da boca deles vai secar.

Octávio Ianni procura configurar a cidade de Curitiba operando a variável da instrução correlacionada à cor. A cidade apresentava coeficiente de alfabetizados e analfabetos aproximadas às proporções nacionais. Os alfabetizados de cinco anos ou mais, a nível nacional, somavam no Brasil 49,01%, no Paraná, 40,04%. Os analfabetos do país totalizavam 50,49%, no Paraná 53,81%. Do grupo dos negros, somente 25,82% já se encontram alfabetizados em 1950, enquanto que totalizavam, 74,035, os analfabetos. Para o autor, o elevado índice de analfabetos entre os negros e mulatos era apenas mais uma confirmação do estado presente do grupo no contexto social. A ascensão social está correlacionada diretamente à instrução.³⁷ Com a mesma perspectiva, podemos concluir genericamente a situação de marginalidade social do negro da região mais setentrional do Estado.

A escola apresenta constrangimentos e limites à comunidade negra. Há limitações para entrar na escola, limitações de preconceitos dentro da escola, limites para a professora negra. Muitas vezes, o jeito é tornar-se autodidata. Para estudar e adquirir material escolar, muitos tinham que abandonar a sala de aula para trabalhar. Estes são problemas comuns vivenciados pelas classes populares nos dias de hoje. Ana Maria trabalhava em casas de família para ter condições de estudar: "Sofri bastante nas mãos de algumas das minhas patroas. Com o dinheiro que ganhava, no mês de julho, janeiro, fevereiro, eu subsidiava meus estudos." (Anexo, p. 42)

Para alguns, o estudo não despertava interesse. "Agora, lê eu não aprendi. Vô falar pro sinhô saber que eu não aprendi a lê. Meu pai sabia, né, mas eu só queria sabê de brincá e dançá, não queria sabê de lê, não queria sabê de aprendê nada." (Anexo, p. 79) Se de um lado havia os pais que procuravam estimular os filhos

³⁷IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. 2ª ed. Rev. e amp., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1966. P. 266-267.

para estudar, outros não permitiam e frustravam seus filhos nesta vontade de aprender, mesmo que existissem pessoas que se prontificavam a ensinar.

Não deixou! Depois, então eu tinha a professora, eu tinha lá, muito boa... A dona Ester. [...] E a dona Ester disse pra mim: "- Carolina, tu pede pro teu pai pude corá contigo. Eu te pago. Tu faz o serviço aqui pra mim e eu te ensino a lê. De tarde, quando tu não tivé nada pra fazê tu vem pro colégio comigo, estudá lá no colégio comigo. E veja comigo. Ah, chorei, chorei, pedi pra ele, ele: "-Ah! Não tem nada que aprendê a lê. Tu tem que trabalhá, bomo trabalhá. Não vamo aprendê nada." Pronto, fiquei eu sem nada. Agora, quando eu tenho que ir a um banco recebé, que eu sou aposentada, tenho que botá o dente, tenho que suá o dedo naquela tinta, botá aii... Sem necessidade!³⁰

A solidariedade da patroa ou da família empregadora, às vezes, permitia o acesso ao ler e escrever. "Nunca tive aula. Eu lia e escrevia na casa da patroa. Quando nós fumo pra São Lourenço que o papai botou os guri no colégio, era de noite. Mas ele não queria que fossemos. Era colégio só de home. [...] "-Não, as guria não vão tã colégio." A minha irmã mais velha ela teve um colégio eu acho que uns seis meses. [...] Eles tiveram uns seis meses no colégio [em São Lourenço]. [Na granja trabalhavam durante o] dia no serviço, de noite no colégio. E nós temo em casa." (Anexo, p. 38) E segue explicando: [...] os guri quando chegava, um dava uma lição pra nós, outro dava outra lição, um dizia uma coisa, outro dizia otra e a gente ia gravando. Aí, a minha patroa quando tinha tempo me dava uma lição, me explicava qualquer coisa. [...] Eu não sou analfabeta, não. Eu sei escrevê meu nome, sei lê, graças a Deus, alguma coisa. Escrevê, eu não escrevo, mas lê eu sei." (Anexo, p.388) A mulher negra sofre a discriminação que o homem negro sofre, agravada esta discriminação pelo fato de ser mulher.

Muitos negros não estudaram porque não havia colégio para os pobres onde moravam. "Aos pobre não havia colégio, e o que havia era muito longe, que a gente tinha. Era pobre, né, vivia dos braços da gente, aí não fazia. Agora meus irmão, um bocadinho, um bocadinho, esses andaro com os livro. Pelas casa, aqueles que sabiam [...] ensinavo pros otro." (Anexo p. 267) Falamos anteriormente que havia professores que davam suas aulas nas estâncias. Os depoentes permitem conhecer alguns nomes desses professores. "O seu Virgílio era um pulperado! O José Claro. [Ensinava em casa] Pois é, assim foi o seu Virgílio. [...] Os pobre andava sempre... mais por baixo. [Os filhos e filhas dos mais abastados estudavam em casa.] Era. Outros iam pra otro lugar [Pelotas, Rio de Janeiro] Tinha. Vinham aqueles graúdos... [...] o seu Virgílio era um doutor. Era doutor! Essa guria que tava aqui, ensinou pros meus filhos ler. [...] Ela aprendeu com ele." (Anexo, p. 267) O mesmo professor às vezes fazia o papel de médico.

A saída para muitos foi tornar-se autodidata. São muitos os exemplos de pessoas que aprenderam por esforço próprio.

Exemplos concretos serão apresentados também no capítulo IV ao tratar dos filhos-de-criação. O pai de Antonia Fagundes aprendeu a ler nas fazendas onde trabalhava. Nas casas dos estancieiros encontrava possibilidade de aprender a ler e escrever. "Ele aprendeu a ler sem professor, sem nada." (Aneo, p. 79) Toda aquela geração de irmão aprendeu a ler e escrever assim. (Anexo, p. 79)

Osvaldina Silveiras afirma que, durante muito tempo, só havia escola para os brancos

"[...] porque negro não tinha direito a colégio. [...] Não, como sempre. Negro, hoje em dia tem que tê fibra mesmo." Quando manifestava vontade e desejo de que iria estudar, os brancos diziam: "E, pode sê. Não te encherça nego. Colégio é pros branco, não é pros preto. Lugar de macaco é no mato. A gente ficava com aquela coisa, né. Eu não me importo porque sou negra mesmo. Eu reconheço que sou negra. Só ficava muito chatiada porque eu gostava muito de aprendê a lê. E vim aprendê a lê por mim. Então qué dizê que colégio só tinha pros branco. E pra fora, na campanha, não tinha colégio.. Era as professora [que davam aula em casa]. E não tinha muita professora mulher. [As noças] rica? Mas claro, as rica sabiam lê e as branca. Tudo que era branco sabia."³⁹

Paulino reafirma esta situação. "Colégio mesmo. Negro não entrava no colégio deles. Aí não tinha gente pra dá [aula] em casa. Então, o cara se criava burro, né. [...] Não aprendi por causa disso né! E o falecido Getúlio botou uma lei. Tinha que dá estudo pro brasileiro [negro] tamém. Aquilo custou! Aí dexaro negro entrá no colégio. Mas muitos já não davu muita bola. Estudava um pouquinho, mas depois parava. Aí, depois daquilo muitos brasileiro [negros] viero embora [do interior] né que eles tava brutos." (Anexo, p. 331)

Quando uma mulher negra obtinha formação de professora, os brancos não a admitiam e não permitiam que ela trabalhasse no magistério. O preconceito pode arrastar-se até os níveis universitários: Ana Maria foi babá de uma sua colega, professora da Universidade Federal de Pelotas. Vinte anos depois, já professora da UFPel, Ana Maria encontrou-se com ela na Faculdade de Direito. Ao estender-lhe a mão, teve a saudação recusada. "Qual não é minha surpresa, a moça finge não me conhecer, parece que sentiu vergonha de ter entre seus colegas a sua ex-babá! Acho que doeu muito nesta moça ver a negra e ex-empregada sua em pé de igualdade consigo. Considero isto uma injustiça!!" (Anexo, p. 42) Na ocasião em que a Delegada de Educação de Pelotas tentou impedir Ana Maria de assumir uma carreira no magistério público estadual, dirigindo-se a ela de forma áspera: "Coloquei a boca no mundo, denunciei ao governador e dessa vez me senti feliz de ter tido 'garra de mulher negra'. Consegui meu primeiro emprego de professora primária. [...] Foi aprendendo que resistir é preciso!" (Anexo, p. 43)

Luiza Dornelles não teve a satisfação de ver sua filha exercendo o magistério porque não lhe foi permitido assumir uma

apenas em 25% do rendimento. Nas ocupações manuais há uma presença majoritária de negros, onde a remuneração é mais baixa. Isto pode ser conferido na construção civil e nos serviços domésticos. Em média, o trabalhador branco recebia mais de 4 salários mínimos, enquanto que o trabalhador negro recebia 1,7 e, as mulheres, cerca de 0,8. O mesmo Censo mostra que 48% dos trabalhadores negros e 66% das trabalhadoras negras não possuíam carteira de trabalho assinada. Na pirâmide social, o maior contingente populacional negro ocupa os espaços mais segregados da sociedade. É praticamente nula a presença do negro nos primeiros escalões políticos, militares, acadêmicos, diplomáticos e eclesiásticos.⁴⁰

Neste sentido, o grau de escolarização do negro reforça a desigualdade social sofrida por ele. Enquanto 9,1% da população branca têm 10 ou mais anos de escolarização, apenas 1,1% da população negra e 2,7% da parda alcançam os mesmos níveis de escolaridade. Em 1980, 20% da população branca não tinha instrução. Os negros eram 41% e os pardos 39%. O ensino oferecido às camadas pobres da população, onde o número de negros é mais elevado, é de qualidade nitidamente inferior. Conteúdos e instrumentos didáticos revelam uma visão preconceituosa na prática escolar cotidiana. Muitos livros de textos reforçam os preconceitos sobre a inferioridade do negro. Nos livros de história do Brasil, marcadamente escritos na perspectiva das elites, o negro aparece quase exclusivamente associado à escravidão. Enquanto se realça o herói branco, as referências à personalidade negra são quase inexistentes. Poucos textos didáticos tratam com alguma profundidade fenômenos tão significativos como o quilombismo e as outras formas de resistência.⁴¹

Os valores culturais, "as manifestações de raiz africana no complexo cultural brasileiro costumam ser reduzidas a aspectos vistos como periféricos ou folclóricos, tais como as contribuições linguísticas, musicais e de hábitos alimentares. No universo cultural ideologicamente construído como europeu e branco, os traços negros são tidos como subcultura e expressão do exótico. Os padrões de beleza, cultura e civilidade são brancos. Acrescentando-se que os meios de comunicação social, de grande poder na veiculação de valores culturais e na formação da opinião pública, reforçam esse reducionismo em novelas, reportagens e filmes, onde os negros aparecem quase sempre em funções subalternas, especialmente como empregados domésticos, ou em papéis de apoio. O grave não é que apareçam em posições subalternas, mas sim que os 'papéis' dos negros são 'subalternos'. Frequentemente sua presença é relacionada com atos anti-emancipatórios."⁴²

⁴⁰CNBB. CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1988. Texto Base, p. 13.

⁴¹Idem, p. 13.

⁴²Ib. Idem, p. 13.

⁴³Ib. Idem, p. 13.

No esforço de indicar as possibilidades que a escola ofereceu até hoje, é difícil escapar aos limites que geralmente foram impostos à comunidade negra. Quando as moças tocavam e cantavam as suas modinhas ao piano, o negro, a negra escutavam de longe. "A gente ficava louco de vontade de chegar perto, mas, nunca!" A analogia com a oportunidade de estudar está aqui. Os filhos dos fazendeiros tinham que enfrentar meses de viagem para deslocar-se a outras cidades brasileiras ou estrangeiras em busca de títulos de doutores. Nas estâncias, de modo geral, dava aula uma professora contratada para instruir os filhos dos fazendeiros da região. Rara foi a família negra que tinha possibilidades de contratar um professor para instruir os filhos. O depoente Adair é o único depoente que trouxe esta realidade. Seu pai contratou uma prima sua para ensinar Adair a ler e escrever. (Anexo, p. 9)

3.2.2.3 - Resistência e articulação cultural nos clubes e entidades

Clubes e entidades foram criados para permitir um espaço político, cultural e educativo para a comunidade negra. Resistência e luta pela própria identidade negra, às vezes, foram marcadas pelo racismo contra o branco. Movimentos e organizações atuais de negros sofrem, alguns, a tendência racista e sectária, quando não são atrapalhados por partidos políticos que querem usá-los em função de seus interesses. Os membros de uma associação, clube ou entidade sindical podem participar de partidos políticos, mas a política partidária é distinta da política de uma organização dessa natureza. O resgate da identidade não trás consigo a negação da identidade de outros segmentos. O negro buscou mediações para fazer frente ao crescente e organizado racismo branco no começo do século. O depoente Facundo Mira, que trabalhou no jornal 'O Libertador', batalhou sempre pela formação de clubes e entidades que permitissem ao negro articular-se na sociedade pelo acesso à cultura e sua preservação. Ele vê nesta luta pacífica e ordeira a possibilidade de resgatar o negro tão marginalizado ainda em nossos dias:

Atualmente nós temos sociedades nossas. Temos o 'Chove e não molha', temos o clube do 'Fica aí'. 'Fica aí' era cordão carnavalesco. Hoje é clube cultural. Lá já teve um colégio. E que depois com o tempo, ele foi ficando pequeno, então o Colégio Joaquim Simões tem local melhor. O Ministério da Educação deu lugar melhor. Ele foi transformado em cultural [...] e ajudou desenvoltura pelo lado social, também, muito grande. Teve depois o 'Chuva', atualmente tá destruído [...] Eu lamento muito que foi uma entidade das origens de meus tios-avós. [...] Foi uma sociedade de muita luta, trabalhadores... Chamavam de pessoal do 'lixo', mas não é. E pessoal humilde. E além disso [...] lamentavelmente entre nós gente tenha que tá sempre na parte de baixo. [Temos que deixar preconceitos antigos para chegar no ponto máximo da desenvoltura intelectual. [...] que o cérebro tanto dum é igual ao do outro. [...] se nós seguirmos analfabetos, que farão de nós? [...] Não podemos continuar analfabetos. Se nós continuar analfabetos, quanto mais ignorante o povo mais fácil de governar! [...] o atraso sempre prejudicou o nego. [Deputados, artistas negros]

Regina Fahn Pinto, da Fundação Carlos Chagas, realiza uma revisão de dados, informações e reflexões sobre a educação dos negros em extensa bibliografia sobre o negro brasileiro. Reune os dados e os discute sob alguns tópicos estabelecidos pela autora. No primeiro tópico aborda a educação no contexto teórico dos trabalhos sobre o negro brasileiro; em segundo lugar, aborda o significado da educação na família negra, na imprensa e nos eventos e as iniciativas negras no campo da educação; em terceiro, acerca-se dos fatores intra-escolares e extra-escolares que interferem na escolarização do negro, destacando a situação sócio-econômica, a socialização, as imagens do negro vigentes na sociedade e perspectivas. O foco de atenção do seu trabalho é São Paulo, onde se encontra também o maior número de obras que abordam estes aspectos, especialmente da Escola Sociológica Paulista.

Nos jornais, eram publicados artigos contra o racismo "Rodolfo Xavier, Armando Vargas! Aquelas eram pessoas ilustres sobre a raça e sobre o assunto. [...] Era homens que lutavam através da pena sobre o problema do negro. [...] Deus os levou [...] mas nós precisávamos que ressurdissem outros Rodolfo Xavier e outros Armando Vargas para que continuassem..." (Anexo, p. 208)

A imprensa também foi um meio de luta e resistência da comunidade negra na sociedade emergente no princípio do século. José Facundo Mira trabalhou como jornalista e com 15 anos começou a trabalhar no jornal "O Libertador". A princípio como aprendiz de tipografia, nas horas vagas. Devido à campanha política, o redator que um dia o jornal saiu uma crítica sobre o Flores da Cunha e a polícia naquele tempo, era um espadado, grande, foram à frente do Libertador... E a Rua Voluntários da Pátria, entre a rua 15 e a Anchieta. [...] Eu pra me escapar, [...] sai pelos canto da parede, correndo, e aproveitei que tavam fechando a quadra e sai disparando. Nunca me esqueci disso. Eh... depois do "Libertador" trabalhei na "Opinião Pública" [...] foi comprada pelo "Diário Popular". [...] Trabalhei no jornal "Alvorada..." (Anexo, p. 208) Para este pequeno jornal de bolso, Mira participava escrevendo. Trabalhava muito tempo neste jornal.

José Facundo Mira lamenta que entidades de mulatos como "Floresta", "Aurora" e "Democratas" fossem separatas também. O carnaval deve ser uma mediação para a superação dos problemas do negro. A libertação, para ele, não ocorreu por completo. É preciso continuar essa luta. E o meio seria o desenvolvimento intelectual do negro. "E, negro só pra cozinha não. Não é bem assim!" (Anexo, p. 212)

Isso aparece na televisão, no cinema [...] pelo intelecto."

Carlos A. Hasenbalg, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando H. Cardoso enfocam as relações sociais a partir da análise do processo de desagregação do sistema escravista e de constituição de uma sociedade de classes. Para Florestan Fernandes, a educação é um fator que eventualmente pode influir na integração do negro na sociedade competitiva e superar os resquícios do antigo regime, incompatíveis à nova ordem social capitalista emergente. O trabalho de Octávio Ianni focaliza a educação particularmente no contexto do processo de integração do escravo, agora trabalhador livre, à nova estrutura econômico-social da cidade de Curitiba. Fernando Henrique Cardoso, ao estudar a formação da sociedade escravocrata e a situação do negro no Rio Grande do Sul, aborda tangencialmente a questão educacional ao se referir às denúncias dos primeiros movimentos de negros porto-alegrenses contra as arbitrariedades cometidas na escola contra alunos negros, e as práticas discriminatórias que tinham por função impedir que o negro partilhasse com os brancos os benefícios da ordem democrática, como por exemplo, frequentando a escola.⁴⁵

Hasenbalg preocupou-se em averiguar, com maior requidão, o peso da raça e classe de uma outra perspectiva. O destino da população negra está vinculado à evolução política e estrutural da sociedade brasileira. Ele acha que a maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas além disso, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial. A integração teria contribuído para a marginalização dos negros que se concentraram em regiões menos favorecidas economicamente, com oportunidades ocupacionais e educacionais limitadas. Acabou verificando que as desigualdades profundas se repetiam dentro de cada região.⁴⁶

A esse modo de ver, o preconceito racial está vinculado ao preconceito de classe e engendra a discriminação e marginalização do negro em todo nível das relações sociais, seja política, educacional, familiar, recreativo, religioso. A raiz é o próprio sistema capitalista, baseado na competitividade e na acumulação dos meios de produção e do capital engendrado no trabalho explorado da maioria dos trabalhadores, entre os quais o negro ocupa o âmbito mais periférico de marginalização. A arbitrariedade e a violência social sofridas pelos negros encontram-se em todos os níveis das relações. A agressividade dominante da formação social capitalista está articulada na competição e justificada na legitimidade do vencedor. Nesta guerra, todos os meios são válidos, desde que permitam a vitória. Os preconceitos de raça, cor, cultura são todos válidos nesta perspectiva.

⁴⁵PINTE, Regina Pakin. A Educação do Negro. Uma Revisão da Bibliografia. Cad. Pesq., São Paulo (62): 3-34, Agosto, 1987, p. 4-5.

⁴⁶Idem, p. 5.

Quando uma pessoa de família 'importante' envolvia-se com um negro, ou uma negra, a alternativa era eliminar o negro ou 'dar apelidos' para que sumisse. (Anexo, p. 328) Nomes conhecidos e trabalhados importantes surgem na lembrança dos negros que trabalharam naquelas famílias: Terra Leite, Siqueira, Assumpção, Feringes, Fernandes, Xavier, Peres, Vargas. Segundo depoentes, a decadência econômica e cultural aos poucos foi correndo o esnobismo e a ostentação de muitas dessas famílias. Osvaldina caracterizou a família onde trabalhou nos anos de sua adolescência desta forma:

Eu sei dizer que a gente não é nada nesse mundo. As pessoas pensam que são uma grande coisa quando são cheias de dinheiro, mas perdem o dinheiro não é nada. [...] Dona Eliza era rica e cheia de dinheiro e ela cansava de dizer: 'Tudo pode ser, mas nós nunca vamos passar fome, porque nós somos como se vê'. E no entanto, o forje Siqueira que era irmão dela, que dono do Angico Pelotense, foi pobre, no asilo, dependendo de escola. Era o manequinho da cidade de Pelotas. O mais bem armado, tanto de roupa como de casa. [...] Era rico da família Assumpção, Mendonça, Ferreira, Xavier. Eram as quatro famílias mais ricas da cidade de Pelotas. [...] Mas ele botou tudo fora porque a mulher ferveu muito, passou ele muito pra trás e aí ele foi se desgostando e ficou pobre. [Sua casa ficava na rua Trás de Mato esquina com Andrade Neves]?

Elisa Siqueira Peres era esposa de Ambrosio Peres. Uma filha da Zona do Porto em Pelotas recebeu o nome de Ambrosio Peres. O homenagem foi dono da fábrica de tecidos.

Elisa Siqueira Peres era esposa de Ambrosio Peres. Uma filha da Zona do Porto em Pelotas recebeu o nome de Ambrosio Peres. O homenagem foi dono da fábrica de tecidos.

Elisa Siqueira Peres era esposa de Ambrosio Peres. Uma filha da Zona do Porto em Pelotas recebeu o nome de Ambrosio Peres. O homenagem foi dono da fábrica de tecidos.

3.2.3.1 - A Família do Branco

3.2.3 - Aspectos da Família

ficou num vermelhão que nem sei. Se ela pudesse me engolir, me engolia!" (Anexo, p. 321)

O machismo predominante evidenciava-se no processo educacional dos filhos do branco. O moço que não correspondesse aos anseios de projeção social e de status da família, que manifestasse alguma rebeldia, sofria as pressões e opressões especialmente do pai. A questão era resolvida mandando o filho realizar seus estudos em cidades distantes, afastando-o do seu meio para que no colégio ele sofresse o processo educativo que os pais não conseguiam articular. A mulher ficava sem poder de decisão sobre o destino dos filhos. "A era tua, né! O homem mandava. Tivesse certo ou tivesse errado a voz era tua. Ela podia se desmanchá chorando. Era pra mandá pra Marinha, então já tá na Marinha, terminou! Depois que ele botava o pé dentro do navio, aí tschãu. Levava um mês pra chegá no Rio de Janeiro." Anexo, p. 322)

3.2.3.2- A Família do Negro

3.2.3.2.1- Gênese e constituição da família

No período da escravatura, a família escrava era muito reduzida ou inexistente. Baixíssimo número de casamentos de escravos eram realizados. Após a Abolição, uma das preocupações do negro foi a constituição da sua família. Os pais de Maria Francisca eram escravos e viviam juntos na casa do sinhô e permaneceram enquanto viveram. Ganharam uma pequena área de terra e viveram como agregados. Maria Francisca, desde menina trabalhou na casa dos antigos senhores e seus filhos. Praticamente desconhece a vida dos pais na escravidão.

Muitos nasceram de uma relação entre a ex-escrava e o branco. Eram considerados filhos de 'pai desconhecido'. O caso não devia vir a público para não atrapalhar a vida do patrão. Esta situação de 'pai ignorado' passou para o registro destes filhos 'illegítimos' e pesou sempre como algo vergonhoso e socialmente depreciativo. "[Pai] Ah, eu ignoro.." (Anexo, p.97) Celina Soares conta com constrangimento que consta em sua carteira de identidade: "Pai 'desconhecido' [...] Meu pai também, em sua carteira de identidade trazia: 'pai desconhecido'. Um tempo da minha vida tive vergonha desses fatos. Tentava esconder, abafar..." (Anexo, p. 41) A maioria dos entrevistados nasceu de pais que se casaram ou se juntaram e constituíram família nas décadas seguintes ao fim da escravatura.

Muitos desses casais não permaneceram porque os descendentes de escravos também sofriam a preponderância da cultura e da moral vigente que permitia socialmente o machismo e a exploração sexual da mulher. Outros viveram juntos suas vidas e constituíram famílias numerosas. Todos os nossos entrevistados são filhos, netos ou bisnetos de escravos. O preconceito contra os filhos de mãe separada pesaram sobre a vida dos filhos. "Filha de Joaquim Antonio Soares e Celina Soares [...] filha de mãe separada, já por isso a sociedade me discriminou." Anexo, p. 41)

A estrutura social e o racismo condicionavam que negro casasse com negra. O racismo e o preconceito por parte do branco, muitas vezes assumidos pelos negros, condicionavam que o sujeito procurasse o parceiro de sua raça, seja branco ou seja preto. Há os casos em que a branca casa com o negro e vice-versa. Com o tempo, a miscigenação cresceu. Nos dias de hoje, é difícil encontrar o negro de raça. O pai de Osvaldina Silveiras foi escravo. Liberto ainda jovem, em 1888, veio casar-se com uma viúva branca, européia. "O meu pai era preto [...] A mia mãe era estrangeira. A mãe dela era polonesa e o pai dela era português. Ela veio para o Brasil com 18 anos e se casou com um português. Depois ela morreu e ela casou com o meu pai, de muitos anos. [...] Os pais dela eram ricos. Ela tinha escravo." (Anexo, p. 296)

Ildebrando Garcia foi filho de escrava com um fazendeiro da região de Piratini. Seu nome era Danilo e morreu afogado numa praia. Da mesma forma o avô de Zezé Pereira era português que teve um filho com uma negra escrava, o pai de Zezé. Com a família dos descendentes de escravos viviam os ex-escravos que passaram pelo período da Abolição. "Uma das minha bisavó foi escrava que eu le contei. Eu era bem pequenininho quando perdi ela." (Anexo, p. 2) As pessoas de idade eram recolhidas para o convívio com os familiares, num gesto de cuidado e solidariedade com os velhos. "E, eles sentava às vez conversando, eu era guri pequeno ficava escutando. Tia Anastácia, tia Faustina, tia Fortunata, tia Inácia, aquelas velha que tinha ali, que aquilo tudo era reunida por causa da nossa família." (Anexo, p. 3) O avô de João Rodrigues viveu seus últimos dias passando o tempo pelos cantos e pelos galpões.

É o meu avô [...] morreu lá por volta de 80, 90 anos, também. Aquilo, naquele tempo, trabalhava vida inteira ali, né. O Germano. Conheci ele! Bem pequenininho! [...] Então ele contava: '-Sim senhor, tô velho, não presto mais nem pra mim! Sem nada'. E de noite e de dia, eu se lembro dele de vê deitado, lá pelas carreta, lá pelos galpão, sem té uma casa, né. Não tinha uma casa! Enrolado naquela... naquelas capa que tinha uma corrente aqui assim. [...] Com direito na beira da casa do seu fulano! Prá ficá ali, se protegia. Então, lá pelo galpão, de noite, ia vê que ele tava deitado dentro de uma carreta, numa carroça, dos pelego...⁴⁸

Houve também os casos em que a filha-de-criação tinha seus filhos com o patrão ou com um dos seus filhos. A depoente Maria Francisca conviveu com o filho de seu pai-de-criação por longos anos e teve seus filhos desta relação.

Antenor teve seus pais, avós e bisavós que foram escravos: "Tudo passou por isso. [...] A minha avó morreu com 95 anos, o meu pai com 115, a minha mãe com 88 anos. Agora perdi um irmão que ainda le cansô por este tempo, perdi ele com 100 ano, chamava Gregório." (Anexo, p. 55) Chamamos atenção para a relatividade da idade atribuída aos ex-escravos ou a depoentes. É praticamente impossível um ser humano viver 115 anos. Todos foram escravos da família Pedroso de Piratini, que esteve envolvida nos episódios de 1893 e de 1923. O pai de Antenor esteve cercado no Sítio do Rio

Negro, quando Antero Pedroso foi morto após enfrentar verbalmente Adão La Torre, o degolador.

De modo geral as famílias dos negros ex-escravos ou de seus descendentes eram famílias numerosas. "A finada mamãe mesmo tinha muita família [...] Nós era seis filha mulher e quatro home. [...] E, e eu era das mais nova." (Anexo, p. 147) Dona Greice teve doze filhos. Ildebrando Garcia o mesmo número.

3.2.3.2.2. Relações homem-mulher: Namoro, casamento

No começo do século, o namoro tinha suas características, típicas dos costumes e da moral vigente. Geralmente os pais acompanhavam os namorados que permaneciam distanciados um do outro, quase sem conversa. Às vezes, um irmão vigiava o procedimento de ambos. Normalmente o namoro não deveria ultrapassar as dez horas da noite. O sistema permitia o rapto das namoradas que desapareciam por algum tempo para retornar um dia. "Quando queriam sai, saiam. E a gente ficava de bobo aí. Aí, dexavam aí e se iam embora. Se procurava: cadê....a filha!?... Fugiu!" (Anexo, p.222)

O namoro à distância devia ser observado. A oportunidade do abraço ocorria nos bailes sob a vigilância de um parente. Sem excessos. Não havia trégua para uma aproximação maior nos dias de namoro. Manter um relacionamento sexual era considerado crime por muitos. A moral correspondia ao machismo que vigorava. O atrevido que ousasse era perseguido e não raras vezes justificado pelo pai da moça. (Anexo, p. 36) Segundo Armando, era inadmissível a relação sexual antes do casamento. A distância significava respeito. (Anexo, p. 90) O início do namoro exigia às vezes um confronto não muito amistoso com o pai da pretendida que arrogante e acintoso perguntava pelos objetivos da visita. A situação ficava dramática, quando o sujeito era juntado com outra e tinha filhos: "-Vai cuidá de quem tu vive, te manda daqui antes que eu te passe o laço e te passe o facão. [...] Tu vai embora daqui, vai cuidá do teu filho, vai embora daqui. Home com amiga não presta." (Anexo, p. 199)

Além de passar por esta situação, não era permitido que o namorado negro da depoente Osvaldina entrasse na casa de Dona Elisa Perret. Em Pelotas, negro entrava em casa de famílias ricas, unicamente para trabalhar. Osvaldina tinha que namorar na casa de sua amiga. Ela então fazia o papel da mãe e cuidava o namoro. A situação condicionou a que os dois casassem em seguida. (Anexo, p. 312) Outros depoimentos indicam que, a princípio, o namoro deveria ser à distância e depois de quatro ou cinco meses, o moço se aproximava e podia ficar de mãos dadas com a moça. "[...] às vezes a gente pegava e passava, às vezes quatro, cinco meses, o nego, nem da mão da guria agarrava." (Anexo, p. 194) Joaquim tem dificuldade de acostumar-se com o estilo de vida e o namoro na época atual. Na sua época, as moças usavam vestido até os tornozelos. Se trabalhassem na roça, além do vestido comprido tinham que usar bombacha, lenço e chapéu na cabeça. Com muito esforço e esmero, conseguiu controlar a sua filha no estilo que viveram.

O namoro tinha uma fase preparatória. A moça ficava na janela e o rapaz conversava, na rua. Quando houvesse confiança, iniciava o namoro em casa. Para casar, a moça tinha que ter 20 anos e o rapaz demonstrar que tinha boas condições para assumir o compromisso. (Anexo, p. 75) Para Maria Carolina, a vigilância do velho pai sobre o namoro se completava com a exigência de que não conversassem. Se o velho fosse urinar na rua, ficava numa posição que enxergava os dois. (Anexo, p. 255) Greice também afirma que os namorados não podiam encontrar-se e passear sem acompanhante. "O namoro era você gostá duma moça e...participava que tinha gosto nela, casava. [...] Namorava. [...] E dependia muito dos pai. Dexá o cara que se prestava, eles dexava namorá. Hoje namoram, Deus me perdoe, dão o que tem de dá pros home viu e... não obedece mais. [...] E a moça tinha que té a licença dos pais pra casá." (Anexo, p. 159)

Os homens e os rapazes tinham sua responsabilidade mas tinham a liberdade de procurar outras mulheres para relações sem compromissos. "Ah, isso sempre teve, né. Isso é coisa que sempre teve. O homem, o senhor sabe, ele casa, é muito responsável pela sua família, mas o particular dele ele sempre tem." (Anexo, p. 13) Segundo Alice Vargas, quando uma moça ficava grávida, dizia-se que tinham feito mal a ela. Hoje, se diz que fizeram o bem. (Anexo, p. 36) Para muitos, quando a filha ficava grávida antes de casar, a saída era ir para a cidade e arrumar emprego por alguns meses até a criança nascer. Nascida, a criança era dada e a moça voltava para sua terra, evitando todo o constrangimento daquela situação. (Anexo, p. 68)

O rigorismo moral, a desaprovação social de uma gravidez sem vínculos legítimos entre um rapaz e uma moça, levava aos cuidados exagerados com o namoro dos filhos e das filhas. Muitas moças sofriam ameaças graves dos pais para prevenir a gravidez. Ameaças de morte eram utilizadas para pressionar e prevenir tal eventualidade. A repressão e o autoritarismo eram utilizados para a educação dos filhos. As relações sem base no diálogo e a confiança traziam a exigência do controle e da vigilância. Seus resultados às vezes evidenciavam a fragilidade destes métodos aparentemente tão rigorosos, mas que impediam um crescimento maduro e responsável. Alguns pais, no caso da gravidez da filha, exigiam e obrigavam o moço a casar e assumir mulher e filho.

Observa-se que nenhum dos depoentes refere-se à idéia de pecado, ao falar dessas situações. Tudo parece ser pela vigência de um senso comum e de uma moral orientadora dessas relações. Mais uma vez, observa-se que a religião católica e as outras religiões cristãs não tinham enraizamento profundo até os meados deste século, nesta região. Observa-se que determinadas circunstâncias de trabalho facilitavam esta perspectiva de liberdade para o homem. Os depoentes Dario, Antenor, Joaquim, revelam que a vida nas estradas, como tropeiro, facilitava encontros com mulheres. Dario afirma que tinha cinco mulheres e tinha filhos com todas elas. Viveu solteiro até pouco tempo. Muitos confrontos e brigas com outros homens determinaram que ele se afastasse para a cidade. (anexo, p. 112)

Não sei! Nunca pensei [em casar com uma branca]. De primeiro, não existia esta mistura que existe hoje. Era muito difícil um negro namorar uma branca. Era muito custoso. Sempre do lado da raça dele, hoje a gente encontra negro com branca, branco com negra. Mas naquele tempo não. Naquele tempo a gente já sabia, casava era eterno. Só a morte pra separar um do outro. Hoje casou, amanhã tá tudo descasado, já tá casando as mulhé, tá casando os filho. Só uma grande coisa pra gente se separar da família. De primeiro, se tivesse que faltar uma coisa com a família do cara, com a mulhé, quando os filho não via. Eu tenho dois, mas quando a gente tinha que se conversá aí era eu e ela. Mas filho não ficavam sabendo do quetava se tratando. Eu não quero que acanhá eles casem e seguem brigando. [...] Só! Nunca boa! Faz quarenta anos que sou casado ou mais e nunca briguet com a mulher.⁵⁰

Os senhores permaneceram por muito tempo determinando o casamento de seus filhos e filhas. Muitos casamentos entre primos para salvar e manter as propriedades na família. Da parte dos negros e da sociedade, havia a exigência que o indivíduo casasse com o parceiro, a parceira, da cor.

[...] abandonaro a fazenda. Ai saíro a caminhá. Ai encontravo uma casa pra trabalhar e eles foro trabalhando até o dia que eles casaro o se casáro. Ai eles procuraro a té a casinha deles. [...] Se amigavam, se amigavam, naquele tempo não casavam, era amigado. Se agradao um do outro tava feito. [...] Na Igreja, naquela época, não existia [era casado] no civil, no cartório ou dia duas reunião [...] uma audiência. Então, aquela pessoa não podia casá lá no cartório. Pra sai o casamento mais barato, então ia casá dia daquela audiência lá. Fagava menos, então assie que era.⁴⁹

A forma de constituir família não seguia as exigências sociais normais. Segundo os depoimentos, a maioria dos negros, depois da libertação, procurou um lugar para morar e uma forma de organizar e estabilizar a sua vida. A maioria teve a preocupação de constituir família. 'Amigado', 'juntado', 'amontado', 'amasado', 'casado', são expressões que os depoentes utilizam para referir-se à sua condição civil. A maioria não casou pela Igreja; alguns casaram pelo civil; outros, procuraram o cartório para formalizar sua condição de casados, no dia de uma audiência comum. Preponderaram os casamentos sem nenhuma formalidade oficial. A maioria dos casamentos se manteve estável, ao que parece. Após a libertação os ex-escravos

Após um dia de trabalho, um rapaz tinha o direito de aproveitar a noite com mulheres. "Se eu queria sai a caminhá podia sai, pronto... porque tinha liberdade, não era escravo, não era nada." (Anexo, p. 293) Chama atenção a referência à escravidão.

Segundo o documento da CNBB para a articulação da Campanha da Fraternidade de 1988,

a mulher negra tem sido discriminada e marginalizada desde a colônia até nossos dias. Foi escrava, reprodutora, objeto de prazer dos senhores e explorada nos trabalhos domésticos, agrícolas e artesanais. Sem nenhuma conquista social, passou de ex-escrava a sal assalariada, da cozinha da sinhá à cozinha da madame, da senzala à favela, de mãe de leite a mãe solteira. Nenhum outro segmento da população sofreu tamanha desestruturação psicológica e social ao longo da história como grupo feminino negro. No Brasil contemporâneo, as mulheres negras formam o maior contingente da população favelada e das mal remuneradas domésticas e operárias urbanas ou camponesas. Imenso número delas é relegado ao subemprego e muitas obrigadas à prostituição. [...] Sofreu uma tripla discriminação: enquanto mulheres, enquanto pobres e enquanto negras.²¹

As marcas da escravidão permanecem na família negra. Na maioria dos casos foi negado ao escravo a possibilidade de constituir família. Até hoje, numerosas famílias negras apresentam-se truncadas, mal constituídas e assumidas apenas pela mulher. Contudo, o conceito e práxis da 'grande família', impregnado de profunda religiosidade, foi conservado tornando-se uma das grandes mediações para a resistência e sobrevivência da comunidade negra. A 'família' não era apenas constituída de pais, filhos e parentes. Ela englobava os antepassados, os elementos da natureza, especialmente a terra. Nesse esquema, a vida é sagrada e supera a força da morte. O nascimento é um ato divino e a morte e vista também sob a ótica religiosa. A ligação com os ancestrais, a vinculação com a mãe-Africa - projetada como 'terra prometida' e sentida como 'paraíso perdido' - é garantia de identidade negra e força de resistência.²²

3.2.3.2.3- Registro e sobrenome

Os negros escravos eram considerados uma mercadoria. Da África chegavam ao Brasil para serem comprados por um senhor que passava a dar-lhe um nome ou um apelido. Quando um processo ou um documento qualquer se refere aos escravos, refere-se apenas ao seu nome ou apelido. "E quando nascia já ficava escravo mesmo. Já ficava escravo, não tinha nome, não tinha certidão, não tinha nada. Lá eles botavam um nome assim da cabeça deles. Mas registro não tinha." (Anexo, p. 28)

Ao sair da escravatura e procurar um cartório de registros, normalmente no casamento, o ex-escravo acabava, muitas vezes, ficando com o sobrenome dos antigos donos. Este aspecto também revela a qualidade do modelo social escravista. A maioria dos nossos entrevistados não fez o registro de nascimento. Trazem consigo o registro de casamento. O registro de nascimento era feito na ocasião do registro de casamento, para os que se casavam. Muitos filhos-de-criação não eram registrados para não exigirem

²¹CNBB. CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1988. "Ouvi o Elamor do Meu Povo". Texto base, p. 15.

²²Ideu, p. 15s.

herança. Outros eram registrados como filhos de pais desconhecidos. Alguns receberam o sobrenome da família que os criou. "Foram criado junto o mesmo que da família." (Anexo, p. 213)

O avô de Alice foi registrado quando sua mulher já estava grávida do primeiro filho. "Aí, quando ele fez dezoito anos porque quando ele fez dezoito anos que ele namorou a mamãe [...] o tempo que ela ficou grávida e tudo. Aí então, registraram ele assim. Era um home e não sabia [...] quando nasceu, nem nada. A data do meu pai tava no dia 1º de agosto porque lá no cartório botaram." (Anexo, p. 28) Era atribuída uma idade aleatoriamente aos sujeito que se registrava no período do casamento. "Negro era o mesmo que filho de cachorro. [...] Nego ia se registrá quando ia casá... Eu mesmo fui um deles." Entrevistador: "'-Aqui na identidade não aparecê o nome do seu pai, por quê?' Pois é, não sei... O nome dele Francisco Soares. [...] Não sei [...] Foi o meu patrão que foi fazê os papéis." (Anexo, p. 94)

Maria Carolina Duarte afirma que seus antepassados foram escravos dos Duarte, no interior de Canguçu. (Anexo, p. 247) Maria Ercília confirma também que os escravos da família Cardoso herdaram o sobrenome do antigo sinhô. "Tudo. Esses Cardoso que hai aí é por causa dessa escravidão." (Anexo, p. 263) Adair procura explicar porque do seu parentesco com a família branca, seus antigos patrões:

Tudo era parente, tudo entrosado, criado junto com filho. [...] Claro, pois eles são parente. [...] Não eram morenos. Eram branco. Nós era moreno, meus pai era moreno. [Quem ligava o parentesco] Ora, aí eu não sei. Eu sei que aí foro ficando, se conhecia e ficaro parente por causa daquilo. E significa como parente. [...] Mesmo sobrenome. Não sei porque era parente. O meu pai era Osvaldo Duarte Barbosa [...] aquele sobrenome aquilo era herdado. Aquela gente [os escravos] é o seguinte: eles vinho de lá, mas nem trazio sobrenome, porque vinho naquele navio."³³

Emílio Soares Vargas confirma a mesma realidade da origem do sobrenome da maioria dos negros da região: "E que você vê que isso aí é uma zona em que o que é branco é Soares e aqueles nego que se criavam com aqueles branco... ficou Soares." (Anexo, p.197) José Facundo Mira foi registrado com o sobrenome dos seus antepassados dos Santos. "Meu avô Manoel da Silva Santos." (Anexo, p. 205)

3.2.4 - Aspectos do Lazer

3.2.4.1 - A festa

A festa dos patrões era incrementada de carnes de diversos espécimes, bife, arroz de forno e variados tipos de doces. Risquinhos de ovos, bolinho de polvilho, bolinho de farinha de milho. Doces de abóbora, doces de batata doce, doces de laranja, doces de abacaxi, todos em calda. Arroz de forno, carne assada de ovelha, de porco, de galinha, de peru. Certamente não faltava um bom vinho e outras bebidas e sucos. A cozinheira negra era encarregada da produção destas variedades. Luiza Dornelles lembrou que eram assim as festas de casamento dos brancos. (Anexo, p.221) A empregada doméstica negra aos domingos, cuidando dos filhos das senhoras brancas, para que elas vivessem seu lazer. "Muitas tardes passei cuidando criangada no Castelo da Baronesa (Bairro Areal, Pelotas) para que as madames pudessem jogar tranqüilamente." (Anexo, p. 42)

Evidentemente que a festa do peão "fazia como podia, noé. As vezes podia fazê melhor, fazia. Mas se fazia sempre uma festinha. A festa do preto noé. Era tudo assim na... tinha festa de Nossa Senhora do Rosário, era dos preto." (Anexo, p.221) Na cidade, o negro encontrava o futebol e os bailes para o seu lazer. "Aqui na cidade nós tinha baile [...] tinha muita coisa boa, mas na época não era isso. Era diferente, tinha muito respeito, nós dançava a noite inteira nos baile. Tinha o Terri, tinha o Xote, tinha os três Mosqueteiro, tinha esses clube." (Anexo, p. 14) Conforme indicou, Adair Barbosa, os bailes, carreiras e futebol eram as diversões mais freqüentadas pela comunidade negra.

3.2.4.2 - O futebol e o baile

Para freqüentar os locais de diversão, o negro sempre arrumava algum dinheiro. "Baile, carreira, já havia futibol, não era assim tão fanático como tá agora, mas já havia. [Empregados e peões podiam ir] podia. [...] Uns trocadinho a gente sempre arrumava." (Anexo, p. 135) Os preferidos eram os bailes da campanha. Sempre na ordem e no respeito. "Ir a baile na campanha, dançá, mas mantê o respeito. Eu sempre pendi do lado do respeito, eu não... Eu queria rolo porque queria fazê rolo [...] Quando eu achava que não me servia eu...baxava mia cara, vinha-me embora. [...] As veis diziam que tinha carreira." (Anexo, p. 159)

No bailes, era servido churrasco, doces e, às vezes, sopa e arroz com galinha. Não havia as bebidas que são servidas à vontade hoje. Geralmente havia uma cachaça para incrementar o baile, mas era servida com moderação. "[No baile] era servido churrasco, era servido churrasco. Doce, churrasco, aquilo não é como agora que tem muita bebida. Aquela tempo não tinha. Vendiam uma cachacinha braba lá por dentro." (Anexo, p. 256) "Fazia um pra vendê, matava galinha, se fazia comida." (Anexo, p. 42) "Tinha de tudo. Ah, tinha essa [...] galinha assada, sopa, panela de

Porque lá tinha salto, aquele salto dos moreno, né, que eles chamavam lá. [...] porque lá era só raça. Não se misturavam. [Tinha o dos branco] E nós também. Lá nosso salto, onde nós frequentava era só raça. [...] E não se misturavam não. Agora sim, tem uma mistura que... [...] Porque era tradição da família. Se nós chegava num baile, tinha um branco lá, vinha nos tira. Não, papai barrava ele: "Com as minhas filhas não! [E não tiravam.] Não, não tirava mesmo. Era só com aqueles pretinho, com aqueles mulatinho. [...] tudo separado. Cada um tinha a sua deversão. [...] Ah, aquilo era uma diversão da cidade, né. Tinha os mais alto, os mais baixo [...] O mais alto eram aqueles estanciero que tinha aqueles salto, aqueles clubes lá. Eu trabalhei por muitos anos lá no clube comercial em São Lourenço, que era só estanciero, cheio do dinheiro."²⁴

O significado da separação era muito forte e simbolizava a divisão social vigente. O preconceito racial estava instalado de ambos os lados. O negro tinha razões históricas para discriminar o branco na mesma medida em que era discriminado. O sentido desta discriminação servia igualmente como proteção da comunidade negra estava na perspectiva da dominação.

A discriminação racial configura-se nos saltes construídos e frequentados separadamente por negros, brancos e mulatos. O negro não podia entrar no salto do branco e nem o branco no salto do negro. "Não mesmo, nem o branco no salto dos negro." (Anexo, p. 135) "[Os negros] tinham o salto deles, e os lugar deles dançá, fazê o trabalho deles." (Anexo, p. 221)

3.2.4.3 - Saltes separados

A discriminação contra o negro emergia inclusive no jogo de futebol. Em Pelotas houve clube de futebol que não permitia a presença do negro. [...] porque posso falá de alguma pessoa que é torcedora dum time de Pelotas, vai dizê que eu tô queimando. Mas [havia] um time aqui [Esporte Club Brasil] que não aceitava negro. Agora não; depois começou aos poucos entrar negro, o futebol não tava na cor, o futebol tava no pé. Aqui em Pelotas teve um clube que não aceitava negro. [...] Depois, com o tempo o valor do negro foi aparecendo pelo futebol que apresentava [...] com o tempo nós mostramo que o futebol tá no pé e não na cor." (Anexo, p. 209)

As vezes, o preconceito dos pais não permitia os filhos participarem aos bailes, frustrando-os na entusiástica vontade de participar e encontrar amigos e companheiros. [...] ninguém saía. Nós louca pra chorá porque queria ir. [...] Mas se nós dissesse que queria nós tomava uma tunda de lago. [...] Não, papai não deixava] nós ir a lugar nenhum. Nós só em casa trabalhando." (Anexo, p. 255-256)

...] E leitão assado, bastante doce também." (Anexo, p. 269)

O branco também era barrado na porta do salão da mesma forma que era feito para o negro na porta do salão do branco. "O que tu veio fazê aqui. Aqui tu não entra. Pode ir embora." (Anexo, p. 37) "Mas tem muito baile que os negro não deixam os branco entrá." (Anexo, p. 255)

Antenor confirma a mesma realidade na região de Piratini. (Anexo, p. 756) As vezes era o fazendeiro que não deixava o peço ir ao baile. (Anexo, p. 51) Canguçu apresentava o mesmo fenômeno de discriminação do lazer. (Anexo, p.342) A concessão que era feita quando o negro ia para o baile do branco era a permissão de ficar observando o baile pela janela, do lado de fora do salão. (Anexo, p. 150) Maria Filomena indica que em locais do interior de Piratini e Erval ainda se encontra enraigado o reflexo daquele preconceito racista vigente no começo do século. (Anexo, p. 279) Paulino revela também a separação entre brancos, negros e mulatos. "Baile mesmo, naquele tempo, se era negro, era só negro. Nem mulato não entrava. [...] Tinha baile [do mulato] lá fora, tinha o Catimbaú - no nome do lugá - então eles faziam baile, né. Daquele outro lado que era só mulato, já os negro não iam. Quando eles faziam aqui, já aqueles mulato de lá não vinham." (Anexo, p. 340)

Em Pelotas, uma das cidades de preconceito racista profundo, exigia-se que o negro saísse da calçada para o branco passar. "Pois é, eu acho um troço errado. Porque o cara é igual outra pessoa, só a pele que é diferente. O senhor vê: tem mão, tem dedo, tem tudo. E só a pele. O sangue é vermelho. Aqui mesmo em Pelotas tinha...tinha... Entrava um negro aí, já vinha um branco. O negro se arredava ou mandava sai da calçada, pra não passá ali perto. Agora essa cidade aí tá boa." (Anexo, p. 340) Aos poucos foi surgindo uma perspectiva de superação deste distanciamento provocados pelos preconceitos. Adair afirma que as restrições foram diminuindo com o passar do tempo. A separação maior perdurou por mais tempo nos clubes das classes mais abastadas de Pelotas. (Anexo, p. 14) Segundo Paulino Soares, o processo de superação iniciou "foi lá, mais ou menos quarenta. Qué dizê que não era em todo lugá, mas muito habituavo naquilo. Isso, mas então brigavo muito por causa disso. Depois triminou esse negócio." (Anexo, p. 339) Mas para Angelo Peres, que veio do interior de Piratini, a mudança foi muito lenta.

3.2.4.4 - Entidades e Clubes Negros na Cidade de Pelotas

José Facundo Mira lembra que em Pelotas há sociedades de negros. "Atualmente nós temos sociedades nossas. Temos o 'Chove e Não Molha', temos o 'Clube do 'Fica Aí'. 'Fica Aí' era cordão carnavalesco e hoje é clube cultural. Lá já teve um colégio. [...] Agora, o clube 'Chove e Não Molha', teve também. Teve depois o 'Chuva', mas atualmente tá destruído porque o pessoal nosso deixou cair. [...] Eu lamento muito que foi uma entidade de origem dos meus tios avós. [...] De maneiras que a minha origem carnavalesca, faz muito parte deste lado da minha família. 'Depois da Chuva' [...] foi uma sociedade de muita luta." (Anexo, p. 210)

Osvaldina aponta outros aspectos dos clubes de negros em Pelotas: "Nos baile, era só baile de negro. Negro com negro, branco com branco. No Cacheral tu não entrava. Que o Cacheral era só dos branco. Era o 'Chove-Chuva', o 'Fica-Aí', o 'Liga-Pelotense', o 'Quem Ri de Mim por ti Tem Paixão', isso tudo terminou porque a polícia começou a se metê, os branco começaram a fazê esculhambação." (Anexo, p. 323)

Os movimentos abolicionistas contribuíram para o processo de extinção definitiva do escravismo no Brasil. Eles foram criados pelas elites brancas e por negros. A resistência à escravidão não foi necessariamente expressa no confronto direto de forças e da violência. Em Pelotas e Rio Grande, principais focos de irradiação do abolicionismo, os escravos libertos encontraram no carnaval e nos clubes carnavalescos a mediação para a luta pela extinção da escravidão. O Club Carnavalesco Nagô articulava sua propaganda abolicionista através de anúncios no *Correio Mercantil* e nos desfiles carnavalescos pelas ruas da cidade. Surgido em 1882, seu primeiro aparecimento em público causou um impacto positivo e arrancou muitos aplausos do público. "Compunha-se de cerca de 20 negros minas, capitaneados por um personagem eminente, a julgar pelos majestosos trajes e pela gravidade do porte." Isto foi publicado no jornal *Correio Mercantil* 23 de fevereiro de 1882. O bloco foi acompanhado por uma multidão pelas principais ruas da cidade, dançando e cantando.³³ Reportando-nos ao capítulo introdutório, percebemos que as elites, especialmente os charqueadores não queria a Abolição, o que arruinaria ainda mais os seus negócios.

No ano seguinte, o sucesso do Club foi maior e a propaganda abolicionista foi mais intensa, participada também pelo Club 'Trovadores do Luar'. Ideais abolicionistas e críticas sociais ao regime escravista eram articulados através de símbolos e alegorias em meio ao jogo lúdico e sedutor da festa carnavalesca da rua, o grande espaço público. Pequenos agrupamentos como a *Sociedade Deus, Fé e Caridade*, formada de escravos negros e libertos buscaram contribuir com eficácia no mesmo processo de libertação. Apesar da legalidade da entidade, o grupo inteiro foi violentamente confrontado pelo delegado de polícia, Major José Joaquim Caldeira, acompanhado do subdelegado Elyseu Ribas. Ambos invadiram a sede durante um ordeiro leilão que angariava fundos para a libertação de escravos. A licença foi arrancada da parede e destruída, os membros conduzidos à cadeia, o dinheiro arrecadado sumiu e os presos foram soltos mediante pesadas fianças.

A repressão sobre agrupamentos como os da natureza referida foi um prenúncio de que as organizações negras, a cultura negra, suas aspirações, interesses e especificidades, não teriam voz nem vez no processo em curso. Com isso estava mais uma vez o aparato policial usando a repressão para dissuadir o negro [...] de fazer parte de seu processo de libertação, enquanto agente cômico de seus objetivos. Libertar o negro era papel de outros, dos 'abolicionistas', de brancos, em 'suas' sociedades, embora todo o processo

³³DE MELLO, Os Mecanismos de Resistência à Escravidão Negra em Pelotas. Op. cit.

histórico nos demonstre que não foi bem assim.²⁶

A repressão indicava que o papel desempenhado pelas organizações negras era socialmente temido, portanto real. O negro também teve vez na Abolição.

3.2.4.5 - Casa bailanta e o baile de ramada

Delina possuiu uma 'casa bailanta' numa residência alugada em Boqueirão, próximo à cidade de São Lourenço. "Eu aluguei uma bailanta. Aluguei aquela bailanta e plantava. [...] E dava baile lá na...que eu tinha salão. Eu dava baile. Ali nós fazia baile." (Anexo, p. 42) "Tinha, tinha bailanta. Ali no Vieira tinha uma bailanta muito boa. Agora não sei comé que tá isso. [...] Ah, tinha de tudo! A tinha essa [...] galinha assada! Sopa, panela de sopa. [...] E leitão assado, bastante doce também." (Anexo, p. 269)

Refletindo novamente a situação social da comunidade negra, ela realizava muitas vezes seu baile debaixo de um abrigo de ramos de árvores. Aquela baile era chamado 'baile de ramada'. "[Os negros] tinham os bailes deles. [...] Tinham os bailes deles, nesse tempo era de ramada. Faziam a ramada de rama, ramada grande assim. [...] E, alguma tinha salão, outros era ramada. [...] Tive [ramada]. Ah, na minha casa houve muito baile. Tudo ia fazê baile lá. [...] Seguindo nós fazia baile lá, é, 'jogo de osso' [...] no terreno. Depois que passava o baile, né. De noite passava de baile. Quando era no outro dia tinha jogo de osso. E eu fazia coisas pra vendê pra eles, fazia bolo frito. [...] De vez em quando eles vinham na janela buscá bolo pra comê. Tudo era vendido, fazia pra vendê. Eu mesma fazia pra vendê." (Anexo, p. 150)

Maria Carolina descreve alguns outros detalhes dos bailes de ramada. "[...] pra lá de Canguçu tinha um baile da ramada [...] eles fazem uma casa como essa aqui toda de ramada, ela é tapada só com árve. [...] Só com galho de árve! Toda de quinchada, toda, toda, quinchada com árve. E o baile de ramada que chamam. [...] Era tão bom um baile de ramada. Cheio de gente a noite inteira. Era a gaita tocando. Os gaitero tudo tocando e cantando. Em Canguçu tinha salão de baile. [...] Tinha um salãozinho pequenininho em Canguçu. [...] Não tinha casa bailanta, então!" (Anexo, p. 256) A solução para o negro divertir-se, às vezes, era encontrar-se na casa de um amigo, tocar vilão, passar a noite bebendo e dançando. (Anexo, p. 75).

Dário da Silva, depois que abandonou a vida de tropeiro, alugou o salão de bailes Cerquinha, num bosque próximo ao arroio Pelotas. "Eu tive muito tempo alugado logo que vim de lá." (Anexo, p. 112)

3.2.4.6 - As Carreiras

Um dos aspectos importantes de lazer para a comunidade negra era a carreira, muito apreciada na primeira metade do século XX. Era uma diversão empolgante e que a população frequentava muito. "Ah, tinha carreira de cavalo. E eu gostava muito. Era uma diversão bonita, a carreira de cavalo, né." (Anexo, p. 293) As carreiras eram realizadas em cancha reta, num terreno apropriado para isso. Eram construídas barraquinhas para vender alguns alimentos e guloseimas para a população. (Anexo, p. 342)

Devido à extensão das grandes propriedades, as carreiras podiam ser realizadas muito longe e alguns não tinham condições de participar. (Anexo, p. 150) Maria Ercília e seus familiares apreciavam as carreiras na Coxilha do Piegas, interior de Canguçu. (Anexo, p. 269) "Era aquela que tinha cavalo bom. [...] Não jogava! não! E, era lindo, a gente ia só aplaudir aquela reunião e tal. Comê doce. As carreiras, tinha na Coxilha dos Piegas pra lá, cancha muito boa. [...] Era bom!" (Anexo, p. 269) Armando foi jogador de carreira de cancha reta. Adestrava e montava os cavalos de corrida do seu pai-de-criação.

3.2.4.7 - Os Marinheiros e a quebra dos preconceitos

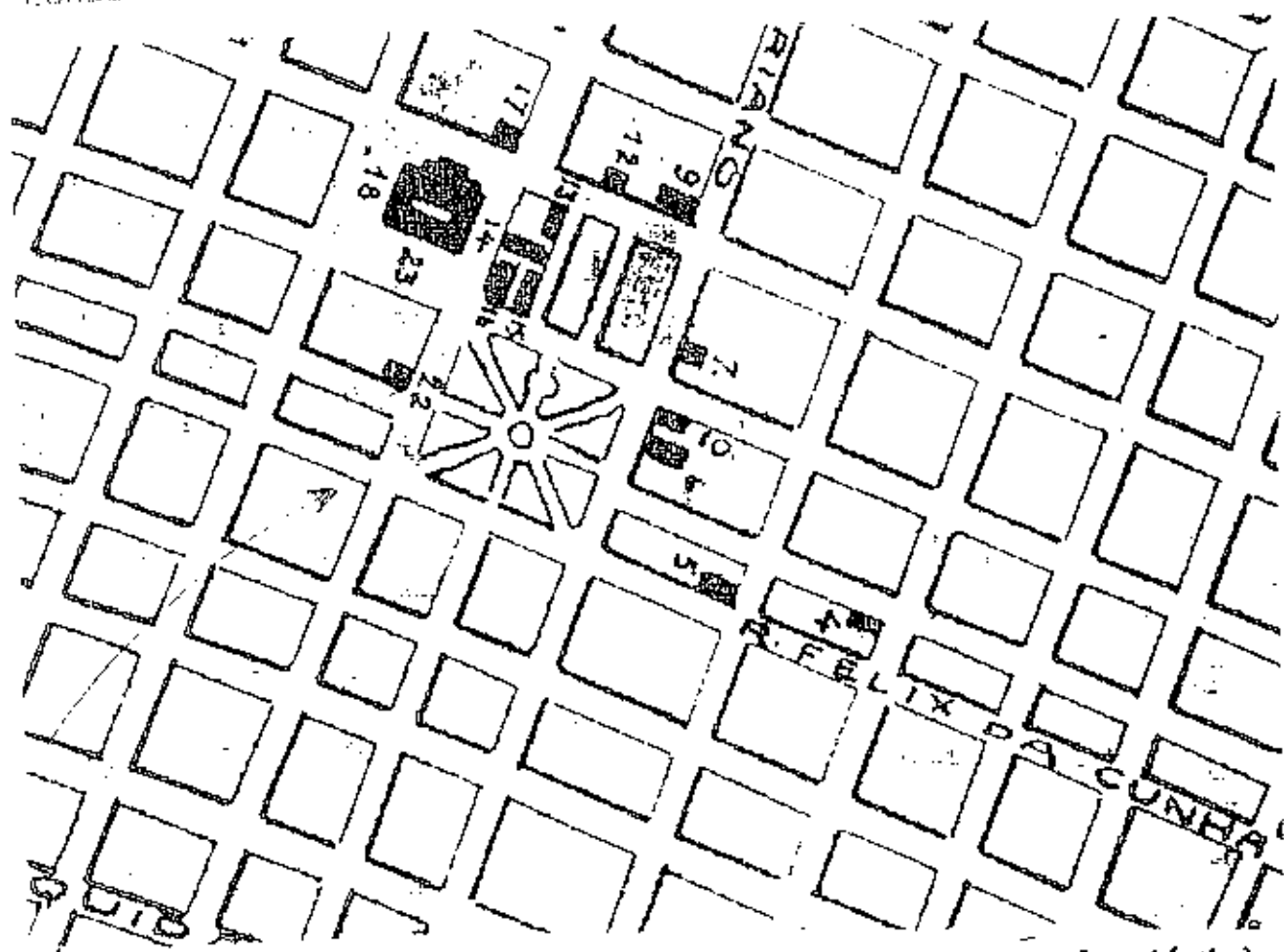
"Capitôlio acabou com tudo, tsché. Acabô,
com os marinheiros, acabou com tudo."
(José Pereira p. 374)

Pelas regiões do interior, o negro não podia entrar em vendas, 'botecos' e bares. "Mas eu já não entrava, né. As vezes num lugar que o cara já sabe que não apreciam o cara como os outros, o cara já não entra. Eu mesmo não entrava. [Nas vendas dos alemães lá fora] lá não entrava. Tinha certas vendas que eu não entrava, porque já ficavam olhando o cara assim por cima." (Anexo, p. 339) Na cidade de Pelotas e nas cidades da região, era restringida a participação social do negro. Os marinheiros que conheceram regiões menos preconceituosas, desenvolveram um processo que ajudou o processo de ruptura com as estruturas de discriminação racista em Pelotas. Diante dos maus tratos recebidos, reagiram com a desenvoltura e energia necessária para quebrar as esferas de exclusão social vigentes em muitos lugares públicos de lazer e cultura. Essencial neste caso foi a manifestação e articulação da força do grupo de marinheiros.

Na visão de Osvaldina Silveiras, os marinheiros tinham má fama em Pelotas porque eram desordeiros. Eles faziam 'horrores, quebravam juízos'. A depoente estava impregnada da visão da classe dominante que sentia a ordem vigente sendo abalada. Não soube dar as razões de tais procedimentos e apresentou uma visão contraditória.

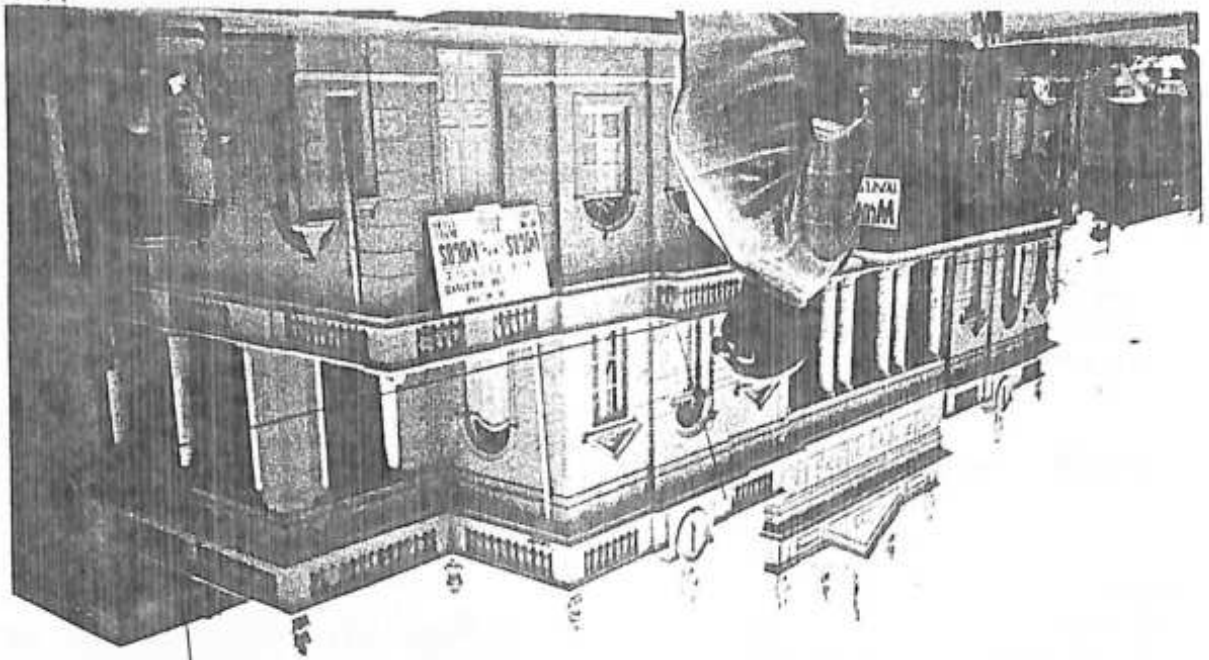
Eram, os marinheiros, eram negros. Eles eram da Bahia. [...] Não entravam [na lancheria da praça]. Ai eu sei que os marinheiros fizeram essa bagunça. Então, quando a gente sabia que tu era casado ou que tu era vizinho, ninguém falava com a tua mulher. Ela podia tá no desespero de doença... [...] não vai nada, o marido dela é marinheiro, o marido dela é brigada, vai te metê com essa gente! Brigada e marinheiro não tinha valor. [...] O negro não sentava na praça. [...] Eu sei porque eu alcancei. [...] pois é isso que não entendo. Eu nunca consegui sabê [...] por isso que não gostavam de marinheiro. [...] Porque a praça não era assia. A praça era toda cheia de arame de espinho, de arame farpado na volta. E depois que ela foi liberta [...] os negros ficavam de ir na praça só no lado da Félix da Cunha, onde não tinha movimento, porque Lobo da Costa, Quinze e Marechal Floriano, ali era só gente branca.²⁷

Zezé Pereira narra a discriminação que sofreu em Pedro Osório, cidade onde havia duas praças, uma para os brancos e outra para os negros. Aquele confronto continuou no hotel onde ele e o motorista do caminhão com quem viajava foram discriminados pela cor. (Anexo, p. 374-375) Maria Filomena Garcia, abordou também a questão vigente na Praça Coronel Pedro Osório em Pelotas, com uma consciência distinta de Osvaldina.



Mapa da praça Coronel Pedro Osório. Pelotas. Fonte: *Desenho de Alberto Gonçalves*

Foto 44 - Cine Teatro Guarani, construído pelos ancestrais do depoente José F. Mira (foto), impedidos de entrar na sua inauguração. Rua Princesa Isabel, Pelotas.



44

Não esqueçamos que o pai de Maria Filomena foi marinho da praça. Outro local de lazer que refletia a divisão social e o preconceito contra o negro era o cinema. Davaldina indica o conceito dos cinemas. Os negros podiam frequentar somente os cinemas considerados dos pobres. "O Capitólio era de rico, tu não entrava. O Guarani pra tu entrá tinha que tá bem arrumado. O Sete de Abril tu não entrava se tu não tivesse bem becado. O pobre, o cinema do pobre, era o São Rafael. Faz muitos anos. [...]. Conforme era nos colégios, era nos cinemas. O Avenida, entrava negro, entrava pobre... O Capitólio, o Guarani, o Sete de Abril, isso era de gente mais alta, de gente mais fina." (Anexo, p. 323) Foi no

[...] quando era menina, a cidade aí, na Praça Pedro Osório, ainda tinha assia cheta de rosa e não entrava [negro]... sentava era os ricos, era toda gradada de arame, espírito na vorta pra não entra gente de cor lá dentro. Has neu pai entró. "Ah, também!! [...]. Que acabou com esse troço na Praça Coronel Pedro Osório foi os marinho. Com os marinho, ninguém pode. Ha foto fazê... 'Nho, não pode entrá...'. Has cortaro, não sei o que falaro, mas cortaro, limparo aquele arame da vorta. "- Isso é liberto, isso é uma praça! Não se deve dizê que não é pra sentá." Com marinho não tem conversa. Acabaro com a cerca na vorta da praça.

cinema Capitólio que um tenente negro da marinha foi barrado ao pretender entrar. A reação não se fez esperar. Zezé considera o fato, a segunda libertação do negro.

Nós tinha um Capitólio aí que o negro não podia entrá. [...] Claro que impediam, até um, uma, um mulato, né. [...] No teatro, no teatro também, né. Todo esse tempo no teatro, depois acabou. Até nos barbero [...] existia separação. [...] Dia, dia, a liberdade dos nego, foi duas liberdades. [...] A liberdade do escravo. [A outra] uma vez chegou da carinha um [...] tenente [...] bem arrumado, mas andava à paisana [...] bem preto, bem preto mas bem arrumadinho, andava à paisana. [...] perguntó: '- Eu quero í ao cinema, onde tem? Cinema mais bom que tem aí.' 'Bom, o mais bom que temo aí é o Capitólio. [...] Mas tem uma coisa: não entra nego lá.' [Mandou outro negro se arrumar rapidamente] Chegarao no Capitólio, entraram. '-Que que você qué aqui? Não pode entrá!' '-Por qué?' '-Aqui é o Capitólio e nós não recebemo negro, não pode entrá negro aqui.' '-Eu vô entrá!' '-O senhor não vai entrar!' '[...] eu vou te mostrá como você vai té que pedi desculpa aos meus pés!' [Fardou-se no navio. Deixaram entrar.] Chegó bem fardado assim, bem arrumado. [...] '-Pode entrá!' Chegó o negão e o homem '-Não, mas tu não pode entrá.' '-Entra também!' Sabe porque não destrató? É que a marinha é a mais alta de todas né. [...] '-Hoje em dia o nego vai entrá aqui!' Capitólio acabou com tuo tsché, acabou com os marineiro, acabou com tudo. Aí, quando eles chegava aí, eles mandava um bando de marineiro preto: '-Vai lá no Capitólio pra vê se...' 39

Dessa forma, vemos que a recreação, âmbito para o negro respirar e viver também era uma dimensão cerceada pela estrutura social que apresentava pouca boa-vontade de abrir espaço aos novos elementos esperançosos de integração na cidadania brasileira. Porém, na sociedade capitalista, a maioria da população fica marginalizada. Integração significa inclusão da mão-de-obra na exploração.

3.2.5 - Aspectos religiosos

No Novo Mundo, o catolicismo, diante da necessidade de possuir novos adeptos que, em 'nome de Deus', pudessem garantir a sua soberania e poder, se implanta como religião obrigatória, proibindo o homem cativo e seus descendentes de praticarem seus cultos de origem, pois o negro representava a base econômica da sociedade, não podendo fugir às formas de controle social estabelecidas. A violência contra as crenças africanas se concretiza na necessidade de criação de irmandades negras que acomodariam uma relação onde há predominância da cultura oficial, branca. Assim, associando-se aos santos da igreja católica, a comunidade de raízes afro-brasileiras era aceita porque a fé cristã constituía uma das condições mais importantes para que o negro fosse visto como um ser dotado de alma. 40

39 ANEXO, p. 373-374.

40 BISP, Sandra Maria. Sobre a Religião Afro-brasileira. In Identidade Negra e Educação. Salvador: Inamã, 1989. p. 25.

O texto base da Campanha da Fraternidade da Igreja, em 1988, refere-se às Irmandades e confrarias católicas como espaços significativos de organização dos trabalhadores escravizados e seus descendentes. Uma herança importante desta vinculação com a Igreja e ao mesmo tempo de preservação da tradição africana encontra-se nas corporações de negros congadeiros existentes até hoje.

Afirmou-se anteriormente que a evangelização nesta região foi fraca em relação às regiões de imigração do século XIX. Após a Abolição, a perseguição a estas religiões permaneceu por décadas a partir da década de 1930 começaram a proliferar. Hoje são inúmeros os templos de umbanda e batuque na região. Das religiões africanas surgiram muitos benzedores e curandeiros cujas atribuições vinculavam-se aos elementos religiosos das crenças. Antenor Silveira é especialmente Francisco Lucas são benzedores reconhecidos em Felotas.

A maioria dos depoentes manifesta ser católico ou de alguma maneira vinculados a essa religião. Alguns revelam pertencer a religião cristã ou a terreiros. Uma parte não tem religião ou não pratica. São mencionados os curandeiros e benzedores. A discriminação religiosa está mais propriamente relacionada à Igreja Católica.

Aqueles introduzidos na religião católica. Mas a normalmente representa algo muito desconhecido. A ela articula-se uma religião de respeito sagrado. Certamente as pregações eram realizadas na perspectiva da pedagogia do medo. Medo da autoridade divina e medo de autoridade eclesial. "Olha, era sempre no respeito, e todo mundo ali se respeitava naquela religião." (Anexo p. 293) A esposa de Oscar, Alice Vargas, vinculou-se à Igreja Católica por ter morado na casa do padre José (?), em São Lourenço e ser marcada "Padre José era um amor de criatura. [...] Tinha bem os negros. [...] que eles criavam também. Tudo era religioso." (Anexo p. 38)

Quando a religião é desvinculada da realidade e a pessoa recorre a ela por obrigação sem saber exatamente o seu sentido, Maria Francisca participou da Igreja Católica na maior parte de sua vida. Ao sentir-se doente recorreu ao Centro de Mesa. "E, até hoje sou. Depois, eu andava assim doente, e fui pro Centro de Mesa. [...] eu mudei de lá. Não dava pra mim. E aí onde que eu vou participar esporádica e em dias de festas que de alguma maneira são marcantes para a pessoa. Maria Francisca gosta de frequentar a missa da meia-noite. Não sabe identificar se é missa de Natal ou de Páscoa. Ocorre que quando era menina, Maria Carolina foi levada muito doente à Igreja e consagrada à Nossa Senhora da Conceição. [...] Então, de vez em

quando, von lá pedi a bênção pra ela. [...] Acho que fui batizada em casa, mas não me lembro." (Anexo, p.258)

Maria Ercília Simões sabe que pertenciam a uma religião de Igreja, mas não sabe dizer se era padre ou pastor que ia ao interior onde mora. Para ela, a religião não servia para a vida. Aprendia alguma coisa. "Ah, não! Só pra ir aprendê alguma coisa. Algumas rezas, alguma coisa, nada mal." (Anexo, p. 270) Zezé Pereira participou várias religiões: Católica, Umbanda e outras. (Anexo, p. 368) Adair foi batizado na Igreja Católica mas frequentava a religião evangélica, acompanhando a mulher. (Anexo, p. 14) Estes posicionamentos daqueles que se dizem católicos ou se vincularam a essa religião, reafirmam que o processo de evangelização na religião foi fraco. Não produziu raízes, não se refletiu na cultura e na ordem social. Ao que parece, outro fator que não permitiu o engajamento do negro na religião católica foi a forte discriminação racial sofrida e que tinha sua continuidade dentro da Igreja.

Alguns manifestaram-se seguidores de religiões de terreiras. Armando frequentava religião de terreira, Umbanda da linha espírita. Isto revela a prática dessa religião no interior do município de Canguçu. "Na nossa zona lá... terreira né. [...]. Espírita, espírita... [...] Aqui também é a nossa religião. As veis nós vamo... as veis aqui nos missionário tudo... nós vamo." (Anexo, p. 61) Pensam que a religião serve para a vida. Mostram a imagem de São Jorge exposta na sala. Percebe-se que, em termos de religião, a maioria não apresenta significação e consistência profunda para os fiéis. Maria Carolina afirmou que em Canguçu eram católicos seus familiares. Ao chegar em Pelotas, "um pouco de terreira, um pouco de coisa, um pouco doutra. Ah, já meu genro aí trabalhava com terreira, agora ele trabalhava com uns livros. [...] E isso rezam pra mim." (Anexo, p. 258) Acabou afirmando que não segue religião nenhuma mas que é católica.

Gricey, que viveu nas regiões de Pinheiro Machado, foi batizada e depois não seguiu religião alguma. As distâncias das moradas e lugares, no campo, a pouca frequência de religiosos nestas regiões do interior, desestimulavam a participação em qualquer religião. Atualmente, segue a religião evangélica. (Anexo, p. 135) A religião nunca serviu de base para exigir uma luta por melhores condições de vida. A maioria das pessoas assimila, inconscientemente, da burguesia, o caráter de privacidade da religião. A religião não tem nada a ver com os negócios e as questões sociais.

Angelo Feres nasceu e se criou na religião de Piratini. Sabe que foi batizado mas nunca participou de religião alguma. Raramente aprecia um padre. O estancieiro, seu pai-de-criação não permitia que ele saísse. (Anexo, p. 52) A mesma realidade é reafirmada por Ildebrando. Ele também nasceu e viveu em Piratini. Foi batizado em casa e depois não frequentou nenhuma religião. Nos últimos anos, por influência dos seus filhos e dos pastores da Igreja, tornou-se evangélico. "Era católica. Era católica. [...]. Agora eu só católico. Não tenho religião nenhuma. Todas são muito boas. Agora eu na evangélica. [Antigamente] nascia a criança,

convidava os compadre e comadre, faziam batismo pela saúde, depois convidavam pra igreja." (Anexo, p. 160) Ao que parece, as contradições do depoente revelam que permaneceu muito forte a exigência dos negros afirmarem ser da religião católica porque o preconceito contra as religiões africanas chegavam concretizar perseguições policiais.

Na região de Encruzilhada do Sul também se observa que praticamente não havia influência religiosa. Segundo João Rodrigues, a única realidade vinculada à religião era a benzedura. "Acho que religião lá...que era lá, dos que tinha lá... bizimento só. [...] Batizava em casa. [...] E, com água benta só." (Anexo, p. 173) A saúde e a vida religiosa estão articuladas nas benzeduras. Entre os nossos entrevistados há benzedores e curandeiros conhecidos da população Pelotas. As religiões de origem africana cultuavam divindades de natureza muito mais próximas aos homens, identificadas com realidades e fenômenos da natureza e que, na sua maioria, assumia a configuração humana e refletia a característica existencial, os limites e as possibilidades do homem. As questões essenciais da vida e da cultura estavam vinculadas aos deuses de acordo com os quais se estabelecia a ordem cósmica e nela a ordem social onde está incluído o indivíduo. A questão da vida e da morte, da saúde e da doença estavam intimamente ligadas à vontade das divindades às quais o homem recorria pela mediação do feiticeiro, do sacerdote, do benzedor.

A exigência da cristandade colonial do Brasil era de batizar os negros e exigir dos escravos a vinculação com a Igreja Católica. Para poder realizar seus cultos originais, os escravos identificaram suas divindades com as divindades e santos católicos, afim de simular a prática exigida pelos padres e pelos senhores. A prática dessa simulação permaneceu e incorporou muitas imagens, festas e significações às religiões de origem afro. Superstições, curandeirismo, benzeduras situam-se até hoje nesta esfera de articulação.

O curador era o que tirava o quebrante. E isto até hoje, médico não cura encalho, quebrante de criança. Tem que benzê, porque se tu não benzse o teu filho de quebrante, tu perde ele. Se não benzesse, não ficava bom. [...] Quando era Semana Santa os negros já sabiam: de véspera eles tiravam bastante leite, cortavam lenha, arrumavam a casa, deixavam tudo limpo. Ninguém se penteava, nem os branco, nem os escravo, ninguém se penteava. Não se arrumava a casa. [...] Não se comia carne, não se tirava leite porque... O meu pai cansou de dizê que uma vez tinha um estanciero que era muito hirege, muito estúpido, muito burro e não acreditava nessa bobage de Semana Santa. Isso que ele era rico e tinha escravo, né. Então ele dizia que fazia o escravi tirá leite. Então, na Semana Santa os negro tavam tirando leite e trava correndo sangue das teta da vaca. Al foi que ele acreditou que na Sexta Feira não se tirava leite [...] Ninguém andava de carroça, ninguém botava cavalo na carreta, na carroça, ninguém botava boi na carreta, ninguém andava [...] tudo assim, o mais sigilo possível.⁶¹

⁶¹ANEXO, p. 316.

Certamente era uma forma de obrigar à interrupção das atividades. A segregação racial atingia os negros nas igrejas, nos cultos, nas procissões e inclusive no seminário. Não há dimensão da vida social onde o negro não fosse discriminado. No seio da Igreja Católica, ele sofreu grande discriminação nesta região. Neste sentido, uma das nossas primeiras entrevistadas explicou que:

Tudo era assim né, tinha a festa de Nossa Senhora do Rosário, era dos preto. Que um tempo os branco não queriam [que] os preto fosse na, fosse na frente deles né. Sempre tinha que ficá pra trás. Mas os preto não queriam sabê, sempre iam se metê, iam pra diante, sabe. Eles viha. O padre também se metia pra dizê, prá acompanhá, tavam acompanhando os santo, não era ele... Custaro avalisá os preto com os branco. [...] Também [na igreja] tinham que ficá pra trás! Não... [...] Isso tudo depois da escravidão. [...] Não podiam passá pra frente deles. [...] não podiam fazê a comunhão de manga curta... nem de saia cumprida, as manga. E se as nega botavam a manga comprida, elas [as brancas] se incomodavam porque botavam igual a elas.⁶²

Percebe-se que o negro não tolerava todos os abusos da discriminação e oferecia resistência enfrentando a situação. Paulino confirma que havia discriminação nas procissões, na igrejas. "[...] qué dizê que eles ficavam separado, né. Sentavo aqui e os preto, tudo lá. [Nas procissões] tudo lá! Separado." (Anexo, p. 482) Atualmente Osvaldina sente constrangimento de entrar na igreja catedral de Pelotas. Sente olhares examinadores de sua apresentação.

Mas pra entrá na Catedral tu tem que tá muito bem arrumado. [...] mas eu não tenho roupa fina pra ir lá. [...] Mas quando cheguei, já fiquei mais lá num canto, pro lado da [...] Santa Pia da água benta, daquela coisa. Fiquei bem mais prá lá. Quando eu olhei assim, fiquei até com vergonha, porque ela era muito legal. [...] 'Dona Osvaldina, vamo pra lá, vamo pra lá!' Me pegou pela mão e sal eu, muito acanhada, mas fui. Mas não faltou quem me olhasse de alto a baixo quando passei.⁶³

Menino negro não podia ser sacristão. O filho do depoente José Facundo Mira lutou e conquistou este espaço. E a luta continuou no seminário diocesano, onde a discriminação permanecia em relação aos seminaristas de cor. A cor era a principal barreira para o negro tornar-se sacerdote. "Ele venceu isso. Ele venceu [...] e além disso muitas coisas ele soube passar por cima. Soube! Lutou muito. Ele lutou um bocado. [...] justamente eu fiquei contente de... de ele continuar a luta da nossa família e como até hoje ele demonstra, não é! [...] E a minha semente que prosseguiu!" Graças a Deus! (Anexo, p. 214) Hoje o filho de José Facundo trabalha numa missão junto aos brasileiros no Japão, sem sofrer problemas de preconceito racial. A figura conhecida de José Facundo Mira representa a luta do negro contra a discriminação em Pelotas.

⁶²ANEXO, p. 221.

⁶³ANEXO, p. 324.

Pelos estudos apresentados por Norton Correa, o batuque existia nesta região, desde os meados do século passado. Ao que parece, as religiões de origem africana vieram com os escravos e sofreram a pressão para não manifestar-se durante todo o período escravista, até 1930. A maioria da população descendente dos antigos escravos parece que manteve a vinculação com suas antigas religiões. Em Pelotas, Rio Grande e nas outras cidades da região e, agora, também nas vilas do interior, funcionam templos de batuque e umbanda. Sendo um fenômeno expressivamente urbano, a maior concentração destes centros religiosos encontram-se na periferia onde mora a maioria dos descendentes de escravos.

Segundo informações dos líderes religiosos, entrevistados em Rio Grande e Pelotas, as manifestações religiosas de religiões de origem afro-brasileiras eram reprimidas, até a década de 1930. Posturas municipais de muitas cidades do Rio Grande do Sul, durante o período da escravatura, tinham o cuidado de preparar as condições para reprimir as manifestações religiosas de batuques e danças. Essas manifestações eram controladas legalmente. Na realidade, a lei encobria o medo da organização dos negros e sua rebeldia. As posturas servem para comprovar historicamente a existência de batuques na região, desde as primeiras décadas do século XIX. As Posturas Municipais da Vila de Passo Fundo, em 1861, proibia os 'batuques ou fandangos' no município sem licença policial. No capítulo V, proibia 'batuque e dança de escravos' dentro de povoações, tabernas e casas de negócio da campanha. Em 1863, o Código de Posturas de Canguçu, no seu Título VI, previa: "São proibidas as casas conhecidas pela denominação de sungus [reuniões] e batuques, os donos e chefes delas serão punidos com as penas de 20\$000rs, até 50\$000rs nas reincidências." No mesmo, em Cachoeira eram proibidos candomblés ou batuques e danças de pretos, tanto nas casas como nas ruas. Em 1871, em Sant' Ana do Livramento: "São absolutamente proibidas as reuniões de escravos com tambores e cantorias dentro da vila ou povoação; [...] A mesma proibição vigorava em Camaquã, em 1876. No mesmo ano, em Monte Negro, proibia-se tais reuniões nas casas onde ocorressem. Em 1883, na cidade de Livramento, proibia-se com a mesma determinação reuniões de escravos com cantorias e tambores dentro da cidade. É Perceber-se que a legislação a respeito do assunto é semelhante na maioria dos municípios durante o século passado. Ao que parece, a tônica geral da legislação era a prevenção contra possíveis organizações de escravos contra o regime em que viviam. As celebrações religiosas podiam ser oportunidade para tais intentos.

Em 1833, em Pelotas, as Posturas Policiais já demonstravam a preocupação com reuniões recreativas de escravos e proibia juntamento de escravos em esquinas, mercados e tabernas e outros lugares públicos.

alternação de fogueiros. Para os orixás, são realizadas mini-festas, durava 32 dias. Atualmente esta reduzida a 16 dias, com oito dias rituais tradicionais. Nas décadas anteriores, a festa principal econômica e social refletia-se também sobre a articulação dos esteio deturpando as verdadeiras tradições do culto. A situação de preparação. Em função de interesses individuais, estes jovens charlatanismos de pessoas jovens que se 'aprontam' com curto tempo atuentes. Ambos os entrevistados denunciaram a existência de considerados como autoridades religiosas, quando 'prontas' e A tradição religiosa zelava pela valorização dos velhos, sistematica.

dos batiques e dos cantos exige pelo menos três anos de dedicação dominam o seu significado mítico-religioso. O aprendizado completo tamboristas conhecedores da língua original dos cantos e que próprios para cada divindade e situação. Atualmente, há poucos (rezas) em língua africana, acompanhados por tambores em ritmos de dezembro. Para cada orixá pode haver de 30 a 110 cantos Oxalá os principais. Oxalá é festejado naquele templo, no dia 25 ritual Jeje, são cultuados, no mínimo, 12 orixás, sendo Iemanjá e alimentos deve seguir um ritual de acordo com a divindade. No aves a alimentos próprios para a sua festa. O preparo dos Para cada ogum, xangô e orixás, há cores de vestuários, próprias casas.

Retornando pelo mercado, os fiéis passam, em ritual, pelas casas à Igreja São Pedro, passando pelo mercado público e pela praça. 'obrigações'. (rituais) começam no templo, seguidos de uma visita patuleiras distintos. Nos dias de culto das festas principais, as umbanda. Na verdade, cada culto tem seus dias distintos, altares e presidem um templo de Quimbanda, Batuque Jeje, cruzado com a divulgado em Pelotas. Os entrevistados, Nge-Donga e seu filho, originários dos escravos Minas. O Cambinda encontra-se mais Luía, o Cambinda, etc. O Nagô e o Oio, segundo o entrevistado, são Grande e em Pelotas: o Jeje, o Nagô, o Banto, o Gueio, o Oio, o existem cerca de uma dezena de batiques de origem distinta, em Rio O filho de Nge-Donga, filho de Xangô-Godô, informou que

Octacílio Chargo. Vargas. O mais antigo batiqueiro conhecido em Rio Grande é batiques a porta aberta, há 44 anos, no Bairro Getúlio oral, em Rio Grande, foi Zé da Sala que realizou os primeiros salbes da parte dos fundos das casas. Segundo a tradição casas em Federações. O batique era realizado ocultamente, em partir do momento que o governo exigiu a organização das manifestações religiosas passaram a ser abertas e abertas, a eram suspensos os batiques para evitar o confronto. As através de um cordão, caso se aproximasse a polícia. Imediatamente de entrada permanecia um vigia que acionava um alarme no salão, Abolição, os cultos eram realizados a portas fechadas. No portão Alguns mantêm até hoje a tradição do uso do capuz. Após a presidiam os cultos, mascarados para não serem identificados. a guarda para evitar qualquer intervenção policial. Sacerdotes cidades. Durante a realização do batique, um dos membros mantinha realizados nos matos, seja no interior, seja na periferia das Durante o período da escravatura, os batiques eram

Uma exposição oral, permite visualizar apenas os aspectos externos daquela realidade religiosa. A compreensão de seu significado e dinâmica profundos, só é possível transitando pelo interior daquela realidade. Quem sabe se os critérios de uma ciência, de uma teoria da história utilizada por nós, seja insuficiente para compreender e interpretar a estrutura e o articulação das culturas africanas e as culturas afro-brasileiras vigentes em nosso meio.

Frei Boaventura Klopemburg, em seu trabalho *Os Afro-brasileiros e a Umbanda*, apresenta fatores históricos e sociológicos que influenciaram na conservação de elementos da tradição e da cultura africanas. O primeiro fator foi a insuficiente catequização ou instrução dos escravos. Enquanto o cristianismo era de fachada e fetichista, as religiões africanas possuíam profundas raízes e com constantes repercussões na vida, questiona-se a possibilidade de evangelização de um escravo. Outro ponto de apoio para as tradições africanas foi constituído pelas Confrarias de Negros criadas pela Igreja. Segundo Roger Bastide, onde quer que existam estas confrarias, aí também subsistiu a religião africana. No tempo da escravidão, elas eram o principal de encontro livre dos africanos. Aí reviviam e conservavam os seus costumes.⁶⁷

Em terceiro lugar, o caráter supersticioso dos primeiros imigrantes portugueses fez com que eles colocassem os feiticeiros negros em posição destacada. Não havia médicos para cuidar da saúde. O autor afirma que se chegou a uma espécie de reconhecimento oficial do curandeirismo na metrópole. Outro fator é que, muitas vezes, os escravos vendidos no Brasil eram prisioneiros de guerra nas lutas africanas: Não poucas vezes, eram os próprios chefes ("umbandas") das tribos vencidas que eram remetidos, vivos e preparados para as fazendas do Brasil. Foi um número relativamente grande de umbandas ou chefes fetichistas que chegou ao Brasil e prosseguiu as funções sacerdotais e mágicas, na medida em que o novo ambiente o permitia. Nas grandes fazendas do nordeste, era mais fácil a união e a manutenção das crenças originais. Os escravos que trabalhavam nas cidades também formavam grupos étnicos (de nação) e os negros livres também se reuniam em suas casas. Os escravos que trabalhavam em pequenas propriedades e em estâncias criadoras de gado tinham dificuldade de manutenção das tradições e geralmente perdiam-se delas. Um outro fator foi o contato direto e proposital com a África, afim de manter e reavivar as tradições antigas. Ele também contribuiu para conservar as religiões africanas no Brasil. Klopemburg dá o exemplo do *Candomblé* do Engenho Velho (na Bahia) fundado por Iyá Nassó. Sua mãe era escrava na Bahia; mas quando foi libertada, voltou à África (Nigéria), onde exerceu o 'sacerdócio' e onde nasceu seu filho Iyá Nassó, que então veio livremente para o Estado da Bahia em companhia de outro wassa ('sacerdote'), para fundar o *Candomblé* de Engenho Velho. Há muitos outros exemplos.⁶⁸

⁶⁷KLOPEMBURG, Frei Boaventura. *Os Afro-brasileiros e a Umbanda*. In CELAM *Os Grupos Afro-Americanos*. Análises e pastoral. São Paulo: Paulinas, 1982. P.190

⁶⁸Ideia, p.191

As tradições africanas conservadas no Brasil, pouco a pouco criaram suas organizações próprias, permitindo o surgimento dos cultos afro-brasileiros. Os cultos afro-brasileiros são sincréticos, com influências dos sudaneses, bantos, dos portugueses e dos índios. São anteriores ao movimento conhecido como "umbanda", recente, sincrético, mas com predominância de brancos. A partir de 1940, muitos desses cultos afro-brasileiros passaram a ser fortemente influenciados pelo movimento umbandista. O candomblé procurou zelosamente manter sua identidade, repelindo a influência umbandista.

Os cultos afro-brasileiros possuem nomes e naturezas diferentes: *Macumba* é o nome mais usado pelos cultos de origem banto do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. As vezes, seus locais de culto são denominados *umbanda*, na prática de feitiçarias. *Batuque* é o nome usado para os mesmos cultos bantos no Rio Grande do Sul. O batuqueiro também seria feitiçeiro. Os cultos chamados no Estado de Pernambuco, Paraíba e Sergipe. De origem sudanesa, tem as características dos bantos. *Kangê* é como são chamados no Estado da Bahia, para designar os *Candomblé* e como se chamam no Maranhão e o culto de origem banto e vodun. *Magé na casa de Nina* no Maranhão é o culto de origem banto e vodun. *Candomblé* é como se chamam no Maranhão e Pará. Também é a denominação mais dirigida do culto indígena brasileiro (é o nome dado aos cultos afro-índigenas no Maranhão e Pará. Também é a denominação mais usada no Nordeste brasileiro. 80% de suas práticas não passam de bruxaria europeia. Segundo Frei Roaventura, seria herança dos bruxos que os portugueses mandavam vivos para o Brasil em vez de queimados vivos como se fazia, sobretudo na Alemanha e Inglaterra.

O que atualmente se chama "umbanda" no Brasil é um movimento religioso tipicamente sincrético, com elementos do espiritismo kardecista, de importação francesa (proven de Allan Kardec, 1804-1869, o codificador do espiritismo, que começou sua prática no Brasil em 1865 e se caracterizou pela doutrina da reencarnação e a prática da evocação dos espíritos ou almas dos falecidos - dos cultos afro-brasileiros; - das religiões indígenas originárias do Brasil; - dos movimentos ocultistas (Teosofia, Rosacruz, Círculo Exotérico da Comunhão do Pensamento); - da bruxaria europeia do tipo Livro de São Cipriano; - do catolicismo popular português. A umbanda é sobretudo um movimento espiritual, mas também como tempo sincrético, que assinala um verdadeiro "poluismo religioso".

Este movimento espiritual, a umbanda nasceu na década de 1930, no Rio de Janeiro, por influência do capitão do Exército José Romão, que promovia do espiritismo kardecista. Encontrou imediatamente a sintonia aceita pelo povo em vários estados. Terve-se o primeiro congresso nacional em 1941 para unificar culto e doutrina, o qual conseguiu até hoje. O local de culto é chamado *terreiro*, já utilizado anteriormente. A umbanda difere de terreiro para terreiro. O que é possível é classificar algumas tendências.

Para alguns tem tendências indefinidas ou pouco claras na direção do espiritismo, africanistas, cristãos, kardecistas, esoteristas, sanciprianistas e ainda terreiros com tendências diversas. A antropologia dos terreiros se caracteriza pela filosofia da pluralidade das existências.⁷¹

Segundo Norton Corrêa, o Batuque é uma forma religiosa afro-brasileira característica do Rio Grande do Sul cujo ritual conserva com maior fidelidade a herança africana original. Mãe-Donga, em Rio Grande, e seu filho confirmam esta tradição. A base estrutural é o jêje-nagô, com alguns elementos do contexto cultural regional. Os filhos do batuque são articulados por um *ethos* característico que os distingue dos não-batuqueiros. Trata-se de abraçar um modo de vida próprio, que se projeta praticamente sobre a totalidade do viver cotidiano do indivíduo. Segundo o autor, historicamente foi fundado pelos escravos e/ou libertos de etnias jêje-nagô, possivelmente oriundos do Xangô recifense. A presença do Batuque é um atestado cabal da vitalidade da tradição africana no extremo-sul do País, consistindo no aspecto mais representativo da herança africana que temos no Rio Grande do Sul. Norton Corrêa supõe que o Batuque tenha atuado, no passado, como um espaço privilegiado de construção de uma identidade comum para as massas negras em geral.⁷²

Em tempos mais recentes, as contradições estruturais entre seu modelo religioso e a sociedade urbana rio-grandense têm se intensificado, ocasionando o surgimento de uma nova forma ritual, a Linha-Cruzada. Ela associa no mesmo templo, em momentos simultâneos ou separados, além do Batuque, também elementos da Umbanda e da própria Linha-Cruzada, com os exús. A Linha-Cruzada, reunindo os aspectos positivos e eliminando os negativos, funcionalmente falando, do Batuque e da Umbanda, surge como uma solução para a permanência dos elementos culturais de raiz africana, que caracterizam estes três modelos religiosos.

Tratando-se de praticantes de uma religião não-cristã, e sabendo-se que as cristãs concebem o Cosmos como polarizado e dual, tendendo a excluir as demais; convivendo em um meio em que o grupo cristão, composto principalmente de brancos é hegemônico (pois detentor do aparelho de Estado), e pensa a sociedade rio-grandense como de feição européia, os integrantes do Batuque foram vítimas, historicamente, de formas variadas de repressão.⁷³

⁷¹Idem, p.183-211

⁷²CORREA, Norton F. O Batuque do Rio Grande do Sul. Antropologia de uma Religião Afro-Rio-Grandense. Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS, 1990.

⁷³CORREA, Idem. p. 273.

CAPITULO IV

DO CATIVEIRO A SERVIDÃO: "OS FILHOS-DE-CRIAÇÃO"

4.1- As Filhas de Criação

4.1.1- A Nivel Econômico

Em liberdade do regime escravista, os ex-escravos e seus descendentes tiveram maior oportunidade de constituir família e morar, de forma precária, mas independentemente do patrão. Já conhecemos as condições em que os negros foram jogados à sociedade no momento da mudança do regime escravista para o regime capitalista. A nova categoria de cidadãos foi alijada em todos os sentidos da ordem social emergente. Os casais geralmente constituíram família numerosa. Em breve, se fez sentir a falta de condições para criá-los. Para muitas famílias, a solução encontrada foi entregar os filhos para serem criados pelos 'generosos' proprietários das terras e de outros meios de produção. A relação de caráter místico-religiosa de compadrio dos pobres com os coronéis facilitava a entrega dos afilhados para serem criados. A situação de pobreza determinava essa exigência para não ver os filhos passando fome e por não ter condições de . A morte dos genitores também podia ser o motivo para entregar os órfãos aos cuidados dos mais abastados. As vezes, eram os próprios parentes e amigos que acolhiam a criança ou o adolescente.

Para os senhores coronéis, acolher um negrinho ou uma negrinha era oportunidade de garantir dentro de casa uma pessoa extremamente explorada em troca de tal 'benefício'. Por manter formalmente uma relação de parentesco, o patrão ou a patroa se dispensavam da exigência de remunerar e dar qualquer condição de vida melhor para essas pessoas. Afinal, estavam prestando tão 'generoso serviço' de dar teto, comida e alguma roupa para aquela pessoa. Os depoimentos comprovam esta dura realidade. O tipo de tratamento dispensado aos filhos-de-criação era generalizado na região. Até os meados do século XX, era facilmente identificado este fenômeno. Encontramos pessoas negras, especialmente mulheres, servindo famílias brancas.

revelação desta realidade. Cerca de 30% dos entrevistados apresentou-se como filho ou filha-de-criação: cinco mulheres e quatro homens. A caracterização da vida e das relações dessas pessoas dentro da família que as 'acolheu' sugere um novo capítulo para o assunto.

Apontamos acima alguns dos fatores e circunstâncias que condicionavam a entrega de crianças para serem criadas pelas pessoas de condições econômicas melhores. Um deles podia ser a orfandade. Celina Soares nasceu em 1909, no Rincão dos Cravos, município de Canguçu. Celina nasceu da ex-escrava Ana Maria Soares e pai (branco) desconhecido. Sua mãe trabalhava em serviços de capina pelas fazendas da região, enquanto Celina cuidava seus dois irmãos mais jovens. Com a morte da mãe, Celina foi dada à família de Domingos Teixeira. Seu irmão Bertolino foi dado a outra família e Teodoro a um filho solteiro da família Teixeira. A impressão do fato é que, à maneira dos tempos de escravidão, se distribuiu a força-de-trabalho. Sem condições de decidir o próprio destino, essas crianças iniciavam um história de servidão a ser investigada. Celina foi 'filha-de-criação' até 1960. (Anexo, p.97)

O principal fator que condicionava a entrega dos filhos para serem criados era a pobreza. Greice Margarida Rodrigues Teria nascido em 1894, na Serra de Camaquã, região de Caçapava do Sul. Foi 'dada' aos 8 anos de idade. A partir de então, não viu mais seus pais. Guarda viva memória da sua mãe chorando enquanto a menina era afastada da casa dos pais. A sua percepção foi de ter sido arrancada de sua casa: "[...] houve uma época em que lá em Camaquã, tiravam as crianças daquelas gentes mais pobre, que não tinham como criar os filhos, e davam pra quem eles queriam dá. [...] Por isso que eu vim pará em Pinheiro Machado. [...] Com 8 anos, nunca mais vi meus pais. [...] o que eu ia fazê, não me governava, né." (Anexo, p. 130) Desconcerto, dores e sofrimento davam início a uma trajetória incerta: "Ah, senti, bá! [...] A mãe também, aquela coitada chorava quando nos separemos dela, que era um desatino, mas, que era obrigada a dá. [...] não tinha como sustentá os filhos, foi muito pobre." (Anexo, p.130) Greice viveu quase um século e vive num pobre chalé, numa rua quase desconhecida do bairro Fragata. É conhecida de reduzido número de pessoas vizinhas. Foi encontrada por acaso ao procurarmos Maria Carolina Duarte Lobo.

Honorina foi criada na casa dos antigos donos de seu pai e sua mãe. Neste caso, a pobreza dos pais e os numerosos filhos foi o motivo para que Honorina passasse a viver junto à família Soares. "Quando sai de casa assim, me entregá assim, eu já era grande [...] entendia de tudo. [...] Me botaram naquelas casa [...] que era do Chico Soares. [...] Fiquei muito tempo e depois eu sai pra me forrá. Me casei. Sai pra me casa...dessa casa. [...] A minha mãe e o meu pai me botaram lá [...] Não podia, eram pobre. Ai, a minha mãe ficou viúva e ficou com muito filho, não é. Eram umas quanta. Nós era umas quanta. Então, eu, elas botaram nessa casa que eu tava. [...] Me criei nessa casa, depois sai pra me casá." (Anexo, p. 140) Quando Honorina Soares usa a expressão 'sai pra me forrá' está utilizando um termo que significa conquista da liberdade. Inconscientemente sugere o caráter da relação que os filhos-de-criação experimentavam na família que os criava.

Luiza Dornelles foi criada, por alguns períodos, em casa de parentes ou conhecidos. O tratamento recebido também revela a vida dura e trabalhosa que viviam as crianças e jovens que estavam nesta condição. Destaca-se sempre um tratamento diferenciado. (Anexo, p. 216-217) Sofreu o desrespeito por parte de parentes e pessoas estranhas. Tapas e empurres. Acusações caluniosas. Em certos momentos, teve que enfrentar a tentativa de violência dos pais. As vezes, o filho-de-criação era vítima fatal da brutalidade dos seus pais-de-criação. Luiza narrou o fato ocorrido com um menino negro criada pela mãe de João Dioclécio Maciel, teria sido assassinada com um ferro incandescente perfurando-lhe as vísceras, por sua mãe-de-criação.

Ana Maria, filha de Celina Soares, experimentou o que era a vida da sua mãe, vivendo alguns anos na mesma família Vargas, uma vez que seu pai se abandonara. "Minha mãe foi criada num regime como que de escravidão. Ela era quase como proprietária dos pais-de-criação. Ana Maria compreende hoje que ter um filho-de-criação era justificativa fácil e forte dos pais-de-criação explorar a mãe-de-obra. Vejamos parte por parte a questão do trabalho, as relações de trabalho e outras vidas pelos filhos-de-criação no interior daquelas famílias que as adotavam. Os depoimentos indicam que eram muitas meninas, moças e senhoras que viviam nesta condição de escravidão, especialmente nas primeiras décadas deste século.

Todas as atividades que se pode imaginar dentro de uma casa de proprietários do começo do século podiam ser realizadas pela filha-de-criação. Celina trabalhava na lavoura preparando a terra, lavando, capinando, colhendo, armazenando; nas tarefas domésticas de cozinhar, lavar, passar, coser, preparar alimentos; ajudar na construção; trato de animais domésticos; cuidar de horta, jardim e arredores da casa. Sem receber nada em troca, além de restos de comida e alguns trapos para dormir no chão de um corredor, Celina trabalhava de noite para juntar alguns trocados para si, vendendo palha de milho preparada para cigarros. Alguns depoimentos apontam para a generalidade de trabalhos que Celina realizava: "E eu trabalhava; tirava leite; trabalhava nas lavouras, trabalhava em todo o serviço. Tudo, tudo que era serviço eu tinha pra mim [que] lavantava de madrugada." (Anexo, p. 97)

Em outro momento, Celina acrescenta que os seus irmãos e irmãs-de-criação, logo trabalhavam e logo a ajudavam. De madrugada, Celina recolhia as vacas e as ordenhava. Cedo, em casa, separava o leite para o consumo e o leite para a fabricação do queijo; que também era de sua incumbência. Preparado o café, feito o queijo, Celina abastecia de água a casa; servia o café; arrumava a casa e, em certos dias, ia para o arroio distante lavar a roupa de todos. Celina socava a canica; estendia o charque ao sol para secar. Ainda de manhã, ia pra roça trabalhar. As 11 horas, retornava para iniciar a preparação do almoço. Realizados os serviços da casa, partia novamente para roça. Deixamos Celina falar. Seu depoimento é rico:

Ué [tinha que fazer] tudo, tudo, tudo! Ia trilhá, mesmo que a gente tinha que botá aquelas barbaridade de carroçada de trigo, de palha nos costado das máquina pra trilhá. Tudo isso eu fazia. Todo o serviço [...] de lavora. E quando faziam casa botavam [...] eu pra carregá os tijolos, desmanchá o forno de tijolo e trazé pra botá nas casa! [...] Fazé barro, alcançá. Foi o que me dexó doente da coluna. [...] Depois fiquei toda torta, coxecei a ficá toda torta. [...] Carregava sacos de batata, sacos de milho com palha e tudo. [...] E tudo que era serviço eu tinha que participá. [...] Ah, não eram bons pra mim. Não eram bons pra mim! Era uma vida de escravo! E não era mais tempo de escravidéz. Já tinha passado a escravidão, não é. Mas eu fui criada bem como escrava.¹

O significado histórico desses depoimentos sintoniza com as palavras de Greice Margarida:

Botava água, tirá leite, juntá ovelha, negócio de cercado, isso tudo eu fazia. Trabalhava dentro de casa também. [Fazia] comida, limpeza da cozinha, pilhava a roupa também, tudo. Uma folguinha que eu tinha, sempre tinha serviço pra mim... [...] Não [pagavam] davam o que era preciso... Eu mesma, depois que fiquei mocinha [...] trabalhava pra podê me vesti: serviços grosseiros que ninguém faz agora, nem os home, quanto mais as mulher...²

O acorde se completa quando Honorina se une e afirma:

Fazia tudo que era serviço. Lava roupa e cozinhava e fazia tudo. Limpeza, tudo eu fazia: [...] é verdade, eu trabalhava na roça, capinava, plantava. [...] Colhia. [...] naquele tempo coiam feijão arrancado assim na lavora e depois levavam assia pro terreno pra baté com vara. [...] Aquele horror de feijão, tudo batido na vara. Depois limpava tudo na juera [...] e recolhia aqueles feijão tudo. [...] Tinha uma sanga muito forte e nós lavava roupa na sanga.³

Celina morou, durante dois anos, em Boqueirão, São Lourenço do Sul. Estava independente da tutela dos patrões. Trabalhou com uma 'casa bailanta'. Ao ser abandonada pelo marido, foi 'acolhida' por Pompeu Vargas, um dos seus irmãos-de-criação. A intensidade do serviço permaneceu. Em função da educação dos filhos, transferiu-se para a casa de uma irmã-de-criação, onde os trabalhos permaneceram intensos, sem remuneração e as relações pioraram. Para conseguir algumas coisas que necessitava, Celina costurava para alfaiatarias. As vezes, atravessava a madrugada trabalhando. O cuidado com a horta tinha que ser realizado à noite à luz da lanterna a carboreto.

As atividades da casa e da roça foram assumidas pelo filho-de-criação como foi o caso de Celina e Greice. Apesar de trabalhar em todas as atividades da casa, Honorina era auxiliada pela dona da casa e as filhas, enquanto o patrão cuidava do gado no campo. Greice capinava e plantava junto com o patrão, mas os filhos não trabalhavam. "[Trabalhava] todo dia porque quando não tinha uma coisinha pra fazé, tinha lenha ou encilhava o cavalo, ia buscar senchada de lenha no mato, a água no barril, tudo era eu, os gora [não] faziam nada". (Anexo, p. 166) Mas a intensidade de

¹Anexo, p. 96.

²Anexo, p. 131.

³Anexo, p. 141.

trabalho e as condições são idênticas. Da mesma forma, esta categoria de trabalhadoras, das mais exploradas, não tinham salário ou qualquer remuneração em dinheiro. São claras ao afirmar que não recebiam nada pelo trabalho. A não ser no momento que quizessem possuir alguma roupa ou calçado melhores, tinha que procurar outros meios para adquiri-los vendendo pequenas manufaturas, prestar serviços grosseiros, como foi o caso de Greice. "Não [davam dinheiro] não. [Davam roupa] quando precisava, que meu dinheirinho às vez não dava." (Anexo, p. 131)

Honorina acordava de madrugada e começava a trabalhar: "Não recebia [salário, dinheiro] nada. Só a criação. Depois eles me aprontaram pra me casá. [Durante todos aqueles anos] não ganhei dinheiro nenhum. Só trabalhava pra eles, só trabalhava pra eles". (Anexo, p. 140) E a mesma situação vivenciada por Celina Soares:

Não podia sair, não podia ganhá uma roupinha, não podia ganhá um calçado pra botá nos pé. Então, eu fazia o que eu podia, né. Trabalhava de dia e de noite eu ia lá pros galpão apará palha pra vendê aquela palha pra comprá um calçadinho pra botá nos pé, uma tamanquinha, um chinelinho. E ainda assim a minha mãe-de-criação não queria me ver com aquilo nos pés. Eu acho que aí eu já era uma escrava não é. Eu escondia aquilo, quando era de noite eu ia me lavá, eu botava nos pé. Ia me deitá e botava os calçado pra durmi. Tinha aquelas bobage! [...] Tinha vontade de ser igual aos outros, de tê... não queria tê o que os outro tivessem que eu sabia que não tinha mãe, nem pai, mas que me tratassem com mais moralidade."⁴

Perguntamos se pagavam alguma coisa pelo trabalho que Celina realizava na casa do senhor Teixeira. Ele respondeu enfática: "Não! Mas?! Que pagá cosa!!" Quando trabalhou na casa de um dos irmãos-de-criação, Pompeu Vargas, em São Lourenço do Sul, praticamente permanecia a mesma situação: "Que salário?! Ele me dava um pouquinho, uns trocadinho porque quando eu queria comprá uns remédio ou quarqué uma cosa... eu ter." (Anexo, p.101.)

As depoentes afirmaram que as casas eram grandes e todo o serviço era obrigação delas. Chegada a hora do descanso, a filha-de-criação não tinha um quarto para si. Não repousava junto com as filhas dos patrões e sim tinha que estender uns trapos no assoalho de um corredor da casa e dormir aí. Durante o dia, não devia permanecer aquela cama naquele lugar. "Dormia num colchãozinho de palha, no chão. Mandavam eu juntá capim no campo e enchê, pegá uns saco de estopa, custurá e enchê pra mim botá no chão pra mim durmi. De manhã, à hora de levantá, tinha que pegá aquele colchãozinho e botá lá no galpão, lá fora." (Anexo, p.99) A mesma cena é repetida por Greice: "Não, eu estendia minha caminha de pelê e uns cobertorzinho no canto da casa e dormia." (Anexo, p. 132) Idêntica situação apresentou Honorina: "Eu durmia... fazia uma estribe assim no chão. Era no chão, não tinha cama. Eu fazia a cama no chão, botava o travessero ali e ali durmia. [...] Colchão, tinha um colchão [...] de pano, de palha de trigo." (Anexo, p. 141)

⁴Anexo, p.97-98.

Quando se trata de alimentação, a mesa é o lugar que espelha a realidade da família e suas relações. A consideração com a filha-de-criação chegava ao ponto de serem-lhe servidos os restos de alimento que sobravam nos pratos do patrão e sua gente. O sentimento de relaxo escravista perdurou por várias décadas vitimando os ex-escravos e seus descendentes. "A comida era ali... pra mim. Ainda juntando os restinhos e servindo ali pra mim comê. [...] Os restinhos que eles comiam nos pratos e ficava. Juntavam pra me dá. [N]go podia comer à mesa com eles. [Comia] pra fora, sentadinha num pilão, assim, na rua. Ali é que eu comia aquela... assim numa pécinha pra fora. [N]go podia] entrá na sala. Pra sentá n[go]. Pra limpá, pra arrumá sim." (Anexo, p.98)

Não se percebe diferença essencial com o regime escravista no tratamento com as servigais da casa. A diferença, para pior, era que Celina trabalhava também na roça, no campo, em torno da casa, em todos os serviços. Da mesma forma que ocorria no escravismo, nas casas mais pobres. Aguardou seus dezoto anos para enfrentar os pais-de-criação e exigir um tratamento melhor. "N[go] com dezoto anos eu me revolté [...] falei pra eles. Eu me incomodava muito! [...] Um dia falei pra eles [...] que ia sai de casa, n[go] dava mais pra tá lá. Ali eles se moderaram mais um pouco n[go] é. E eu era uma moça e sabia o que estava bem para mim e o que não estava, n[go] é. Eu vi que estavam juntando demais comigo. N[go] podia se assim. [...] Aquela obrigação forçada que eu tinha, eu sempre tive." (Anexo, p. 99) Graice também comia em separado, na cozinha. "Era bicho, negro era bicho nesse tempo."

Celina tinha muita atreço pela máquina de costura, muita vontade de aprender a costurar. Para Celina, eram tinguídos os tecidos de sacos de sal ou estopa e, com eles, era feito seu vestuário, muito semelhante também ao vestuário dos escravos. "Eu robava a máquina e 'minha mãe', me comprava saco pra fazê ropa pra mim. Essas sacos de... até esses saquinhos de sal. De primeiro vinha, os sal vinha nos saquinhos nóê. Mas ela pegava os sacos ali, mandava tingi e fazia ropa pra mim. Então eu robava os sacos, cortava ropa e fazia e vestia. Quando ela via eu já tava vestida, não é. Eu já tinha 'comprido meu gosto', d'eu pegá um pano e fecha pra mim vesti. Aquilo pra mim era coisa que gostava muito" (Anexo, p.98) Honória, ao contrário, afirma que vestia muito bem e que não tinha problemas quanto a isso.

Atina Honória Soares: "Vestia bem, vestia muito bem, até. Cargado, nunca botava o pé no chão. Quando terminava um cargado, já eles traziam outro." (Anexo, p. 100) Celina Soares, que sobrinha, vivia a condição de muitos escravos: tinha que se apresentar de pés descalços. Referências à sua condição de filha-de-criação parece fazer um apelo para ser compreendida aquela realidade. "Fazia tudo [...] tudo. As vezes eu digo assim. As vezes eu n[go] conto o que eu passei na minha vida porque há gente que n[go] acredita que gente passasse isso, outros tempos. Agora [...] agora a gente tem voz livre, mas de primeiro... Hoje o negro sente a situação melhor, mesmo vivendo pobre e marginalizado."

4.1.2- A Nível Político

A respeito da vida e dos fatos políticos de nível mais amplo da sociedade, as filhas-de-criação pouco se manifestam. Neste silêncio e no modo como são tratadas, as depoentes permitem perceber o caráter da vida política, naquela época. O coronelismo imperava em toda a região. O poder de cada proprietário era praticamente absoluto sobre sua mulher e filhos. Um ou mais coronéis lideram a vida política em cada recanto, em cada distrito da região. "Os mandão eram o mesmo dono da casa, do campo, o finado Chico Soares." (Anexo, p.148) O poder de cada homem dependia das condições pessoais marcadas principalmente pela valentia, argumentação e habilidade nas armas. Mais decisivo certamente era a dimensão da terra, do rebanho e da produção que cada um possuía. "[Quem mandava em Pinheiro Machado] naquele tempo Eram os Rato, a família Rato que, eles mandavam lá. [...] tinham loja de [...] fazenda pra fora. [...] eles eram os mais rico de lá." (Anexo, p. 131) O poder do coronel aumentava à medida que mantinha vinculações mais estreitas com o poder político institucional em todos os seus níveis: distrital, municipal, estadual e nacional.

Todas as relações humanas, mesmo aquelas que não são institucionalizadas, mas que articulam um processo de decisão, são relações políticas. A partir desta compreensão, podemos caracterizar muitas ações de luta e resistência das filhas e filhos-de-criação como ações políticas. A filha-de-criação está sujeita praticamente ao poder absoluto dos seus 'pais', uma vez que ela é 'filha'. Não caberia nenhuma atitude de rebeldia e indignação uma vez que está sendo 'caridosamente beneficiada'. Diante desta posição dos 'pais', muitas jovens, mulheres negras, engendraram atitudes de resistência para sobreviver ao regime em que se encontravam. Celina mostra, passo a passo, a articulação de um processo de resistência que lhe permitiu ultrapassar anos daquela espécie de cativo. Jamais se entregou ao comodismo e à submissão. Uma de suas atitudes era o trabalho constante e responsável para não lhe ocorrer a humilhação de ser espancada ou reprimida de outra forma.

Pequenas desobediências; o 'furto' da máquina para aprender a costurar; o trabalho noturno para conseguir algum recurso para comprar a sua própria máquina de costura; o aprendizado de habilidades domésticas conquistadas contra a vontade de sua 'mãe'; a sua luta autodidata para tornar-se alfabetizada e saber escrever são apenas pontas de um 'iceberg' de resistência político-social e da sua força de luta para não emergir. Uma esperança tenaz de sair daquela situação nunca deixou espaço para o desânimo e a frustração. Uma das formas políticas de manutenção do poder sobre os negros e negras de 'criação' era negar-lhe o acesso ao saber e à educação formal. Uma análise empírica dos depoimentos de Celina podem levar à conclusão de que a sua atitude era de submissão. Um estudo e uma reflexão mais detidos permitem visualizar uma atitude política, até certo ponto, consciente e ativa.

O tratamento desigual era assumido justamente para sobreviver e enfrentar a situação sem fracassar. Orientavam os filhos inclusive para não fazer barulho, não ir para a sala, não sentar à mesa. Nestes princípios pedagógico-políticos de aparente submissão, sua filha Ana Maria aprendeu a aceitar e a assumir sua condição de negra. "Por um tempo não gostei de ser negra, não me assumia como tal. Me perguntava sempre: - meu pai é negro, minha mãe é branca. E eu, o que sou? Mamãe sempre falava: '-Mulato, negro é'. Perguntava: -Porque casar com negro. Respondia: '-O amor não tem cor'. Aos poucos fui assumindo a minha identidade. Hoje tenho orgulho de minha raça, da minha negritude." (Anexo, p.43)

Aos dezenove anos, Greice resolveu abandonar a vida de filha-de-criação, cansada de viver sob a exploração dos que a consideravam da casa. "[...] não trabalhei mais assim. Não dava, só trabalhava por minha conta." (Anexo, p. 131)

4.1.3- A Nível de Educação

Ao tratar da educação, consideramos duas dimensões: a educação no seu processo informal, onde o aprendizado ocorre na experiência cotidiana e na relação diária com a natureza, especialmente através do trabalho, nas relações com os semelhantes, com a sociedade e com o sagrado. E o aprendizado do legado cultural acumulado pela sociedade e assimilado espontaneamente pelo sujeito. Determinadas condições de vida desafiam o sujeito a encontrar a solução de seus problemas de forma criativa. Mesmo neste nível, a família dominadora procurava barrar, à filha de criação, o acesso do saber das prendas domésticas, consideradas mais apropriadas às necessidades e lazer da mulher e das filhas do 'pai-de-criação ou do patrão.

Conhecemos como Celina Soares se apropriava do saber da costureira, utilizando em segredo a máquina de sua 'mãe' e aprendia por força de seu entusiasmo e gosto pela costura. Era um ato de resistência e superação. Este aprendizado lhe permitiu sustentar seus filhos na casa quando deixou a situação de filha-de-criação. Não era permitido que Celina aprendesse a fazer trabalhos especializados. Mas, ao fazer os serviços da casa, sorrateiramente, observava as moças trabalhando suas rendas. À noite, Celina apropriava-se dos modelos e ia para o galpão tentar descobrir os segredo daquela habilidade. Conseguiu e tornou-se ótima rendeira. "Aqueles renda eu fiz. [...] Eu ia lá praquelas... Eu via [as moças] fazendo aquelas rendas, não é, as moças dali da casa. E, então eu arrumava. Peguei um 'birro' e fiz uma almofada pra mim e fui pra lá. Cada noite eu lutava um pouquinho com aquilo pra vê se eu aprendia. E as renda que eu disse que ainda vô achá." (Anexo, p.99)

Na medida do possível, a classe dominante nega o saber especializado, considerado desnecessário, às classes subalternas como forma de dominação política e cultural. Porém, quando o trabalhador se apropria ou apresenta alguma habilidade produtiva, o dominador articula-se para apropriar-se da sua produção. A família não queria que Celina aprendesse alguma coisa. Quando ela

demonstrou que havia aprendido, queriam apropriar-se dos seus serviços. "Peguei a costurá. Depois queriam todos, em casa, que eu costurasse. Depois que eu aprendi, que eu cortava direitinho e fazia, então eles me davam os panos e faziam eu costurar. Mas quando eu aprendi eles tinham medo que eu estragasse, né." (Celina p.99)

A garra e a persistência pela superação daquela situação é observada pela luta autodidata no aprendizado do ler e escrever. "Um pouquinho eu leio e escrevo. [...] Eu aprendi quando ia pros arroio lavá as ropa. Ensaboava aquelas ropa, botava tudo na quara. E unquanto tava quarando [...], naqueles momento, eu pegava o livro. Aproveitava aqueles momentinho que tinha ali, para mim. [...] foi eu que comprei [...] eu aprendi. Não sei como. Força de vontade!, E tudo o que eu ia fazê, prestava muita atenção, né., então!..." (Anexo, p.) O seu marido também autodidata em música, foi excelente tocador de violino. Greice, com muito esforço aprendeu a ler alguma palavra mais fácil: "[Leio] só algum nomezinho muito fácil que ajunto as letra e leio, mais nada, assim por minha conta." (Anexo, p. 135) Aprendeu a escrever somente seu nome.

Honorina é outro exemplo do forte desejo de aprender. Nas primeiras décadas do século XX, o saber formal era ministrado no interior da região por professores particulares, em aulas particulares, que eram realizadas na casa de alguns fazendeiros. Não havia escolas construídas. A casa de Chico Soares abrigava o professor Francisco que dava aula particular para os filhos dos fazendeiros da área. Debruçada sobre a janela da sala de aula, Honorina aprendeu a ler e escrever, sem receber qualquer atenção por parte do professor. "Tinha professor que ia ensiná as criança daquela casa. Então, eu corria, arrumava tudo que tinha que arrumá e vinha pra janela. [...] Ali tava debruçada escutando o que ele dizia pras criança e eu escutando aquilo. Então, aprendi tudo. Aprendi a lê e escrevê, mas não que ninguém me ensinasse. Eu mesma é que de cabeça minha [...] aprendi a lê e escrevê." (Anexo, p. 149)

O desejo de conquistar o saber como mediação para a superação da situação em que se encontrava o negro na sociedade levou Celina a adestrar um cavalo que levava seus filhos pequenos até a escola na beira da lagoa em São Lourenço. "As crianças iam pra lá montadas num cavalo. Um cavalinho preto. [...] Eu botava os dois em cima do cavalo, o cavalo seguia com eles. [...] O animal de criança [...] fica que fáiz o que a gente que, né." (Anexo, p.) Em 1946, transferiu-se para Pelotas, para a casa de uma irmã-de-criação, afim de permitir que seus filhos estudassem. "Sagrado para mim é Deus Pai, o alimento e os estudos para meus filhos." (Anexo, p 102) A luta deu resultado. Sua filha Ana Maria foi professora da Universidade Federal de Pelotas.

Celina procurou desenvolver um profundo respeito dos filhos para com Joaquim, seu marido que a abandonara. Ele era pai das crianças. Procurou sempre mostrar a eles o valor do negro: "Olhem quem planta nas fazendas? Quem carneia o boi? Quem leva a tropa até a cidade? Quem cuida das crianças dos ricos? Quem cozinha nas casas? Negro é gente de valor!" (Anexo, p 42)

4.1.4 - A Nivel de Família

A situação típica vivida por estas pessoas que eram 'dadas' a outras famílias era uma relação fictícia de parentesco. Na verdade, eram mão-de-obra facilmente manipulável pelos seus pais, uma vez que estavam recebendo o 'favor' de serem criados. As circunstâncias de pobreza ou outra qualquer as afastaram do convívio com os pais e familiares. O sentimento de desamparo permanece na casa do estranho e a frustração de ter sido tratado como objeto é incorporada aos sentimentos por longos anos.

As condições sociais ainda continuam a impedir ou a desestruturar tendencialmente, a família negra. Circunstâncias económicas condicionaram esta prática bastante generalizada depois da escravatura. No interior da nova 'família', o negro era explorado ao máximo em termos de trabalho. As vezes era explorado sexualmente pelo branco. Os mecanismos de coação ao trabalho são mais sofisticados que os castigos físicos da escravatura. Os aspectos económicos, político, educativo analisados comprovam de maneira concreta as relações dentro daquela família. Ao deixarem a condição de servido, ao constituir sua própria família, estes negros enfrentaram as mesmas dificuldades que os outros negros enfrentavam no seio da sociedade. Raramente alguns destes negros receberam parte da herança dos pais, após todos aqueles longos anos de trabalho praticamente gratuito, fora alimentação, vestuário e moradia ...

4.1.5 - A Nivel de Recreação

O modelo escravista renova-se nesta dimensão e é expresso por Celina: "[...] Mas eu fui criada bem como escrava. Não podia sair, não podia ganhar uma coisinha, não podia ganhar um calçado pra botar nos pés." (Celina Soares p.98) Que regime é aquele que não permite seus filhos, recrear-se? A recreação pode permitir a criatividade e a resistência? A consciência que se mantém o contrário sob estado de exploração e domínio induz ao domínio, à restrição de possibilidades de articulação? A negação do espaço de lazer, a exigência de um trabalho permanente, reduzida a possibilidade de filhos de criação reagir.

Nos momentos de recreação, muitas vezes, Ana Maria devia trabalhar para cuidar dos filhos das senhoras paulistas que se reuniam com a família Vargas, para recrear-se. Numa sociedade de classes, o ócio de alguns exige o trabalho de outros: "Nas casas de família em São Paulo participava de festas, participava de quase tudo. [...] Se a casa enchia de gente para jogarem cartas eu tinha que dar conta do trabalho e ainda cuidar da criação das amigas de patroas que vinham para a mesa de jogo. Muitos domingos à tarde passava no Areal, cuidando a criação no Castelo da Baronesa [...] para que as madames pudessem jogar tranquilamente." (Anexo p. 42)

Quando ao filho ou filha-de-criação podia sair, ir aos bailes, deparava-se com o problema de não ser permitida a sua entrada nos salões de baile dos brancos. Depois de sair da casa do pai-de-criação, ao casar, Honorina realizava, em sua casa, bailes de ramada onde reunia os negros para recrear-se durante todo o dia. O baile de ramada foi um hábito generalizado nas regiões onde predominou o escravismo. Da mesma forma que Celina, Honorina trabalhava da manhã à noite. Certamente não havia espaço para o descanso e para a recreação.

4.1.6- A Nivel da Religião

O Rio Grande do Sul, até o final do século passado, foi uma região brasileira das menos evangelizadas. Na Região Sul, o problema era mais acentuado. Encontrava-se alguns curas na freguesias e cidades. A povoação do litoral e da zona sul trouxe uma fraca religião de cristandade, sem maior significação social. Uma religião voltada apenas para a dimensão individual do sujeito, uma dimensão interna de uma perspectiva moralista e mantenedora das relações sociais de dominação. No interior, raramente apresentava-se um sacerdote para atendimento de batizados, casamentos e serviços religiosos. "Não, Eh! Nem se conhecia padre! Nem se falava em padre. Lá de anos em anos é que... era aquela novidade: '-He, vem um padre aí, de tal lugar. Aí numa venda fazê uns batizados.' Alguns levavam os filhos pra batizá, outros nem levavam. 'Não, nada de Igreja, nada, nada disso...' A gente, não sinhô, a gente não tinha. Não existia padre por lá." (Anexo, p. 98)

Celina viveu até a idade adulta sem religião. Parece que o mais comum era uma vaga religião com crenças e credices misturadas e muitas vezes contraditórias. Certamente, havia alguns elementos de religiosidade africana. Ao que parece, a maioria dos estancieiros não possuía religião. As filhas-de-criação ficavam condicionadas às exigências do trabalho na família e não era permitido que saíssem de casa, uma vez que para recrear-se não podiam encontrar-se. Greice afirmou explicitamente que na região de Pinheiro Machado não havia religião. Mostrou também que havia o hábito de se batizar as crianças em casa e depois na igreja. Grupos de negros mantiveram religiões de origem afro-brasileiras nas cidades. No interior eles estavam mais condicionados à religião dos fazendeiros.

4.2- Os Filhos-de-Criação

4.2.1- A Nível Económico

Os filhos-de-criação viviam situações semelhantes e não menos rigorosas que as filhas-de-criação no interior das famílias onde eram 'acolhidos'. A exploração do trabalho, a dominação política e ideológica, as restrições de todo género foram experimentadas pelos negros que estavam nesta situação. Os mesmo motivos de pobreza ou outros condicionaram a entrega de meninos e meninas nas mãos de fazendeiros. A partir de um determinado momento em que sentiam coragem, a maioria dos filhos-de-criação tomou uma atitude de independência e superação, abandonando seus 'pais'. Momentos fortes de sua vida onde, geralmente, era dado um basta para o rigor do trabalho, às ameaças, às surras e à vida que levavam. Sem chances para qualquer participação efetiva nos resultados da produção, na herança e em qualquer decisão importante; vivendo a marginalização na escola e tendo negada da participação na recreação, partiam para a vida independente.

João Rodrigues levava uma vida de rigor e trabalho intenso:

Bastante serviço! (...) muito rigor! [Trabalhava] de sol-a-sol. O sujeito madrugava, madrugada grande. O sujeito [quando fazia] dez, onze anos, quando comecei a pará e cima do petiço!... Pro campo! (...) Passava o dia inteiro em cima do cavalo. Trocava o cavalo duas vezes por dia, no campo. (...) conforme a distância que se tava, nem vinha em casa, almoça na estância. Por lá, passava um laço num bicho ali, uma ovelha, tirava o coro e assava: churrasco.. Por ali, comia um pedaço de carne... e passava o dia! (...)Trazia a grelha.³

José Emilio também foi criado numa fazenda em Canguçu, com quase mil hectares, com muita criação de gado e ovelha. Trabalhava do nascer ao por-do-sol. A fazenda tinha agregados. Ele era filho-de-criação. Raul experimentou uma vida semelhante ao filho-de-criação, enquanto era emprestado pela sua mãe para trabalhar para fazendeiros da região de Piratini. "[...] a mãe me deu, me emprestou... eu tive em várias casa. E trabalhei em várias casa. [...] Desde pequeno rolando, trabalhando em tudo. Me ensinavam tudo, domá, lidá com o animal, laçá, tudo isso era ensinado por aquele que sabia." (Anexo, p. 349) Oscar Coelho de Vargas por sua vez foi criado por um estancieiro pobre. O seu pai-de-criação trabalhava junto com ele no plantio da roça.

"Trabalhavam junto. Basta tá que eu era prantadô com a máquina de prantá milho e feijão. Meu pai [...] tava lá na ponta estendendo a linha pra mim e eu andava com a máquina pra lá e pra cá, batendo, pra lá e pra cá! [...] Eles me criaro prantando [...]"

³Anexo, p. 180.

duas safras. A safra do seco, por exemplo: trigo, alpiste, aveia, cevada...[...] Plantava de verão: milho, feijão batata, tudo né, abóbora." (Anexo, p. 280) Oscar C. De Vargas permanecia com a família em algumas horas de descanso ao meio-dia. Manoel Fernandes também trabalhou mais de vinte anos na estância de seu pai-de-criação. Morava no posto da estância, trabalhava de posteiro cuidando grande rebanho de gado e ovelhas. Auxiliava nas outras atividades da fazenda com mais de três léguas de campo. Trabalhou na produção de lenha que seu 'pai' transportava do município de Pinheiro Machado para Bagé. (Anexo, p.237)

O modelo de tratamento da escravidão repercutiu por muito tempo em relação aos filhos-de-criação que viviam uma espécie de servidão. A maioria dos filhos-de-criação apanhavam de seus 'pais'. João Rodrigues fala de um relho com um botão na extremidade, utilizado no tempo da escravatura. "Aquele laçoço. Ai onde batia aquele botão... dava um... dum quarto do corpo! Isso, eu mesmo apanhei com isso. [...] Já fora [do tronco], agarrado pela roupa." (Anexo, p. 178) José Emilio apanhava com relho e com as "conjunta de boi [...]" (Anexo, p.199) Oscar Coelho lembrou que também apanhou algumas vezes. (Anexo, p.290) Quando era moço, Manoel Fernandes também apanhou. Este tipo de tratamento era propriamente mais utilizado em relação aos 'filhos-de-criação'. Quase todos reagiram a esta forma de relação e partiram para uma vida independente, desde a configuração de uma situação concreta de ameaça.

Geralmente, os filhos-de-criação não recebiam remuneração monetária pelos trabalhos realizados. Afinal, qual o pai que paga seus filhos que trabalham e ajudam no sustento da família? Eles recebiam alimento, cama e roupa. O que era necessário a mais? Alguns, na verdade, recebiam algum dinheiro: "dois, dois mil, um patacão. [...] Dois mirrês por dia eu ganhei. [...] Com vinte mirrês, o senhor pegava vinte mirrês [...] o sujeito podia ir na venda fazê um rancho." (Anexo, p. 180) José Emilio Vargas recebia somente alimento e vestuário. Alguns trocados eram concedidos quando ia aos bailes. "Não senhor, não. Só a roupa e a comida. Depois, fiquei moço, queria ir nos baile, aí eles me davam dinheiro." (Anexo, p.198)

Raul sentia-se recompensado com a roupa, chapéu e calçados usados que os filhos dos fazendeiros passavam para ele. "Recebia. Tinha a casa que eu morei, que me davam desde a roupa pra sair; dos filhos era chapéu, era roupa... eles me davam... [...] E os filhos usavam e aquilo ia ficando velho, compravam outra nova e aquela, quando eu precisava eles me davam. [...] Era chapéu, era bota... [Dinheiro] era poquinho, mas dava pra muita coisa. O indivíduo não se aperreava, mas comprava alguma coisa que precisava. E ia indo." (Anexo, p. 348) Aquele que era filho de criação de estancieiro pobre, podia receber um pedaço de terra para plantar, colher e vender para suas necessidades. "Não [recebia], aquilo [o trabalho] era obrigação porque a gente se criou ali. [...] Ah, depois que a gente foi ficando mocito, que eles me davam uma lavoura pra eu plantar, né! [...] Ah!, aí eu podia tirar um trocadinho. Por exemplo, eu gostava de plantar um milho. Que daí eu debulhava uma lata, duas lata, vendia. [...] era um meio que davam [...]. Plantava um grão de feijão também. Agora dinheiro limpo mesmo."

veio nunca! Ele não tinha mesmo! Ele era... pobre!" (Anexo, p. 297)

290-291)

Em relação ao vestuário, pode-se acrescentar alguns elementos, uma vez que o modo de vestir revela a situação mais genérica do filho-de-criação. Descar usava calças pelo joelho até que lhe deram oportunidade de plantar e vender algum produto. Espelhado nos colegas que via nas carceiras e bairres, comprou suas camisas, "bon lenço. Um bon chapéu na cabeça? [...] Aquelas bombacha com aquelas fitas prun lado! Não, aí eu me vestia diferente. Aí comecei a caprichar porque via os outros nos baile lá e tal! [...] Eu comecei a me expricá, comecei a me vesti e depois foi ficando home." (Anexo, p.291)

Paul tinha o privilégio de dormir no quarto dos filhos dos fazendeiros. A maioria dos filhos-de-criação dormia no chão e, muitas vezes, não tinham quarto. "Eu dormia no quarto dos rapaz. Tudo me agradava. Me tratavam bem [...] me reforgavam [...] não tinha ódio de mim. Acamardava. Fazia amigos." (Anexo, p. 349) Não durmia no garrão. Apesar de que quando tiquet com ele [...] Não durmia no garrão, durmia lá. Só não grande, tiquet, tiquet, assim, tiquet grande, durmia lá. Dormia tinha cama. Tinha forro de cama, mas era lá no chão. [...] Dormia no chão. Eu me lembrei [Não passava frio] minha irmã-de-criação era muito boa. Muito via amigos, por sinal. Pra mim que era raça e não que era branco! Sendo branco, ela era muito minha amiga!" (Anexo, p. 290)

4.2.2- A Nível Político

O aspecto político que mais chama atenção é a atitude de respeito que muitos filhos-de-criação realizaram; ao afastarem-se dos pais, no momento em que estavam sob ameaça de serem agredidos. Numa atitude ativa e madura, enfrentaram a situação, resistiram e se afastaram da família para viver em uma autonomia. Chegando a este ponto, o indivíduo não se desanimava mais [...] aí que tá o problema. Eu fui ficando rebelde, muitas vezes andava trapilha e em uma reunião de carreira falava com os pais igual bem arrumadinho, i coisa... tinha aqueles que tratavam bem [os seus filhos de criação], outros nem tavam dando bola. [...] -Mas isso não é vida, tenho que sai daqui. E foi, foi aí que chegou minha oportunidade; me mandei de lá, nunca mais voltei pra láis." (Anexo, p.181) Ressaltamos a diferença de qualidade da atitude de escravo do cativo, o cativo fugia do sistema permanentemente de coação. O filho-de-criação enfrentava o autoritarismo do pai-de-criação, em busca de autonomia e liberdade.

A mediação para ir ao quartel foi realizada por um filho do original fazendeiro. A oportunidade de independência para o José Emilio foi na ocasião em que resolveu ir a um baile, uma vez que seu pai José Hipólito Soares nunca lhe permitira. Sua participação no baile foi inevitável.

"Eu sai de madrugada. O senhor sabe que eu fui no baile, cheguei lá, gostei do baile. Arrumei namorada. [...] Voltei dali já com a cabeça virada. [...] Cheguei em casa, esse velho tava bufando de brabo. Já sabia que eu tinha saído. '- Mas onde é que tu tava?' '- Ah, fui no baile'. '- Mas com que ordem foi no baile' '- Com a minha ordem...' Quando ele veio, veio pra me dá de conjunta, ah, eu parei os pé. Digo: '- O senhor não me dá. Já apanhei de você mas agora não me dá mais', não é. '- Oh, tu é moleque'. '- Sou moleque mas agora o senhor não me dá mais. Já agüentei demais. Vou-me embora agora mesmo'. [...] peguei as coisa e fui-me embora." (Anexo, p.182)*

Fato semelhante foi oportunidade de Oscar Coelho de Vargas romper com a família. "[...] queriam me batê. O filho mais velho dele, de criação, queria batê em mim e eu não aturei. [...] ele atentou, mas não chegou [a bater] porque eu 'iaquei' com ele. Eu não vô tá apanhando. Eu era todo espigado. Achei... que eu não ia tá apanhando de branco nenhum, lá. Vim embora. [...] Vim pra São Lourenço." (Anexo, p. 291) Na esfera familiar ou social, o filho-de-criação não participava de qualquer decisão. O poder estava na mão de quem tinha posses e dinheiro. Os políticos eram pessoas distantes com as quais se vinculava o fazendeiro que exercia, com os semelhantes, o poder local e regional. Alguns negros como Manoel Fernandes e Raul de Souza, participaram da Revolução de 1923. Outros guardam memória do que viram acontecer em sua região ou nas fazendas dos seus 'pais'.

4.2.3- A Nível da Educação

'-José, tu não bota o negrinho no colégio não. Negro não precisa aprendê a lê, tem que aprendê a... nego tem que sé pra trabalhá. Nego, a gente enche a barriga dele e bota no serviço.' (José Emílio p. 199)

De modo geral, os filhos-de-criação não tinham acesso à educação formal, nas aulas existentes naquela época. A educação informal processava-se especialmente pelas relações de trabalho onde o indivíduo era instruído para exercer suas tarefas de pouca especialização, como afirmamos anteriormente, no início do capítulo. Os patrões afirmavam explicitamente que negro não devia estudar. Devia ter a barriga cheia e trabalho.

[...] não conheço a letra 'ó' . [...] não sei nem assiná o meu nome. [...] os filho do patrão sabiam porque traziam professor em casa [...] o falecido Antônio Faria que ensinava eles tudo, as guria, minhas irmã-de-criação, mais aqueles fio daqueles ricaço que iam pra lá estudá. E eu não, o falecido João Tomé, o irmão de meu pai-de-criação, Hipólito Soares. E tinha um tio dele, seu Tomé, que chegava lá [...] e dizia: '- José, tu não bota o negrinho no colégio, não. Negro não precisa aprendê a lê, tem que aprendê a... nego tem que sé pra trabalhá. Nego, a gente enche a barriga dele e bota no serviço. E assim era. Naquele tempo que eu me criei era assim. Era quase, quase o tempo dos escravo porque a gente não tinha

*Anexo, p. 182.

A semelhança de algumas filhas-de-criação, Raul aprendeu a ler por força de vontade e sem um mestre ensinando. É mais um exemplo de autodidata.

Eu aprendi a ler por força de vontade. Fui indo, fui indo - nunca tive colégio - perguntando e fui indo, fui indo e aprendi isso. [...] Aprendi de cabeça. Não precisava de colégio. Na força de vontade, mas tem que ler, não lê pergunta. Eu li desde os 10 anos. [...] Até agora li. Me sento ali e leio [...] e tiro a conclusão do estudo. [...] Isso de ler livro eu achei enterrado num lugar de pedras muitos livros antigo que as letra, que o f valia por outras letra, não me lembro. [...] Aquelas livros era de gente que morreu que era daquele lugar. E isso ficou enterrado e eu achei. Eu fazia assim: quando estava solto, silenciosos e ninguém me falasse, eu me escondia pra ler nos mato. E alevantava aquelas pedras e deixava meus livro ali. Dei numa mina de livros."

Oscar de Vargas afirma ter sido muito "brincalhão" e indisciplinado. "Óra, escola tinha. Inda me lembra até hoje; me botaram numa escola mas eu era muito arteiro. Eu não parei em escola. Nem aprendi nada. Em duas e três, por exemplo diziam: -Óia, esse nego maravilhado aí não adianta nada. Tem que botá na lavora. Então me ensinaram a trabala. Foi um erro que fiz, né." (Anexo, p. 292)

4.3.4 - A Nivel da Família

José Emílio afirma ter utilizado o casamento para sair daquela difícil situação em que vivia. As exigências de trabalho eram muito grandes. "Eu casei com 20 anos só pra sair do cativeiro, eram muito grandes." (Anexo, p. 200) Novamente repete-se a ideia de que a vida do filho-de-criação se assemelhava a escravidão. José nos fala explicitamente da origem do seu sobrenome e de muitos negros é branco e Soares e aqueles nego que se criaram com aqueles branco... ficou Soares." (Anexo, p. 199) José Emílio era filho-de-criação de José Hipólito Soares. Como a maioria dos negros da sua idade, José fez seu registro na ocasião do casamento.

Raul de Souza nasceu em Carro Largo, no Uruguai, em 1897. Chegou no Passo do Lagado, Segundo Distrito de Piratini, em 1902. Sua avó foi escrava de Cláudio Marcelino de Souza. Assassinado e punhalado por assaltantes, a escravidão foi ouvida em Inquérito, em Piratini. A mãe de Raul vivia com Cláudio M. De Souza desde criança. Dependendo da forma como ocorreu a 'dotação' do filho-de-criação, repercussões de mágoa e sofrimento permaneceram ao longo da vida. Oscar Coelho de Vargas

detém uma profunda mágoa pelo fato do seu pai tê-lo 'dado'. "Naquela época, sabe como é: os pais da gente, nascia, davam pros outro criá. Não deram bola, [não registraram], não deram importância, então, quando eu me senti home fui obrigado a me registrá, pra trabalhá." (Anexo, p. 290) Oscar foi dado com seis anos de idade. O pai de Oscar era filho de branco com escrava. Oscar ficou até os 22 anos de idade com a família Teixeira que o criou.

As relações na família branca são de dominação sobre o filho-de-criação negro. Somam-se aí todos os preconceitos sociais vigentes e reforçados a partir de 1888.

4.2.5- A Nível da Recreação

Carreiras e bailes eram duas formas principais de diversão que havia nas primeiras décadas do século XX eram as carreiras e os bailes. As famílias mais abastadas costumavam visitar-se às vezes. As famílias negras reuniam-se para os bailes de ramada. Os brancos reuniam-se nos seus salões. Nas carreiras o negro era observador e o branco participava das apostas. Alguns filhos-de-criação não podiam participar de reuniões sociais, não podiam sair. O primeiro baile em que José Emilio se fez presente engendrou a oportunidade de libertar-se do jugo do seu patrão-de-criação José Hipólito Soares. Do mesmo modo, a carreira permitiu o confronto de José Rodrigues com a própria realidade alienada em que vivia. Os 'iguais' bem vestido e ele 'trapilha' provocou um processo pessoal de superação.

Quando os negros formavam seus conjuntos musicais era permitida sua entrada nos salões de baile dos brancos ou mulatos para tocar. Em outras circunstâncias, o negro só poderia observar pela porta ou janelas. O depoente Oscar C. de Vargas tinha liberdade de participar de bailes e sair para se divertir.

4.2.6- A Nível da Religião

Oscar Coelho de Vargas através de seu depoimento permite compreender que a religião católica existente na época era uma realidade que mantinha distância e medo nas pessoas. Um dos principais fatores era a própria ignorância em relação a esta realidade. Ao que parece, os homens tinham menos atração pela religião. De modo geral, vivia-se sem uma religião de significação forte para a existência. As regiões de imigração européia do final do século passado, trouxeram uma tradição religiosa mais intensa. A região sul do Estado permaneceu com as características mais tradicionais da cristandade devocionista e descomprometida.

CONCLUSÃO

Os aspectos naturais, da região estudada, apresentam características que permitiram aos portugueses a tomada de posse efetiva do território do Rio Grande do Sul. Canais; rios; lagos; arroios; vegetação e conformação dos solos facilitaram o início do processo de povoamento com a fundação de Rio Grande de São Pedro, em 1737. A principal motivação foi o interesse comercial despertado pela existência de numerosos gado nos campos do chamado continente do Rio Grande. No começo do século XIX, já existiam em nossa região, diversas vilas e um processo efetivo de distribuição e posse das terras. No final do século XVIII e início do XIX, engendrou-se crescente industrialização da carne de boi e a economia das charqueadas articulou o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul por um século. Com o desenvolvimento das charqueadas em base à mão-de-obra escrava, instalou-se solidamente a produção escravista no Rio Grande do Sul. A indústria da carne seca foi o principal polo escravista da região.

A escravatura das charqueadas configurou-se aos olhos dos historiadores como das mais severas pela dureza do tratamento senhorial dos cativos, pela intensidade de trabalho e pela permanente coação da mão-de-obra servil. Justamente nos polos de maior concentração de escravos, também foi mais forte o movimento anti-abolicionista, uma vez que os charqueadores continuavam escravistas. Diante da irreversibilidade do processo de abolição no país, em 1884, com a mediação das leis vigentes, os charqueadores e fazendeiros deram cartas de liberdade mediante a cláusula de prestação de serviços por dois, três ou quatro anos. Em 1888, a abolição foi definitiva.

O Rio Grande, dominado pelas elites charqueadoras e de fazendeiros, foi governado politicamente por eles, ora de acordo com o Império, ora contra este último. A economia das charqueadas vinculava-se de forma subsidiária à economia do açúcar e do café. Os senhores do açúcar, das minas e do café dominaram o governo imperial, o que muitas vezes prejudicou a economia das charqueadas. A Revolução Farroupilha expressou a insatisfação, principalmente dos criadores de gado, diante da política do governo central e a elite regional articulou-se num movimento separatista que acabou sendo absorvido. Com o surgimento da República, as elites pecuaristas gaúchas confrontaram-se diante da política do governo estadual e permaneceram no poder até a década de 1930.

Em termos culturais, o Rio Grande do Sul teve um dos seus principais polos articuladores na cidade de Pelotas, enquanto predominou a economia das charqueadas. Institucionalmente, o desenvolvimento das escolas foi lento. A efetiva ampliação da escola de diversos níveis realizou-se a partir do século XX. A elite e seus filhos tinham acesso ao saber escolar. Os escravos passavam por um processo de aprendizado espontâneo, cotidiano, no ambiente de trabalho. Poucos escravos sabiam ler e escrever. A família senhorial foi formalmente constituída enquanto a família escrava era permanentemente desarticulada pelas condições do regime escravista e pela interferência da família senhorial sobre a vida privada e sexual dos escravos. Enquanto o lazer era possível para a classe dominante, os escravos tinham uma margem estreita para a diversão e rearticulação da sua vida. A reunião de escravos foi sempre temida por aqueles que mantinham o sistema de coação. A religião oficial predominante, durante o período escravista e o período posterior, foi o modelo da cristandade colonial, com um fraco processo de evangelização na região, mesmo durante o período republicano. Muitos escravos foram obrigados a seguir a religião dos senhores e perderam suas raízes religiosas africanas. Outros, à semelhança de seus donos, acabavam sem religião alguma. A maior parte tendia a seguir as religiões de origem africana, especialmente o batuque apesar da permanente perseguição e opressão policial.

Realizamos a sistematização da visão do escravismo a partir do depoimento dos descendentes de escravos das estâncias da região meridional do Rio Grande do Sul. Sempre que possível, confrontamos estes depoimentos com a historiografia existente. A mão-de-obra escrava foi utilizada de modo especial nas atividades agrícolas e na economia de sustentação autônoma de cada estância. Houve escravos peões, campeiros e capatazes. Predominava, porém, a mão-de-obra livre na pecuária. O escravo era utilizado em atividades onde era mais fácil manter a vigilância sobre ele. As tarefas mais pesadas relacionadas à pecuária, eram realizadas pelos cativos. Construção de valas, de taipas de pedra e cercados para o gado eram realizadas pelos cativos. Quando necessário, participavam dos rodeios. Nas estâncias, os cativos eram encarregados das atividades agrícolas, das construções, do preparo dos mantimentos, da conservação e da produção de todas as manufaturas de couro, ferraria, carpintaria, marcenaria, olaria, sapataria, preparo de peles e instrumentos de couro. Mulheres escravas realizavam os serviços domésticos e as atividades afins ao redor da casa.

Os depoimentos reafirmaram o que alguns autores apontaram a respeito da dureza das condições de trabalho e tratamento dos escravos rurais. Somam-se as condições de habitação, saúde e alimentação. Trabalhavam de 'sol-a-sol' e eram bastante limitadas as condições de constituição de uma família e reprodução natural da mão-de-obra cativa. A vigilância permanente sobre os cativos detinha nas mãos dos feitores um aparato de coação. Encontravam-se troncos de diversas modalidades para imobilizar e espancar os escravos que cometiam alguma infração. Troncos de árvores, troncos de pau, esteios, troncos de pedra, estacas, pau-de-arara, troncos de ferro somavam-se aos relhos,

Os depoimentos permitem caracterizar e sistematizar, pela primeira vez, a história dos ex-escravos e seus descendentes após a Abolição. Os relatos apresentam a dinâmica social provocada por uma troca de regime social que lançou os ex-escravos e seus descendentes como seres ditos livres mas despossuídos, pobres, sem casa, sem possibilidade de posse de um pedaço de terra. Após o movimento dos primeiros tempos, os ex-escravos integraram-se em atividades de pedo, agregado, trabalhador ambulante, tarefeiro, salista. Uma série de profissões se contigunou. Campeiros, arreadatários, tropeiros atuaram nas fazendas de gado. Nas áreas de campos e agrícolas, alguns se tornaram pequenos agricultores, produtores

A nível social, os depoimentos revelam a predominância política da elite senhorial sobre a casa, os escravos, e as fazendas. Mantém silêncio sobre a vida política institucional porque os escravos não participam de qualquer decisão de interesse dos senhores. O silêncio é significativo porque na quietude revela o lugar do escravo. Em sentido político amplo, a classe senhorial teve que enfrentar permanentemente a resistência dos cativos em todos os aspectos. Enquanto a elite senhorial tinha oportunidade de acesso à instrução e à cultura, o escravo vivia profunda alienação em relação a estes aspectos. O seu aprendizado realizava-se no cotidiano e no ensinamento prático do trabalho. Os entrevistados continuam também a desarticulação da vida familiar e sexual dos escravos por parte dos senhores estancieiros. As crianças que nasceram tiveram poucas condições de se criarem. A exploração econômica da força-de-trabalho tem seu correspondente a nível familiar e sexual. Os depoentes transmitem a tradição de que a religião dos escravos variava de acordo com a circunstância e exigência do senhor. De modo geral, os escravos tendiam a realizar os cultos de origem africana enquanto sofriam a repressão dos senhores e da sociedade. A manutenção de determinados cultos nas zonas rurais era mais difícil pelo pequeno número de escravos das fazendas e das distâncias entre as senzalas.

rabos-de-tatu, chicotes, varas de marmelo, astes de ferro e outros instrumentos de tortura. Inúmeros escravos tiveram sua pele, suas carnes, seus ossos e muitas vezes seus sentidos marcados para sempre pela brutalidade do tratamento dos escravos rurais da região. Muitos depoentes relatam a existência de fugas, quilombos, suicídios, tentativas de justigamento, revoltas individuais. Há exemplos de famílias de depoentes que fugiram das fazendas. A história social para captura e devolução dos escravos de controle necessário para a manutenção da figura do capitão-dormato. Toda essa realidade era articulada entre a casa-grande e a senzala no mundo rural. Por isso, o 13 de Maio de 1888 é lembrado como dia da libertação. Libertação foi a experiência de milhares de escravos naquele ano. A mesma experiência é mantida viva na memória dos descendentes para os quais a palavra Abolição não faz sentido. Eles não a pronunciam.

meeiros, empreiteiros, safristas. Nas cidades, os ex-escravos atuaram em diversas áreas profissionais, especialmente de serviços braçais e pesados. A mulher negra encontrou espaço como empregada doméstica. A comunidade negra articulou-se entre a cidade e o campo, atuando como tropeiros, quitandeiros e estafetas que faziam os serviços de correio.

O problema enfrentado pela comunidade negra foi a exiguidade do espaço em termos de trabalho, geralmente um trabalho braçal, sem proteção legal e baixa remuneração. Somava-se o preconceito racial e a discriminação social contra os descendentes de escravos, em todos os níveis das relações sociais. A todas estas circunstâncias, que mantiveram o negro na marginalidade social, ele enfrentou com diversas formas de resistência na luta pela conquista da cidadania. A maioria dos entrevistados vive a sua terceira idade com um salário mínimo de aposentadoria. Um século de liberdade da escravidão, um século de discriminação social, longe de ser superada efetivamente. A expressão desta realidade está nas moradias dos ex-escravos e seus descendentes. Em toda a região em estudo, os descendentes de escravos costumavam habitar pequenos ranchos construídos de torrão, leivas de grama e cobertos de capim e em terra de chão.

Em termos sociais, a comunidade negra foi afetada e envolvida pelas contendas políticas da elite. Muitos descendentes participaram das revoluções junto às forças de combate, sem saber o verdadeiro sentido dos confrontos entre os grupos das elites a quem estavam vinculados e dependentes economicamente. Os depoimentos permitem penetrar nos elementos existenciais destas revoluções, no modo como foram sentidos seus efeitos. Do mesmo modo, a comunidade negra foi alijada da participação no processo de escolarização ou da simples alfabetização porque os elementos estruturais do sistema vigente não permitiam. Somava-se o preconceito racial contra o negro e a sua discriminação nas escolas. O processo educacional em que o descendente de escravos participou foi o processo cotidiano da transmissão da cultura na convivência e no trabalho. A comunidade negra procurou articular sua resistência a nível cultural através da imprensa, associações e clubes.

A possibilidade de constituição de uma família regular, no contexto de fortes preconceitos raciais, levou o negro à tendência de encontrar sua parceira conjugal na mulher negra. Aos poucos, a miscigenação foi crescendo, em detrimento dos preconceitos. A legalização do casamento trouxe a exigência do ex-escravo ou seus descendentes se registrarem. Atribuiu-se uma idade aleatória ao nubente e acrescentou-se um sobrenome que era, muitas vezes, dos antigos senhores e atuais patrões. A falta de condições materiais fez as numerosas famílias enfrentar dificuldades na criação dos filhos. Muitos tiveram que entregá-los como filhos-de-criação aos fazendeiros. O lazer na sociedade classista refletia a discriminação social e racial e separava os brancos, negros e mulatos em salões de bailes e festas. A maioria dos depoentes demonstra que as diversões preferidas no começo do século eram os bailes e carreiras. O reflexo dos fortes preconceitos sociais vigoram até hoje nesta região. A discriminação se fez sentir a

nível religioso, ao longo das primeiras décadas do século XX. Manifestações religiosas e cultos de origem africanos eram discriminados e reprimidos pelas forças policiais da elite. Os cultos realizados em ambientes fechados, passaram a ser realizados de portas abertas a partir de 1930. As principais manifestações religiosas dos descendentes de escravos na região, realizaram-se através do batuque e mais recentemente através da umbanda.

Os depoimentos permitiram a elaboração de um capítulo especial dedicado aos filho-de-criação. Cerca de trinta por cento dos entrevistados passaram pela experiência e revelaram um universo quase desconhecido de relações que se processavam no interior das famílias que acolhiam os chamados filhos-de-criação. Caracterizamos o ingresso dessas crianças no novo regime, em muitos aspectos semelhante ao escravismo. Esta parte caracteriza a nova realidade vivida por numerosos descendentes de escravos como passagem do cativo à servidão. Ali o filho-de-criação trabalha em todo serviço da casa e muitas vezes sozinho. Recebe casa, alimentação e algum vestuário mas não é assalariado porque é 'filho'. Não tem quarto porque dorme no corredor, num canto da casa ou no galpão. Não tem cama porque dorme no chão sobre alguns trapos que não devem ficar no local durante o dia. Não vai à escola porque geralmente é negro e negro tem que trabalhar. Muitas vezes apanha, em nome da educação e porque é 'filho'. Alguns comiam os restos de comida dos pratos dos patrões. A maioria não recebeu herança porque os filhos legítimos eram os outros. A maioria se emancipou das famílias dos patrões por um ato de determinação e rebeldia contra aquele regime. Mas todos partiram para a nova situação social em estado de pobreza.

Disse o depoente Francisco Lucas a respeito de seu pai: "Porque o seu pai, o que passou, não conta pra vocês. Não vai entrar no possível! - E chorava o véio! Quietos! Corria as lágrimas! Digo: - A lembrança do que passou com ele! (Anexo, p. 253)

BIBLIOGRAFIA

- ASSUMPTO, Jorge Euzébio. Idade, sexo, ocupação e nacionalidade dos escravos. In ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Porto Alegre: EDIPUCRS, XVI (1,2), 1990.
- ATAS DA CAMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Pelotas: 1834 a 1836.
- BAKOS, Margaret. Escravismo & Abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BALEM, Mons. João Maria. O Desenvolvimento Religioso no Rio Grande do Sul. In Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos. Porto Alegre, 1957.
- BARBOSA, Eni. O Processo Legislativo e a Escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; CORAG, 1987.
- BELTRÃO, Pedro Calderon. Demografia. Porto Alegre: Sulina, 1972.
- BISPO, Sandra Maria. Sobre a Religião Afro-brasileira. In Identidade Negra e Educação. Salvador: Inamá, 1989.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. Memória Analítica Acerca do Comércio de Escravos e Acerca dos Males da Escravidão Doméstica. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CESAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. Estudo de Fontes Primárias da História Rio-Grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: ESF-UFRGS, s.d.
- CESAR, Guilhermino. O Contrabando no Sul do Brasil. Porto Alegre, EST; Caxias do Sul, UCS, 1978.
- CHAVES, Antonio Gonçalves. Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre: ERUS, 1977.
- CNBB. CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1988. "Ouvi o Clamor do Meu Povo". Texto base.

- CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONRAD, Robert. Tumbeiros. O Tráfico Escravista para o Brasil. Trad. de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORSETTI, Estudo da Charqueada Escravista no Século XIX. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1983. Mimeografado.
- CORREA, Norton. O Batuque no Rio Grande do Sul. In Rio Grande do Sul. Aspectos da Negritude. Uma visão panorâmica. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.
- CORREA, Norton F. O Batuque do Rio Grande do Sul. Antropologia de uma Religião Afro-Rio-Grandense. Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS, 1990.
- COUTY, Louis. A Escravidão no Brasil. Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- COUTY, Louis. Rapport sur le Maté et les Conserves de Viande. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1980.
- DE LIGN, Zenia. Negro e a Religiosidade aqui. In Cem anos de liberdade. Cem anos de igualdade. Jornal Diário Popular, Pelotas, 03/05/1988.
- DREYER, Nicolau. Notícia Descrptiva da Província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul. Bibliotheca Rio-Grandense, Rio Grande: 1927.
- DREYER, Luiz Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- ESTUDIOS da "Federação Sul-Riograndense de Umbanda". Pelotas, 1962.
- FLEURY, Moacir. O Modelo Político do Farrapos. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FREITAS, Décio. O Capitalismo Pastoril. Porto Alegre: EST, 1980.
- GATTIRONI, Rita. Cartas de Alforria em Rio Grande. (1874-9/1884-9) in ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra. Porto Alegre: EDIPUCRS, XVI(1,2) - 1990.
- GORENDER, Jacob. A ESCRAVIDÃO REABILITADA. São Paulo: Atica, 1990.
- GORENDER, O Escravismo Colonial. 5ª ed. São Paulo: Atica, 1988. p.203.
- ISBELL, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 198

- KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. RS: TERRA & PODER. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KLOPEMBURG, Frei Boaventura. Os Afro-brasileiros e a Umbanda. In CELAM Os Grupos Afro-Americanos. Análises e pastoral. São Paulo: Paulinas, 1982.
- Lei do Ensino de 15 de outubro de 1827.
- LOPES NETO, João Simões. Posturas Policiais Adoptadas para o Regime do município da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul. In REVISTA DO 1º CENTENÁRIO DE PELOTAS. Pelotas: 1912, nº 718.
- MAESTRI, Mário. Depoimentos de Escravos Brasileiros. São Paulo: Icone, 1988.
- MAESTRI, Mario. O ganhador, o alforriado, o bacalhau. In VERITAS, Porto Alegre, v. 35, n. 140, dezembro.
- MAESTRI, Mario. Da Abolição à República: A Agonia do Estado Escravista. Palestra pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Separata da Revista nº 126. s.d.
- MAESTRI FILHO, Mário José. O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- DE MELLO, Marco Antonio. Os Mecanismos de Resistência à Escravidão Negra em Pelotas. 1840-1884. .
- OSÓRIO, Fernando Luiz. A Cidade de Pelotas. Corpo, coração e razão. 1822-1922. Pelotas: Diário Popular, 1922.
- PESAVENTO, Sandra. A República Velha Gaúcha. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PINHO, Regina Pahin. A Educação do Negro. Uma Revisão da Bibliografia. Cad. Pesq., São Paulo (62): 3-34, Agosto, 1987.
- POSTURAS POLICIAIS. Aprovadas pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. 1831.
- PRODEP - Programa para Desenvolvimento de Recursos Humanos na Região Sul do Rio Grande do Sul. Levantamento das Necessidades de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Regional. Pelotas, 1988.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Quarto Trimestre, 1941.
- SAINT-HILAIRE, August de. Viagem ao Rio Grande do Sul. São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1974.
- SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. 3 ed. São Paulo: Martins Livreiro; Brasília: INL, 1976.

- SODRE, Muniz. O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.
- STEIN, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SUDESUL - ESTUDO DO DEPARTAMENTO DA LAGOA MIRIM. Pelotas, RS.
- SYNOPSIS DAS CONCESSÕES DE SESMARIAS I- Livros de registros de terras números 1,2,3 (1737 a 1761); II-Livros de registro geral, números 1 a 6 (1738 a 1792; e livro 5 do registro de expedientes. Porto Alegre: Arquivo Histórico, 1976.
- TAMBARÁ, Elomar. A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- VIOTTI DA COSTA. Da Senzala à Colônia. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WEIMER, Gunter. O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SAGRA & Editora da UFRGS, 1991.

